



ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Representação em contexto de desafeição política:**

Uma análise da congruência ideológica entre os cidadãos desafetos e os  
partidos políticos na Europa

Maria Helena dos Reis Silveirinha

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de  
Doutor em Ciência Política

Orientadora:

Professora Ana Maria Belchior

Professora Auxiliar com Agregação

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Professora Helena Carvalho

Professora Associada com Agregação

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2018





ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Representação em contexto de desafeição política:**

Uma análise da congruência ideológica entre os cidadãos desafetos e os  
partidos políticos na Europa

Maria Helena dos Reis Silveirinha

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de  
Doutor em Ciência Política

Júri:

Doutor Pedro Adão e Silva, Professor Auxiliar do ISCTE (Presidente do júri por delegação da Reitora do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa)

Doutor Vargá Carlos Jalali, Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Doutora Conceição Pequito Teixeira, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Doutor Marco Lisi, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Doutora Elisabetta de Giorgi, Investigadora sénior do Departamento de Ciência Política e Social da Universidade de Trieste

Doutora Maria Helena Barroso Carvalho, Professora Associada com Agregação do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Coorientadora)

Doutora Ana Maria da Conceição Belchior, Professora Auxiliar do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Orientadora)

Dezembro, 2018



## **AGRADECIMENTOS**

O meu primeiro agradecimento vai, como não podia deixar de ser, para o Nuno, meu marido, que me apoia em todas as decisões que tomo, mesmo aquelas que pesam na nossa família. E esta pesou.

Aos meus filhos, por tudo o que esta tese implicou nas suas vidas. Maria João, a mãe conseguiu terminar. Obrigada por ficares orgulhosa disso. Afonso, finalmente podes ter o computador de volta. Sofia, agora é mesmo a sério. Já acabei.

Aos meus pais, que me dão uma inestimável ajuda e com quem posso sempre contar.

Às minhas queridas amigas Maria João Quedas, Bárbara Loff, Susana Esteves e Rosário Costa, que em fóruns diferentes foram acompanhando os meus altos e baixos, estando sempre lá para me dar força e apoiar.

À Filipa Seiceira e Sofia Marques que sempre que lhes pedi ajuda, foram de uma disponibilidade enorme e me ajudaram a refletir e arrumar ideias.

Aos meus colegas de doutoramento, com quem partilhei parte deste percurso, em especial à Beatriz Barroso e à Patrícia Henriques.

Por último, como não podia deixar de ser, uma palavra especial de agradecimento à minha orientadora e à minha coorientadora. Mulheres exigentes e determinadas, que não me deixaram desistir quando a vontade era muita, e o desespero era grande.

À professora Ana Belchior, o meu obrigada por puxar por mim e me ter guiado nesta longa jornada.

À professora Helena Carvalho, o meu obrigada pela ajuda na resolução dos problemas, determinante para a chegada a bom porto, e pela imensa disponibilidade nas maratonas de trabalho que tivemos.

## RESUMO

Nas últimas décadas, a desafeição política tem vindo a afetar, em maior ou menor grau, quase todas as democracias liberais. Embora a pesquisa prévia tenha demonstrado que o ceticismo perante a esfera política e o afastamento da mesma tem vindo a crescer paulatinamente nestas democracias, ainda pouco se conhece sobre os cidadãos desafetos. Que características sociodemográficas têm? Quais as suas preferências politico-ideológicas? Em que medida os partidos com assento parlamentar espelham as preferências destes cidadãos? Estas perguntas conduziram a investigação e as respostas às mesmas foram possíveis com recurso às bases de dados *European Election Survey* e *Chapel Hill*. A pesquisa centrou-se no estudo da desafeição nos países que integram a União Europeia, procedendo-se à análise da congruência entre cidadãos e partidos políticos europeus. Partindo da tipificação da desafeição e respetiva caracterização, concluindo-se existir uma tendência para os cidadãos *politicamente desafetos* se colocarem no polo autoritário, estando, por comparação, os *politicamente afetos* situados mais à esquerda.

Pretendeu-se saber também a influência da crise económico-financeira nos níveis de desafeição. Verificou-se, a este respeito, um ligeiro aumento dos *politicamente desafetos* após a emergência da crise. Na análise do posicionamento ideológico dos cidadãos face aos partidos, concluiu-se não existir diferenças significativas entre *afetos e desafetos*. A diferença encontrada foi ao nível da congruência ideológica que, contra as expectativas existentes, é maior entre os cidadãos *politicamente desafetos* e os partidos, comparativamente com os *politicamente afetos*.

Palavras-chave: Desafeição; Representação política; congruência ideológica; partidos políticos; crise económico-financeira.



## **ABSTRACT**

In the last decades, political disaffection has affected, to a greater or lesser extent, almost all liberal democracies. Although previous research has shown that political skepticism and withdrawal from the political sphere has been growing steadily in these democracies, little is known about disaffected citizens. What sociodemographic characteristics do they have? What are their political-ideological preferences? To what extent do parliamentary parties mirror the preferences of these citizens? These questions led to the investigation and responses to them were made possible using the European Election Survey and Chapel Hill databases. The research focused on the study of disaffection in the countries that integrate the European Union, and the analysis of the congruence between citizens and European political parties. Starting from the typification of disaffection and its characterization, it was concluded that there is a tendency for politically disaffected citizens to place themselves in the authoritarian pole, by comparison, the ones with political affection are more left-leaning.

It was also intended to know the influence of the economic and financial crisis on the levels of disaffection. In this regard, there was a slight increase in political disaffection following the crisis. In the analysis of the ideological position of the citizens in relation to the parties, it was concluded that there were no significant differences between those with disaffection or without. The difference found was at the level of ideological congruence, which, contrary to existing expectations, is greater among politically disaffected citizens and political parties, than between those with no disaffection.

**Keywords:** Disaffection; Political representation; Ideological congruence; political parties; economic crisis.





## ÍNDICE

ÍNDICE GERAL	I
ÍNDICE DE QUADROS	iii
ÍNDICE DE FIGURAS	iii
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	V
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – MODELOS TEÓRICOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: FORMAS E TIPOS DE REPRESENTAÇÃO, E IMPORTÂNCIA DAS CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS	7
1.1 MODELOS E FORMAS DE REPRESENTAR	7
1.2 CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS DA REPRESENTAÇÃO	12
1.2.1 REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DO VOTO	13
1.2.2 OS PARTIDOS POLÍTICOS ENQUANTO MECANISMOS DE REPRESENTAÇÃO	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
CAPÍTULO 2 - DESAFEIÇÃO POLÍTICA: ANÁLISE CONCEPTUAL E FATORES EXPLICATIVOS	19
2.1 O FENÓMENO DA DESAFEIÇÃO	19
2.2 A REPRESENTAÇÃO IDEOLÓGICA	23
2.3 CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DAS CRISES ECONÓMICAS NAS ATITUDES/COMPORTAMENTOS DOS INDIVÍDUOS	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
CAPÍTULO 3 – O CONTEXTO EUROPEU	29
3.1 A UNIÃO EUROPEIA E OS SEUS ESTADOS-MEMBROS: OS CASOS DE ESTUDO	29
3.2 ELEIÇÕES EUROPEIAS: ABSTENÇÃO SEMPRE A SUBIR?	32
3.3 OS EFEITOS DA CRISE NA EUROPA	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
CAPÍTULO 4 – A PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E HIPÓTESES	43
4.1 A PROBLEMÁTICA	43
4.2 OBJETIVOS	44

4.3 HIPÓTESES	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA: OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS, FONTES E OPÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS	51
5.1 OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS: DESAFEIÇÃO E DIMENSÃO IDEOLÓGICA	51
5.2 FONTES DE DADOS	56
5.3 TÉCNICAS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS	59
5.4 MEDIÇÃO DA CONGRUÊNCIA	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DA DESAFEIÇÃO E DO POSICIONAMENTO POLÍTICO- IDEOLÓGICO DOS CIDADÃOS EUROPEUS: ANTES E APÓS A EMERGÊNCIA DA CRISE	67
6.1 O RETRATO DA DESAFEIÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA	67
6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS CIDADÃOS DESAFETOS	71
6.3 A EVOLUÇÃO DA DESAFEIÇÃO NA UE E AS TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS ANTES E APÓS A EMERGÊNCIA DA CRISE NA UE15 (2009-2014)	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
CAPÍTULO 7 – ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DOS CIDADÃOS EUROPEUS: DIFERENÇAS ENTRE A CONGRUÊNCIA DOS PARTIDOS COM OS CIDADÃOS <i>POLITICAMENTE AFETOS</i> E COM OS <i>POLITICAMENTE DESAFETOS</i> , NOS PAÍSES DA UE15	87
7.1 A CONFIGURAÇÃO IDEOLÓGICA NA EUROPA DOS 15, POR TIPO DE DESAFEIÇÃO	87
7.2 O PERFIL IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA UE15	90
7.3 CONGRUÊNCIA IDEOLÓGICA ENTRE PARTIDOS E CIDADÃOS NA UE15, POR TIPO DE DESAFEIÇÃO.	93
7.4 O CASO DE PORTUGAL	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
CONCLUSÕES	123
BIBLIOGRAFIA	131
ANEXOS	143

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3.1. Caracterização dos Estados-membros da UE em termos de sistema eleitoral, obrigatoriedade de voto e antiguidade democrática

Quadro 5.1. Questões que compõem a dimensão esquerda-direita e a dimensão libertário-autoritário, na análise dos cidadãos desafetos (2014)

Quadro 5.2. Seleção das questões que compõe a dimensão esquerda-direita e a dimensão libertário-autoritário no estudo comparativo entre 2009 e 2014

Quadro 5.3. Seleção das questões que compõe a dimensão esquerda-direita e a dimensão libertário-autoritário na análise dos partidos (2014)

Quadro 6.1. Tipos de desafeição: caracterização sociodemográfica (UE, 2014)

Quadro 6.2. Caracterização dos tipos de desafeição da União Europeia, para 2009 e para 2014

Quadro 7.1 Caracterização ideológica dos cidadãos politicamente afetos e politicamente desafetos da UE15, por país

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3.1. Taxa de participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu

Figura 3.2. Taxa média de participação nas eleições europeias 1979-2014

Figura 3.3. Variação da taxa de participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu, nos países fundadores e nos países que integraram o primeiro alargamento (1979-2014)

Figura 3.4. Variação da taxa de participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu, em Espanha, Portugal e Grécia (1981-2014)

Figura 3.5. Variação da taxa de participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu, na Áustria, Suécia e Finlândia (1994-2014)

Figura 3.6. Variação da taxa de participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu, nos países que entraram mais recentemente na UE (2004-2014)

Figura 6.1. Perfis de desafeição política – UE, 2014 (Análise de Correspondências Múltiplas)

Figura 6.2. Projeção de cada tipo segundo o seu perfil de desafeição política UE, 2014 (Análise de Correspondências Múltiplas)

Figura 6.3. Distribuição dos cidadãos da União Europeia em 2104, segundo o tipo de desafeição

Figura 6.4. Dimensão ideológica na União Europeia em 2014, por tipo de desafeição

Figura 6.5. Perfis de desafeição política – UE, 2009 (Análise de Correspondências Múltiplas)

Figura 6.6. Projeção de cada tipo segundo o seu perfil de desafeição política – UE, 2009 (Análise de Correspondências Múltiplas)

Figura 6.7. Distribuição dos países da UE15 pelas tipologias de desafeição, em 2009

Figura 6.8. Distribuição dos países da UE15 pelas tipologias de desafeição, em 2014

Figura 6.9. Evolução do posicionamento médio na escala esquerda-direita na UE15, entre 2009 e 2014

Figura 6.10. Evolução do posicionamento médio na escala libertário-autoritário na UE15, entre 2009 e 2014

Figura 7.1. Distribuição dos partidos com assento parlamentar pelos quadrantes ideológicos, por país.

Figura 7.2. Diferença de médias entre os partidos e os cidadãos afetos e cidadãos desafetos na dimensão esquerda-direita, por país

Figura 7.3. Diferença de médias entre os partidos e os cidadãos afetos e cidadãos desafetos na dimensão libertário-autoritário, por país

Figura 7.4. Congruência ideológica entre os partidos e os cidadãos afetos e desafetos, por país

Figura 7.5. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição e variáveis da dimensão esquerda-direita - Portugal

Figura 7.6. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição e variáveis da dimensão libertário-autoritário - Portugal

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

País	Nome do Partido (em inglês)	Abreviatura do Partido
Alemanha	Christian Democratic Union of Germany	CDU
	Social Democratic Party of Germany	SPD
	Free Democratic Party	FDP
	Alliance '90/The Greens	Grünen
	The Left	Linke
	Christian Social Union in Bavaria	CSU
	National Democratic Party of Germany	NPD
	Alternative for Germany	AfD
	Pirate Party of Germany	Piraten
	Human Environment Animal Protection	DieTier
Áustria	Social Democratic Party of Austria	SPÖ
	Austrian People's Party	ÖVP
	Freedom Party of Austria	FPÖ
	The Austrian Green Party	Grüne
	Alliance for the Future of Austria	BZÖ
	NEOS—The New Austria	NEOS
	Team Stronach for Austria	TeamStronach
Bélgica	Socialist Party	PS
	Socialist Party Different	SPA
	Ecolo	ECOLO
	Green	Groen
	Reformist Movement	MR
	Open Flemish Liberals and Democrats	VLD
	Humanist Democratic Centre	cdH
	Christian Democratic and Flemish	CD&V
	New Flemish Alliance	NVA
	Francophone Democratic Federalists	FDF
	Flemish Interest	VB
	Workers' Party of Belgium	PVDA
	People's Party	PP

Dinamarca	Social Democrats	SD
	Danish Social Liberal Party	RV
	Conservative People's Party	KF
	Socialist People's Party	SF
	Venstre, Liberal Party of Denmark	V
	Red-Green Alliance	EL
	Danish People's Party	DF
	People's Movement Against the EU	FolkB
	Liberal Alliance	LA
Espanha	Spanish Socialist Workers' Party	PSOE
	People's Party	PP
	United Left	IU
	Convergence and Union	CiU
	Basque Nationalist Party	EAJ/PNV
	Republican Left of Catalonia	ERC
	Galician Nationalist Bloc	BNG
	Canarian Coalition	CC
	Union, Progress and Democracy	UPyD
Amaiur	Amaiur	
Finlândia	Social Democratic Party of Finland	SDP
	National Coalition Party	KOK
	Finnish Center Party	KESK
	Left Alliance	VAS
	True Finns	PS
	Swedish People's Party	RKP/SFP
	Green League	VIHR
	Christian Democrats	KD
França	French Communist Party	PCF
	Socialist Party	PS
	Radical Party of the Left	PRG
	Europe Ecology—The Greens	EELV
	Union for Popular Movement	UMP
	National Front	FN
	Movement for France	MPF
	Democratic Movement	MODEM
	New Center	NC
	Radical Party	PRV
Centrist Alliance	AC	
Left Party	PG	

	Together	Ens
Grécia	Socialist Movement	PASOK
	New Democracy	ND
	Coalition of the Radical Left	SYRIZA
	Communist Party of Greece	KKE
	Popular Orthodox Rally	LAOS
	Independent Greeks	ANEL
	The River	Potami
	Democratic Left	DIMAR
	Popular Association-Golden Dawn	XA
Irlanda	Soldiers of Destiny	FF
	Family of the Irish	FG
	Labour	Lab
	Green Party	GP
	We Ourselves	SF
	Socialist Party	SP
	People Before Profit Alliance	PBPA
Itália	Communist Refoundation Party	RC
	Northern League	LN
	Union of the Centre	UDC
	Forward Italy	FI
	South Tyrolean People's Party	SVP
	Democratic Party	PD
	Left Ecology Freedom	SEL
	Democratic Centre	CD
	Brothers of Italy	FDL
	Five Star Movement	M5S
	Civic Choice	SC
Aosta Valley	VdA	
New Centre-Right	NCD	
Luxemburgo	Christian Social People's Party	CSV
	The Greens	Greng
	Democratic Party	DP
	Luxembourg Socialist Workers' Party	LSAP
	Alternative Democratic Reform Party	ADR
	The Left	DL



Países	Christian Democratic Appeal	CDA
Baixos	Labour Party	PvdA
	People's Party for Freedom and Democracy	VVD
	Democrats 66	D66
	GreenLeft	GL
	Political Reformed Party	SGP
	Socialist Party	SP
	ChristianUnion	CU
	Party for Freedom	PVV
	Party for the Animals	PvdD
	50PLUS	50PLUS
Portugal	Democratic Unitarian Coalition	CDU
	People's Party	PP
	Socialist Party	PS
	Social Democratic Party	PSD
	Left Bloc	BE
Reino Unido	Conservative Party	Cons
	Labour Party	Lab
	Liberal Democratic Party	LibDems
	Scottish National Party	SNP
	Party of Wales	Plaid
	Green Party	Green
	United Kingdom Independence Party	UKIP
Suécia	Left Party	V
	Swedish Social Democratic Party	SAP
	Center Party	C
	Liberal People's Party	FP
	Moderate Party	M
	Christian-Democrats	KD
	Environment Party—The Greens	MP
	Sweden Democrats	SD
	Pirate Party	PIRAT
Feminist Initiative	FI	

## INTRODUÇÃO

Democracia e representação são conceitos indissociáveis, sendo as democracias liberais democracias representativas. Com os governos a serem exercidos por representantes do povo livremente eleitos (Lijphart, 1989: 13), reside nestes a responsabilidade de agirem na prossecução do alcance do bem comum. Assegurada essencialmente por partidos, enquanto estruturas de ligação entre as elites e os cidadãos (Dalton, 1985: 293), a representação política ou ideológica pode ser aferida, entre outras modalidades, através dos níveis de congruência entre representantes e representados (Belchior, 2010a e 2010b; Belchior e Freire, 2012; Costello et al., 2012), sendo os partidos tanto mais representativos, quanto maior a proximidade verificada entre estes e os respetivos eleitores. Contudo, o enfraquecimento dos partidos políticos que decorre, entre outros, da perda do papel predominante de veículo de representação dos cidadãos (Mair, 2005), pode traduzir-se no enfraquecimento do próprio regime democrático (Holmberg, 2003: 298). O papel dos partidos políticos no funcionamento das democracias liberais é, por isso, central, justificando-se, por essa razão, a pertinência do seu estudo em termos de correspondência com os respetivos eleitorados.

A alternativa à atuação dos partidos na esfera política passa por formas mais diretas de participação política dos cidadãos, que reduzem, ou mesmo dispensam a sua intervenção. Apesar de os mecanismos de iniciativa dos cidadãos na proposta e aprovação de leis não serem recentes, tendo no caso dos EUA mais de um século de existência, anterior portanto ao próprio direito de voto das mulheres (Matsusaka, 2004, 4), encontram-se mais recentemente em grande expansão, tendo-se registado nos últimos 50 anos, a nível mundial, uma quase duplicação da utilização de mecanismos de democracia direta (Altman, 2011: 65). O aumento destes mecanismos (onde se engloba as iniciativas ou os referendos) fica a dever-se, em parte, aos avanços ocorridos nas tecnologias de comunicação, que permitem o acesso dos cidadãos à informação e estimulam a participação direta na tomada de decisões políticas (Matsusaka, 2005: 186).

De certa forma já defendidos por Rousseau<sup>1</sup>, na medida em que prescindem de representantes, estes mecanismos são definidos como “instituições onde os cidadãos decidem ou emitem a sua opinião sobre assuntos – além das eleições legislativas e executivas – diretamente nas urnas através de sufrágio secreto e universal” (Altman, 2011: 7). Isto significa, no entanto, que tal como na democracia representativa, também na democracia direta o princípio do mandato está subjacente. Como explicam Verhulst e Nijeboer, “na democracia a unanimidade constante é inalcançável. É por esta razão que a regra da maioria faz parte do arquétipo da democracia. (...) Mas a participação universal no processo de tomada de decisão democrática também é inalcançável. Haverá sempre membros da comunidade que não querem tomar parte na decisão de certos assuntos: porque não têm tempo, porque acreditam não ter conhecimentos suficientes, ou porque têm outras razões para não o fazer. Assim, em aditamento à regra da maioria, é também introduzida a regra do mandato: aqueles que não participam nas assembleias públicas são considerados como tendo dado um mandato àqueles que tomam parte no processo” (Verhulst e Nijeboer, 2007: 13). Este acaba por ser o cenário que se aplica aos cidadãos politicamente desafetos. Apesar de, genericamente, se encontrarem afastados do processo político, são vinculados a este pelo resultado do processo eleitoral mediante o qual é conferido aos representantes o poder para a representação de todos.

A forma de representação pode, no entanto, variar de acordo com o modelo em causa. Se tivermos em conta o modelo independente, o representante deve ser independente na sua ação, pois não pode estar condicionado a interesses individuais, mas agir em nome do interesse do todo. Já relativamente a modelos mandatários da democracia, o princípio subjacente à eleição é o de que os eleitos agem como porta-vozes ou delegados dos eleitores, perdendo a sua independência no que respeita à decisão política (Pitkin, 1967; Converse e Pierce, 1986; Aurélio, 2009). Apesar de se saber que os sistemas representativos não permitem o mandato imperativo, que retiraria aos representantes qualquer tipo de independência (Mannin, 1997: 163), é esperado que os representantes espelhem a vontade dos representados. Mas qual é essa vontade quando estamos a falar de cidadãos que se encontram ou sentem afastados da política?

---

<sup>1</sup> Na sua obra *O Contrato Social*, Rousseau apresenta-se bastante crítico da representação por terceiros. Nas suas palavras “(...) no momento em que a pessoa permite ser representada, deixa de ser livre: deixa de existir.” (Rousseau, 1762: livro III - Deputies or Representatives - Consultado em [http://www.constitution.org/jjr/socon\\_03.htm#015](http://www.constitution.org/jjr/socon_03.htm#015), a 27/08/2014.

A crise da representação política é algo que tem sido identificado pela academia, não sendo nova essa preocupação<sup>2</sup>. Entendido por uns como o renovar de um ciclo, onde as velhas elites dão lugar a novas (Manin, 1997: 232), ou como um processo de afastamento dos cidadãos face aos partidos políticos (Schmitt e Holmberg, 1995), certo é que assistimos a mudanças no relacionamento dos cidadãos com a política, provavelmente fruto também da própria mudança da sociedade<sup>3</sup>. A abstenção é muitas vezes apresentada como um dos sinais desta crise, na medida em que parte da justificação para a sua ocorrência assenta na falta de interesse político, na falta de confiança nos políticos, ou no próprio sistema (Hadjar e Beck, 2010). Acresce que, apesar de quem se abstém de votar não legitimar os representantes para atuarem em seu nome, estes vão assegurar a representação de todos, mesmo dos que se abstiveram. Tal poderá levar ao designado de representação enviesada, uma vez que existem diferenças, ao nível das preferências de políticas, entre os que votam, os que não votam, e as elites, que asseguram a representação de todos (Lutz et al., 2014), mesmo que o que defendem não corresponda à vontade generalizada.

A abstenção pode ser motivada pela existência de desafeição política, sabendo-se que tal acontece nas novas democracias (Torcal e Lago, 2006), verificando-se assim a existência de uma relação entre os dois fenómenos. Mas ao contrário da abstenção, que tem sido largamente estudada, a desafeição política, que nos remete para uma atitude crítica relativamente às políticas e às instituições representativas (Torcal e Montero, 2006: 5), não tem merecido o mesmo nível de atenção, apesar de o afastamento dos cidadãos e a falta de confiança nas instituições democráticas serem também apontados como uma preocupação (Newton e Norris, 2000). O estudo da desafeição política que se desenvolve na presente tese pretende aprofundar o conhecimento sobre quem são estes cidadãos (designadamente mediante a identificação de tipos de cidadãos desafetos), visando aferir

---

<sup>2</sup> Pippa Norris, no livro *Critical Citizens*, apresenta-nos uma sumarização das preocupações com o futuro e sustentabilidade da democracia que nas últimas décadas preocuparam e marcaram a agenda de políticos e cientistas (Norris, 1999: 3-7).

<sup>3</sup> Beck, a par de Giddens e de Lash, discutem o conceito de modernidade reflexiva, como a autodestruição da sociedade industrial, fruto não de uma revolução ou de uma crise, mas da própria vitória da modernização ocidental (Beck et al., 2000: 2). Nesta nova era, o relacionamento do indivíduo com a política assume já novos contornos, com uma individualização que apresenta aspetos contraditórios: “As formas de envolvimento, retirada e protesto político misturam-se numa ambivalência que desafia as velhas categorias da clareza política” (Beck et al., 2000: 21).

as suas posições político-ideológicas e determinar em que medida coincidem com as representadas pelos partidos. Numa época em que a afinidade (ou falta dela), entendida como o conhecimento e uma compreensão emocional sobre a situação e prioridades das pessoas por parte das elites (Manning e Holmes, 2013: 703), pode ajudar a perceber o afastamento político contemporâneo (Manning e Holmes, 2013: 701), espera-se que um maior conhecimento sobre este grupo de cidadãos desafetos, e sobre a desafeição em si, contribua para uma melhor compreensão do processo de representação.

A presente tese visa assim estudar a representação em contexto de desafeição política, através da aferição dos tipos de desafeição existentes, mas também do posicionamento ideológico dos cidadãos desafetos e a sua relação com o quadrante ideológico ocupado pelos partidos com assento parlamentar.

A par da desafeição, que pode contribuir para a designada crise da representação, existe também o contexto económico, que se sabe ter também impacto na ligação dos indivíduos à política. Entre outras consequências da crise económica, o intensificar da desigualdade económica tem efeitos ao nível da representação (Giger et al., 2012; Schmidt, 2009). Relativamente à mais recente crise que assolou a Europa, iniciada nos EUA em 2008, mas que ganhou maior expressão no continente europeu no início de 2010, teve, no caso de Portugal, efetivamente repercussões na congruência verificada entre representantes e representados, verificando-se um maior apoio dos eleitores a candidaturas independentes ou de grupos de cidadãos (Belchior et al., 2015), numa mudança de paradigma ao nível da representação. Mas os efeitos da crise vão mais longe e na União Europeia chegam ao nível do questionar a própria identidade (Schmidt, 2009: 17), sendo exemplo disso a eminente saída do Reino Unido como Estado-membro, decidida pela população, em referendo, a 23 de junho de 2016.

Visando contribuir para um melhor conhecimento da desafeição, a presente pesquisa foca-se também no impacto da crise económica neste fenómeno, não só ao nível da sua expressão (percebendo se aumentou ou não em virtude da crise), mas também na evolução registada no posicionamento ideológico-político dos cidadãos desafetos.

No estudo da desafeição iremos analisar a União Europeia, no seu todo, centrando-nos na Europa dos 15 para a comparação do posicionamento ideológico de partidos e cidadãos, com a aferição dos respetivos níveis de congruência. Os anos em análise são: 2014, com base nos dados mais recentes disponíveis para a UE, e 2009 para a análise comparativa que se pretende fazer entre o período prévio à crise e o pós emergência da crise económico-financeira.

Em termos de estrutura da presente tese, o primeiro capítulo sistematiza a literatura mais relevante sobre o tópico em apreço, a nível macro. Pretende-se situar o leitor face ao conceito e formas de representação prevalecentes, permitindo um enquadramento ao nível da abordagem que será considerada para a análise que se propõe fazer.

No segundo capítulo serão abordadas as implicações da desafeição política na representação democrática. Procede-se à análise concetual e dos fatores explicativos da desafeição, debruçando-se sobre a representação ideológica e também sobre as consequências políticas das crises económicas nas atitudes e comportamentos dos indivíduos.

Segue-se uma abordagem descritiva do universo em estudo, com a apresentação do contexto europeu e a análise das semelhanças e diferenças dos seus Estados-membros. Neste capítulo é analisado o retrato existente ao nível do sistema político dos países em causa e os efeitos e impacto da crise, com maior incidência em alguns Estados-Membros. É feita ainda a análise da evolução registada ao nível da abstenção, que, embora não considerada necessariamente como fator de desafeição, é um dos aspetos evidenciadores do distanciamento existente entre cidadãos e sistema político e, por essa via, merecedor da nossa atenção.

O quarto capítulo é dedicado à apresentação da problemática e os objetivos da tese são expostos com mais detalhe, e devidamente fundamentados. Neste capítulo são também enunciadas as hipóteses da investigação, e discutida a sua contextualização teórica.

A apresentação da metodologia, com a explanação da operacionalização dos conceitos em estudo, é feita no quinto capítulo. É neste momento que são apresentadas as variáveis selecionadas que concorrem para a definição de desafeição, bem como as variáveis que vão estar na base das dimensões ideológicas esquerda-direita e libertário-autoritário, e que conduzirão o estudo. A análise será feita com recurso aos dados disponibilizados no âmbito do European Election Studies no que respeita aos cidadãos, e à base de dados de peritos Chapel Hill, relativamente aos partidos políticos. A representação será medida através da congruência entre cidadãos e partidos.

Entrando na parte dedicada à análise dos dados, no sexto capítulo é feito o retrato da desafeição ao nível europeu e identificados os tipos de desafeição política existentes. Tendo em conta o impacto da crise, primeiro financeira e depois económica, que se iniciou nos Estados Unidos da América em 2007/2008 e alastrou-se posteriormente à

Europa, é analisada também a evolução registada ao nível da desafeição, bem como na diferença ocorrida em termos de posicionamento ideológico dos cidadãos no período pré e pós emergência da crise.

Por último, e já no sétimo capítulo, procura-se perceber se as preferências político-ideológicas dos cidadãos desafetos encontram reflexo nas posições dos partidos políticos representados no parlamento, através da análise da congruência ideológica existente entre ambos. Além do retrato da Europa dos 15, Portugal é alvo de uma análise mais fina, indo ao nível de cada uma das variáveis que compõem as dimensões ideológicas.

Passa-se de imediato ao primeiro capítulo desta tese, dedicado aos modelos teóricos de representação política.

## **CAPÍTULO 1 – MODELOS TEÓRICOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: FORMAS E TIPOS DE REPRESENTAÇÃO, E IMPORTÂNCIA DAS CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS**

Conforme referido na introdução, o primeiro capítulo pretende apresentar ao leitor uma visão macro sobre os modelos de representação mais relevantes. O objetivo desta secção não é o de discussão teórica dos modelos com vista a posteriormente testá-los empiricamente, uma vez que não é essa a tónica da investigação, mas sim o de permitir ao leitor situar-se face ao conceito e formas de representação prevalentes, procedendo-se desta forma a um enquadramento teórico-conceptual da pesquisa.

Assim, neste capítulo são apresentadas as formas e tipos de representação mais relevantes, definindo o âmbito no qual a representação será considerada, bem como discutida a relevância da congruência na representação, uma vez que parte significativa da tese assenta na aferição dos níveis de congruência entre representantes e representados. Por último, serão sistematizadas as características institucionais que concorrem para a medição da representação, através da congruência, com a referência ao voto enquanto mecanismo de representação, e aos partidos como atores chave do processo.

### **1.1 MODELOS E FORMAS DE REPRESENTAR**

Como referido no início desta tese, democracia e representação são conceitos indissociáveis. A popularidade do conceito de representação está precisamente relacionada com o facto de este se ligar à ideia de democracia e aos ideais de liberdade e justiça (Pitkin, 1967: 2). Recuperando a origem do grego, em que *demokratia* significa o governo do povo, a discussão sobre a representação surge da necessidade de definir as formas dessa governação, sendo a este respeito apresentadas duas grandes abordagens: a representação formalista e a representação substantiva. No seguimento destas perspetivas abordaremos os clássicos modelos de democracia representativa, divididos entre modelo da maioria e modelo consensual, bem como as formas de representação existentes, nomeadamente o modelo mandatário, o modelo independente e o modelo do partido responsável. É sobre esta destrição de modelos e a formas de representar que se apoia este subcapítulo.



A aceção de representação enquanto procedimento formal encerra uma dimensão de ação, de agir para. Nesta visão formalista da representação enquadra-se a definição clássica de Hobbes, que remonta ao século XVII e que assenta na noção de autorização, como ato de conferir autoridade. Na perspetiva da autoridade, um representante é alguém a quem foi dada autorização para agir. Desta forma, é concedido o direito a agir que não existia previamente, passando o representado a ser responsável pelas ações do representante, como se dele próprio se tratasse (Pitkin, 1967: 39). Com a entrega do direito de representação, Hobbes advoga que mesmo aqueles que votaram contra ficarão igualmente vinculados, estando-se assim perante o princípio do consentimento implícito da minoria<sup>4</sup> (Aurélio, 2009: 19).

Ainda no quadro de uma visão formalista da representação, mas oposta à ideia de autoridade, temos a representação como *accountability*, que passa pela necessidade do representante prestar contas pelas suas ações. Este representa aqueles a quem deverá prestar contas sobre o trabalho feito (Pitkin, 1967: 55), sendo movido pelo objetivo da reeleição que estará dependente da avaliação que os representados irão fazer.

A outra perspetiva de olhar a representação é através do seu lado substantivo, de uma representação designada de espelho, que passa por um corpo representante com uma correspondência exata ou muito semelhante ao dos representados. Esta visão, designada de descritiva ou tipológica, encontra as suas principais características na representação proporcional em termos de correspondência dos traços dos representantes aos dos principais segmentos sociais que compõem a sociedade (Pitkin, 1967: 60-61), sendo, por isso, importante a semelhança com o perfil social do eleitorado que representam (Pitkin, 1967: 111). A esta perspetiva descritiva contrapõe-se a abordagem mais substantiva da representação, que tem como meta o alcance do bem comum, ou o bem da comunidade, podendo as posições dos representantes, por este motivo, conflituarem com as do eleitorado (Jacob e Shapiro, 2000: 303-306).

Independentemente do tipo, os regimes representativos regem-se por princípios basilares, que estruturam a atuação de representantes e representados. Bernard Manin identifica-os da seguinte forma (1997: 6): aqueles que governam são designados por

---

<sup>4</sup> “Se o representante for constituído por muitos homens, a voz do maior número deverá ser considerada como a voz de todos eles. Porque se o menor número se pronunciar (por exemplo) pela afirmativa, e o maior número pela negativa, haverá votos negativos mais do que suficientes para destruir os afirmativos. E assim o excesso de votos negativos, não recebendo contradição, é a única voz do representante.” (in Hobbes, *Leviatã* – Cap. XVI)

eleições, em intervalos regulares; o grau de decisão daqueles que governam tem um determinado nível de independência face aos desejos do eleitorado; os que são governados podem expressar as suas opiniões e desejos políticos sem serem controlados por aqueles que governam; as decisões públicas são sujeitas a um debate. Nesta medida, a instituição principal dos governos representativos são as eleições, sendo a liberdade de expressão a característica democrática do sistema representativo (Manin, 1997: 170) e as eleições em intervalos regulares o estímulo ao cumprimento dos programas e promessas eleitorais por parte dos representantes, com o objetivo da reeleição (Manin, 1997: 167).

Apesar destes princípios comuns, existem diferentes modelos de representação. A democracia representativa pode apresentar um predomínio da maioria, tal como o preconizado no modelo de Westminster, em que cabe à maioria governar e à minoria fazer oposição, ou estar assente no estabelecimento de consensos, que caracteriza o modelo consensual e que se traduz num sistema multipartidário (Lijphart, 1989).

Lijphart concebeu um mapa conceptual da democracia (1989 e 1999), tendo identificado dez grandes diferenças entre o modelo maioritário e o modelo consensual, agrupando-se as mesmas em duas dimensões: executivos-partidos e federal-unitário. Na primeira dimensão o modelo maioritário é caracterizado por apresentar uma concentração do poder executivo em gabinetes maioritários de um só partido; pelo predomínio do poder executivo face ao legislativo; por apresentar um sistema bipartidário e um sistema eleitoral maioritário e desproporcional, e ainda por compreender um sistema pluralista de grupos de interesses com competição livre entre grupos. Em oposição, e no que respeita ainda à dimensão executivos-partidos, o modelo consensual verifica uma partilha do poder executivo em amplas coligações multipartidárias, um equilíbrio do poder entre o executivo e o legislativo, um sistema multipartidário, um sistema de representação proporcional e um sistema de grupos de interesses corporativistas. Na segunda dimensão, que comporta a dicotomia federal-unitário, o modelo maioritário é caracterizado por um governo centralizado e unitário; por uma concentração do poder legislativo numa câmara única; pela existência de constituições flexíveis que podem ser alteradas por uma simples maioria; assim como pelo facto de a constitucionalidade das leis ser decidida pela legislatura, e não pelo poder judicial; e ainda por os Bancos Centrais não serem independentes do executivo. Nesta mesma dicotomia o modelo consensual caracteriza-se por um governo federal e descentralizado, pela divisão do poder legislativo entre duas casas constituintes igualmente fortes, pela existência de constituições rígidas que só podem ser alteradas mediante maiorias extraordinárias, por sistemas em que a lei é

submetida à apreciação do poder judicial, através de tribunais supremos, com o objetivo de aferir da constitucionalidade das mesmas e pela independência dos Bancos Centrais (Lijphart, 1999: 3).

Uma das principais diferenças entre estes dois modelos está relacionada com o nível de participação dos representantes do povo no governo. Enquanto o modelo maioritário vê o poder executivo assente no apoio de uma maioria parlamentar, o modelo consensual favorece o estabelecimento de coligações com partidos e representantes de grupos sociais relevantes na repartição do poder (Lijphart, 1989: 71). Existe neste último modelo uma partilha do poder que faz com que a representação seja mais abrangente, sendo a democracia consensual considerada por Lijphart como mais democrática do que a maioritária (1999: 7). Acresce ainda o facto de o regime consensual apresentar uma maior sobreposição entre as preferências dos partidos, dos governos e dos cidadãos (Lijphart, 1999: 288; Powell, 2000: 244; Golder e Stramski, 2010: 104). Ainda assim, estudos mais recentes vieram questionar esta posição de maior congruência, demonstrando que a diferença entre os sistemas proporcionais e os sistemas maioritários não é significativa, variando consoante a fonte e o período em análise (Powell, 2009; Golder e Stramski, 2010: 102), ou a expressão de eleitores existentes com ligação aos partidos (Rohrschneider e Whitefield, 2012:1333).

De qualquer forma, ambos os modelos não conseguem, como é compreensível, alcançar uma representação plena. Como refere Lijphart, “estes regimes democráticos não se caracterizam por uma completa representatividade mas por a terem alcançado em grande medida, o que equivale a dizer que as medidas por eles implementadas se podem considerar em correspondência *relativamente próxima* com os anseios de *relativamente muitos* dos seus cidadãos por um *período relativamente longo*.” (1989: 14).

Mais do que a perspetiva defendida por Schumpeter, de que a democracia é essencialmente a forma institucional de seleção de candidatos a representantes e de formação de governos (1943: 269), sendo por isso entendida meramente como um procedimento regular de escolha dos governos pelos cidadãos, a discussão mais recente sobre representação democrática debruça-se sobre a complexidade que a mesma encerra, compreendendo aspetos como por exemplo a forma de representar. São duas as abordagens sobre as formas de representação: a ação dos representantes deve refletir o máximo possível a vontade dos representados e de acordo com as instruções e vontades manifestadas por estes – modelo mandatário; ou numa visão oposta (que contempla a perspetiva Schumpeteriana), o representante, depois de eleito, deve agir de acordo com a

sua consciência, visando sempre o bem comum – modelo independente (Pitkin, 1967; Converse e Pierce, 1986; Aurélio, 2009).

O modelo independente é classicamente ancorado em Burke e reforçado pelas críticas feitas ao modelo mandatário, considerado por uns como ultrapassado e limitativo das democracias representativas (Eulau, 1987: 212; Thomassen, 1994: 257-258). Segundo Burke, o representante deve ser independente, pois não pode estar condicionado a interesses individuais, mas sim agir em nome do interesse do todo. O representante é assim livre de qualquer obrigação perante o seu eleitorado (Converse e Pierce, 1986: 493; Aurélio, 2009: 24). Neste sentido, no famoso discurso aos eleitores de Bristol, Burke diz “*Vós podeis de facto escolher um membro; mas uma vez escolhido, ele não é um membro de Bristol, é um membro do parlamento.*” (Aurélio, 2009: 24).

Procurando conciliar ambos os modelos, Hanna Pitkin define representação da seguinte forma: “ser representado significa ser de alguma maneira tornado presente, apesar de não se encontrar presente literalmente ou de facto”. A autora refere que paradoxalmente, é esta a interpretação do conceito de representação que está presente nos dois lados da controvérsia mandatário-independente, como argumento de defesa da respetiva visão. Para os defensores do modelo mandatário se as decisões são contrárias à vontade dos eleitores, não existe representação. Por outro lado, os defensores do modelo independente argumentam que se não conseguirmos ver o representante a atuar, mas sim os eleitores diretamente através dele, então não estamos perante uma representação em termos de ação pelos outros, podendo no máximo enquadrar-se numa representação descritiva ou simbólica (Pitkin, 1967: 153).

Como resposta à dicotomia entre modelo mandatário e modelo independente, surge uma visão mandatária da representação, designada por Converse e Pierce como um terceiro modelo de representação. Este pretende ser uma melhoria do modelo mandatário, conseguida através da introdução dos partidos políticos enquanto mecanismos de representação (1986: 499). Neste novo modelo, designado de partido responsável, os partidos apresentam os seus programas de políticas durante as campanhas eleitorais, que configuram alternativas claras, e desta forma, fornecem a informação base para os eleitores escolherem em quem vão votar. Por sua vez, os eleitores votam de forma informada no partido cujo programa é mais próximo das suas preferências políticas. Desta forma, as eleições são reconhecidas como concedendo um mandato que é dado a quem vai governar, esperando-se que no governo, os partidos cumpram o mandato implementando o programa com o qual concorreram e para que foram eleitos (Converse

e Pierce, 1986: 499; Esaiasson e Holmberg, 1996: 3; Dahlberg, 2009: 15). Neste modelo presume-se, ainda, que os partidos, independentemente das discussões internas que tenham lugar, agem em bloco, obedecendo a uma estrutura hierarquizada. Ao exercerem controlo sobre o governo e sobre o processo de tomada de decisão, os partidos estão a conferir aos eleitores um certo controlo sobre a ação dos legisladores individuais, e sobre a ação do próprio governo. Este poder deriva do facto de uma possível insatisfação com a atuação, poder refletir-se no sentido de voto do próximo ato eleitoral (Dalton, 1985: 270), levando assim a que os partidos se mantenham fieis aos compromissos assumidos com o seu eleitorado.

Apesar de se tratar de modelos normativos distintos, considerados por vezes como controversos, estes podem coexistir em simultâneo, tal como consideraram Miller e Stokes ao concluírem que o sistema americano, ao ter contributos do modelo independente, mandatário e do partido responsável, apresentava um misto destes três modelos (Miller e Stokes, 1963: 56).

Será numa visão mais mandatária da representação que o modelo do partido responsável confere, que apoiaremos a investigação, centrando-nos na análise da proximidade existente entre as posições político-ideológicas dos cidadãos e as respetivas posições defendidas pelos partidos, entendendo esta ligação como indicativa do nível de representação existente, como se abordará no subcapítulo seguinte.

## **1.2 CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS DA REPRESENTAÇÃO**

Ao focar-se na aferição da representação política e ideológica mediante medidas de congruência na Europa, esta pesquisa assume a ligação promovida pelo voto entre representantes e representados como um mecanismo fundamental e, em consequência, os partidos como atores chave neste processo. Desta forma, a desafeição, traduzida por um afastamento político, pode constituir uma fragilidade potencial do processo de representação. Esta pesquisa estuda a correspondência entre representantes e representados, centrando-se neste segmento da população - os cidadãos politicamente desafetos

### 1.2.1 REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DO VOTO

Seja qual for o modelo de representação prevalecente, a principal instituição de um governo representativo são as eleições (Manin, 1997: 6), sendo que, das várias características que as norteiam, destaca-se o seu caráter de repetição regular, que faz com que aqueles que governam tenham em conta a opinião pública no processo de tomada de decisão, na expectativa de verem o seu mandato renovado (Manin, 1997: 175).

A transformação de votos em mandatos é feita através de um conjunto de normas institucionais, que definem o sistema eleitoral. Este pode variar ao nível da representação (por maioria ou proporcional), nas fórmulas de conversão de votos em mandatos, no desenho e dimensão dos círculos eleitorais, na existência ou não existência de cláusulas barreira legais, no tipo de listas partidárias que se apresentam para sufrágio (abertas, fechadas ou semi-fechadas), nos procedimentos de votação, na dimensão do órgão a eleger, na influência dos sistemas presidenciais, no formato e dinâmica partidária ao nível dos órgãos legislativos, ou na forma de preenchimento das vagas nos mandatos (Lopes e Freire, 2002: 91). Várias destas normas têm presente a preocupação com a abstenção, no sentido de criar mecanismos de incentivo à participação eleitoral. A introdução do voto obrigatório será porventura a mais direcionada para este propósito, mas o tipo de listas, com predominância para as abertas, ao “dar maior relevo aos eleitores na determinação dos candidatos que, dentro de cada partido (*listas fechadas e não bloqueadas*) ou entre diferentes partidos (*panachage*), serão eleitos” (Lopes e Freire, 2002: 150), poderá também contribuir como incentivo ao voto, uma vez que o eleitor pode ver aqui um mais efetivo reconhecimento do seu papel e da importância da sua escolha para o processo de decisão.

Apesar de os efeitos não serem consensuais, sabe-se que os sistemas eleitorais influenciam o nível de participação eleitoral. Parte da literatura aponta para a existência de uma maior participação eleitoral em sistemas de representação proporcional, explicado em parte por estes serem considerados sistemas mais justos, uma vez que incluem uma maior diversidade de partidos, mesmo entre os mais pequenos, incentivando desta forma o voto, na medida em que a oferta apresentada aos eleitores é mais ampla. Acresce que, existindo mais partidos a competir, as eleições tornam-se mais competitivas e o esforço de mobilização na conquista de votos é maior (Blais e Dobrzynska, 1998: 251; Blais *et*

*al.*, 2003: 8). A relação entre o sistema de representação proporcional e uma maior participação eleitoral não é, no entanto, consensualmente aceite, muito em parte pelo facto de não se verificar esta relação de causalidade de forma geral, de que é exemplo a sua não observação na América latina (Blais e Aarts, 2006: 193), mas também por a existência de mais partidos aumentar a possibilidade de formação de um governo de coligação, diminuindo assim o carácter decisivo das eleições, o que pode levar a uma diminuição da comparência às urnas (Jackman, 1987: 408).

### **1.2.2 OS PARTIDOS POLÍTICOS ENQUANTO MECANISMOS DE REPRESENTAÇÃO**

Na União Europeia, que corresponde ao universo em estudo nesta pesquisa, o voto é essencialmente feito em partidos, e não em candidatos. Os partidos encontram-se solidamente associados ao conceito de democracia, sendo célebre a frase de Schattschneider de que a democracia sem partido é algo impensável (Mair, 2005: 6). Mair recentra a questão ao perguntar-se se a queda dos partidos, a que se tem vindo a assistir nas últimas décadas, não implicará o falhanço da própria democracia (Mair, 2005: 7). Para este autor, os partidos têm estado a perder o seu papel predominante de representantes dos cidadãos. A principal explicação reside na aproximação destes às estruturas do Estado, relegando para segundo plano o papel representativo. Perante este cenário a democracia pode ver-se na contingência de ter de ir além dos partidos (Mair, 2005: 24). É na tentativa de puxar o sistema político à realidade, numa espécie de sincronização de posições entre cidadão e elites partidárias, que surgem os mecanismos de democracia direta Citizen-initiated (Altman, 2011: 197). Trata-se de um subtipo de mecanismo de democracia direta, que se distingue dos tradicionais mecanismos de democracia direta por ter origem e ser da iniciativa dos cidadãos (através da recolha de assinaturas e num sentido de *bottom-up*), e não do governo ou do parlamento (Altman, 2011: 2). Neste contexto, a democracia direta é apresentada como complemento da democracia representativa, na medida em que ajuda a corrigir algumas das suas falhas (Altman, 2011).

A representação pode adotar uma forma individual, em que o enfoque é dado aos representantes individuais, ou uma forma coletiva, em que os partidos ocupam a posição de destaque (Esaiasson e Holmberg, 1996: 4). Apesar da importância da representação individual não ser marginal, como Esaiasson e Holmberg demonstram no seu estudo

sobre os membros do parlamento na Suécia, ao concluírem que importa bastante quais as pessoas que das listas dos partidos acabam por ter assento no parlamento (1996: 316), sendo de notar a este respeito o facto de as estratégias dos partidos se basearem muito na imagem do candidato (Manin, 1997: 193), os partidos são uma peça fulcral no sistema representativo. São estes que acabam por providenciar os meios de ligação entre as elites e os cidadãos (Dalton, 1985: 293). Mesmo com as preocupações avançadas por Mair (2005), os partidos, no que à realidade da Europa Ocidental concerne, aparecem a representar com razoável sucesso as preferências das massas (Dalton, 1985: 294; Thomassen e Schmitt, 1999: 199; Belchior, 2010b: 131). No entanto, a sua centralidade tem vindo a perder relevância, com o crescimento do grupo de cidadãos designados de apartidários. Estes são caracterizados por elevados níveis de sofisticação e envolvimento político, mas sem ligação aos partidos políticos, não precisando destes para a tomada de decisão de voto (Dalton, 2008: 187, 188). Verifica-se assim fenómenos de afastamento dos cidadãos em relação aos partidos políticos, mas também, como refere Mair, destes em relação aos cidadãos. Estando o reconhecimento da necessidade dos partidos por parte dos cidadãos, dependente da ligação existente com estes, o seu enfraquecimento perante o eleitorado pode traduzir-se no enfraquecimento do próprio regime democrático (Holmberg, 2003: 298). O maior conhecimento sobre os cidadãos desafetos e a sua proximidade, em termos de congruência político-ideológica, com os partidos, contribui para um eventual reforço da ligação com estes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os sistemas representativos, para poderem ser assumidos como tal, pressupõem a existência de determinadas características, que servem como regulação da atuação das partes, como a designação dos governantes por eleições em intervalos regulares, o grau de independência da decisão dos governantes, a liberdade de expressão por parte dos governados e o debate das decisões públicas (Manin, 1997: 6). A estas características base estão associados diferentes modelos de democracia representativa, quer seja pela procura de consensos (modelo consensual), quer seja pelo predomínio da maioria (modelo de Westminster), residindo a grande diferença entre ambos no nível de participação dos representantes do povo no governo, uma vez que o modelo maioritário vê o poder executivo assente no apoio de uma maioria parlamentar e o modelo consensual favorece



o estabelecimento de coligações com partidos e representantes de grupos sociais relevantes na repartição do poder (Lijphart, 1989: 71). A este respeito, é de salientar o debate existente relativamente aos sistemas que apresentam maior congruência, defendido por uns como sendo o sistema proporcional (Lijphart, 1999; Powell, 2000; Golder e Stramski, 2010), mas com estudos mais recentes a apontarem não existir uma maior congruência, ou não significativa, do que a relativamente ao sistema maioritário (Powell, 2009; Golder e Stramski, 2010: 102; Belchior, 2012: 371; Rohrschneider e Whitefield, 2012).

A discussão da representação surge da necessidade de responder à questão do que deve ser representado e como. A este respeito, foi abordado neste capítulo a perspetiva da atribuição da autoridade para agir em nome dos representantes, existindo uma vinculação de todos, mesmo os que votaram contra ou não participaram no processo de escolha do representante, e a perspetiva do representante como tendo de atuar sempre com a consciência de que está sujeito a um processo de prestação de contas, que ocorrerá no final do mandato e aquando da realização de novas eleições.

Além das questões formais da representação, foi necessário olhar para a forma como se representa, pois tal tem reflexo na própria governação. Neste âmbito, foram abordadas duas visões que se apresentam como diametralmente opostas: a de que o representante deve refletir o máximo possível a vontade dos representados (modelo mandatário) ou que, por outro lado, deve, depois de eleito, agir unicamente de acordo com a sua consciência (modelo independente). Existe ainda um terceiro modelo, o do partido responsável, que se insere numa visão mais mandatária da democracia e que pressupõe uma apresentação prévia do programa de políticas e o cumprimento rigoroso deste após a eleição, uma vez que se entende que o mandato conferido está diretamente ligado ao programa apresentado. É com base neste modelo que se apoiará a presente investigação, na medida em que se proporá estudar a representação através dos níveis de congruência verificados entre os partidos, enquanto representantes, e os representados.

De entre as características institucionais da representação realçou-se a importância do voto, enquanto instrumento de representação que permite aferir a congruência existente, e dos partidos enquanto atores privilegiados neste processo, uma vez que são estes que asseguram os meios de ligação entre as elites e os cidadãos (Dalton, 1985: 293). Esta pesquisa centra-se também no voto em partidos enquanto instrumento para aferir os níveis de congruência entre eleitores e eleitos. Será o apuramento desta relação que nos

permitirá alcançar o objetivo de aferir a congruência existente entre cidadãos e partidos políticos na Europa.

Feito o enquadramento teórico da representação, o próximo capítulo será dedicado à questão da desafeição, objetivo de estudo central nesta tese, uma vez que se pretende averiguar a importância da desafeição nos níveis de congruência, procurando aferir se é maior ou menor nos países/indivíduos mais desafetos.



## **CAPÍTULO 2 - DESAFEIÇÃO POLÍTICA: ANÁLISE CONCEPTUAL E FATORES EXPLICATIVOS**

A presente investigação apoia-se em grande medida no conceito de desafeição, nomeadamente na importância da desafeição nos níveis de congruência político-ideológica dos eleitores com os partidos políticos. Este capítulo propõe-se, por isso, proceder à respetiva análise conceptual, fazendo o enquadramento dos fatores mais relevantes associados à definição de desafeição política que estão presentes na literatura sobre o tópico. Com o propósito geral de responder ao objetivo relativo à importância da desafeição nos níveis de congruência, cujo intuito é perceber se nos países/junto dos indivíduos mais desafetos a congruência ideológica entre partidos e eleitores é efetivamente menor, comparativamente àqueles com níveis de desafeição menores, será também feita a discussão sobre o conceito de representação ideológica.

Ainda no âmbito deste capítulo faremos a abordagem das consequências políticas da crise económica nos níveis de desafeição. Dado que o período em análise compreende a crise económico-financeira designada de Grande Recessão, importa perceber quais os efeitos políticos esperados da crise e as consequências possíveis ao nível da representação.

### **2.1 O FENÓMENO DA DESAFEIÇÃO**

O divórcio dos cidadãos em relação à esfera política tem vindo a reforçar-se nas sociedades ocidentais. Como referem Putnam e colegas, “uma longa série de estudos eleitorais apresentam uma larga evidência de que se verifica uma mudança ao nível das atitudes da opinião pública, com o declínio do suporte público a ser mais evidente em áreas como: desilusão com os políticos; com os partidos políticos e com as instituições políticas” (Putman, Pharr e Dalton, 2000: 13). Putman e colegas referem mesmo que “a maioria dos cidadãos do mundo trilateral tornou-se mais desconfiado face a políticos, mais cético relativamente aos partidos políticos e significativamente menos confiante nos seus parlamentares e outras instituições políticas” (Putman, Pharr e Dalton, 2000: 21), numa alusão ao constatado no Japão, América do Norte e Europa. Dalton conclui mesmo que o ceticismo perante a política, afeta quase todas as democracias industriais avançadas,

com os cidadãos a perderem a confiança nos agentes que asseguram a representação, nomeadamente, nas elites políticas, nos partidos e no parlamento (2007: 46).

Relacionada com esta tendência crescente da desconfiança perante as instituições políticas, Torcal e Montero definem desafeição política como uma atitude crítica relativamente às políticas e às instituições representativas. Esta atitude pode manifestar-se como uma desconfiança geral relativamente à política e um desligar do próprio processo político, a par de uma avaliação crítica das principais instituições e dos seus representantes, na medida em que se considera não haver uma verdadeira preocupação com o bem-estar dos cidadãos (Torcal e Montero, 2006: 5). Recorrendo à definição utilizada por di Palma, desafeição é uma alienação de sentimentos, envolvendo dessa forma distanciamento em relação ao sistema político (di Palma, 1970: 30). Em termos de operacionalização, Gunther e Montero propõem medir o conceito de desafeição política incluindo os seguintes indicadores “desinteresse na política, uma sensação de ineficácia pessoal, cinismo e desconfiança, o sentimento de que as elites não se preocupam com o bem-estar dos seus cidadãos, baixos níveis de confiança política, e um sentimento geral de desprendimento do sistema político e/ou das suas instituições mais relevantes” (2006: 49). Partindo deste contributo, a definição conceptual de desafeição que se adota na presente pesquisa assenta nos indicadores que se considera serem sintomáticos da existência de desafeição, por revelarem assumidamente um afastamento para com a esfera política, nomeadamente: afastamento em relação aos partidos, desconfiança política e falta de interesse pela política. Os três indicadores referidos, cuja operacionalização será apresentada no capítulo 5 apresentam-se em termos teóricos, como aspetos intimamente correlacionados com o fenómeno da desafeição, como iremos ver de seguida.

Começando pela relação dos cidadãos com os partidos, o declínio da importância destes últimos ganha especial importância se pensarmos no papel que Fukuyama atribui aos partidos, posicionando-os como as estruturas fundamentais para a existência de um sistema de liberdade ordenada. Para este autor é aos partidos, a par de outros tipos de grupos políticos organizados, que cabe a representação dos “interesses e anseios dos diferentes membros da sociedade”, sendo estas estruturas compostas por pessoas com interesses comuns que, numa lógica de capital social, “se dispõem a trabalhar umas com as outras para fins comuns”. (Fukuyama, 1995: 339). Esta representação vê-se, no entanto, fragilizada com o declínio dos partidos, verificado pela despolarização ideológica dos cidadãos, que se concentram cada vez mais ao centro, e pela volatilidade eleitoral (Dogan, 2001: 108), a par da queda no número absoluto de filiados (Mair e Van

Biezen, 2001: 13; Mair, 2003: 279). A importância do enfraquecimento da relevância dos partidos assenta no facto de poder pressupor um retrocesso no suporte dos regimes democráticos (Holmberg, 2003: 298).

Este afastamento dos cidadãos em relação aos partidos tem efeitos na participação eleitoral, que tem tendência a diminuir à medida que aumenta o afastamento (Dalton *et al.*, 2003). Apesar de não se poder fazer uma associação direta entre desafeição e abstenção, se nos lembrarmos que esta última pode estar associada a uma ausência de interesse pela política (relacionada com um isolamento geográfico ou social e designada de abstenção passiva ou sociológica) ou como uma manifestação de descontentamento (entendida como um ato político e designada de ativa ou ideológica) (Freire: 2000: 117-118), percebe-se a relevância da abstenção e a sua abordagem no contexto em análise, apesar de não se poder considerar taxativamente como revelador de desafeição política.

A teoria divide-se quanto ao real impacto da abstenção, e reflexos ao nível da representação. Alguns autores consideram estar aqui em causa um dos princípios vitais da democracia, o da participação política, que é fragilizado com o não voto, refletindo-se na desigualdade na representação e na influência exercida pelos cidadãos, com vantagens para os mais privilegiados e em desfavorecimento daqueles com menos recursos (Lijphart, 1997: 1). A desigualdade na representação é, aliás, conhecida, sabendo-se que está relacionada com os níveis de informação política: pessoas com maiores níveis de educação e com mais rendimentos, tendem a manifestar a sua opinião com mais frequência, do que os com menos instrução ou relativamente pobres (Althaus, 2003: 71-71). Outros autores não veem na abstenção um verdadeiro problema, uma vez que o efeito de um aumento da participação nos resultados eleitorais seria mínimo (Lutz e Marsh, 2007: 544). A esta última perspectiva acresce a de que existem várias motivações para o voto. Nos casos em que os cidadãos seguem a política de menos perto e baseiam as suas escolhas em questões de aparência ou retórica dos candidatos, em vez de se basearem na avaliação do desempenho registado no último mandato do governo, a menor participação eleitoral pode ser considerada como algo positivo (Rosema, 2007: 622).

O facto de os indivíduos não participarem pelas vias convencionais, através do voto, poderia estar a ser compensado com outras formas de participação não convencionais, como os movimentos de protesto promovidos pela chamada sociedade civil, que visam influenciar as opções de políticas públicas. Mas também aqui se verifica um problema de representação, uma vez que a parte mais vulnerável da população se encontra afastada, muito devido ao facto de considerarem não ter a capacidade de falarem

ou de influenciarem as políticas, apesar de terem as mesmas preocupações e desejos daqueles que participam ativamente (Hoeft et al, 2014: 403). Apesar do nosso enfoque de estudo não ser a abstenção, ela é indicativa do afastamento existente relativamente aos partidos, pelo que merece uma especial atenção.

Relativamente à falta de confiança política, uma possível explicação para o fenómeno de afastamento entre os cidadãos e os políticos, é o hiato existente entre as reivindicações populares, muitas vezes traduzidas em promessas eleitorais, e o que efetivamente o sistema político pode fazer, face aos recursos existentes e as novas problemáticas com que se defronta, como uma crise económica, as alterações climáticas ou a emergência de uma nova ordem mundial (Flinders, 2014). Apesar da existência de um entendimento da confiança enquanto dever cívico, como obrigação de se confiar nas autoridades que se encontram a governar (Easton, 1975: 448), este dever é abalado com o crescimento do novo cidadão crítico que mantém o ideal da democracia, mas que está insatisfeito com o desempenho do sistema político e em particular com as instituições governamentais (Norris, 1999: 269). Como explica Belchior, “o aumento das exigências e da capacidade de análise crítica dos eleitorados sobre o desempenho e competências das elites políticas reclamam uma resposta por parte destas” (Belchior, 2015, 84), pelo que ao não serem correspondidas, contribuem para o sentimento de perda de confiança. Sendo a confiança um dos pilares em que a sociedade assenta, a sua perda, nomeadamente no que respeita às instituições políticas, não só é um sinal de insatisfação como de preocupação (Newton e Norris, 2000: 53), na medida em que podem ser entendidos como sinais de alguma instabilidade política (Belchior, 2015: 84). A falta de confiança política apresenta-se, desta forma, também como um indicador de desafeição, na medida em que traduz um desacreditar nas instituições, algumas delas pertencentes ao sistema de representação vigente nas sociedades ocidentais.

A par da falta de confiança política e do declínio da ligação aos partidos políticos, a desafeição implica também a falta de interesse pela política. A este propósito importa salientar que Portugal é, dentro dos países europeus, dos que apresenta níveis mais baixos de interesse dos seus cidadãos pela política (Belchior, 2015: 41). Como refere Prior relativamente ao interesse pela política, “esta é uma questão importante pois o interesse pela política é o preditor mais forte do comportamento político, que faz com que a democracia funcione” (2010: 747). É certo que em sistemas eleitorais proporcionais, como é o caso da maioria dos países da UE, onde a ligação dos eleitores é feita essencialmente com os partidos e não com os candidatos, o estímulo a estarem atentos às

políticas dos candidatos e a um potencial reforço da congruência, acaba por ser fraco (Belchior, 2012: 367). Ainda assim, o interesse dos indivíduos pela política poderá concorrer para o grau de envolvimento e participação dos mesmos, uma vez que se sabe ter relação com comportamentos políticos, como o de votar (Leone et al, 2014: 12). Porém, e em oposição, a falta de interesse pela política conduz a uma atitude de desafeição, compreensível se atendermos ao facto de uma das razões apontadas para a falta de interesse na política ser o desconhecimento e o sentimento de incompetência, uma vez que é difícil as pessoas terem interesse por algo que não compreendem (van Deth, 1990: 279). Pelo afastamento que pode provocar e pela automarginalização do processo de representação que pode implicar, o desinteresse pela política encerra o círculo que, a nosso ver, concorre para o fenómeno da desafeição.

A relevância do estudo da desafeição advém do divórcio crescente dos cidadãos com a política, potenciado pelos fatores que concorrem preferencialmente para a existência desse desprendimento: o afastamento em relação aos partidos, a desconfiança política e a falta de interesse pela política.

## **2.2 A REPRESENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

O debate político das sociedades ocidentais é feito, em grande parte, com base na dicotomia esquerda e direita. Como refere Roberto Bobbio, este é o quadro de referência utilizado em sociedade e pela sociedade (Bobbio, 1994: 54), numa referência ao registado nas sociedades ocidentais. Citando Jost, “como as ideologias e outros sistemas de crenças crescem da necessidade de satisfazer as necessidades epistémicas, existenciais e relacionais da nossa espécie, a ideologia é certamente uma parte natural do nosso funcionamento psicológico e estará, de uma forma ou outra, sempre presente.” (Jost, 2006: 667). Definindo as vontades individuais e aquilo que os indivíduos preconizam para a sociedade em que se encontram inseridos, e na qual são representados, a ideologia apresenta-se assim como um indicador mediante o qual podemos aferir a correspondência entre representantes e representados.

Estudos demonstram, por um lado, que na tradicional escala esquerda-direita socioeconómica, aqueles que priorizam o combate à desigualdade social, sendo a favor de uma maior intervenção do estado na economia e na sociedade e valorizando mais o valor da igualdade em detrimento da liberdade, situam-se ideologicamente mais à



esquerda (Freire, 2008: 196). Por outro lado, os que apoiam a existência de incentivos económicos à iniciativa individual, a redução de impostos e o crescimento económico encontram-se geralmente mais à direita (Freire e Kivistik, 2012:17). Esta divisão ideológica observa-se um pouco por todo o mundo, apesar de com um impacto maior na Europa e nos EUA (Freire e Kivistik, 2012). Se entendermos o termo esquerda e direita como um campo de oposições, não só de ideias, mas também de interesses e de opiniões sobre o rumo a dar à sociedade (Bobbio, 1994: 29), é expectável que mesmo quem se sinta afastado da política, de uma ou de muitas formas, tenha ainda assim preferências claramente identificáveis ao nível das políticas públicas e um pensamento e desejo sobre como deverá ser conduzida a sociedade em que está inserido. É com base nesta assunção que a presente pesquisa se foca no eleitorado politicamente desafeto, com o intuito de averiguar os níveis de correspondência política e ideológica deste relativamente aos partidos estabelecidos.

A ideologia não se esgota, porém, na dimensão esquerda-direita. Em 1971 Inglehart apresenta o que considera ser uma mudança de prioridades na sociedade, decorrente das condições de vida que foram sendo alcançadas e que faz com que se verifique a existência de uma diferença intergeracional, onde os mais velhos, que passaram por várias privações, incluindo a experiência da II Guerra Mundial, dão maior primazia aos valores materialistas, assentes numa noção de segurança física e económica, enquanto os mais novos, cujas necessidades básicas se encontram asseguradas, almejam algo mais, dando maior relevância aos valores pós-materialistas (Inglehart, 1971). A nova agenda política, com a substituição das questões económicas pelas questões sociais relacionadas com as liberdades e estilos de vida, trouxe uma nova divisão com leitura ideológica, a libertária-autoritária (Flanagan e Lee, 2003: 251). Na escala libertário-autoritário sabe-se que o libertário é mais tolerante perante diferenças culturais, étnicas ou de estilos de vida do que o indivíduo autoritário (Flanagan e Lee, 2003: 245), valorizando as questões ambientais em detrimento das económicas (Kitschelt e Hellemans, 1990). O posicionamento político-ideológico dos indivíduos passa assim, não só pelo seu entendimento sobre as tradicionais questões económicas, como também pela posição que tem relativamente a novos valores. Apesar de esta nova clivagem ter sido potenciada pelas elites políticas, e não necessariamente pela experiência do dia-a-dia dos cidadãos (Iversen, 1994: 174-175), ela resulta da evolução das sociedades.

Além da influência do contexto institucional na representação, abordada no capítulo anterior, outro aspeto com influência nos níveis de congruência entre eleitores e

representantes (membros do Parlamento) é o tipo de partidos e a ideologia ou temas políticos. Num estudo sobre o caso português, onde são combinadas várias formas de medição da congruência, com o objetivo de reforçar a validação das conclusões obtidas, Belchior e Freire estudam a importância do tipo de partido, apresentado nas suas formas clássicas de *catchall* e ideológico, para a explicação dos níveis de congruência entre os membros do Parlamento e os eleitores (Belchior e Freire, 2012). A pesquisa concluiu que os partidos *catchall* tendem a ser mais congruentes do que os ideológicos, em grande parte devido ao facto de tradicionalmente o eleitorado posicionar-se ao centro (Belchior e Freire, 2012: 284). Para a presente tese não nos debruçaremos na distinção entre tipos de partidos, mas sim no espaço ideológico que ocupam, visando aferir o nível de congruência existente entre os cidadãos desafetos e os partidos estabelecidos, com assento parlamentar. Centrando-se a análise num período que abrange uma grande crise económica, importa conhecer o que é esperado encontrar ao nível do comportamento dos indivíduos neste novo cenário de crise, sendo o que nos propomos enquadrar do ponto de vista teórico no subcapítulo seguinte.

### **2.3 CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DAS CRISES ECONÓMICAS NAS ATITUDES/COMPORTAMENTOS DOS INDIVÍDUOS**

Estando a desafeição, como já referido, associada a falta de confiança nas instituições representativas e a um sentimento de que os políticos não se preocupam verdadeiramente com o bem-estar dos seus cidadãos, a análise dos eventuais efeitos da crise económica que afetou a Europa nestes sentimentos dos cidadãos afigura-se incontornável. Esta secção propõe-se, por isso, sistematizar as consequências da crise no comportamento dos cidadãos em termos da literatura relevante produzida.

A crise económico-financeira, com origem nos EUA em 2007/2008, teve tal repercussão que é designada por vários autores como a Grande Recessão (Giugni e Grasso, 2018; Lindvall, 2014; Magalhães, 2014). As implicações ao nível das atitudes e comportamentos dos indivíduos não foram imediatas: “Uma das explicações para a demora nos protestos em massa, era de que existia esperança na democracia e confiança de que o sistema político iria funcionar, que traria à responsabilidade os autores da crise e rapidamente repararia o sistema. Mas ficou claro, anos após o rebentar da bolha, que o sistema político falhou, tal como tinha falhado na prevenção da crise, na verificação do

crescimento da desigualdade, na proteção dos que estão no fundo, na prevenção dos abusos corporativos. Foi só então que os protestos saíram para as ruas.” (Stiglitz, 2012). No caso de Portugal, registou-se uma mudança de entendimento do eleitorado sobre a participação democrática, com a aceitação e apoio de candidaturas ao parlamento de cidadãos independentes (Belchior et al., 2015: 13). Apesar de os protestos e petições por iniciativa dos cidadãos, em resposta a queixas particulares, terem aumentado, o maior envolvimento dos cidadãos na política, que se poderia esperar, decorrente da insatisfação política crescente, não se verificou (Sousa et al.: 2014: 1535). No entanto, verificou-se uma mudança por parte dos deputados, que, por via do contributo da crise, passaram a estar mais recetivos a formas de representação mais participativas, numa aproximação ao eleitorado (Belchior et al., 2015: 12). O afastamento dos cidadãos pode, assim, estar a ser compensado por uma aproximação dos partidos ao posicionamento político dos cidadãos.

Sabe-se que quando a economia entra em crise, alguns temas passam a ter um maior relevo para o eleitor, com as questões económicas a ganharem importância, em detrimento dos assuntos sociais ou ambientais (Singer, 2013). Acresce que a economia é tão mais importante, quanto menor é a ligação dos eleitores com os partidos. O afastamento dos partidos, abordado anteriormente, faz com que o desempenho económico seja um fator de maior influência no voto. Quanto menor for a ligação com os partidos políticos, mais ganha força o voto económico (Kayser e Wlezien, 2011: 387). Se a relação com os partidos já é fraca, a crise económica pode, assim, contribuir ainda mais para esse afastamento.

Em termos de opções políticas associadas às questões económicas, verifica-se uma aproximação à esquerda nos países que se encontram numa situação de défice após crise económica (Broz, 2012: 25), tendo-se verificado para o caso português uma manutenção do posicionamento dos eleitores à esquerda nas questões económicas (Magalhães, 2014: 186). As consequências eleitorais das crises não são contudo unânimes, uma vez que em oposição ao referido, existem também evidências de que após as crises a aproximação se dá à direita, apesar de ser apenas nos primeiros dois a três anos, voltando a aproximar-se da esquerda após esse período (Lindvall, 2014).

Além da flutuação ao nível do posicionamento ideológico, a existência de uma crise económica está associada à diminuição da satisfação com a democracia, como se constatou para o caso de Portugal e de Espanha (Christman e Torcal, 2017; Sousa et al., 2014). Uma vez que quanto menos satisfeitos os indivíduos se encontram com a democracia, maior é a possibilidade de desafeição (Sanz et al., 2015: 18), os efeitos da

crise económica no suporte ao regime político, pode implicar um aumento da desafeição. Implica, para já, um declínio da confiança nas instituições europeias (Freire e Moury: 2014: 106), numa manifestação de desagrado à falta de resultados nas respostas à crise, que passaram pela aplicação de fortes medidas de austeridade. Este decréscimo da confiança nas instituições políticas não é de agora, mas é mais acentuado nos países com dificuldades económica, em particular os mais afetados pela recente crise (Belchior, 2015: 81)

Sabendo-se o impacto das crises económicas na democracia, importa saber o impacto existente nos níveis de desafeição, percebendo se no período pós emergência da crise registou-se um aumento do número de cidadãos desafetos e, por essa via, um maior afastamento dos indivíduos para com a política e para com os seus atores tradicionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fenómeno da desafeição, com tendência crescente nas sociedades contemporâneas, incorpora várias dimensões que concorrem para a sua definição. Entre estas identificamos o afastamento relativamente aos partidos políticos, visível pela despolarização ideológica dos cidadãos e pela volatilidade eleitoral (Dogan, 2001: 108), ou pela queda no número absoluto de filiados (Mair, 2003: 279). A desafeição passa também pela falta de confiança que, sendo um dos pilares em que a sociedade assenta, a sua perda ao nível da confiança nas instituições representa não só é um sinal de insatisfação, como de preocupação (Newton e Norris, 2000: 53). Passa igualmente pela falta de interesse pela política, determinante no comportamento político, como na decisão de votar, ou nas atitudes sociopolíticas (Leone et al, 2014: 12).

Numa época em que se regista um maior afastamento dos cidadãos para com a política e os seus atores, e em que se atravessou uma das maiores crises financeiras e económicas da história recente da Europa, importa perceber os efeitos da crise ao nível da desafeição. Mas importa também, e talvez acima de tudo, perceber se este grupo de cidadãos desafetos tem espelho no quadro dos sistemas de partidos europeus, ou se a sua representação, por via da congruência existente, não está assegurada.

O próximo capítulo versará sobre o contexto europeu, universo a que nos propomos estudar, permitindo definir o necessário enquadramento sobre o panorama existente nos Estados-membros da União Europeia.



### CAPÍTULO 3 – O CONTEXTO EUROPEU

Tendo a presente tese os países da União Europeia (UE) como casos de estudo, este capítulo será dedicado à contextualização do universo em causa. Começa pela apresentação das origens e evolução da União Europeia, com o que aproxima e distingue os seus Estados-membros a nível político, seguindo-se a análise da abstenção registada nas eleições para o parlamento europeu e, por fim, os efeitos da crise na Europa.

Na caracterização dos países da UE daremos uma atenção especial à questão da abstenção. Não sendo este indicador considerado na operacionalização da desafeição que nos propomos fazer, pode ser revelador de ausência de interesse pela política, ou uma manifestação de descontentamento, como abordado no capítulo anterior. A atitude de descontentamento ou distanciamento que pode estar subjacente, faz com que dediquemos um espaço de análise, nomeadamente quanto à evolução registada nos países em estudo.

Olharemos também para os efeitos da recente crise económico-financeira na Europa. Num contexto de forte recessão económica, à escala global, os efeitos da crise foram sentidos na União Europeia, com particular impacto em alguns dos seus Estados-membros. Apresentaremos os principais efeitos sentidos pela crise, e a identificação dos países mais penalizados por esta, de modo a ficar clara a pertinência do estudo e a importância de percebermos a evolução registada ao nível da desafeição entre o período pré-crise e o pós-emergência da crise.

#### 3.1 A UNIÃO EUROPEIA E OS SEUS ESTADOS-MEMBROS: OS CASOS DE ESTUDO

A ideia de uma Europa unida surge da necessidade de ancorar os países a interesses comuns, inicialmente económicos, procurando evitar assim a repetição da tragédia que tinham sido as duas Grandes Guerras. O primeiro ensaio no sentido da união foi a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951, que juntava países outrora inimigos, mas que agora partilhavam os recursos ao nível das matérias-primas. Juntos e sob uma autoridade comum, seria mais difícil a ocorrência de um novo conflito armado.

Em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, os seis países que formaram a CECA (Bélgica, República Federal da Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) decidem ir um pouco mais longe do que a união ao nível das matérias-primas, estendendo o mesmo tipo de compromisso a toda a economia e à questão sensível que era o nuclear. Em janeiro de 1958 toma assim forma a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (Euratom).

Desde então a União foi alargando em número de Estados-membros mas também em profundidade, com a criação do mercado único, da livre circulação de pessoas e capitais e como último passo, num caminho que preconizava uma verdadeira união política, inspirada no federalismo, pela criação de uma moeda única. É precisamente na sequência da queda do muro de Berlim e da unificação da Alemanha que o Conselho Europeu de Maastricht (09 e 10 de dezembro de 1991) adota o Tratado da União Europeia. Entre outras coisas este tratado estabelece a criação de uma união económica e monetária, onde se inclui a criação da moeda comum, que viria a ser o euro.

O processo de adesão de novos Estados-membros foi gradual e faseado no tempo. Em 1973 Dinamarca, Irlanda e Reino Unido aderem às comunidades europeias, que passam a ter nove membros. Em 1981 dá-se a entrada da Grécia e em 1986, com a adesão de Portugal e Espanha são já doze os Estados-membros. Em 1995 junta-se a Áustria, Finlândia e Suécia. O grande alargamento da União Europeia acontece em 2004 com a entrada de muitos dos países que compunham o antigo bloco soviético (aderem à UE o Chipre, a República Checa, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, Malta, a Polónia, a Eslováquia e a Eslovénia). Em 2007 junta-se a este grupo a Bulgária e a Roménia e a última adesão dá-se com a entrada da Croácia, em 2013.

O euro não foi adotado por todos os Estados, mas são já 19 os países que dentro da UE partilham a mesma moeda: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

Em termos de contexto político institucional verifica-se existir uma relativa homogeneidade entre os países, sendo esta uma das grandes vantagens em utilizar a UE como caso de estudo, uma vez que permite a comparação entre os Estados-membros. Como visível no quadro 3.1, a grande maioria apresenta um sistema eleitoral assente na representação proporcional, sendo muito poucos os Estados-membros que têm a figura do voto obrigatório. A grande diferença entre os países reside na longevidade da democracia, considerada aqui como o número de anos com existência de sufrágio

universal, desde o fim da II Guerra Mundial, em 1945, até 2014, data das últimas eleições para o parlamento europeu.

Quadro 3.1. Caracterização dos Estados-membros da UE em termos de sistema eleitoral, obrigatoriedade de voto e antiguidade democrática

País	Antiguidade democrática, em anos (1945-2014)	Voto obrigatório (2014)	Sistema Eleitoral (2014)
Áustria	69	Não	Proporcional
Dinamarca	69	Não	Proporcional
Finlândia	69	Não	Proporcional
França	69	Não	Pluralidade/Maioria
Irlanda	69	Não	Proporcional
Luxemburgo	69	Sim	Proporcional
Reino Unido	69	Não	Pluralidade/Maioria
Bélgica	68	Sim	Proporcional
Grécia	61 <sup>5</sup>	Sim	Proporcional
Itália	68	Não	Proporcional
Países Baixos	68	Não	Proporcional
Malta	67	Não	Proporcional
Suécia	66	Não	Proporcional
Alemanha	65	Não	Misto
Polónia	62	Não	Proporcional
Chipre	44	Sim	Proporcional
Portugal	39	Não	Proporcional
Espanha	37	Não	Proporcional
Croácia	24	Não	Proporcional
Eslováquia	24	Não	Proporcional
Eslovénia	24	Não	Proporcional
Estónia	24	Não	Proporcional
Hungria	24	Não	Misto
Letónia	24	Não	Proporcional
Lituânia	24	Não	Misto
República Checa	24	Não	Proporcional
Roménia	24	Não	Misto
Bulgária	24	Não	Proporcional

Fonte: IDEA.

<sup>5</sup> Esta antiguidade tem em conta o período de ditadura vivido na Grécia entre 1967 e 1974.



Com exceção de Malta, Polónia e Chipre, os últimos países a aderir à União Europeia correspondem àqueles que apresentam uma menor antiguidade democrática. Apesar de Portugal e Espanha terem feito parte dos primeiros alargamentos da UE, estão também entre os Estados-membros com menor antiguidade democrática. A este propósito é de salientar que além de a confiança política ser mais baixa, e volátil, nas novas democracias (Marien, 2011: 36), quanto mais recentes são as democracias, menor é o nível de participação (Franklin, 2004: 18). Este último fenómeno relaciona-se com o “hábito de votar” (que implica uma proximidade política) ligado à repetição do comportamento e estabilidade do contexto (Aldrich et al., 2010: 557), naturalmente mais presente em democracias com maturidades consolidadas.

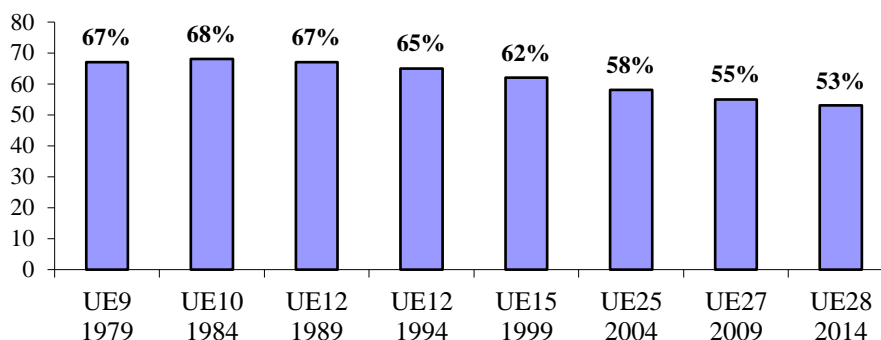
A análise que se pretende fazer terá em consideração os 28 Estados-membros que, à data, compõem a União Europeia.

### **3.2 ELEIÇÕES EUROPEIAS: ABSTENÇÃO SEMPRE A SUBIR?**

São amplamente reconhecidas as elevadas taxas de abstenção que ocorrem nas eleições para o Parlamento Europeu. Consideradas como eleições de segunda ordem (Reif e Schmitt, 1980; Schmitt, 2005; van der Brug e van der Eijk et al., 2007), parece existir um afastamento dos europeus em relação ao processo de representação ao nível da UE. As causas de tal desinteresse têm sido estudadas, sendo uma das razões apontadas o facto de os cidadãos europeus considerarem que estas eleições não têm grande utilidade, pois não elegem um governo com poder executivo a nível nacional, isto é, não são eleições de primeira ordem. Tal é agravado por alguma falta de empenho por parte dos atores envolvidos nas eleições, em fazerem ver a importância de se votar (Wessels e Franklin, 2009: 98).

A figura 3.1 permite verificar que, de facto, a participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu tem vindo a diminuir. Desde o primeiro ato eleitoral, ocorrido em 1979 até as últimas eleições de 2014, a taxa de participação passou dos 67% para os 53%. Com exceção da ligeira subida nas eleições de 1984, desde então a curva tem sido sempre descendente.

Figura 3.1. Taxa de participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu



Fonte: IDEA. Cálculos próprios.

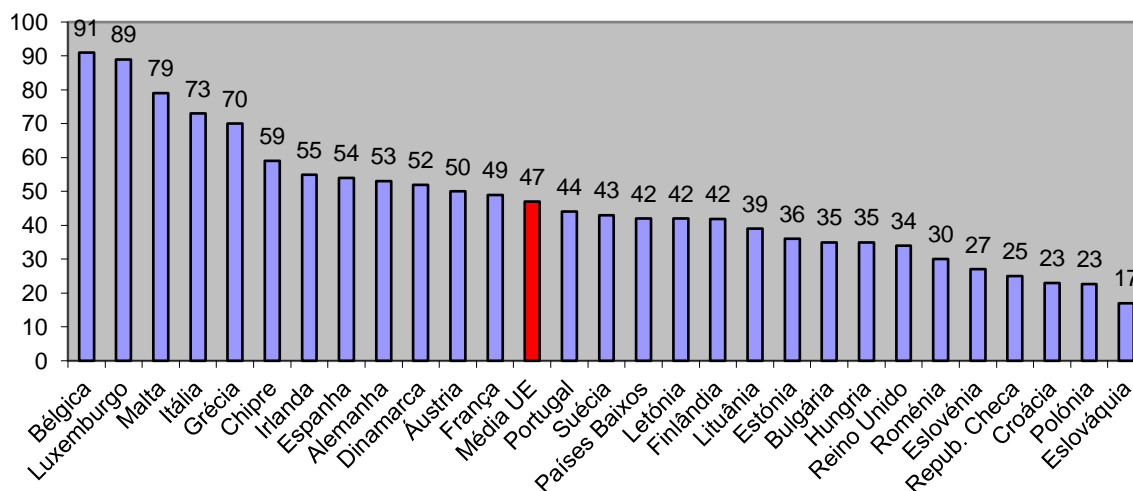
Não nos centrando na evolução, mas apenas na taxa média de participação eleitoral dos Estados-membros, constatamos a existência de realidades bastante distintas. A taxa de participação não é baixa em todo o lado, sendo, no entanto, verdadeiramente reduzida em alguns países, como é o caso da Eslováquia (17%) e da Polónia e Croácia (23%). Por oposição existem países com taxas de participação elevadas, todos com voto obrigatório ou que o tiveram no passado (caso da Itália), com exceção de Malta, que apesar de não ter este mecanismo de incentivo à participação eleitoral, regista uma média de participação nas eleições para o parlamento europeu de 79%, bastante acima da média da UE (47%).

Novamente com exceção de Malta, todos os Estados-membros com entradas mais recentes na UE apresentam uma taxa de participação inferior à média da União Europeia (figura 3.2). Tratando-se na grande maioria de democracias mais recentes (muitas pertencentes ao antigo bloco soviético ou tendo feito parte da União Soviética) poderemos encontrar uma interpretação para este comportamento na explicação de que votar é um hábito. Os eleitores que enfrentam as primeiras eleições votam menos do que aqueles em que o voto está mais estabilizado (Franklin, 2004: 18), como se de uma curva de aprendizagem se tratasse (Plutzer, 2002)<sup>6</sup>. O hábito advém da repetição do

<sup>6</sup> De acordo com Plutzer, quando um grupo de jovens cidadãos se torna elegível e pode votar pela primeira vez, o que mais influencia a ida às urnas, ou não, são os recursos políticos e o contexto socioeconómico dos países. Esta influência tende a desvanecer com o passar dos anos, passando a ida às urnas a ser tida como um hábito (Plutzer, 2002: 54).

comportamento e da estabilidade do contexto (Aldrich et al., 2010: 557), pelo que a participação eleitoral poderá ainda não estar enraizada nos hábitos e costumes dos cidadãos destes países.

Figura 3.2. Taxa média de participação nas eleições europeias 1979-2014



Fonte: IDEA. Cálculos próprios.

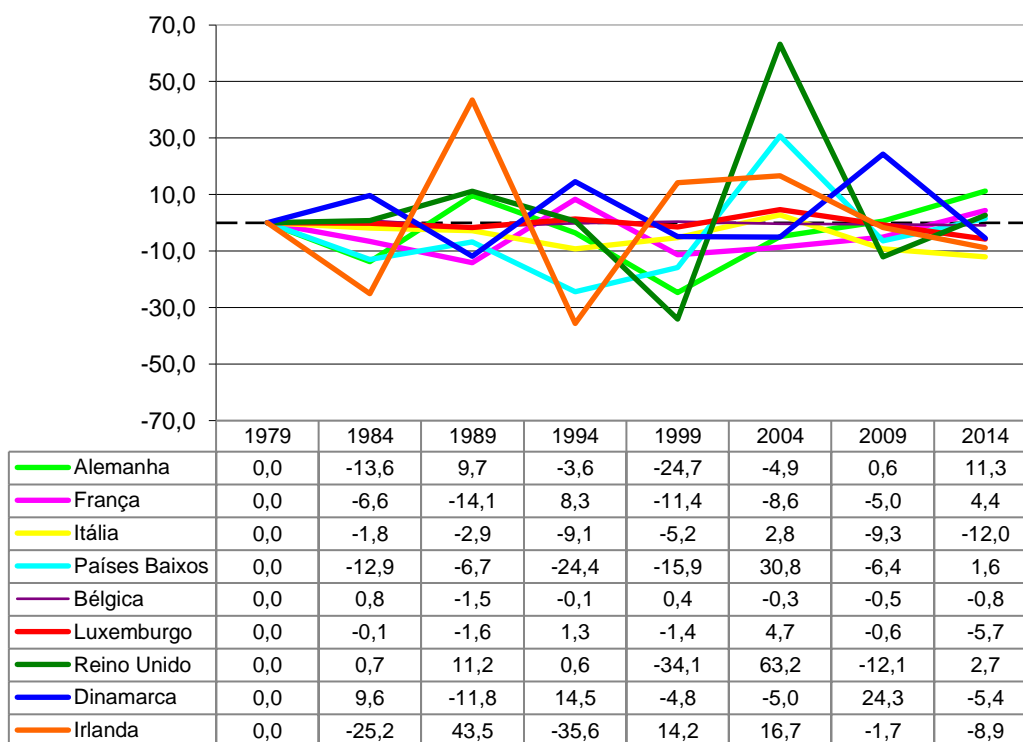
Dada a existência de diferenças entre países com adesão à UE mais recente e a integração há mais tempo, avançaremos para uma análise mais fina, tentando apurar se a tendência é sempre a mesma, ou seja, se de facto a abstenção tem estado sempre a subir em todos os Estados-membros. Neste sentido exploram-se em seguida os dados sobre a evolução da participação eleitoral nos países da UE, agrupados em função do momento de respetiva integração na UE. Para esta análise utilizaremos a taxa de variação da participação eleitoral entre períodos. Na análise dos resultados, quando a participação eleitoral decresce, face ao ato eleitoral anterior, ocorre uma variação negativa. Quando a participação eleitoral aumenta, a variação é positiva. Valores próximos de zero, sejam positivos ou negativos, significam que não houve praticamente variação entre os atos eleitorais em comparação.

Analisando a evolução ocorrida no conjunto de países que concorreram às primeiras eleições para o Parlamento Europeu (os países fundadores, mais o conjunto de países que integrou o primeiro alargamento), verifica-se que o comportamento não tem

sido homogéneo, registando-se uma flutuação na participação eleitoral (figura 3.3). A taxa de participação eleitoral não sobe ou desce em todos os Estados-membros no mesmo ano. O período onde se verifica uma maior uniformidade no comportamento é o ato eleitoral de 1999, onde se regista uma redução da taxa de participação face às eleições anteriores em todos os países, com exceção da Bélgica que apresenta uma variação residual (0,4%) e a Irlanda, que sobe 14,2%.

O declínio da taxa de participação eleitoral no conjunto destes 9 países volta a sentir-se de uma forma mais uniforme nas eleições de 2009. Neste ano, a participação eleitoral apenas sobe na Alemanha, apesar de tenuemente (0,6%), e na Dinamarca (24,3%). Este comportamento generalizado de descida da taxa de participação poderá estar relacionado com a crise financeira e económica iniciada nos EUA, mas que se alastrou para a Europa em 2009, com grande impacto em muitos dos países da UE.

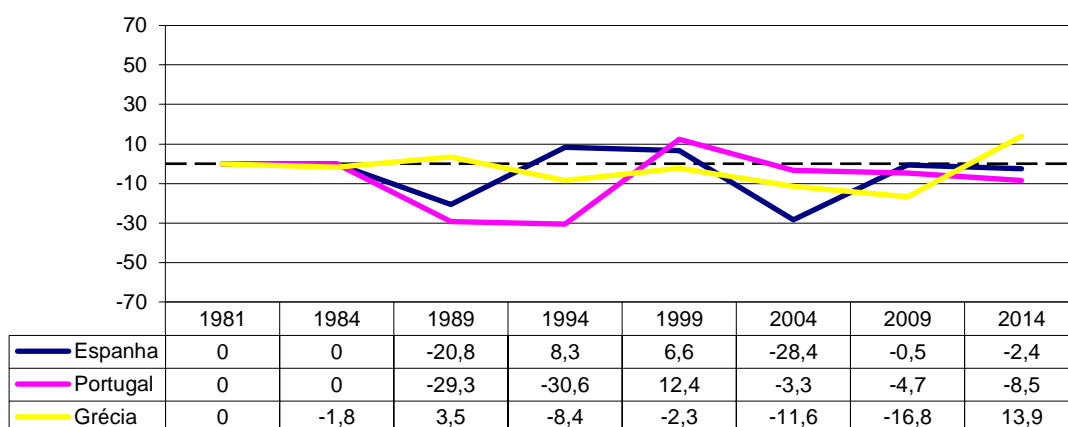
Figura 3.3. Variação da taxa de participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu, nos países fundadores e nos países que integraram o primeiro alargamento (1979-2014)



Fonte: IDEA. Cálculos próprios.

Olhando para os países que fizeram parte do segundo e terceiro alargamento (Grécia, Portugal e Espanha) verifica-se a mesma situação acima registada, ou seja, o declínio da participação não é constante, salientando-se, no entanto, a variação quase sempre negativa, reveladora de um decréscimo tendencialmente consistente no tempo (figura 3.4). Mesmo a Grécia, que apresenta uma curva com maior estabilidade no decréscimo, regista uma subida na taxa de participação nas eleições de 1989, face às anteriores (subiu 3,5%), voltando a registar uma subida considerável em 2014 (13,9%).

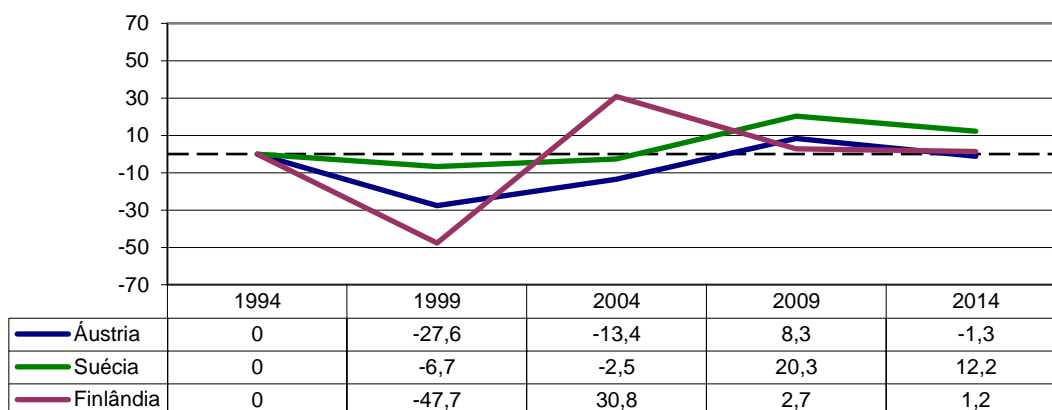
Figura 3.4. Variação da taxa de participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu, em Espanha, Portugal e Grécia (1981-2014)



Fonte: IDEA. Cálculos próprios.

O quarto alargamento da União Europeia acolhe a Áustria, Suécia e Finlândia. No conjunto destes países, que apresentam a mesma antiguidade na UE, é de realçar a queda acentuada no ato eleitoral de 1999 (figura 3.5). Apesar das diferenças, os últimos atos eleitorais registam, no entanto, uma tendência de subida, verificando-se uma relativa estabilização das taxas de participação eleitoral destes países.

Figura 3.5. Variação da taxa de participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu, na Áustria, Suécia e Finlândia (1994-2014)



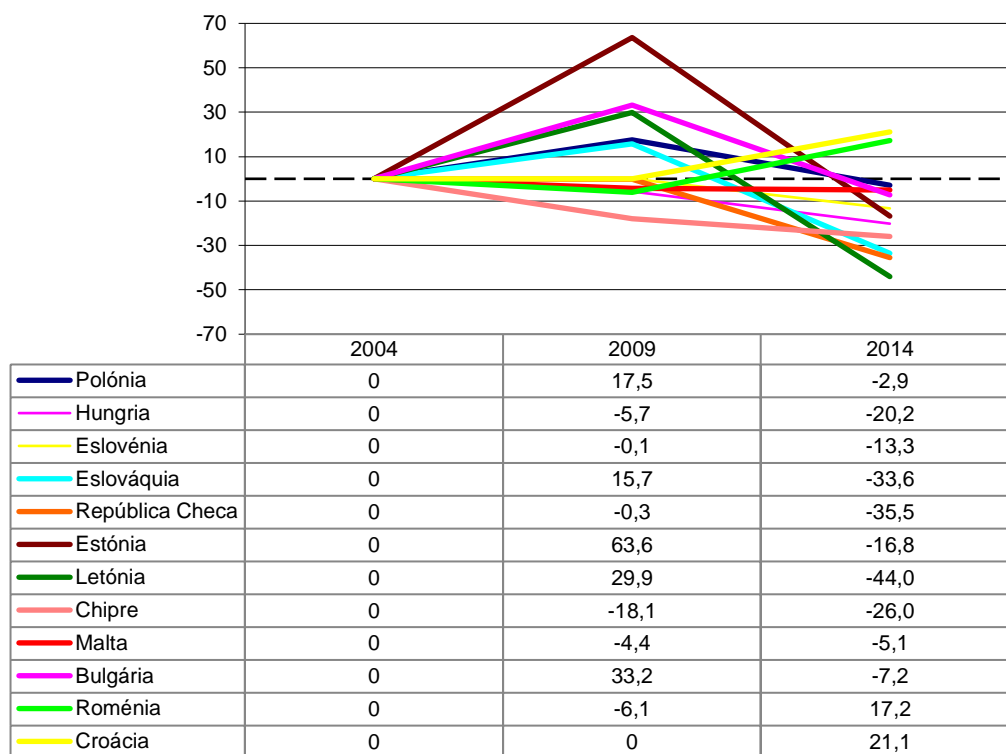
Fonte: IDEA. Cálculos próprios.

Os últimos alargamentos da UE integram como Estados-membros seis antigos países do bloco soviético (Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Roménia e Eslováquia), três Estados bálticos que tinham feito parte da União Soviética (Estónia, Letónia e Lituânia), duas das repúblicas da antiga Jugoslávia (Eslovénia e Croácia) e dois países mediterrânicos (Chipre e Malta).

Não apresentando este conjunto de países um comportamento homogéneo, conforme visível na figura 3.6, é notório um decréscimo da participação no ato eleitoral de 2014 na maioria destes Estados-membros. Em alguns casos, a expressão dessa diminuição é mesmo bastante elevada: a Letónia desceu 44%, a República Checa 35% e a Eslováquia 33%. Das poucas subidas registadas destaca-se o caso da Lituânia, que vê em 2014 a participação eleitoral subir 126% face às eleições ocorridas em 2009.

De realçar que o Chipre, apesar de ter voto obrigatório, registou uma descida de 26% na participação nas eleições para o Parlamento Europeu de 2014 face a 2009.

Figura 3.6. Variação da taxa de participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu, nos países que entraram mais recentemente na UE (2004-2014)<sup>7</sup>



Fonte: IDEA. Cálculos próprios.

A análise da evolução da participação nas eleições para o Parlamento Europeu, vem confirmar anteriores pesquisas que referem o facto de a abstenção não aumentar sistematicamente (ver a este propósito Flickinger e Studlar, 2007). As oscilações verificadas, por vezes significativas, de ato eleitoral para ato eleitoral, levam a que a expressão de que a abstenção tem estado sempre a subir tenha de ser utilizada com alguma reserva, uma vez que se tal é verdade em termos globais, o mesmo nem sempre acontece quando analisamos caso a caso. É, no entanto, evidente a existência de taxas médias de participação baixas, ou mesmo muito baixas, na maioria dos países, pelo que neste âmbito, a abstenção pode ser tida como uma forte preocupação. Num olhar global pelos países, é de salientar que são os países com a adesão mais recente à UE que apresentam a menor participação eleitoral, com exceção de Malta e Chipre, este último muito provavelmente devido ao facto de ter o regime de voto obrigatório. Em termos de

<sup>7</sup> Para uma melhor leitura do gráfico não foi incluída a Lituânia, uma vez que de 2009 para 2014 registou uma subida de 126%, no que à participação eleitoral diz respeito.

evolução entre o período considerado pré crise (2009) e o período pós emergência da crise (2014), verifica-se uma diminuição da participação eleitoral na maioria dos Estados-membros. A este propósito é ilustrativo o facto de a participação eleitoral ter diminuído no período pós emergência da crise, em todos os países que tiveram de ser financeiramente intervencionados, à exceção da Grécia, que acabou por ser o mais afetado de todos.

De salientar que, a par do verificado em termos de participação eleitoral, cujo decréscimo aponta no sentido do divórcio entre eleitores e as elites políticas, também no que respeita à confiança política, um dos indicadores que iremos considerar para o apuramento da desafeição, tanto no que respeita ao parlamento europeu, como aos parlamentos nacionais, é clara a existência de uma diminuição da confiança nestas instituições entre o período pré e pós crise (Nancy, 2016: 21, 32; Algan et al., 2017: 14). Verifica-se assim a existência de uma deterioração na relação entre cidadãos e sistema representativo, quer seja pela perda de confiança nos representantes, quer pelo afastamento relativamente ao instrumento de representação, que é o voto.

### **3.3 OS EFEITOS DA CRISE NA EUROPA**

A crise financeira com origem nos EUA, designada por crise do *subprime*, teve como um dos momentos mais marcantes a queda do banco Lehman Brothers, em 2008. O impacto registado a nível mundial, com particular incidência na Europa através da crise das dívidas soberanas que se seguiu, é comparável com o da Grande Recessão de 1929<sup>8</sup>. Ao nível da União Europeia é em outubro de 2009 que soam os primeiros alarmes, com a Grécia a anunciar que o seu real défice rondava os 12,7%, em vez dos 3,7% oficialmente reportados (Bosco e Verney, 2012: 134). A crise das dívidas soberanas na Europa começava a ganhar expressão no início de 2010, alastrando-se sobretudo ao Sul da Europa, com Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda a terem de ser intervencionados, através da concessão de empréstimos financeiros de estruturas internacionais como o Fundo

---

<sup>8</sup> Para um maior detalhe sobre a origem da crise financeira dos EUA os principais acontecimentos que se lhe seguiram e em que medida esta crise contribuiu para a crise das dívidas soberanas verificada na Europa, sobretudo nos países periféricos, vd. Araújo, 2013: 26.



Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, e as consequentes medidas de austeridade que em troca desse apoio foram implementadas.

Voltando à origem da crise, logo em 2008 a escala de intervenção para suportar os bancos não teve paralelo, estimando-se o suporte dado aos bancos do Reino Unido, dos Estados Unidos da América e da Eurozona em 14 triliões de dólares, o equivalente a um quarto do PIB global (Haldane e Allessandri, 2009: 1). “Historicamente os governos decidem que aumentar os défices fiscais de forma a mitigar os efeitos económicos das crises financeiras é uma necessidade” (Schularick, 2012: 882), o que se verificou nesta crise, levando a um aumento das dívidas soberanas em vários países europeus.

Seguindo a linha cronológica das intervenções financeiras ocorridas, o auxílio externo começa na Grécia, em maio de 2010. Neste país “as medidas de austeridade geraram um elevado descontentamento público, levando a uma prolongada instabilidade política. Esta instabilidade começou com a reformulação do Governo em julho de 2011, seguindo-se a resignação do Primeiro-ministro George Papandreous em novembro de 2011 e as duas eleições de maio/junho de 2012, que conduziram a um governo de coligação tripartida, sobre a liderança de centro-direita de Antonis Samaras” (Monastiriotis, 2013: 6). É também em 2010 que a Irlanda se vê forçada a pedir ajuda externa. A origem do problema esteve fortemente relacionada com as garantias asseguradas pelo governo à banca, e foi exigido aos contribuintes um considerável esforço (Clarke e Herdman, 2012), traduzido em medidas como o corte de 15% dos salários do setor público e mais tarde a mesma redução no valor do salário mínimo, com o valor a ser restaurado em 2011. Os impactos da crise na Irlanda fizeram-se sentir sobretudo na perda de emprego nos setores do retalho, do pequeno comércio e da construção, com o desemprego que em 2008 se situava nos 6,4%, a subir para 14% em 2010 e a chegar perto dos 15% em 2012 (Hardiman e Regan, 2013: 11).

Em maio de 2011 é a vez de Portugal ter de recorrer aos credores para suportar o nível da dívida pública, com “as políticas de ajustamento que desse facto resultaram a prejudicar consideravelmente os resultados do país, a competitividade e as perspetivas futuras, além dos enormes custos sociais” (Cabral, 2013: 32). O último país da União Europeia a ser alvo deste processo de intervenção foi a Espanha, em junho de 2012. Neste caso os desequilíbrios orçamentais, que levaram a uma elevada dívida pública e à necessidade de recorrer a empréstimos, estão diretamente ligados com o aumento da despesa no setor público, muito por via do elevado desemprego registado, mas também pela diminuição da receita pública. No período de 2007 a 2011, Espanha é o país da UE

que regista uma maior diminuição de receita, em grande medida explicada pela bolha imobiliária, que levou a uma diminuição de contribuições deste setor (Conde-Ruiz e Marin, 2013).

Apesar do maior impacto económico se ter registado na Europa do sul, de uma maneira geral a maioria dos países da UE foram afetados por esta crise, como demonstram os dados sobre finanças públicas<sup>9</sup>. Sabendo-se que é esperado encontrar efeitos políticos na sequência de crises económicas, como abordado no capítulo anterior, atendendo à dimensão da crise ocorrida no espaço temporal em análise, a ocorrência da crise económica na Europa será um fator a ter em conta na análise que nos propomos fazer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A União Europeia nasce de um objetivo de unidade entre os povos europeus, como forma de assegurar a paz. Dá os primeiros passos pela via da aproximação económica, visando posteriormente avançar no sentido de uma maior integração política.

Sendo exigido o cumprimento de determinadas condições para que os países possam passar a ser Estados-membros<sup>10</sup>, em termos políticos é mais o que une estes países do que o que os distingue. Apesar de existir flexibilidade nas escolhas, verifica-se uma grande homogeneidade nos sistemas eleitorais, com a larga maioria a ter uma representação proporcional, e na não instituição do voto obrigatório. Sendo naturalmente todos os Estados-membros democracias, a diferença reside na sua longevidade democrática. Com exceção de Espanha e Portugal, os Estados-membros que fizeram parte das primeiras adesões da UE são os que apresentam uma maior longevidade democrática, sendo expressiva a diferença que existe a este nível entre a UE15 e a UE27, ou a UE28.

---

<sup>9</sup> De acordo com o boletim do Eurostat de outubro de 2012 (149/2012), em 2011 os défices mais baixos em percentagem do PIB verificavam-se no Luxemburgo (-0.3%), na Finlândia (-0.6%) e na Alemanha (-0.8%), com três países a chegarem a apresentar superávido: Hungria (+4.3%), Estónia (+1.1%) e Suécia (+0.4%). No entanto, 17 Estados-membros registavam défices superiores a 3% do PIB.

Relativamente à dívida pública, calculada em percentagem do PIB, 14 Estados-membros apresentavam uma dívida pública superior a 60%, com os valores mais altos a registarem-se na Grécia (170.6%), em Itália (120.7%), em Portugal (108.1%) e na Irlanda (106.4%).

<sup>10</sup> A adesão à União Europeia exige o cumprimento de um conjunto de condições democráticas, económicas e políticas, conhecidas como Critérios de Copenhaga.

Em suma, os Estados-membros da União Europeia constituem-se como democracias liberais, com grande proximidade ao nível dos sistemas políticos, o que permite o estudo comparado da desafeição junto dos mesmos. O estudo destes casos ganha ainda maior relevância se atendermos ao facto de a União Europeia, e em particular alguns dos seus Estados-membros, ter sido particularmente afetada pela recente crise económico-financeira, sendo de toda a importância o conhecimento dos seus efeitos ao nível da representação, em especial dos cidadãos desafetos.

## **CAPÍTULO 4 – A PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E HIPÓTESES**

Nesta secção é feita a discussão da problemática que está na base da presente investigação, contextualizando-se nesta, posteriormente, a apresentação dos objetivos que irão conduzir a investigação, bem como, de seguida, as hipóteses que nos propomos testar.

### **4.1 A PROBLEMÁTICA**

A desafeição política merece uma particular reflexão no contexto da representação pois os cidadãos desafetos, ao estarem afastados da esfera política, podem estar a deixar de dar expressão eleitoral aos seus interesses e preferências políticas, e por essa via, a limitar ou mesmo a anular a representação política dos mesmos. Averiguar se é este o caso é a motivação primeira para esta investigação.

Incidindo a generalidade dos estudos até agora realizados no comportamento e preferências dos eleitores que votam, pouco se sabe sobre as preferências dos cidadãos que apresentam uma atitude de desafeição política. Este é, no entanto, um grupo que deve merecer atenção e que importa conhecer melhor, sobretudo pela possibilidade da sua mobilização. Como referem Torcal e Montero, “enquanto que os democratas desafetos podem não desafiar a ordem democrática, a sua desinformação, não envolvimento e estranheza perante a esfera pública tem um impacto duradouro nos mecanismos democráticos de prestação de contas” (Torcal e Montero, 2006: 342). Não está em causa uma crise da legitimidade democrática, mas sim a necessidade do envolvimento de todos para o bom funcionamento das instituições.

Como referido no primeiro capítulo, estando o reconhecimento da importância dos partidos políticos, relacionado com o seu papel de agregador e veículo de representação dos interesses e preferências dos cidadãos, o esbatimento desta ligação ao eleitorado pode traduzir-se no enfraquecimento do próprio regime democrático (Holmberg, 2003: 298). Tendo o conceito de desafeição política na sua base o afastamento e desconfiança dos cidadãos face aos partidos e instituições políticas em geral, para aferir em que medida a desafeição dos cidadãos condiciona a efetiva representação das suas preferências políticas é preciso, não só um conhecimento sobre as preferências políticas

dos cidadãos politicamente desafetos, mas também sobre as posições político-ideológicas defendidas pelos partidos.

Privilegiando-se a aferição da representação política pela apreciação da congruência entre as elites políticas e os eleitores, sabe-se que existem diferenças de entre ambos. As elites posicionam-se mais ao extremo que os seus eleitores e são mais progressistas que estes em termos de valores (Belchior, 2010b; Tiberj et al., 2012). Falta saber a relação existente entre estes, através dos partidos que representam, e os cidadãos desafetos.

## 4.2 OBJETIVOS

Partindo do trabalho de Gunther e Montero, onde para a mediação da desafeição, foram utilizadas as variáveis *política é muito complicada*, *peçoas como eu não têm influência* e *os políticos não se preocupam* (2006: 63), recorrendo a variáveis similares para construir uma escala de desafeição espera-se, com a resposta aos objetivos que nos propomos alcançar com a presente tese, contribuir para o alargamento do conhecimento sobre a desafeição e as consequências desta na representação política. Este contributo será dado não só pelo âmbito mais alargado de países em análise, por comparação com aquele trabalho, uma vez que nos propomos a considerar todos os países da UE, e não apenas os 4 países europeus utilizados por aqueles autores, mas também pelo apuramento de tipos de desafeição. A análise será feita, não olhando para a forma como cada item que concorre para a escala de desafeição se correlaciona com outras dimensões, como feito por Gunther e Montero, mas sim pela análise de tipos de desafeição existentes junto do eleitorado europeu. Sabendo-se, tal como visto no capítulo 2, que a desafeição é composta por várias posições e sentimentos dos cidadãos para com o sistema e os atores políticos, como desconfiança, afastamento ou até cinismo, importa identificar os diferentes tipos de desafeição, propondo-nos assim definir uma tipologia, aplicada aos países que compõem a União Europeia:

1.º objetivo - Definir uma tipologia da desafeição política dos cidadãos europeus.

Sendo a tónica da presente tese a representação, a ideologia é a variável mediante a qual se vai aferir a correspondência entre representantes e representados. A ideologia dos partidos e dos cidadãos é aferida na presente pesquisa com base na construção de duas variáveis compostas, uma relativa à dimensão esquerda-direita tradicional, e outra respeitante à dimensão libertário-autoritário. No primeiro caso são consideradas as posições de cidadãos e partidos em relação a 3 políticas, e no segundo as posições de ambos em relação a 4 políticas. A aferição das posições político-ideológicas de cidadãos e partidos remete nesta tese, por isso, para aquelas duas variáveis compostas.

Tal como abordado no capítulo 2, as crises económicas têm reflexo nas atitudes políticas dos cidadãos. Tendo a recente crise económico-financeira tido um impacto significativo ao nível da União Europeia, com particular incidência nalguns dos seus países, importa avaliar o efeito desta crise nos níveis de desafeição. Associado à desafeição importa avaliar também a evolução do posicionamento político-ideológico no período pós emergência da crise. Esta análise torna-se relevante pelo facto de se saber que os partidos periféricos (por exemplo: populistas de direita, ou de extrema esquerda) beneficiam eleitoralmente da degradação das condições económicas, com um aumento do seu suporte nestes períodos (Hernández e Kriesi, 2016: 23; Hobolt e Tilley, 2016: 11). Importa assim perceber se o posicionamento ideológico dos cidadãos, em particular dos desafetos, se aproximou dos extremos, indo de encontro ao posicionamento destes partidos.

No âmbito do estudo da ideologia recomenda-se não ficar apenas pela clássica dicotomia esquerda vs direita, pois utilizada em exclusivo corre o risco de ser redutora e não abranger assuntos que se encontram no chamado “ângulo morto” e que podem assim ficar fora da dimensão ideológica tradicional (Thomassen, 2012: 24). Desta forma, associada à dimensão ideológica esquerda vs direita, serão tomadas em conta também as prioridades políticas que surgiram na sequência da própria evolução das sociedades pós-industriais, designadamente as associadas ao surgimento do pós-materialismo (Inglehart, 1977). Assim, considera-se na análise não só a dicotomia assente nas questões económicas e redistributivas tradicionais como também a “nova” dimensão ideológica libertário-autoritário, com o objetivo de fazer uma leitura das consequências da crise ao nível das posições ideológico-políticas tradicionais e “novas”:

2.º objetivo - Avaliar em que medida a incidência da crise económica em alguns países europeus influenciou os níveis de desafeição e o posicionamento ideológico-político dos cidadãos.

É com base no posicionamento ideológico que se pretende aferir o grau de congruência existente entre os cidadãos e os representantes dos partidos, permitindo desta forma perceber se o espaço ideológico dos cidadãos politicamente desafetos encontra correspondência nos partidos políticos existentes em cada país analisado. O estudo da representação e congruência existente entre representantes e representados é vasto, existindo análises semelhantes à que nos propomos fazer (como o estudo do caso português de Belchior e Freire, 2012, sobre o eleitorado votante). O contributo que se pretende dar para a investigação passa, no entanto, e sobretudo, pelo universo que será estudado, que corresponde aos cidadãos desafetos, e não aos eleitores como habitualmente.

Espera-se perceber se os partidos com assento parlamentar refletem as preferências políticas dos cidadãos, independentemente do seu tipo de desafeição, tentando apurar se estamos perante um vazio no espaço ideológico, associado à não oferta partidária na linha das preferências dos cidadãos desafetos, ou se, em oposição, esta é uma falsa questão, não sendo um maior envolvimento político dos indivíduos um requisito indispensável para uma maior correspondência política dos partidos. O terceiro e último objetivo apresenta-se assim da seguinte forma:

3.º objetivo - Aferir o nível de congruência existente entre cidadãos (em função do seu tipo de desafeição política) e partidos políticos na Europa.

### **4.3 HIPÓTESES**

Face à linha de investigação definida e respetivos objetivos traçados, são agora apresentadas as hipóteses que decorrem dos mesmos.

Tal como formulado no segundo objetivo, interessa-nos analisar os efeitos da recente crise económica e financeira que afetou a Europa, nos níveis de desafeição dos indivíduos. Com a imposição de medidas de austeridade consubstanciadas em cortes

orçamentais como forma de diminuir e controlar o défice público, o aumento da instabilidade social na Europa afigurou-se incontornável, o que é compreensível dado saber-se existir uma relação direta entre estes dois fenómenos (Ponticelli e Voth, 2011: 18). A dimensão da crise e o impacto que a mesma teve na vida dos cidadãos, conforme descrito no ponto 3.3, provocou consequências políticas, decorrentes em grande parte, da atuação dos governos na tentativa de ultrapassar a crise (Blyth, 2013; Monastiriotis et al., 2013).

O declínio da confiança dos cidadãos nas instituições políticas é em grande medida explicado pelo desempenho dos governos e das instituições políticas (Newton e Norris, 2000: 72), tendo a crise contribuído para um aumento da desconfiança, sobretudo nos países mais afetados (Belchior, 2015: 102). É o caso da Grécia, da Espanha e de Portugal, onde, apesar de não imediato, se verificou um acentuado declínio da confiança na União Europeia (Freire e Moury, 2014: 106).

Tendo a crise trazido um sentimento generalizado de insatisfação com os governos europeus e a própria União Europeia, espera-se encontrar um aumento da desafeição no período posterior à emergência da crise, por comparação ao período anterior:

Hipótese 1 - A desafeição junto dos cidadãos europeus tendeu a aumentar no período posterior à emergência da crise (2014), por comparação ao período anterior (2009).

A par da evolução da desafeição antes e pós emergência da crise, que nos permite perceber a influência da crise nos cidadãos, importa perceber também a evolução registada ao nível do posicionamento ideológico dos cidadãos politicamente desafetos. Esta análise permite-nos perceber o quanto os indivíduos modificaram o seu posicionamento, e em que medida os partidos acompanharam essa mudança, aferida mediante análise da congruência ideológica existente entre ambos.

Considerando a dimensão ideológicas esquerda vs direita e recuperando as conclusões de Inglehart que associam ao crescimento económico uma diminuição do suporte à intervenção estatal, tipicamente associada à esquerda (Inglehart, 1997: 262), espera-se, por oposição, uma aproximação à esquerda no pós emergência da crise. Este raciocínio é reforçado pelo facto de a crise económica e financeira, com impactos severos ao nível do crescimento económico e a existência de uma recessão em alguns países, levar a uma preferência do aumento do suporte à intervenção estatal, por parte dos cidadãos



(Giugni e Grasso, 2018: 18). Contribui ainda para esta expectativa o saber-se existir uma aproximação à esquerda nos países que se encontram numa situação de défice após uma crise económica (Broz, 2012: 25) e também porque apesar de haver estudos que apontam para uma tendência diferente, de um maior sucesso dos partidos da ala direita após uma crise, referem também que esta orientação verifica-se apenas nos primeiros dois a três anos, voltando a registar-se uma aproximação à esquerda após esse período (Lindvall, 2014). Em termos de hipótese apresentamos a seguinte formulação:

Hipótese 2 - O posicionamento ideológico dos cidadãos europeus, independentemente do tipo de desafeição política, tendeu a aproximar-se da esquerda no período posterior à emergência da crise (2014), por comparação ao período anterior (2009).

Em relação à dimensão libertário *vs* autoritário, temos a expectativa de encontrar um aumento do autoritarismo, fruto da crise e do impacto que a mesma teve nas populações. Esta expectativa decorre de aspetos como a imigração, que é vista como uma ameaça aos postos de trabalho existentes num período de elevadas taxas de desemprego (Algan et al., 2017: 37), chegando a suscitar acesas discussões por parte de líderes europeus relativamente ao modelo de integração dos imigrantes (Collett, 2011: 2). Decorre também do facto de se saber que em tempos de crise, com consequências como o aumento da taxa de desemprego, a preocupação com o ambiente e com a sua proteção deixar de ser uma prioridade (Kahn e Kotchen, 2010: 15). Neste sentido, tem sido observada uma relação entre o estado da economia do país, e do indivíduo, e o suporte dado a gastos com a proteção do ambiente, no sentido em que quanto maior o nível económico, maior o suporte, e o reverso (Elliot et al., 1997: 25). Assim, em termos de formulação de hipótese, a mesma apresenta-se da seguinte forma:

Hipótese 3 - O posicionamento ideológico dos cidadãos europeus, independentemente do tipo de desafeição política, tendeu a aproximar-se do polo autoritário no período posterior à emergência da crise (2014), por comparação ao período anterior (2009).

Pretendendo a presente tese apurar o nível de congruência existente em contexto de desafeição política, a análise passa por aferir o nível de congruência ideológica entre

cidadãos e partidos, com vista a perceber em que medida os cidadãos europeus, de acordo com o seu tipo de desafeição, estão ou não representados em termos político-ideológicos pelos partidos com assento parlamentar. Tem sido demonstrado que existe um substancial nível de congruência ideológica entre os eleitores e os partidos políticos europeus, e que os membros do parlamento se encontram ideologicamente mais ao extremo e ligeiramente mais à esquerda do que o seu eleitorado (Belchior, 2012: 366; Belchior, 2010b: 129). Sendo uma das justificações possíveis para esta ocorrência os menores níveis de sofisticação política dos eleitores face às elites (Converse e Pierce, 1986: 765), e sabendo-se que a desafeição está relacionada com baixos níveis de envolvimento político e pouca exposição aos media no acompanhamento de notícias sobre política (Gunther e Montero, 2006: 74), temos ainda a expectativa de encontrar uma menor congruência dos cidadãos politicamente desafetos com os partidos, em virtude do seu maior distanciamento do sistema político, por comparação aos cidadãos politicamente afetos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A relevância da problemática que motiva esta investigação reside no facto de existir pouca pesquisa que se debruce sobre os cidadãos considerados politicamente desafetos, e em particular no facto de não se saber em que medida este segmento do eleitorado tem as suas preferências políticas refletidas na oferta partidária existente. Em que medida é que este segmento eleitoral tem as suas posições político-ideológicas espelhadas nos partidos políticos parlamentares? E em que medida é que elas diferem das verificadas relativamente aos cidadãos politicamente afetos? Estas são algumas das questões a que importa responder.

Foram definidos três grandes objetivos de investigação, sendo o primeiro a análise descritiva deste grupo, com a identificação de tipos de desafeição existentes. A ainda recente crise económico-financeira que assolou de forma particularmente forte a Europa, teve efeitos severos em vários países da União Europeia e foi determinante para a desaceleração do crescimento económico a nível global. A nível político, as crises fazem com que as questões económicas ganhem maior relevância para os eleitores, em detrimento das sociais ou ambientais (Singer, 2013), verificando-se a nível económico e sobretudo nos países em situação de défice após as crises, uma aproximação à esquerda (Broz, 2012: 25). O que se pretende com o segundo objetivo é saber se a mudança de

posicionamento ideológico esperada se verifica igualmente junto dos cidadãos desafetos e em que medida a crise teve impacto nos níveis de desafeição.

Tratando a presente tese o tema da representação dos cidadãos desafetos, é através da congruência ideológica que nos propomos responder à questão de partida, de saber a proximidade existente entre cidadãos desafetos e partidos, configurando-se este como o terceiro objetivo.

No que respeita às hipóteses, e sumarizando as mesmas, esperamos encontrar um aumento da desafeição no período pós emergência da crise; uma aproximação à esquerda também neste período, face ao momento antes da crise; e uma menor congruência ideológica entre cidadãos politicamente desafetos e partidos do que entre estes e os cidadãos politicamente afetos.

Tendo em conta que os estudos da representação têm focado essencialmente os eleitores, o contributo que a presente investigação pretende dar é o de reforço do conhecimento existente relativamente aos politicamente desafetos, que na literatura existente não é expressivo (Torcal e Montero, 2006; Offe, 2006; van Deth, 1990; di Palma, 1970), permitindo um conhecimento mais aprofundado sobre a sua caracterização e preferências político-ideológicas.

## **CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA: OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS, FONTES E OPÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS**

Após a apresentação da problemática inerente a esta tese, da definição dos objetivos de investigação que nos propomos alcançar e das hipóteses a testar, passamos neste capítulo à apresentação do desenho da investigação e metodologia subjacente.

Estando em causa o estudo da representação em contexto de desafeição política, o primeiro passo será o de apresentar a forma como o conceito de desafeição será operacionalizado, uma vez que o mesmo será o fio condutor de todo o trabalho, bem como as dimensões ideológicas que servirão de base à análise da congruência. De seguida, serão apresentadas as bases de dados em que se suporta a análise empírica, as opções tomadas em termos de técnicas de análise dos dados, bem como o método de análise da congruência que se propõe seguir

### **5.1 OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS: DESAFEIÇÃO E DIMENSÃO IDEOLÓGICA**

Tal como discutido no capítulo 2, a desafeição está intimamente relacionada com os níveis de confiança política, de interesse político e de proximidade relativamente aos partidos.

No trabalho de Ghunter e Montero, como indicador de desafeição os autores utilizam as variáveis: grau de concordância com a frase “a política parece ser tão complicada que pessoas como eu não entendem o que se passa”; concordância com a frase “os políticos não se preocupam muito com o que pensam pessoas como eu”; e grau de concordância com a frase “pessoas como eu não têm qualquer influência na ação do Governo” (2006: 52). Na análise feita concluem que a associação entre estas variáveis forma a dimensão atitudinal de desafeição (2006: 53). Na presente tese, cujo objetivo passa, entre outros, por definir uma tipologia de desafeição, trabalharemos a desafeição política como uma variável composta, com o intuito de perceber as associações existentes entre as variáveis em análise e, em consequência, definir tipos de desafeição.

As variáveis a considerar, como apresentado no capítulo 2, são a falta de confiança nas instituições, a falta de interesse pela política e o distanciamento em relação aos partidos, com a configuração que aqui se detalha:

1 - Desconfiança nas instituições políticas: indicador obtido através da resposta sim, à pergunta “desconfia de instituições como a Assembleia da República?”<sup>11</sup>”

Pergunta e escala original	Pergunta e escala reformulada
<p><i>Para cada uma destas afirmações, por favor diga-me em que medida corresponde ou não à sua atitude ou opinião: Confia na Assembleia da República.</i></p> <p>Não sabe = -9                      Recusa = -8                      System Missing = -7                      Sim, totalmente = 1                      Sim, em parte = 2                      Não, não muito = 3                      Não, de forma alguma = 4</p>	<p><i>Desconfia de instituições como a Assembleia da República?</i></p> <p>Sim: 1 (Reclassificação: 3 e 4 = 1)                      Não: 0 (Reclassificação: 1 e 2 = 0)                      All other values = system_missing</p>

A opção pela Assembleia da República enquanto indicativo da desconfiança nas instituições deve-se ao facto de, tradicionalmente, ser este o grupo mais utilizado.

---

<sup>11</sup> No inquérito de 2009 a pergunta é formulada de uma maneira diferente, apresentando a seguinte redação: “O parlamento tem em consideração as preocupações dos cidadãos”. Esta questão é considerada como sendo comparável com a pergunta “Confia na Assembleia da República”, uma vez que o alvo é o mesmo, ou seja, a Assembleia da República, e a questão de se ter em conta as preocupações dos cidadãos remete para um sentimento de confiança relativamente ao garante de bem-estar dos cidadãos, que é suposto esta instituição assumir.

2 - Desinteresse pela política: indicador obtido através da resposta sim, à pergunta “tem falta de interesse pela política?”

Pergunta e escala original	Pergunta e escala reformulada
<p><i>Para cada uma destas afirmações, por favor diga-me em que medida corresponde ou não à sua atitude ou opinião: Tem muito interesse pela política.</i></p> <p>Não sabe = -9                      Recusa = -8                      System Missing = -7                      Sim, totalmente = 1                      Sim, em parte = 2                      Não, não muito = 3                      Não, de forma alguma = 4</p>	<p><i>Tem falta de interesse pela política?</i></p> <p>Sim: 1 (Reclassificação: 3 e 4 = 1)                      Não: 0 (Reclassificação: 1 e 2 = 0)                      All other values = system_missing</p>

3 - Afastamento dos partidos: indicador obtido através da resposta sim, à pergunta “considera-se afastado dos partidos?”

Pergunta e escala original	Pergunta e escala reformulada
<p><i>Considera-se próximo de algum partido político em especial? Em caso afirmativo, de que partido se sente próximo?</i></p> <p>Não sabe = -9                      Recusa = -8                      System Missing = -7                      Não me sinto próximo de nenhum partido político = 1                      Partido 1 = 2                      Partido 2 = 3</p>	<p><i>Considera-se afastado dos partidos?</i></p> <p>Sim: 1 (Reclassificação: 1 = 1)                      Não: 0 (Reclassificação: 2, 3, ... = 0)                      All other values = system_missing</p>

Tendo em conta que a variável desafeição está subjacente a toda a análise, a mesma será calculada para os universos em estudo. No apuramento da tipologia iremos utilizar a totalidade dos dados disponíveis: a UE28 na análise com os dados mais recentes - 2014, e a UE27 na análise dos dados de 2009, uma vez que nesta data a Croácia, último país a entrar na União Europeia, ainda não fazia parte da UE. A totalidade dos Estados-membros será assim considerada para o apuramento da tipologia e a análise da evolução ocorrida a este nível, antes e após a emergência da crise. Na análise por país iremos restringir a mesma aos Estados-membros que compõem a UE15, nomeadamente na análise sobre a evolução do posicionamento ideológico entre períodos ou análise do nível de congruência entre cidadãos e partidos.

Relativamente ao propósito de aferir o nível de congruência existente entre cidadãos e partidos políticos, importa apresentar a operacionalização que será seguida para apuramento das dimensões ideológicas. Esta aferição é feita tendo em conta que a ideologia, como referem Sniderman e Tetlock, “pode ser entendida como um conjunto de preferências e de desagradados, em vez de um conjunto de abstrações, sendo que estas preferências e desagradados, se coerentes, fornecem os meios para que as pessoas formulem um conjunto coerente de opiniões, cobrindo muitos dos principais tópicos do dia-a-dia.” (Sniderman e Tetlock, 1986: 62). A medição do grau de concordância do indivíduo relativamente a diversas políticas públicas permite defini-lo politicamente, tanto na escala esquerda-direita, como na escala libertário-autoritário, tal como tem sido realizado em vários estudos baseados em inquéritos (ex: Freire, 2008). É assim possível, através das respostas a questionários, posicionar o indivíduo numa escala ideológica, tal como foi feito por Eysenck<sup>12</sup> já em 1957.

Apesar de ser possível também a aferição da ideologia do indivíduo através da pergunta sobre o seu autopoicionamento numa escala ideológica, esta opção tem sido, no entanto, criticada dado que muitas vezes os inquiridos não dão respostas coerentes com o seu efetivo posicionamento (Niemi e Weisberg, 2001: 5). Por isso, optou-se pela aferição do posicionamento ideológico através da medição da concordância dos respondentes com diversas políticas públicas que permitem classificá-los nas dimensões

---

<sup>12</sup> Através da aplicação de questionários, onde são apresentadas declarações sobre opiniões e questões sociais sobre as quais o indivíduo se deverá pronunciar, Eysenck criou um diagrama que posiciona os indivíduos pertencentes a partidos numa matriz que apresenta a escala Radical – Conservador (similar à dimensão esquerda-direita) e Autoritário-Democrático (similar à dimensão autoritário-libertário). (Eysenck, 1957: 281).

Quadro 5.1. Questões que compõem a dimensão esquerda-direita e a dimensão libertário-autoritário, na análise dos cidadãos desafetos (2014)

EES 2014		
Dimensão esquerda-direita	Regulação estatal e controlo do mercado	Está totalmente a favor da intervenção do Estado na economia vs Está totalmente contra a intervenção do Estado na economia.
	Redistribuição da riqueza	Está totalmente a favor da redistribuição da riqueza dos ricos aos pobres em Portugal vs Está totalmente contra a redistribuição da riqueza dos ricos aos pobres em Portugal.
	Despesas	Está totalmente a favor do aumento dos impostos para alargar os serviços públicos vs Está totalmente a favor do corte dos serviços públicos para diminuir os impostos
Dimensão libertário-autoritário	Casamento entre pessoas do mesmo sexo	Está totalmente a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo vs Está totalmente contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo.
	Liberdades cívicas	Está totalmente a favor dos direitos de privacidade, mesmo que estes prejudiquem os esforços de combate à criminalidade. Vs Está totalmente a favor da restrição dos direitos de privacidade tendo em vista o combate à criminalidade.
	Imigração	Está totalmente a favor de uma política restritiva em matéria de imigração vs Está totalmente contra uma política restritiva em matéria de imigração.
	Ambiente	A proteção ambiental deve ter sempre prioridade, mesmo que seja à custa do crescimento económico vs O crescimento económico deve ter sempre prioridade, mesmo que seja à custa da proteção ambiental.



esquerda-direita e libertário-autoritário. Para a construção da dimensão esquerda-direita e apuramento do respetivo posicionamento dos indivíduos, recorrer-se-à às questões que tradicionalmente fazem a medição da concordância dos respondentes com políticas relativas à regulação estatal e ao controlo do mercado, à redistribuição da riqueza e às despesas do Estado, nomeadamente na relação entre impostos e serviços públicos. Concorrem para a construção da dimensão libertário-autoritário, a medição da concordância dos indivíduos com políticas relativas ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, às liberdades cívicas, com enfoque nos direitos de privacidade, à tolerância face à imigração, e à prioridade dada à proteção do ambiente. O quadro n.º 5.1 identifica as perguntas sobre preferências ao nível da condução de políticas públicas junto dos cidadãos europeus, constantes no inquérito do *European Election Survey* (EES), utilizadas para a construção das dimensões ideológicas esquerda-direita e libertário-autoritário.

## 5.2 FONTES DE DADOS

A União Europeia conta com inúmeros projetos de recolha e sistematização de informação junto dos cidadãos europeus sobre os atos eleitorais para o Parlamento Europeu, fornecendo assim um recurso valioso à presente investigação. Esta tese apoia-se em grande medida em dois destes projetos, assim como noutros dois fora do âmbito da UE, que oferecem uma oportuna complementaridade atendendo aos objetivos da presente pesquisa - o *Chapell Hill Expert Survey* e o IDEA. Passamos de imediato à apresentação destes projetos.

### - EUROPEAN ELECTION STUDIES (EES)

O projeto *European Election Studies* (EES) tem a sua origem em 1979 e além de recolher dados sobre a participação e comportamento eleitoral, recolhe também dados sobre as perceções dos cidadãos, bem como a avaliação que estes fazem sobre as políticas da União Europeia. No quadro deste projeto iremos recorrer ao *EES Study 2014*, que consistiu na aplicação de um questionário pós-eleitoral que abrangeu a população dos 28 Estados-membros da União Europeia com idade superior a 18 anos (superior a 16 anos

no caso da Áustria) e referente ao ato eleitoral de 2014 para o Parlamento Europeu (PE). No âmbito do projeto PIREDEU, inserido no *European Election Studies*, um questionário similar foi igualmente aplicado em 2009, permitindo desta forma analisar o posicionamento político-ideológico antes e após a crise, e observar assim a evolução das tendências político-ideológicas do grupo em análise<sup>13</sup>.

Através do questionário aplicado aos eleitores europeus é possível definir o conceito de desafeição, na medida em que apresenta questões que permitem aferir os indicadores de desafeição selecionados, nomeadamente a proximidade com partidos políticos, o interesse pela política e a confiança nas instituições. O questionário permite-nos também a aferição do posicionamento político-ideológico dos indivíduos, através da bateria de questões que apresenta sobre preferências ao nível da condução de políticas públicas.

Para a construção da variável composta que mede o conceito de desafeição serão utilizadas as seguintes variáveis do European Election Survey de 2014: Afastamento dos partidos (Pergunta QPP21, com a seguinte redação: *Considera-se próximo de algum partido político em especial?*), Desinteresse pela política (Pergunta QP6\_9, com a seguinte redação: *Para esta afirmação, por favor diga-me em que medida corresponde ou não à sua atitude ou opinião - Tem muito interesse pela política.*) e Desconfiança nas Instituições (Pergunta QPP9\_1, com a seguinte redação: *Para esta afirmação, por favor diga-me em que medida corresponde ou não à sua atitude ou opinião - Confia na Assembleia da República*). As variáveis correspondentes no European Election Survey de 2009 são: Afastamento dos partidos (Pergunta Q87, com a seguinte redação: *Existe algum partido político do qual se sinta mais próximo do que de outros?*), Desinteresse pela política (Pergunta Q78, com a seguinte redação: *Em que medida diria que se interessa por política? Muito interessado, interessado, pouco interessado, ou nada interessado?*) e Desconfiança nas Instituições (Pergunta Q44, com a seguinte redação: *Para a seguinte frase indique, por favor, se concorda ou discorda com a seguinte afirmação - O parlamento português tem em consideração as preocupações dos cidadãos portugueses*).

Tanto a base de dados de 2014, quanto a de 2009, permitem também determinar a posição ideológica dos cidadãos, através da medição dos seguintes indicadores, com a

---

<sup>13</sup> Informação detalhada disponível em <https://dbk.gesis.org/dbksearch/sdesc2.asp?no=5160&db=e&doi=10.4232/1.5160> e <http://www.piredeu.eu/public/Candidates.asp>

redação apresentada nos quadros 5.1 e 5.2: concordância com regulação estatal e controlo do mercado, redistribuição da riqueza, despesas, casamento entre pessoas do mesmo sexo, liberdades cívicas, imigração e ambiente.

#### - Chapel Hill

Para a aferição do posicionamento político-ideológico dos partidos a pesquisa suporta-se na opinião de peritos, através do *Chapel Hill Expert Survey* (CHES)<sup>14</sup>. Os inquiridos a peritos, apesar de apresentarem algumas fragilidades, como todos os restantes processos de aferição de posicionamentos, apresentam-se como uma fonte importante de informação no que aos partidos diz respeito (Marks et al. 2007; Whitefield et al., 2007). Bakker e colegas analisaram a fiabilidade do julgamento feito pelos peritos, comparando o mesmo com o estudo dos manifestos do EES 2009, tendo chegado à conclusão que o CHES apresenta um elevado nível de fiabilidade, sendo assim uma fonte válida para estudos sobre o posicionamento de partidos políticos (Bakker et al., 2012).

A base de dados do CHES 2014 apresenta as posições políticas e ideológicas dos partidos políticos nacionais de todos os Estados-membros da UE, com base na classificação feita pelos peritos. É feita a monitorização do posicionamento ideológico dos partidos na dimensão tradicional esquerda-direita, mas também na dimensão GAL-TAN (GreenAlternativeLibertarian - TraditionalAuthoritarianNationalist). Acresce ainda que no inquérito aplicado são utilizadas as mesmas baterias de perguntas, bem como a mesma escala de resposta que as utilizadas no EES 2014, sendo desta forma possível proceder à comparação do posicionamento político-ideológico dos partidos com o posicionamento ideológico dos cidadãos desafetos, dado que as questões usadas em ambos os casos são equivalentes.

Para a caracterização ideológica dos partidos serão utilizados os mesmos indicadores que para os indivíduos.

#### - IDEA

O *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (International IDEA) é uma organização intergovernamental que tem como missão apoiar em todo o mundo a democracia sustentável<sup>15</sup>. O *International IDEA* disponibiliza dados

---

<sup>14</sup> Mais informação sobre este projeto disponível em <http://chesdata.eu/>

<sup>15</sup> Mais informação sobre o International IDEA em <http://www.idea.int/>

comparativos em áreas como processos eleitorais, participação política e representação ou definição de constituições.

As bases de dados disponíveis permitiram a obtenção das variáveis utilizadas para a caracterização dos países da União Europeia, feita no capítulo 3, nomeadamente o tipo de sistema eleitoral, a existência ou não de voto obrigatório e a maturidade democrática, bem como a obtenção dos dados sobre participação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu.

### 5.3 TÉCNICAS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

Como defendem Montero, Gunther e Torcal “se a desafeição política pode ser considerada como uma espécie de síndrome, então os sintomas situam-se provavelmente num contínuo que varia entre um polo positivo composto por cidadãos perfeitamente integrados que se sentem muito próximos da política, passando por um ponto intermédio caracterizado por um certo afastamento relativamente a alguns aspetos do regime que, apesar de significantes, são específicos, até um polo negativo completamente hostil e desligado do sistema político” (1997: 20). Para a aferição desta diferenciação e tendo em conta o objetivo de definir uma tipologia de desafeição política dos cidadãos europeus, irá recorrer-se à análise de correspondências múltiplas com vista à criação de tipos de desafeição. Este método permite relacionar as variáveis que caracterizam os indivíduos, mediante a obtenção de associações e respetivos perfis de cada grupo, bem como o seu posicionamento, por via do apuramento da associação ou oposição existente (Carvalho, 2008: 22-23). Na análise são consideradas as variáveis afastamento dos partidos, desinteresse pela política e desconfiança nas instituições.

Para a configuração das tipologias de desafeição política, opta-se por fazer uma análise de *clusters* uma vez que, na continuidade da análise de correspondências múltiplas, permite determinar o peso de cada grupo apurado (Carvalho, 2008: 193). É reconhecido que esta não é a técnica mais utilizada em ciência política (Filho et al., 2014), sendo a regressão linear, nomeadamente o método estatístico OLS, um dos mais populares (Krueger e Lewis-Beck, 2008: 3), a par da análise fatorial. A opção pela análise de *clusters* advém do facto de se pretender agrupar os cidadãos pelas suas semelhanças ao nível das variáveis consideradas.

“O método da análise de *clusters* é um procedimento de estatística multivariada que se inicia com uma base de dados que contem informação sobre uma amostra de entidades e que tenta reorganizar essas entidades em grupos relativamente homogéneos” (Aldenderfer e Blashfield, 1984: 7). Nem a análise fatorial, “que procura explicar a correlação entre as variáveis observadas, simplificando os dados através da redução num número de variáveis necessárias para os descrever” (Pestana e Gageiro, 2014: 519), nem o modelo de regressão que visa analisar a relação entre duas ou mais variáveis, permitem dar resposta à questão de partida, uma vez que se trata não de explicar o fenómeno da desafeição per se, mas sim de o tipificar.

Existindo dados disponíveis relativamente a todos os países da UE, optou-se por considerar os 28 Estados-membros (e os 27 no período de 2009) para a definição de tipologias de desafeição. Considera-se desta forma contribuir para um maior enriquecimento da investigação, na medida em que se define e caracteriza, em termos de desafeição política, a União Europeia no seu todo.

Para a prossecução do objetivo de avaliação do posicionamento ideológico-político dos cidadãos antes e após a emergência da crise recorreremos ao *European Election Studies* (EES) dos dois anos em comparação (2009 e 2014). Uma vez que os inquiridos em causa não têm o mesmo número de questões relativamente às opções de políticas públicas, proceder-se-á à construção das dimensões ideológicas em análise com o recurso às questões que são comuns nos dois questionários. Desta forma, a dimensão esquerda-direita é obtida através das questões sobre distribuição da riqueza e regulação estatal e controlo do mercado (não considerando a variável despesas, existente apenas em 2014) e a dimensão libertário-autoritário calculada por via das perguntas sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a imigração (não considerando as variáveis liberdades cívicas e ambiente, existentes apenas em 2014), conforme ilustrado no quadro n.º 5.2. A comparação entre os dois anos é possível pelo facto de as perguntas formuladas nos dois anos versarem o mesmo sentido, ou seja, pretenderem medir o mesmo.

Apesar do sentido das perguntas em 2009 e em 2014 ser o mesmo, a escala utilizada difere. O questionário do EES 2009 utiliza uma escala de *Likert* de 5 pontos, enquanto o questionário aplicado no EES 2014 recorre a uma escala *phrase completion*, com uma classificação de 0 a 10. Apesar de existirem estudos que apontam para alguma vantagem na utilização da escala *phrase completion* (Hodge e Gillespie, 2007), é também reconhecido que a diferença entre as duas escalas é relativamente pequena (Hodge e Gillespie, 2007: 9). Assim, optou-se por uma compatibilização de escalas, por forma a

permitir a comparação dos dados, convertendo a escala *phrase completion*, utilizada em 2014, numa escala de *Likert*, igual à aplicada em 2009.

Quadro 5.2. Seleção das questões que compõe a dimensão esquerda-direita e a dimensão libertário-autoritário no estudo comparativo entre 2009 e 2014

	Tema	EES2009	EES2014
Dimensão esquerda-direita	Redistribuição da riqueza	Rendimentos e riquezas deviam ser redistribuídos pelas pessoas comuns.	Está totalmente a favor da redistribuição da riqueza dos ricos aos pobres em Portugal vs Está totalmente contra a redistribuição da riqueza dos ricos aos pobres em Portugal.
	Regulação estatal e controlo do mercado	Os políticos deviam abster-se de intervir na economia.	Está totalmente a favor da intervenção do Estado na economia vs Está totalmente contra a intervenção do Estado na economia.
Dimensão libertário-autoritário	Casamento entre pessoas do mesmo sexo	O casamento entre pessoas do mesmo sexo devia ser proibido por lei.	Está totalmente a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo vs Está totalmente contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo.
	Imigração	A imigração para Portugal devia ser bastante diminuída.	Está totalmente a favor de uma política restritiva em matéria de imigração vs Está totalmente contra uma política restritiva em matéria de imigração.

Há ainda a necessidade de proceder à inversão de escalas, nos casos em que tal é necessário, por forma a mantermo-nos fiéis ao sentido da resposta. Exemplificando, se tivermos em consideração que 1 refere-se ao posicionamento libertário e 5 ao

posicionamento autoritário, então a escala da pergunta “Está totalmente a favor de uma política restritiva em matéria de imigração vs Está totalmente contra uma política restritiva em matéria de imigração”, em que 1 corresponde à primeira afirmação e 5 à segunda, tem de ser invertida uma vez que os indivíduos que se consideram como libertários não são a favor de políticas restritivas de imigração.

Para o alcance do último objetivo, de aferição do nível de congruência existente entre cidadãos e partidos políticos, será necessária a identificação do posicionamento ideológico dos partidos, obtido através dos inquéritos a peritos<sup>16</sup>. Apesar de reconhecermos a existência de algumas críticas quanto à utilização destes inquéritos para o posicionamento político dos partidos (Budge, 2000), estudos apontam estas bases de dados como válidas para a aferição do mesmo (Whitefield et al., 2007; Marks et al. 2007). A definição dos perfis dos partidos, obtidos através de uma bateria de perguntas igual à utilizada na base de dados do EES2014, descritas no quadro n.º 5.3, permite fazer o *match* entre estes e o grupo de cidadãos desafetos, para determinação da congruência entre ambos.

Se para a análise da desafeição, no apuramento de uma tipologia, e evolução registada antes e após emergência da crise, se optou por considerar todos os países da União Europeia, na análise da evolução registada na desafeição, ao nível do posicionamento ideológico-político, optou-se por restringir a amostra, tomando apenas em consideração os Estados-membros que compõem a UE15. Esta opção relaciona-se com o abordado no capítulo 3, ou seja, a existência de diferenças ao nível da maturidade democrática, de antiguidade na União Europeia e de participação eleitoral, que aproxima mais uns países do que outros, mas sobretudo pelo facto de os efeitos da crise económica se terem sentido com maior intensidade nos países da UE15, em particular nos pertencentes à Europa do Sul.

---

<sup>16</sup> Com recurso ao projeto Chapel Hill.

Quadro 5.3. Seleção das questões que compõe a dimensão esquerda-direita e a dimensão libertário-autoritário na análise dos partidos (2014)

2014 Chapell Hill expert survey		
Dimensão esquerda-direita	Regulação estatal e controlo do mercado	Posição sobre a intervenção do Estado na economia: completamente a favor da intervenção do Estado vs completamente contra a intervenção do Estado.
	Redistribuição da riqueza	Posição sobre a redistribuição da riqueza dos ricos pelso pobres: completamente a favor da redistribuição vs completamnete contra a redistribuição.
	Despesas	Posição sobre a melhoria dos sreviços públicos vs a redução dos impostos: completamente a favor de auemntar os impostos para alargar os serviços públicos vs completamente a favor do corte dos serviços públicos para diminuir os impostos.
Dimensão libertário-autoritário	Estilo de vida	Posição sobre o estilo de vida (por exemplo, a homossexualidade): completamente a favor de políticas liberais vs completamnete contra políticas liberais.
	Liberdades cívicas	Posição sobre liberdades cívicas vs lei e ordem: completamente a favor da promoção de liberdades cívicas vs apoia completamente medidas para combater o crime.
	Imigração	Posição sobre política de imigração: completamente contra políticas restritivas de imigração vs completamente a favor de uma política restritiva de imigração.
	Ambiente	Posição sobre o ambiente: completamente a favor da proteção ambiental mesmo que à custa do crescimento económico vs completamente a favor do crescimento económico mesmo que à custa da proteção ambiental.



#### 5.4 MEDIÇÃO DA CONGRUÊNCIA

A congruência pode ser calculada em termos absolutos ou relativos, sendo que o primeiro caso reporta à distância grosseira entre as posições políticas ou ideológicas dos cidadãos por comparação aos seus representantes, enquanto a congruência relativa tem em conta a dispersão das preferências dos cidadãos. Apesar da congruência absoluta ser mais simples e de resultados intuitivos, a congruência relativa é apontada como sendo preferível em termos de validade da medida, uma vez que permite o controlo da dispersão dos eleitores dentro dos partidos (Belchior e Freire, 2012: 277).

Achen (1978) apresenta três medidas para aferir a relação entre representantes e eleitorado: *proximity*, *centrism* e *responsiveness* (Achen, 1978: 480). *Proximity* mede a proximidade entre representantes e representados sendo que quanto mais próxima for a posição do partido e a do apoiante desse partido, mais representativo é o partido. Esta medida implica que a representação depende da quantidade de consenso político entre os apoiantes do partido e que um partido representativo deve tomar uma posição próxima da posição média de política dos seus eleitores. No centrismo é medida a proximidade, mas em termos relativos, atendendo à dispersão dos eleitores. Relativamente à terceira medida da representação, *responsiveness*, esta presume que as elites devem ter opiniões semelhantes às do seu eleitorado, mas define este emparelhamento em termos relacionais (Dalton, 1985: 280, 281). A operacionalização das diferentes formas de medição da congruência pode influenciar os resultados. Para ultrapassar este constrangimento a utilização de várias medidas de congruência acaba por ser importante na validação dos resultados, como demonstra o estudo de Belchior e Freire (2012).

Relativamente ao centrismo, este é medido pela proximidade e variância quanto à posição dos cidadãos de cada tipo de desafeição. Proximidade refere-se à semelhança entre a posição do partido relativamente à posição dos cidadãos de cada tipo de desafeição, representada da seguinte forma:

$$\hat{S}_j = \sum (a_{ij} - r_j)^2 / n_j$$

$a_{ij}$  representa a posição do cidadão  $a_i$  no partido  $j$ , enquanto  $r_j$  é a posição média do partido, aferida pelo posicionamento atribuído pelos peritos, e  $n_j$  é o tamanho da amostra. A variância para os cidadãos de cada tipo de desafeição tem a seguinte fórmula de cálculo:

$$\hat{Y}_j^2 = \sum (a_{ij} - \bar{a}_j)^2 / (n_j - 1)$$

$\bar{a}_j$  é a posição mediana dos cidadãos em cada tipo de desafeição. O centrismo em cada partido ( $j$ ) é assim apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\hat{C}_j = \hat{S}_j - \hat{Y}_j^2$$

Para alcançar o terceiro objetivo da presente tese, o de aferir o nível de congruência entre cidadãos (em função do seu tipo de desafeição política) e partidos políticos na Europa, a análise realiza-se com base no posicionamento político-ideológico. O nível de congruência é calculado através da distância existente entre o posicionamento político-ideológico dos partidos políticos e o dos cidadãos em análise, em particular na comparação entre cidadãos *politicamente desafetos* e *politicamente afetos*. Em termos de variáveis, para o comparativo entre cidadãos e partidos na dimensão esquerda-direita recorrer-se-á à concordância com a regulação estatal e controlo do mercado, com a redistribuição da riqueza, e com as despesas do Estado. Relativamente à dimensão libertário-autoritário o comparativo será feito com base nas variáveis concordância com casamento entre pessoas do mesmo sexo, com liberdades cívicas, com imigração e com a proteção do ambiente, conforme apresentado no quadro 5.1 e quadro 5.3.

Na análise da congruência será utilizada uma medida de congruência relativa, a diferença das posições médias, complementada com o centrismo, uma vez que é aconselhada a utilização de mais do que uma técnica, como forma de validação dos resultados obtidos (Belchior, 2010a e 2010b; Belchior e Freire, 2012).

Esta parte da análise versará sobre a União Europeia dos 15. A seleção destes países como casos de estudo permite dar continuidade à investigação que se debruça sobre a UE15, seguindo a identificação de grupos distintos de países como os escandinavos, os anglo-saxónicos, os continentais ou os do sul (Ferrera et al., 2000; Adão e Silva, 2002).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As bases de dados existentes para cidadãos e partidos políticos, e a sua equivalência ao nível dos indicadores utilizados, permite-nos responder aos objetivos de pesquisa, na medida em que viabilizam, por um lado, a determinação de uma tipologia da desafeição política dos cidadãos europeus, e, por outro, a análise da congruência ideológico-política dos cidadãos relativamente aos partidos políticos europeus. Contudo, houve ajustamentos que tiveram de ser feitos, nomeadamente para a compatibilização das escalas, que são de cinco pontos no EES 2009 e de 10 pontos no EES 2014, e com vista à redução de variáveis no apuramento da dimensão ideológica quando estava em causa a comparação entre o antes e o pós emergência da crise. Ainda assim, cremos que os indicadores a utilizar são válidos e a operacionalização proposta sustentada, permitindo-nos a prossecução da análise e o alcance de um contributo efetivo para o estudo da representação em contexto de desafeição política.

## **CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DA DESAFEIÇÃO E DO POSICIONAMENTO POLÍTICO- IDEOLÓGICO DOS CIDADÃOS EUROPEUS: ANTES E APÓS A EMERGÊNCIA DA CRISE**

O presente capítulo inicia a análise empírica da presente tese. Tomando como indicadores de desafeição as variáveis afastamento dos partidos, falta de interesse pela política e desconfiança nas instituições, importa, primeiramente, perceber como as mesmas se relacionam entre si e qual o contributo que dão para a composição do modelo de definição da desafeição.

Como consta dos objetivos da presente tese, neste capítulo será definida uma tipologia da desafeição política dos cidadãos europeus, e feita a respetiva caracterização sociodemográfica. Tendo em conta o cenário de crise vivido na Europa, é também neste capítulo que faremos a avaliação da influência da crise económica nos níveis de desafeição, analisando a evolução da desafeição antes e após a emergência da crise, bem como a evolução do posicionamento ideológico-político dos cidadãos, tendo como referência os tipos de desafeição.

### **6.1 O RETRATO DA DESAFEIÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA**

Tal como definido para a operacionalização e análise da desafeição política, foram utilizadas as seguintes variáveis de *input*: 1 - *afastamento dos partidos*; 2 - *falta de interesse pela política*; 3- *desconfiança nas instituições*. Após retirar-se da análise os casos em que ocorreu uma não-resposta em alguma das três variáveis, garantindo assim que a análise se centra em exclusivo nos casos com resposta válida nas três variáveis, e tendo em consideração os 28 países da UE, obteve-se uma amostra de 24.813 indivíduos<sup>17</sup>. Realizou-se, com base nesta amostra, uma análise de correspondências múltiplas (ACM) a fim de averiguar qual a configuração das associações existentes entre as categorias das três variáveis referidas. De acordo com os resultados obtidos podem ser consideradas para análise as três primeiras dimensões<sup>18</sup>. Em seguida procedeu-se à análise

---

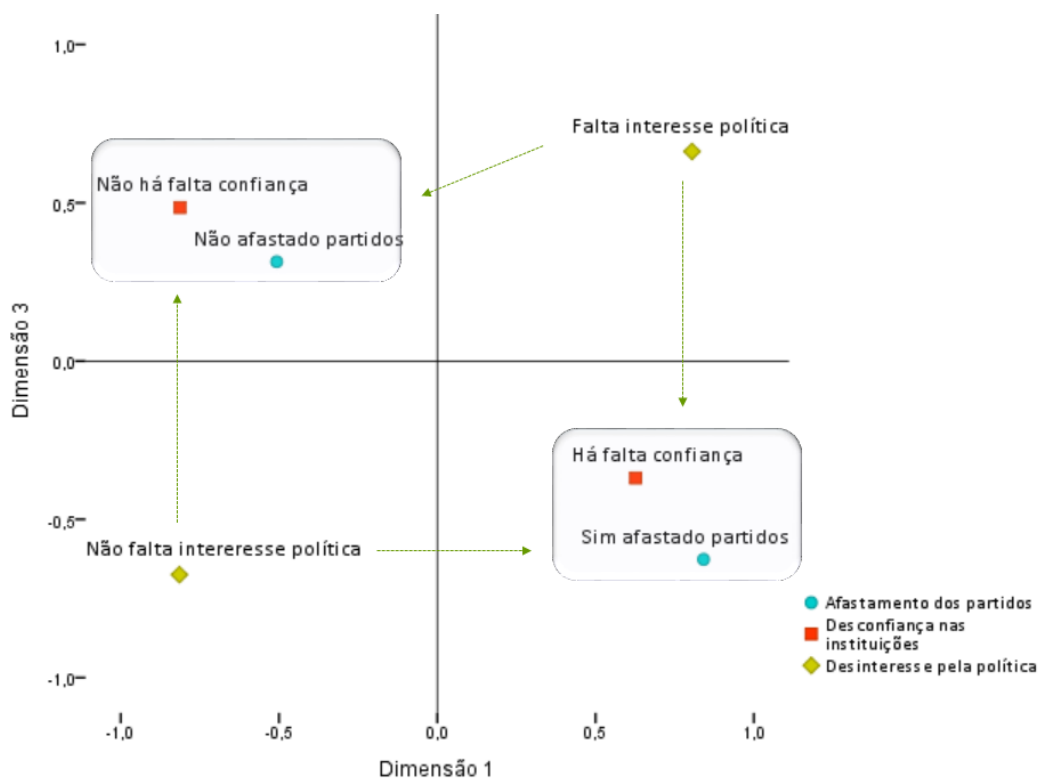
<sup>17</sup> Conforme distribuição em anexo A.

<sup>18</sup> Representação gráfica em anexo B.

dos planos que cruzam as dimensões selecionadas, dada a centralidade da tradução gráfica dos resultados na análise da multidimensionalidade “quando se pretende descrever o sistema de inter-relações das múltiplas variáveis, por via das suas categorias.” (Carvalho, 2017: 196).

Relacionando as dimensões duas a duas, verificou-se que o plano que cruza as dimensões 1 e 3 é o mais explícito no que se refere à natureza das associações entre as categorias das três variáveis. Como pode ser observado na Figura 6.1 destaca-se a existência de duas combinações privilegiadas: não existir falta de confiança e não existir afastamento dos partidos, em oposição a outra configuração com as categorias inversas: falta de confiança nas instituições e afastamento dos partidos. Dado que o desinteresse pela política surge como uma variável transversal, foi então possível definir quatro perfis de desafeição na medida em que cada uma das duas configurações atrás referidas (e destacadas na Figura 6.1) é completada, ou pela falta de interesse pela política, ou pela inexistência da mesma.

Figura 6.1. Perfis de desafeição política – UE, 2014  
(Análise de Correspondências Múltiplas)

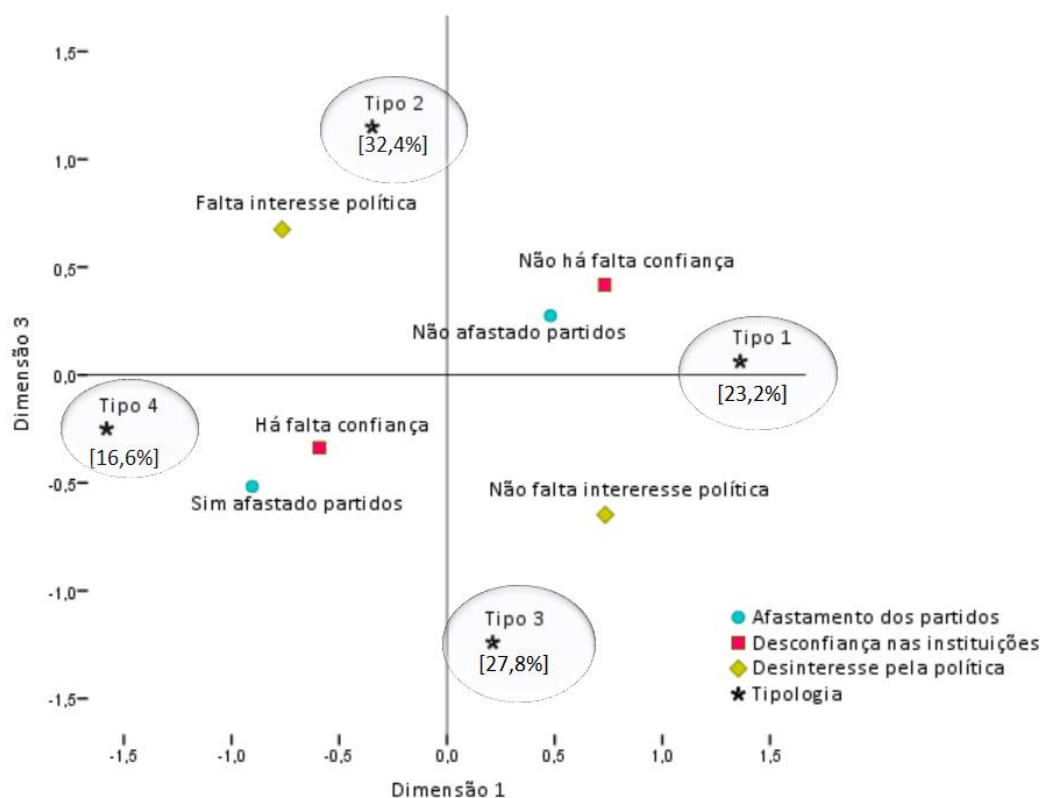


Fonte: EES 2014. Cálculos próprios.

Identificados os perfis de desafeição, pretendeu-se agrupar os indivíduos segundo o seu nível de desafeição, como se apresentará de seguida, realizando-se para o efeito uma Análise de Clusters. Em função da solução sugerida pelo plano da ACM e dado estar em análise uma amostra de tão elevada dimensão foi necessário implementar um método de otimização – K-médias – para a definição dos 4 tipos (*clusters*).

Na figura seguinte é possível (re)observar o plano da ACM com a projeção em simultâneo dos quatro tipos (*clusters*), bem como o seu peso.

Figura 6.2. Projeção de cada tipo segundo o seu perfil de desafeição política – UE, 2014  
(Análise de Correspondências Múltiplas)



Fonte: EES 2014. Cálculos próprios

Da análise feita resulta a identificação de quatro tipos de desafeição, distintos entre eles pelas características que os compõem, assim como pela dimensão que cada um

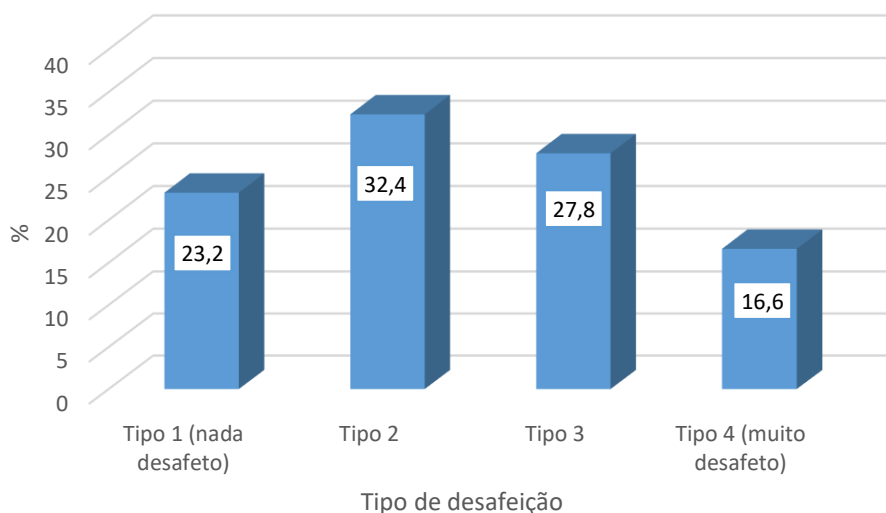
ocupa em termos de percentagem de indivíduos. Estes perfis constituem a tipologia de desafeição e apresentam a seguinte configuração:

- O perfil do tipo 1 (23,2%) associa não estar afastado dos partidos, não ter falta de confiança nas instituições e não ter falta de interesse político. Este tipo, designado de *politicamente afetos*, deverá ser considerado como o perfil de ausência de desafeição, na medida em que não regista qualquer tipo de afastamento da esfera política no que concerne às variáveis que o compõem;
- O perfil do tipo 2 (32,4%) associa não estar afastado dos partidos, não ter falta de confiança nas instituições, mas sentir falta de interesse político. Sendo este o tipo de desafeição que agrega um maior número de indivíduos (32,4%) é aquele em que a desafeição assenta exclusivamente na falta de interesse pela política. Designado de *politicamente envolvidos mas desinteressados*, este tipo de desafeição vem reforçar a relevância do fenómeno do desinteresse pela política existente nas sociedades contemporâneas ocidentais. Esta tendência para os indivíduos demonstrarem desinteresse pelos assuntos políticos tem sido associada a outros aspetos da relação dos indivíduos com a política, tais como a falta de informação ou a prevalência de sentimentos de incompetência face à esfera política, uma vez que é difícil as pessoas terem interesse por algo que não compreendem (van Deth, 1990: 279);
- O perfil do tipo 3 (27,8%) associa estar afastado dos partidos, ter falta de confiança nas instituições e não sentir falta de interesse político. Este tipo de desafeição, adiante designado de *politicamente interessados mas não envolvidos*, apresenta-se como o segundo em termos de dimensão. É paralelamente inverso aos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2), na medida em que apresenta o comportamento exatamente oposto nas três variáveis.
- O perfil do tipo 4 (16,6%) associa estar afastado dos partidos, ter falta de confiança nas instituições e sentir falta de interesse político. Este tipo de indivíduos é simultaneamente o que tem o perfil de maior desafeição política, designado, por isso, como os *politicamente desafetos*, sendo o grupo de menor dimensão.

A análise demonstra a existência de uma tipologia de desafeição política dos cidadãos europeus, com a existência de quatro tipos de desafeição com características atitudinais distintas e com diferentes pesos em termos de percentagem de indivíduos que

se enquadram em cada tipo. Apesar do tipo *politicamente afetos* ser o terceiro maior, é de realçar o facto de, no total, 76,8% dos indivíduos da União Europeia enquadrarem-se em algum de entre os três tipos de desafeição política (Figura 6.3).

Figura 6.3. Distribuição dos cidadãos da União Europeia em 2104, segundo o tipo de desafeição



Fonte: EES 2014. Cálculos próprios

## 6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS CIDADÃOS DESAFETOS

Definida a tipologia de desafeição, consideram-se agora algumas variáveis sociodemográficas que permitem especificar, por comparação intertipos, os principais traços de diferenciação sociodemográfica dos quatro tipos apurados (ver Quadro 6.1). Os cidadãos identificados como *politicamente afetos* (Tipo 1) são maioritariamente do sexo masculino (54,6%), têm tendencialmente mais de 55 anos (46,1%), a grande maioria trabalha por conta de outrem (81,6%) e são, comparativamente, os que mais sobressaem como pertencendo à classe alta (35,1%). Tais resultados são consonantes com pesquisa prévia. Por exemplo, no estudo comparativo sobre cultura política, Almond e Verba concluem que “nos países analisados os homens demonstram maior frequência e intensidade do que as mulheres relativamente a praticamente todos os índices de orientação e atividade política utilizados” (Almond e Verba, 1989: 325). Sendo a desafeição política aqui considerada como uma variável composta por indicadores



atitudinais relativamente à política, não estranhamos o resultado de que o grupo dos *nada desafetos* seja composto maioritariamente por elementos do sexo masculino.

No tipo de desafeição composto pelos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (Tipo 2), predomina o sexo feminino (57,0%). Em sintonia com o que se referiu anteriormente, esta tendência está em linha com os estudos que confirmam existir um maior interesse pela política por parte dos homens do que pelas mulheres (Duverger, 1955: 126; Almond e Verba, 1989). Neste tipo de desafeição destacam-se os indivíduos mais jovens (até 24 anos, 13,6%) e os que têm entre 35-44 (18,5%). De salientar ainda que este é um dos tipos de desafeição que apresenta maior incidência junto dos indivíduos que não trabalham (21,2%).

O tipo 3 de desafeição define-se pelo afastamento dos partidos políticos e pela desconfiança existente relativamente às instituições, designando-se de *politicamente interessados mas não envolvidos*. Tal como os *politicamente afetos* (Tipo 1) predominam indivíduos do sexo masculino (55,8%). Em termos comparativos, sobressai a faixa etária dos 45-54 e a identificação com a classe média.

O grupo dos *politicamente desafetos* (Tipo 4), à semelhança dos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2), diferencia-se dos restantes por ter mais mulheres (57,4%). A maior presença do sexo feminino nos *politicamente desafetos* vem de encontro ao que outros estudos já confirmaram, de que as mulheres participam menos na política do que os homens (di Palma, 1970: 133; Baum e Espírito-Santo, 2004: 282). É ainda o grupo que apresenta mais indivíduos que não trabalham. Verifica-se que neste tipo cerca de 40% dos indivíduos têm idades compreendidas entre 25 e 44 anos e cerca de um terço tem maior identidade com a classe trabalhadora (33,3%). Relativamente ao facto de serem indivíduos tendencialmente mais jovens, tal tendência é confluyente com as conclusões de estudo recente relativamente aos jovens ingleses, que conclui que estes “consideram-se desencantados com as suas recentes experiências ao nível da política formal, mantendo-se relativamente desligados do processo político e das instituições democráticas e respetivos atores” (Henn e Foard, 2011: 16). Quanto à classe social, a associação dos indivíduos da classe trabalhadora a este tipo pode ver a sua explicação no constatado por Almond e Verba de que “é menos provável que os indivíduos com menor rendimento ou com menor estatuto profissional, se envolvam na política, sejam bem informados ou ativos” (1989: 335).

Quadro 6.1. Tipos de desafeição: caracterização sociodemográfica (UE, 2014)

Variáveis sociodemográficas	Nada desafetos (Tipo 1) %	Desinteressados pela política (Tipo 2) %	Afastados dos Partidos e com Desconfiança Política (Tipo 3) %	Muito desafetos (Tipo 4) %
<b>Sexo</b>				
Feminino	45,4	<b>57,0</b>	44,2	<b>57,4</b>
Masculino	<b>54,6</b>	43,0	<b>55,8</b>	42,6
	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Idade</b>				
16/18-24	7,9	<b>13,6</b>	9,7	13,6
25-34	12,7	17,1	16,3	<b>20,9</b>
35-44	15,0	<b>18,5</b>	17,5	<b>19,2</b>
45-54	18,3	17,5	<b>19,2</b>	17,6
55-64	<b>17,3</b>	14,1	16,6	12,0
65+	<b>28,8</b>	19,1	20,7	16,6
	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Ocupação<sup>19</sup></b>				
Não trabalha	10,8	<b>21,2</b>	14,3	<b>22,1</b>
Trabalhador por conta de outrem	<b>81,6</b>	<b>71,6</b>	<b>75,3</b>	<b>71,2</b>
Trabalhador por conta própria	7,6	7,2	<b>10,4</b>	6,6
	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Classe Social<sup>20</sup></b>				
Classe alta	<b>35,1</b>	19,2	22,2	13,3
Classe média	51,2	<b>55,6</b>	<b>56,6</b>	53,5
Classe trabalhadora	13,7	25,2	21,2	<b>33,3</b>
	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: EES 2014. Cálculos próprios.

As diferenças assinaladas entre as características sociodemográficas e a tipologia de desafeição são significativas ( $\chi^2_{\text{Sexo}}(3) = 383,27, p < 0,001$ ;  $\chi^2_{\text{Idade}}(15) = 545,81, p < 0,001$ ;  $\chi^2_{\text{Ocupação}}(6) = 208,48, p < 0,001$ ;  $\chi^2_{\text{Classe}}(6) = 1019,21, p < 0,001$ ), mas de intensidade fraca (V de Cramer varia entre 0,086 e 0,145). Tal significa que, do ponto de

<sup>19</sup> A ocupação é apurada através da seguinte pergunta: “Qual é a sua ocupação atual?” As respostas dividem-se entre inativos, empregados por conta de outrem e empregados por conta própria.

<sup>20</sup> A classe social é apurada através da seguinte pergunta: “Considera-se a si e ao seu agregado familiar como pertencendo a classe trabalhadora da sociedade, classe média da sociedade ou classe alta da sociedade”.

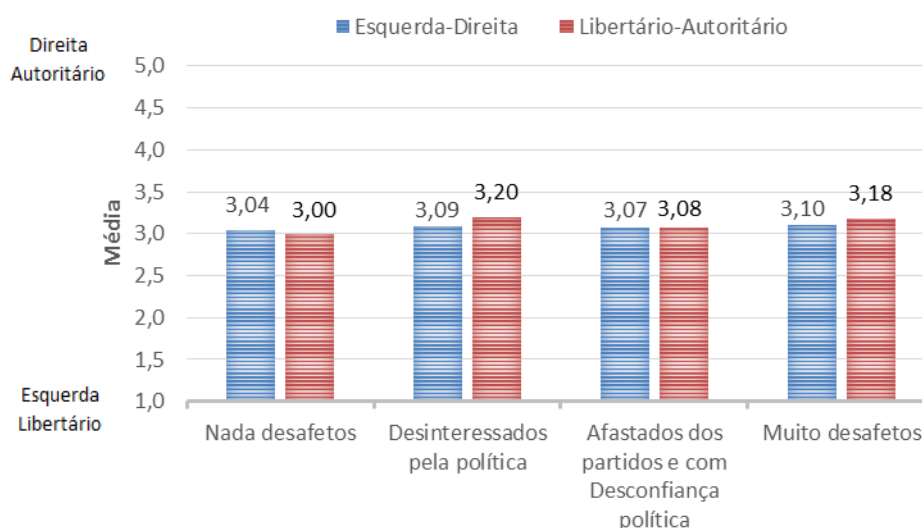
vista estatístico, estas características contribuem apenas modestamente para a diferenciação entre estes tipos.

Apurados e caracterizados socio-demograficamente os tipos de desafeição prevalentes junto dos cidadãos da União Europeia, procede-se agora à caracterização destes tipos ao nível ideológico. Este é um passo necessário para responder ao objetivo relativo à análise da evolução do posicionamento ideológico-político dos cidadãos antes e após a emergência da crise, bem como, posteriormente, para a aferição do nível de congruência existente entre cidadãos e partidos.

Verifica-se que tanto na dimensão esquerda-direita, como na dimensão libertário-autoritário, cuja operacionalização foi descrita no Capítulo 5, em todos os tipos de desafeição o posicionamento ideológico médio dos respondentes é feito sobretudo ao centro, com um ligeiro desvio para o eixo da direita (ver Figura 6.4). Ainda assim, é visível que os politicamente afetos são, face ao total, os que se posicionam ligeiramente mais à esquerda.

Comparando o posicionamento médio nas duas dimensões, verifica-se existir uma maior proximidade ideológica entre os tipos de desafeição na dimensão esquerda-direita.

Figura 6.4. Dimensão ideológica na União Europeia em 2014, por tipo de desafeição



Fonte: EES 2014. Cálculos próprios.

Na dimensão libertário-autoritário observa-se maior diferenciação entre os tipos de desafeição. Nesta dimensão, os *politicamente envolvidos mas desinteressados* e os *politicamente desafetos* são os que apresentam valores médios mais próximos ( $M = 3,20$  e  $M = 3,18$ , respetivamente). A este propósito, importa lembrar que o ponto comum entre estes dois tipos de desafeição é a existência de falta de interesse político. Na dimensão esquerda-direita a média aumenta quando se avança em termos de nível de desafeição ( $M = 3,04$  e  $M = 3,10$  para *politicamente afetos* e *politicamente desafetos*, respetivamente). Não obstante a diferença entre os níveis médios ser significativa em ambas as dimensões ( $F_{\text{esquerda-direita}}(3, 20121) = 9,046, p < 0,001$ ; ( $F_{\text{libertário-autoritário}}(3, 20329) = 104,842, p < 0,001$ )<sup>21</sup>, regista-se uma tendência para a centralidade ideológica, tanto na dimensão esquerda-direita, como na dimensão libertário-autoritário.

Esta tendência de centralidade ideológica dos indivíduos é já reconhecida relativamente à escala esquerda-direita (Dogan, 2001: 108), estendendo-se na presente análise também à escala libertário-autoritário. Ainda assim, podemos referir que se verifica uma tendência para o polo autoritário por parte dos que não se interessam pela política ou que são totalmente desafetos. Apesar de se encontrar posicionado acima da média, o grupo dos *politicamente afetos* é o que se encontra mais à esquerda face aos outros tipos. Estas são, no entanto, tendências pouco acentuadas.

### **6.3 A EVOLUÇÃO DA DESAFEIÇÃO NA UE E AS TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS ANTES E APÓS A EMERGÊNCIA DA CRISE NA UE15 (2009-2014)**

Tal como referido no capítulo 4, o segundo objetivo da presente tese visa avaliar em que medida a incidência da crise económica em alguns países europeus influenciou os níveis de desafeição e o posicionamento ideológico-político dos cidadãos.

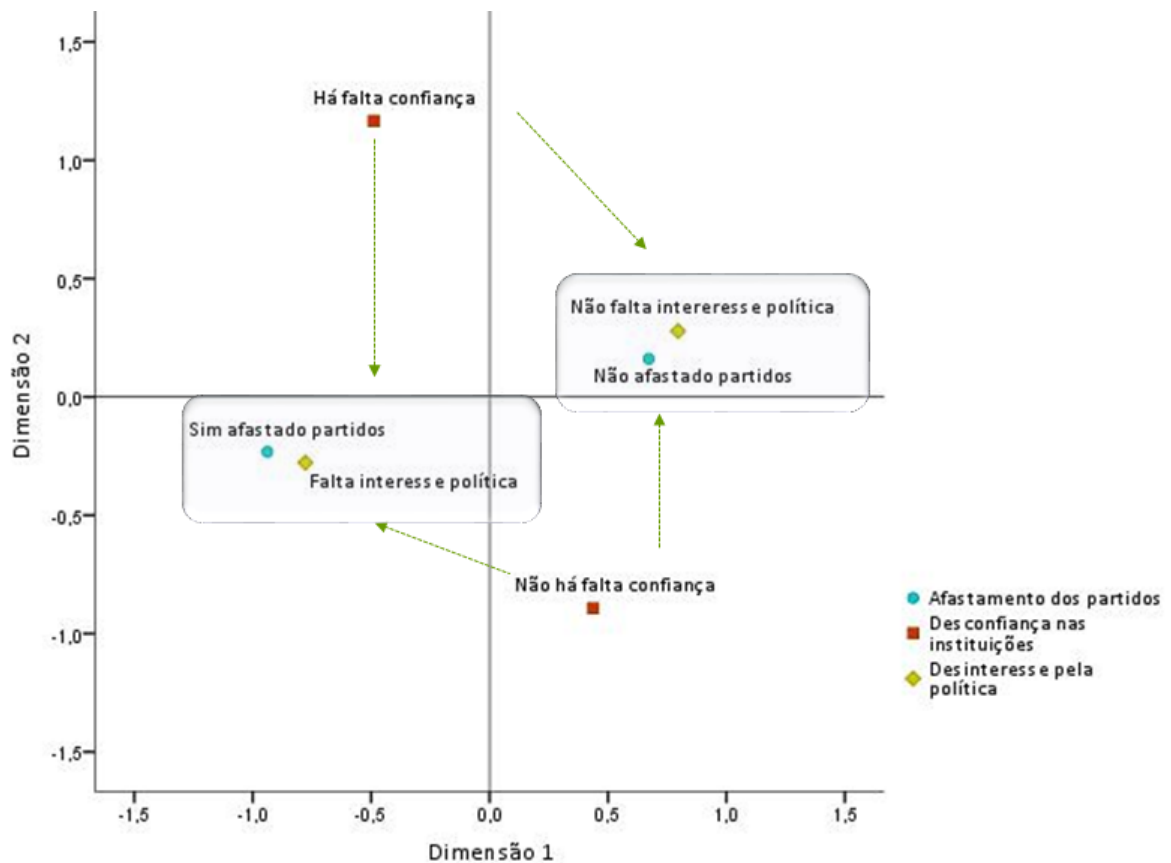
Para este efeito, é replicada a análise feita na secção anterior, mas neste caso com dados respeitantes a 2009 e considerando os 27 países que à data faziam parte da União Europeia. Foi dado tratamento similar às não-respostas pelo que após retirar-se os indivíduos que tinham alguma não-resposta numa das três variáveis que compõe o índice

---

<sup>21</sup> A elevada dimensão do N de referência desencadeia diferenças significativas, mas com níveis explicativos muito reduzidos.

de desafeição, foi obtida uma amostra de 19.410<sup>22</sup>, com base na qual se realizou a Análise de Correspondências Múltiplas. À semelhança do que aconteceu na ACM realizada para 2014 destacam-se até três dimensões<sup>23</sup>, tendo sido privilegiado o plano que cruza as duas primeiras dimensões, correspondentes ao afastamento dos partidos e à falta de interesse pela política, conforme visível na Figura 6.5.

Figura 6.5. Perfis de desafeição política – UE, 2009  
(Análise de Correspondências Múltiplas)



Fonte: EES 2009. Cálculos próprios

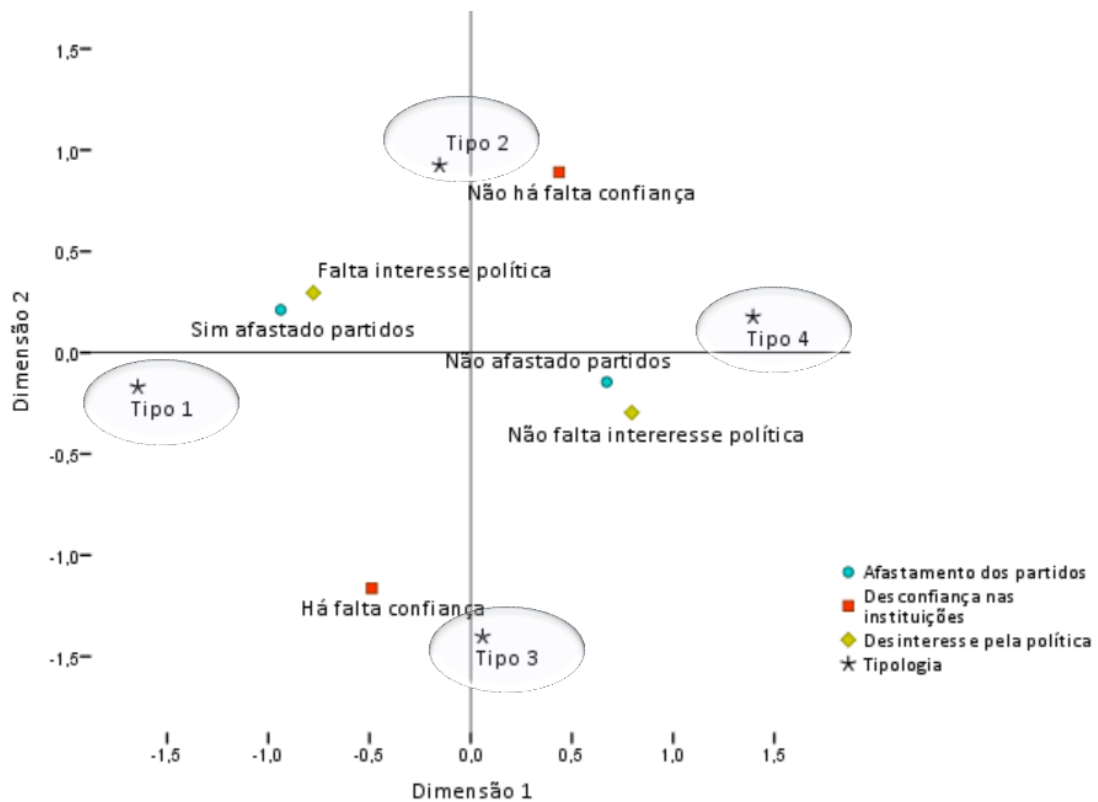
<sup>22</sup> Conforme distribuição em anexo C.

<sup>23</sup> Representação gráfica em anexo D.

Na Figura 6.5 observa-se uma associação privilegiada entre o afastamento dos indivíduos dos partidos e a falta de interesse destes pela política, em oposição com a outra associação que configura afeição política – não ter falta de interesse pela política e não estar afastado dos partidos. A posição diagonal da variável desconfiança nas instituições traduz a sua associação indiferenciada a cada uma das duas configurações indicadas, desenhando desta forma quatro perfis de desafeição.

Os scores fatoriais associados às duas dimensões foram posteriormente usados para construir a tipologia de desafeição, através de um *clustering* não-hierárquico, conforme definido na secção 5.3. A figura seguinte mostra a posição relativa de cada tipo (*cluster*) na vizinhança do perfil que o caracteriza.

Figura 6.6. Projeção de cada tipo segundo o seu perfil de desafeição política – UE, 2009  
(Análise de Correspondências Múltiplas)



Fonte: EES 2009. Cálculos próprios.

O perfil de desafeição de cada um dos quatro tipos de indivíduos apresenta a seguinte configuração, com o respetivo peso de cada tipo (*cluster*):

- O perfil do tipo 1 (14,9%) associa estar afastado dos partidos, existir falta de interesse político e existir falta de confiança nas instituições. Este tipo de indivíduos, designado de *politicamente desafetos*, é simultaneamente o que tem o perfil de maior desafeição política e o grupo de menor dimensão;
- O perfil do tipo 2 (33,6%) associa estar afastado dos partidos, existir falta de interesse político, mas não existir falta de confiança nas instituições, sendo este o grupo de maior expressão. Este tipo é designado de *politicamente confiantes, mas não envolvidos*;
- O perfil do tipo 3 (29,2%) associa não estar afastado dos partidos, não sentir falta de interesse político, mas existir falta de confiança nas instituições. É designado de *politicamente desconfiados, mas envolvidos*;
- O perfil do tipo 4 (22,3%) associa não estar afastado dos partidos, não sentir falta de interesse político e não existir falta de confiança nas instituições, traduzindo-se naqueles aqui considerados como *politicamente afetos*.

Uma vez que a configuração dos perfis obtidos reflete diferenças entre 2009 e 2014, não é possível proceder a uma comparação direta entre todos os tipos de desafeição entre ambos os anos, uma vez que nem todos os tipos refletem uma constituição equivalente. Em 2014 os desinteressados pela política apresentam um envolvimento político, sendo próximos dos partidos e com confiança nas instituições, enquanto que em 2009 os desinteressados pela política encontram-se também afastados dos partidos. Por outro lado, em 2014 os politicamente interessados não são envolvidos, registando afastamento relativamente aos partidos e desconfiança nas instituições, sendo que em 2009 os politicamente desconfiados apresentam-se como próximos dos partidos e politicamente interessados. É, no entanto, possível comparar a evolução da dimensão dos politicamente afetos e politicamente desafetos, uma vez que a associação dentro de cada um destes tipos é a mesma nos períodos considerados, bem como perceber a diferença existente entre estes períodos ao nível da configuração dos restantes perfis obtidos.

Quadro 6.2. Caracterização dos tipos de desafeição da União Europeia, para 2009 e para 2014

	Politicamente afetos (Tipo 4)	Politicamente desconfiados mas envolvidos (Tipo 3)	Politicamente Confiantes mas não envolvidos (Tipo 2)	Politicamente desafetos (Tipo 1)	Total
2009	4.321 22,3%	5.664 29,2%	6.527 <b>33,6%</b>	2.899 14,9%	19.410 100,0%
	N				
	Politicamente afetos (Tipo 1)	Politicamente envolvidos mas desinteressados (Tipo 2)	Politicamente interessados mas não envolvidos (Tipo 3)	Politicamente desafetos (Tipo 4)	Total
2014	5757 23,2%	8039 <b>32,4%</b>	6898 27,8%	4119 16,6%	24.813 100,0%
	N				

Fonte: EES 2009 e EES 2014. Cálculos próprios.

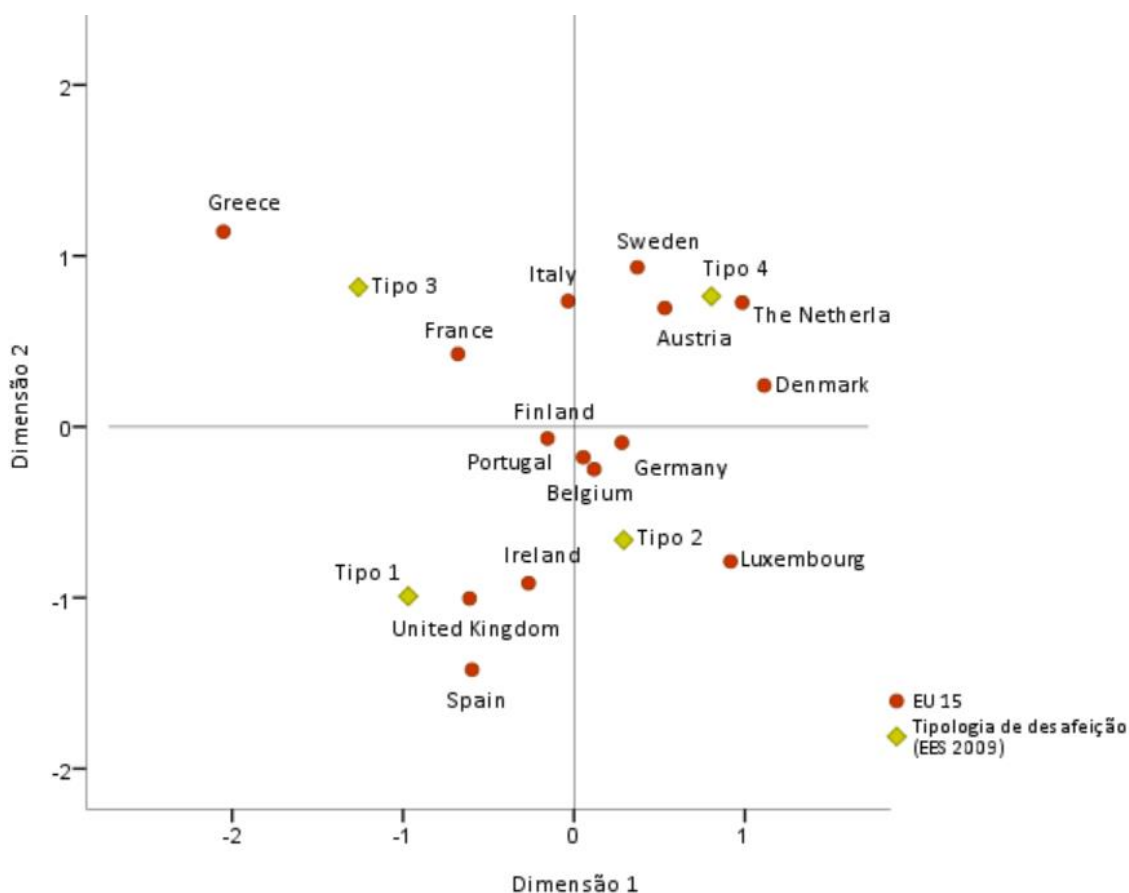
O tipo de desafeição com maior expressão em 2009 (33,6%) era caracterizado por um sentimento de afastamento dos partidos e pela existência de falta de interesse pela política, mas mantendo a confiança nas instituições políticas. Em 2014 a relação de forças é diferente, com o tipo *politicamente envolvidos mas desinteressados* (Tipo 2) a ter maior peso (32,4%). Uma outra análise passível de ser feita é que se em 2009 verificou-se a existência de um grupo de indivíduos caracterizado por sentimentos de desconfiança política, em 2014 além da desconfiança para com as instituições políticas surge também associado o afastamento relativamente aos partidos políticos.

Comparando a evolução da desafeição, nos seus polos, entre 2009 e 2014, verifica-se praticamente a inexistência de variação da dimensão, em termos de percentagem, dos *politicamente afetos* (22,3% e 23,2%, respetivamente). No tipo dos *politicamente desafetos* regista-se um aumento de 14,9% para 16,6% de 2009 para 2014, sendo a diferença significativa ( $Z = 1,933$ ,  $p = 0,053$ ). Assim, confirma-se o que é esperado na hipótese 1, ou seja, a desafeição junto dos cidadãos europeus aumentou no período posterior à emergência da crise (2014), por comparação ao período anterior (2009), embora o aumento seja de pequena magnitude. Este facto pode ser interpretado à luz do que já conhecemos relativamente à associação entre o declínio na confiança das instituições e o desempenho dos governos e das instituições políticas. Sendo a performance do governo determinante para os níveis de confiança nas instituições (Newton e Norris, 2000: 72), a dificuldade sentida por estes na resposta à crise pode ter



contribuído para uma quebra da confiança e, conseqüentemente, um aumento da desafeição.

Figura 6.7. Distribuição dos países da UE15 pelas tipologias de desafeição, em 2009



Fonte: EES 2009. Cálculos próprios

Analisando os países da UE15 relativamente à sua distribuição pelos tipos de desafeição, verificam-se igualmente diferenças no cenário existente em 2009 e em 2014<sup>24</sup>. Focando em 2009 (figura 6.7), percebe-se que nos países em análise, os cidadãos do Reino Unido e de Espanha são os que apresentam mais proximidade ao grupo dos *politicamente desafetos* (Tipo 1). É de destacar a posição relativa da Irlanda, com proximidade ao grupo

<sup>24</sup> Para uma leitura mais detalhada sugere-se a consulta dos quadros das percentagens de posicionamento dentro das tipologias, por país, em anexo E.

dos *politicamente desafetos* mas também ao grupo dos *politicamente confiantes mas não envolvidos* (Tipo 2).

Com um posicionamento claramente definido surge o Luxemburgo próximo do tipo 2, ou seja, do grupo dos *politicamente confiantes mas não envolvidos*, verificando-se a existência de um grupo de países com um posicionamento central, nomeadamente a Finlândia, Portugal, a Bélgica e a Alemanha.

No grupo caracterizado pelos *politicamente desconfiados* (Tipo 3), surge predominantemente a França e a Grécia. Entre este grupo e o grupo dos *politicamente afetos* situa-se a Itália. Por último, a Suécia, Áustria, Países Baixos e Dinamarca estão próximos dos *politicamente afetos*.

Na Figura 6.8 observa-se o posicionamento dos países relativamente aos tipos de desafeição, mas desta vez em relação a 2014. Espanha mantém-se no grupo dos *politicamente desafetos* (aqui Tipo 4), e entre este grupo e o grupo dos *politicamente interessados mas não envolvidos* (Tipo 3) está a Grécia, o Reino Unido e a Irlanda, com a Áustria muito próxima do tipo 3. De salientar que, com exceção do Reino Unido, todos os países presentes neste eixo, tiveram, fruto dos efeitos da crise, necessidade de serem economicamente apoiados, através de intervenções externas<sup>25</sup>. Alemanha, Países Baixos, Luxemburgo, Suécia e Dinamarca estão associados ao grupo dos *politicamente afetos* (Tipo 1).

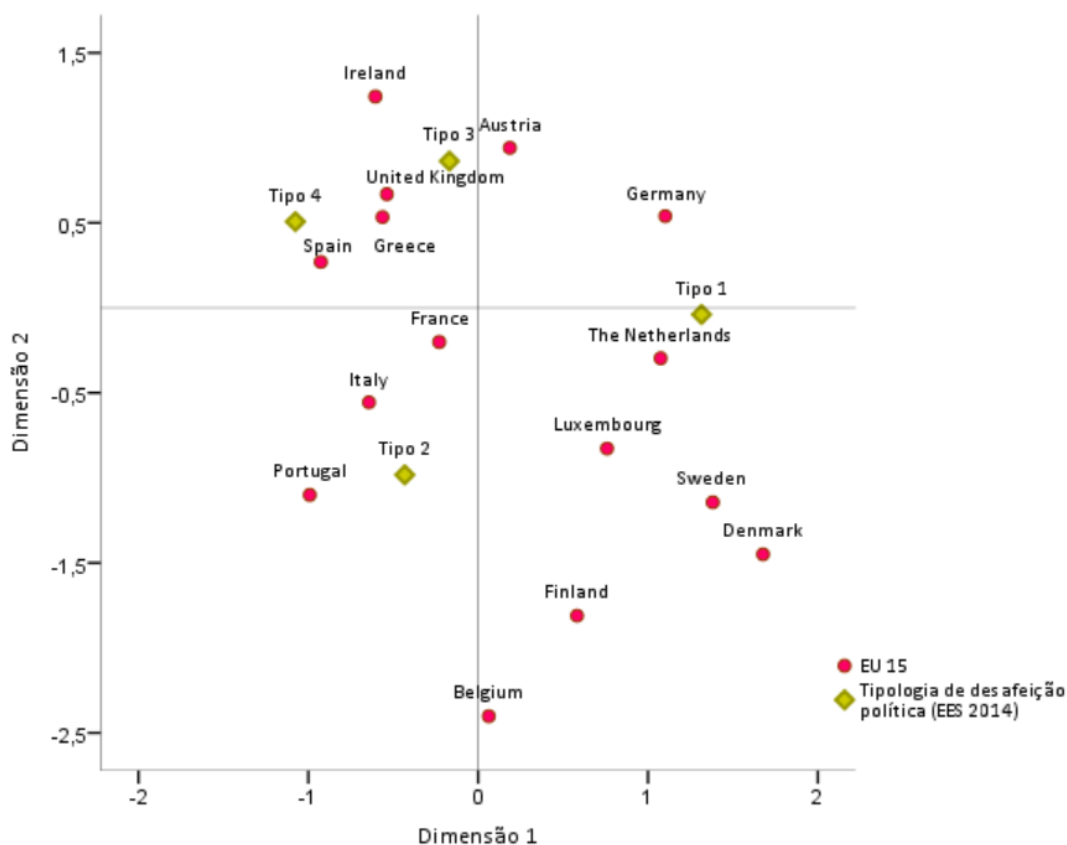
De referir que, comparativamente à situação verificada em 2009, alguns países mantiveram-se, de um período para o outro, posicionados no grupo dos *politicamente afetos*, como é o caso da Suécia, Dinamarca e Países Baixos.

Prosseguindo a leitura do posicionamento dos países na tipologia de desafeição, constata-se que a Finlândia e a Bélgica estão mais afastadas mas medianamente situadas entre o grupo dos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (Tipo 2) e os *politicamente afetos* (Tipo 1). Por sua vez, Portugal e Itália estão relativamente próximos do tipo 2, *politicamente envolvidos mas desinteressados*. Por fim, encontramos França entre os *politicamente envolvidos mas desinteressados* (Tipo 2) e os *politicamente interessados mas não envolvidos* (Tipo 3).

---

<sup>25</sup> De entre os países da UE 15 foram alvo de intervenção a Grécia, a Irlanda, Portugal e Espanha.

Figura 6.8. Distribuição dos países da UE15 pelas tipologias de desafeição, em 2014



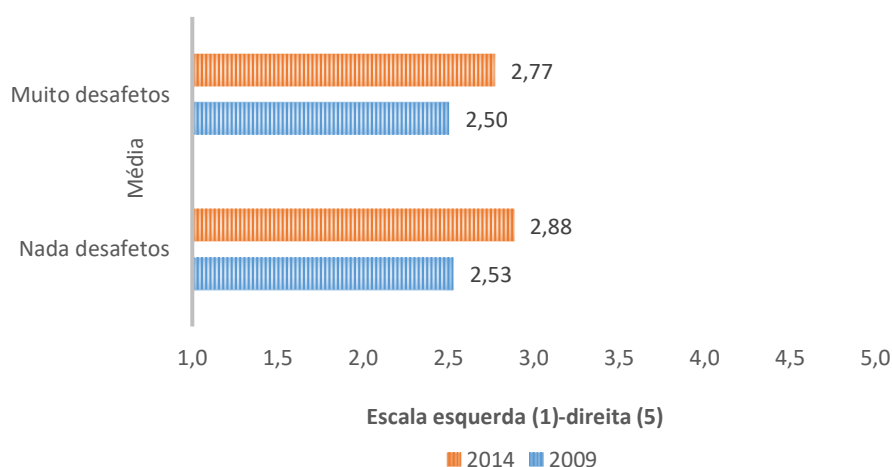
Fonte: EES 2014. Cálculos próprios.

Na configuração da distribuição espacial dos países pelos tipos de desafeição, percebe-se que em 2009 a distribuição dos mesmos não obedecia a um padrão específico, como os que podem ser associados em termos de modelo social à configuração da Europa a 15<sup>26</sup>. De salientar, no entanto, que são países do norte da Europa ou do Centro que

<sup>26</sup> Os países que compõem a UE15 estão muitas vezes associados aos tipos de regime de proteção social que os caracterizam. Um dos modelos existentes apresentam quatro famílias de proteção social, diferenciadas relativamente à cobertura de riscos e elegibilidade, à estrutura dos benefícios, aos mecanismos de financiamento e às configurações institucionais: a escandinava, onde se incluem os países-referência de quando se fala em *welfare state*, a saber a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia; a anglo-saxónica, representada pelo Reino Unido e pela Irlanda (apesar de a Irlanda ter algumas diferenças relativamente ao Reino Unido, este é o modelo que mais se assemelha com as suas características); a continental, da qual fazem parte a Bélgica, a Alemanha, a Holanda, a França, a Áustria e o Luxemburgo; e, finalmente, a do Sul, onde se enquadra a Itália, a Espanha, Portugal e a Grécia. (Ferrera, Hemerijck, Rhodes, 2000).

apresentam uma maior proximidade com o tipo 1, os *politicamente afetos*. A associação dos países aos tipos de desafeição após a emergência da crise parece, no entanto, refletir a intensidade da crise, com os países que tiveram um maior impacto a este nível, a agruparem-se. É o caso da Grécia, da Espanha e da Irlanda, que se encontram próximos dos politicamente desafetos e dos politicamente interessados mas não envolvidos. No período pós emergência da crise os países que se posicionam na tipologia do *politicamente afetos* continuam a ser exclusivamente do Centro ou Norte da Europa.

Figura 6.9. Evolução do posicionamento médio na escala esquerda-direita na UE15, entre 2009 e 2014

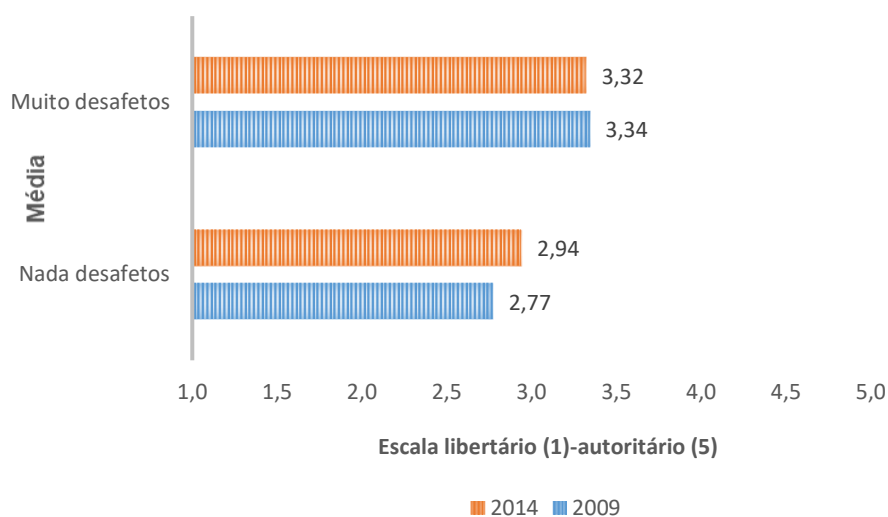


Fonte: EES 2009 e EES 2014. Cálculos próprios.

Centrando-nos na evolução registada antes e após a crise, a Figura 6.9 permite verificar para o conjunto dos países da UE 15 que apesar de se manter um posicionamento mais à esquerda nos dois perfis em comparação, registou-se em 2014, tanto nos *politicamente desafetos* como nos *politicamente afetos*, uma aproximação ao centro face ao cenário existente em 2009, sendo a diferença significativa em ambos os tipos ( $t(2432) = -8,214, p < 0,001$ ;  $t(6327) = -16,933, p < 0,001$ , respetivamente). A crise, com elevado impacto económico, parece assim ter levado os cidadãos a assumir uma posição mais central sobre as questões ideológicas ligadas à economia, contrariando a hipótese 2 de uma aproximação dos cidadãos à esquerda nos países que se encontram numa situação de

défice após uma crise económica (Broz, 2012: 25), como é o caso da maioria dos países em estudo<sup>27</sup>.

Figura 6.10. Evolução do posicionamento médio na escala libertário-autoritário na UE15, entre 2009 e 2014



Fonte: EES 2009 e EES 2014. Cálculos próprios.

Quando analisada a variação ocorrida de 2009 a 2014 na escala libertário-autoritário (figura 6.10), entre os países que compõem a UE15, regista-se um posicionamento médio muito similar entre os *politicamente desafetos*, não sendo significativa a diferença ( $t(2655) = 0,584, p > 0,05$ ). Os níveis médios apontam para um posicionamento no quadrante autoritário ( $M_{2009} = 3,34$  e  $M_{2014} = 3,32$ ). Relativamente ao grupo dos *politicamente afetos*, verifica-se a existência de uma alteração do posicionamento entre os períodos, com um aproximar do centro em 2014, face ao registado em 2009 ( $M_{2009} = 2,77$  e  $M_{2014} = 2,94$ ), e a diferença é significativa ( $t(6423) = -6,677, p < 0,001$ ). Apesar de não se poder falar de um aumento do autoritarismo após a crise, ainda assim, verifica-se uma aproximação ao quadrante autoritário.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Do conjunto dos países da UE15, em 2014 apenas a Alemanha e Dinamarca não apresentavam défice da balança pública (ver [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:Public\\_balance\\_and\\_general\\_government\\_debt,\\_2013%E2%80%9C16\\_\(%25\\_of\\_GDP\)\\_YB17.png](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=File:Public_balance_and_general_government_debt,_2013%E2%80%9C16_(%25_of_GDP)_YB17.png)).

<sup>28</sup> Nesta análise importa lembrar que os resultados relativos ao posicionamento ideológico apresentados na figura 6.4 tiveram em consideração todos os países que constituem a União

Porém, os resultados não validam plenamente a hipótese 3, de uma aproximação ao polo autoritário após a crise, independentemente da existência ou não de desafeição, uma vez que para os politicamente desafetos a alteração verificada não é significativa. De registar, no entanto, a alteração de posicionamento ideológico por parte dos politicamente afetos, com uma aproximação ao centro e respetivo afastamento do posicionamento libertário.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da Análise de Correspondências Múltiplas foi possível responder ao primeiro objetivo a que nos propusemos nesta investigação: identificar a configuração de diferentes tipos de desafeição. Percebendo-se a associação privilegiada existente entre as variáveis *afastamento dos partidos* e *desconfiança nas instituições*, e a existência de uma transversalidade da variável *falta de interesse pela política*, foi possível, através de uma Análise de *Clusters*, definir efetivamente os tipos de desafeição. Assim, para o conjunto dos 28 países que atualmente compõem a União Europeia, no cenário verificado em 2014, identificou-se a distribuição dos cidadãos por quatro perfis de desafeição. O maior grupo de desafeição está associado à falta de interesse pela política, aqui designado de *politicamente envolvidos mas desinteressados* (32,4%).

Relativamente à caracterização da desafeição em termos sociodemográficos, e começando pela distribuição por sexo, verifica-se que a maior percentagem das mulheres concentra-se no tipo 2, onde a desafeição está associada ao desinteresse pela política. Por seu turno, nos homens a maior percentagem surge no tipo 3, onde a desafeição se caracteriza pela existência de um afastamento dos partidos, a par da desconfiança nas instituições políticas. Em termos gerais a desafeição política é ligeiramente mais presente no sexo feminino. No que respeita à idade, os mais novos tendem a ser mais desafetos do que os mais velhos, e em relação à classe social verificam-se diferenças na configuração dos perfis, com a classe trabalhadora a estar associada predominante ao grupo dos

---

Europeia, diferenciando-se ainda pela operacionalização das dimensões ideológicas (com mais variáveis incluídas face às utilizadas para a análise comparativa entre 2009 e 2014, conforme descrito no capítulo 3), razão pela qual não coincidem com os valores apresentados nas figuras agora analisadas.

politicamente desafetos. Relativamente às preferências políticas, aferidas através do posicionamento ideológico, verifica-se uma tendência de centralidade ideológica, tanto na dimensão esquerda-direta como na dimensão libertário-autoritário, apesar de se registar uma tendência para o polo autoritário por parte dos que não se interessam pela política (tipo 2) ou que são politicamente desafetos (tipo 4). Apesar de se encontrar posicionado acima da média, o grupo dos politicamente afetos é o que se encontra mais à esquerda, em ambas as dimensões, face aos seus pares.

Os resultados alcançados permitem afirmar que a configuração da desafeição na Europa a 15 mudou de 2009 para 2014. O maior grupo em 2009, composto pelos *politicamente confiantes mas não envolvidos*, cedeu em 2104 lugar ao dos *politicamente envolvidos mas desinteressados*, reduzindo-se desta forma o grupo de cidadãos com confiança nas instituições. Verificou-se ainda um ligeiro aumento dos politicamente desafetos após a crise, confirmando-se assim a hipótese 1. Quanto à evolução das tendências ideológicas entre os dois períodos em análise, comparando o ocorrido nos perfis politicamente afetos e desafetos, na dimensão esquerda-direita, verifica-se uma aproximação ao centro, contrariando assim a hipótese esperada de uma aproximação à esquerda (refutando-se, por isso, a hipótese 2). Já no que respeita à dimensão libertário-autoritário, encontrou-se uma ligeira aproximação ao polo autoritário, mas com limitações em termos de significância estatística (levando assim apenas a uma corroboração parcial da hipótese 3).

Por fim, a análise efetuada permitiu verificar que as mudanças ocorridas ao nível da desafeição entre 2009 e 2014 estenderam-se à maioria dos países, com a mudança na distribuição pelos tipos de desafeição. Como exceção temos a Suécia, Dinamarca e Países Baixos que mantiveram, de um período para o outro, o seu posicionamento no grupo dos *politicamente afetos*. Apesar das oscilações ocorridas, é de realçar que os países que se posicionam na tipologia dos politicamente afetos, em ambos os períodos, são sempre do Centro ou do Norte da Europa. Dos resultados obtidos salienta-se o facto de os países intervencionados (à exceção de Portugal) passarem, de 2009 para 2014, a posicionarem-se mais perto do perfil *politicamente desafetos*.

## **CAPÍTULO 7 – ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DOS CIDADÃOS EUROPEUS: DIFERENÇAS ENTRE A CONGRUÊNCIA DOS PARTIDOS COM OS CIDADÃOS *POLITICAMENTE AFETOS* E COM OS *POLITICAMENTE DESAFETOS*, NOS PAÍSES DA UE15**

A análise realizada nos capítulos precedentes conduz-nos até à questão da representação dos cidadãos com desafeição política. Será neste capítulo que é alcançado o objetivo de aferir o nível de congruência existente entre cidadãos (em função do seu tipo de desafeição política) e partidos políticos. Para o efeito começaremos por apresentar a caracterização ideológica dos tipos de desafeição por país, permitindo dessa forma perceber as diferenças existentes entre os Estados-membros da UE15. De seguida será definido, de acordo com a metodologia apresentada no capítulo 5, o perfil ideológico dos partidos, caracterizando-os ao nível da dimensão esquerda-direita e da dimensão libertário-autoritário, seguindo-se a análise da congruência ideológica entre partidos e cidadãos.

Por último, centraremos a análise no caso de Portugal, com o intuito de aferir os níveis de correspondência entre cidadãos e partidos políticos em relação a políticas públicas em concreto, de acordo com o tipo de desafeição dos cidadãos.

### **7.1 A CONFIGURAÇÃO IDEOLÓGICA NA EUROPA DOS 15, POR TIPO DE DESAFEIÇÃO**

A análise deste capítulo inicia com a caracterização ideológica por país da UE15 e por tipo de desafeição. Para tal, o quadro 7.1 apresenta valores médios do posicionamento na escala esquerda-direita e libertária-autoritária para cada um dos países com foco na comparação entre cidadãos *politicamente afetos* e cidadãos *politicamente desafetos*. Pretendendo-se perceber o eixo ideológico predominante nos *afetos* e nos *desafetos*, centraremos a análise nestes dois tipos, dado serem o oposto um do outro, permitindo desta forma apurar as diferenças existentes a este nível, entre países. Os restantes tipos e desafeição são apresentados na análise mais detalhada remetida para anexo.

Apesar da tendência para a centralidade ideológica, já demonstrada no capítulo anterior, existem diferenças entre os países relativamente ao posicionamento ideológico dos indivíduos, conforme visível no quadro 7.1. Começando pela dimensão esquerda-



direita e pelos cidadãos *afetos*, verifica-se existir um posicionamento similar entre os países, com oito Estados-membros a terem os cidadãos *politicamente afetos* posicionados ideologicamente à esquerda (Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Espanha, Suécia e Reino Unido) e sete Estados-membros a terem os cidadãos *afetos* predominantemente à direita (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Países Baixos e Portugal). O cenário altera-se quando analisamos os cidadãos *desafetos*. Este tipo encontra-se posicionado à direita, na maioria de países, situando-se ideologicamente à esquerda apenas na Finlândia e em Espanha, e ao centro na Irlanda e em Portugal.

Na dimensão libertário-autoritário, em oito Estados-membros os cidadãos apresentam-se no polo libertário (Áustria, Dinamarca, França, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos, Espanha e Suécia), com sete países a apresentarem os cidadãos *politicamente afetos* no polo autoritário (Bélgica, Finlândia, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Reino Unido). Relativamente aos cidadãos *politicamente desafetos*, predomina o polo autoritário, com dois terços dos países a terem os cidadãos posicionados neste eixo ideológico, e apenas Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos, Espanha e Suécia a terem os cidadãos *politicamente desafetos* no polo libertário. Estes resultados da análise da UE15 sugerem a existência de um compromisso ideológico à direita e autoritário dos cidadãos *desafetos*, que os demarca claramente dos cidadãos com afeição política, que aparentam estar distribuídos de forma mais equitativa pelas duas dimensões nos países analisados.

Na observação por país é na França que a diferença entre os dois tipos é mais acentuada, uma vez que os *politicamente afetos* posicionam-se à esquerda e no polo libertário e os *politicamente desafetos* exatamente o oposto, numa direita autoritária. Em contraponto, verifica-se uma homogeneidade do posicionamento ideológico na Bélgica e na Grécia, com os dois tipos a posicionarem-se como próximos da direita autoritária. Esta uniformização ideológica verifica-se também noutros países, mas com diferentes associações. Na Finlândia os tipos apresentam-se na totalidade como uma esquerda autoritária, enquanto na Alemanha e nos Países Baixos surgem como uma direita libertária.

Em nenhum dos países em análise se verifica uma aproximação ao quadrante libertário por parte dos *politicamente desafetos*, relativamente ao outro tipo. Quando os *desafetos* se posicionam no polo libertário, como acontece na Alemanha, Países Baixos, Suécia, Espanha e Luxemburgo é porque segue a continuidade do comportamento verificado nos *politicamente afetos*, mantendo-se o mesmo posicionamento ideológico.

No entanto, o oposto verifica-se, com países como a Áustria, Dinamarca e França a passarem de um posicionamento libertário nos *politicamente afetos*, para o polo autoritário nos *politicamente desafetos*.

Quadro 7.1 Caracterização ideológica dos cidadãos politicamente afetos e politicamente desafetos da UE15, por país<sup>29</sup>

País	Politicamente afetos				Politicamente desafetos			
	Esquerda	Direita	Libertário	Autoritário	Esquerda	Direita	Libertário	Autoritário
Áustria		3,22	2,89			3,27		3,02
Bélgica		3,04		3,03		3,15		3,20
Dinamarca		3,21	2,81			3,25		3,20
Finlândia	2,85			3,04	2,82			3,27
França	2,95		2,95			3,24		3,05
Alemanha		3,13	2,93			3,10	2,98	
Grécia		3,15		3,33		3,20		3,30
Irlanda	2,89			3,13	3,00			3,28
Itália	2,88			3,21		3,12		3,45
Luxemburgo	2,90		2,92			3,22	2,99	
Países Baixos		3,13	2,81			3,41	2,76	
Portugal		3,19		3,17	3,00			3,17
Espanha	2,67		2,93		2,80		2,92	
Suécia	2,72		2,46			3,14	2,67	
Reino Unido	2,82			3,13		3,04		3,35

Fonte: EES 2014. Cálculos próprios.

Relativamente à dimensão esquerda-direita, o comportamento é semelhante, com nenhum país a registar uma mudança de posicionamento à direita nos *politicamente afetos*, para um posicionamento à esquerda nos *politicamente desafetos*. Em contraponto, surgem países como a França, a Itália, o Luxemburgo, a Suécia e o Reino Unido, que mudam de um posicionamento à esquerda dos cidadãos *politicamente afetos*, para um posicionamento à direita nos *politicamente desafetos*.

<sup>29</sup> Apresenta-se no anexo F os dados para todos os tipos de desafeição. Para uma análise da distribuição verificada o anexo apresenta também, os respetivos valores de desvio padrão.

Da análise dos dados fica clara não só a diferença existente ao nível do posicionamento político-ideológico, entre cidadãos *politicamente afetos* e cidadãos *politicamente desafetos*, como também a predominância de um posicionamento à direita e no polo autoritário dos *politicamente desafetos*, comum à maioria dos países da UE15.

## **7.2 O PERFIL IDEOLÓGICO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA UE15**

Após a caracterização ideológica de cada tipo de desafeição, por país, importa agora apurar o posicionamento ideológico de cada partido com assento parlamentar. Para tal, recorreu-se a inquéritos a peritos, utilizando os mesmos critérios de definição da dimensão esquerda-direita e libertário-autoritário aplicados aos cidadãos.

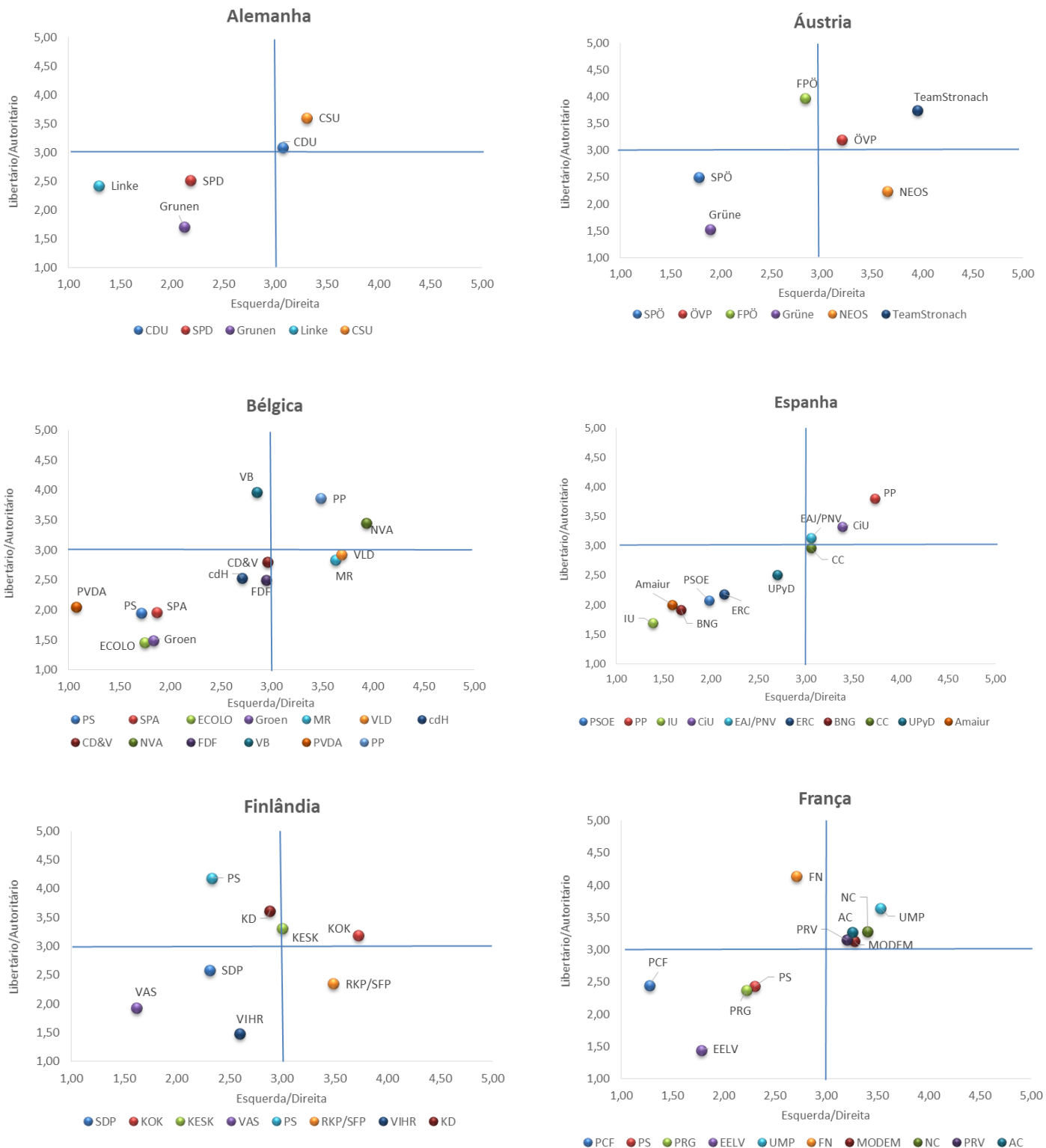
Da análise efetuada é possível distribuir os partidos por quatro quadrantes, a saber: esquerda/libertário, esquerda/autoritário, direita/libertário e direita/autoritário. Tal como na análise dos cidadãos se encontrou uma substancial diversidade na distribuição ideológica, entre os países e nos diferentes tipos, o mesmo se passa relativamente aos partidos, apresentando-se cenários bastante distintos entre os Estados-membros, conforme visível pela figura 7.1.

Começamos por realçar o facto de, por um lado, existir um conjunto de países que, na sua distribuição parlamentar, apresentam representação partidária apenas em dois quadrantes, nomeadamente a esquerda/libertária e a direita/autoritária, sendo desta forma evidente a existência de um vazio nos restantes espaços ideológicos. É o caso de Portugal, Alemanha, Irlanda, Espanha e Reino Unido.

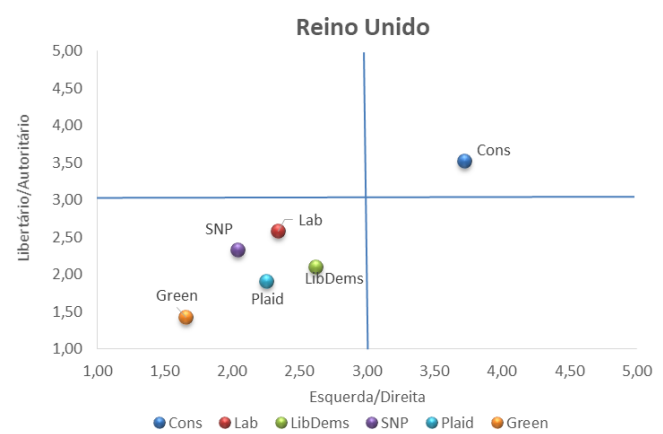
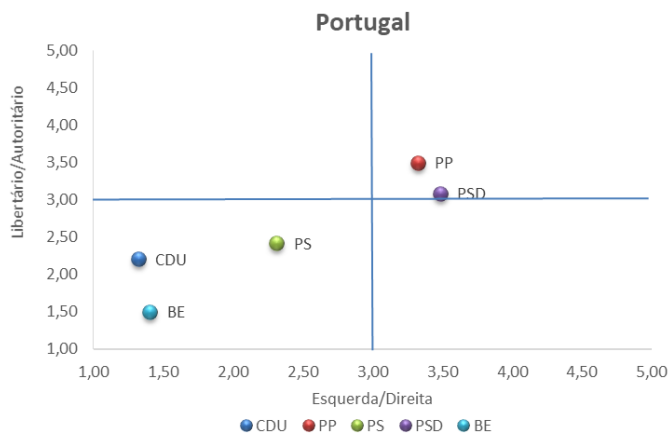
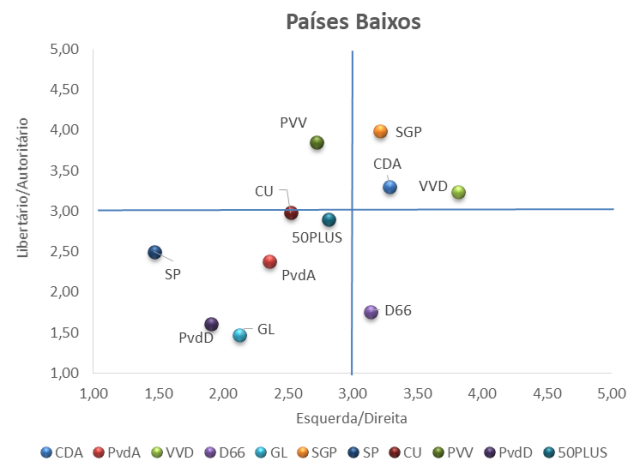
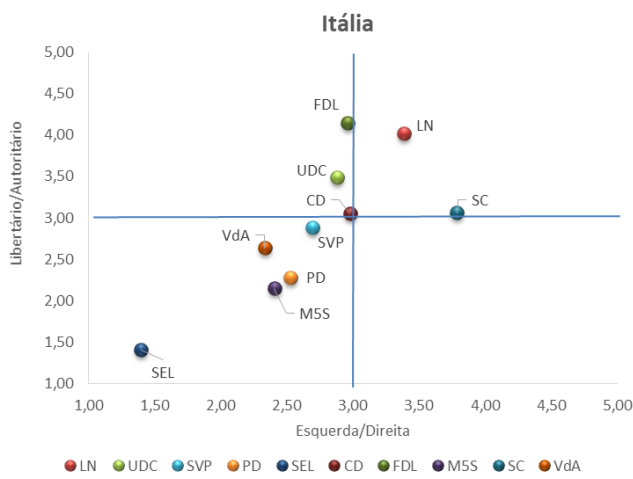
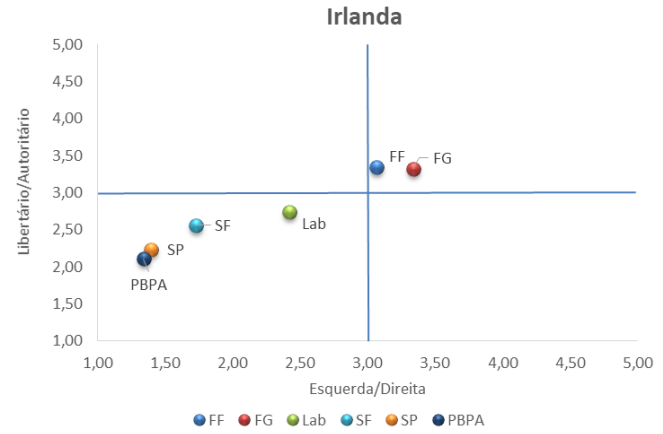
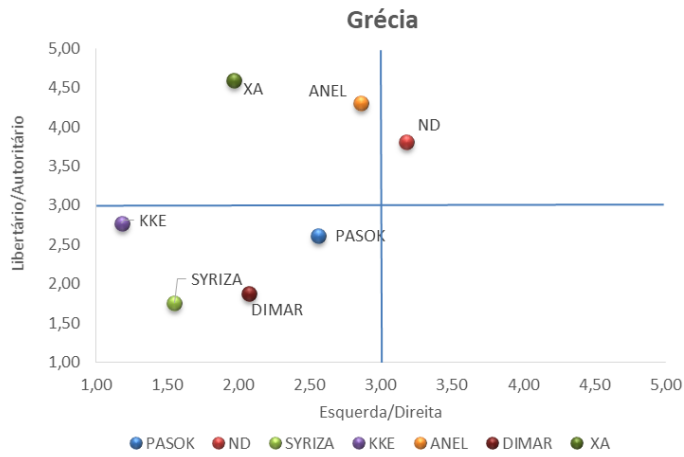
Por outro lado, temos um conjunto de países que têm representação em todos os quadrantes ideológicos, com partidos com assento parlamentar a ocupar todas as conjugações ideológicas. É o caso da Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Luxemburgo e Países Baixos.

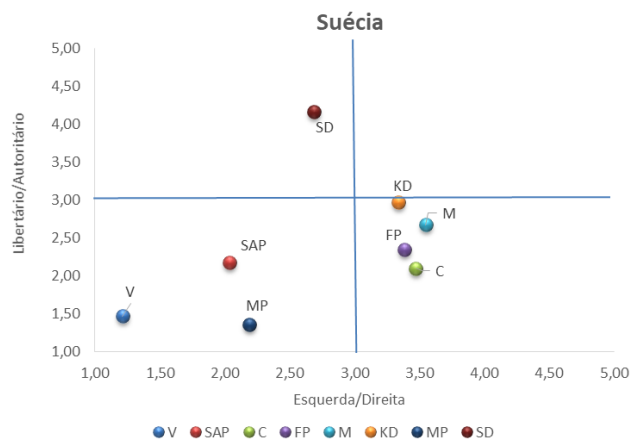
Ainda um outro cenário observado são os países que têm representação em todos os quadrantes, exceto no da direita/libertário. É o caso da França, Itália e Grécia. De realçar o posicionamento ideológico dos partidos da Grécia, com o partido Aurora Dourada (XA) a apresentar-se como o mais autoritário de todos, comparativamente com os restantes países em análise. De salientar que a Suécia é o único país que não apresenta qualquer partido a representar o espaço ideológico direita/autoritário.

Figura 7.1. Distribuição dos partidos com assento parlamentar pelos quadrantes ideológicos, por país.



## Representação em contexto de desafeição política





Fonte: CHES 2014. Cálculos próprios.

Dos resultados obtidos ao nível do posicionamento ideológico dos partidos, salienta-se a diversidade da distribuição partidária entre os Estados-membros, com diferenças significativas ao nível do espaço ideológico ocupado. O único espaço de representação ideológica comum a todos os países em análise é o da esquerda libertária. Este cenário poderá encontrar explicação no Modelo Social Europeu, no qual estes países têm crescido e se têm desenvolvido. Apesar de enfrentar hoje novos desafios, relacionados com a globalização, com a transição para uma economia assente no conhecimento intensivo, o envelhecimento da população, entre outros fatores, o Modelo Social Europeu é fruto da tentativa de promover o crescimento económico com justiça social (Rodrigues, 2009: 50), associado a uma preocupação com o ambiente<sup>30</sup>.

### 7.3 CONGRUÊNCIA IDEOLÓGICA ENTRE PARTIDOS E CIDADÃOS NA UE15, POR TIPO DE DESAFEIÇÃO.

Com vista a responder ao objetivo relativo à representação política dos cidadãos europeus, apresentam-se em seguida os resultados da análise da congruência entre estes e os partidos políticos com assento parlamentar. Pretende-se verificar se a congruência ideológica entre

<sup>30</sup> No Conselho Europeu de Gotemburgo (2001) foi acrescentada a dimensão ambiental, à dimensão económica e social definida na Estratégia de Lisboa (2000).

partidos e cidadãos politicamente desafetos é maior ou menor, do que relativamente aos cidadãos que não apresentam desafeição política.

Tendo em conta que a congruência é apurada em função da proximidade político-ideológica dos cidadãos com os partidos, é também neste subcapítulo que se tentará perceber, em cada dimensão, onde se verifica maior congruência, se com partidos que se posicionam no eixo da esquerda ou na direita, e se com partidos que se posicionam no polo libertário ou no polo autoritário.

Para a análise da congruência<sup>31</sup>, procedeu-se à análise da diferença entre o posicionamento médio dos cidadãos (*afetos* e *desafetos*) e o posicionamento médio dos partidos com assento parlamentar, por forma a aferir a distância entre os cidadãos europeus com e sem desafeição política relativamente aos partidos parlamentares. Valores negativos significam que os cidadãos se encontram à esquerda dos partidos, ou mais libertários que estes, e valores positivos significam o oposto, cidadãos à direita dos partidos ou mais autoritários que estes.

Começando pela análise da dimensão esquerda-direita, apresentada na figura 7.2 que nos posiciona, no espetro ideológico, os cidadãos *afetos* e os *desafetos* face a cada um dos partidos, verificamos que em praticamente todos os países, os cidadãos posicionam-se à direita da maioria dos partidos políticos com assento parlamentar. A única exceção é a Suécia, que apresenta um equilíbrio, com os cidadãos a posicionarem-se à direita de quatro partidos, mas também à esquerda de outros quatro. A este propósito é de referir o caso extremo da Grécia, onde os cidadãos se posicionam à direita de todos os partidos representados.

Comparando o posicionamento dos *afetos* com os *desafetos*, ele é igual na maioria dos países, ou seja, o posicionamento à direita face à maioria dos partidos é igualmente partilhado por *afetos* e por *desafetos*. Na França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, os *afetos* posicionam-se no entanto à esquerda de um maior número de partidos, do que os *desafetos*.

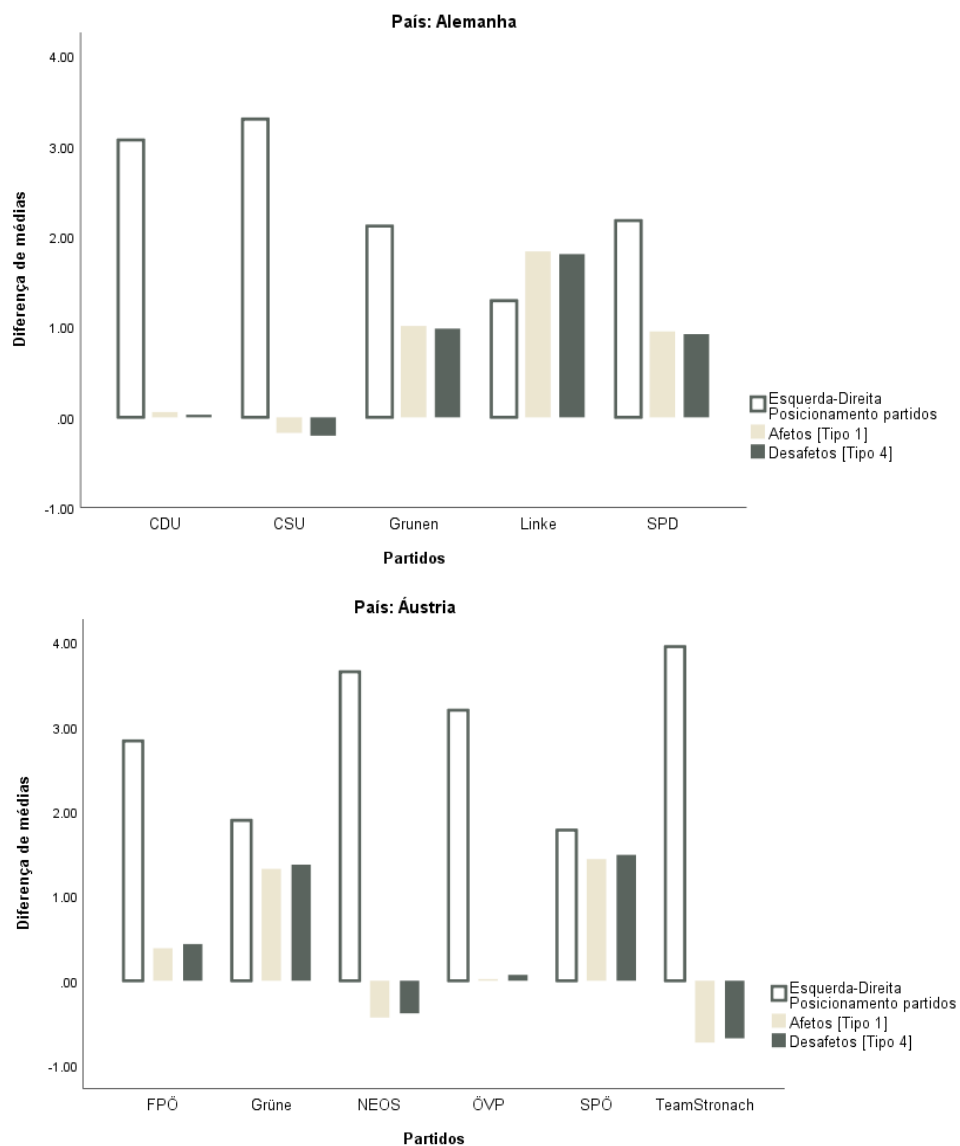
Estes resultados vêm confirmar o que já se sabia relativamente ao posicionamento dos partidos (por via dos deputados) em relação aos eleitores (Belchior, 2010b: 128; Belchior e Freire, 2012: 34), de que se posicionam mais à esquerda do que estes. Este estudo permite apresentar novos dados e que vão no sentido de evidenciar que a relação

---

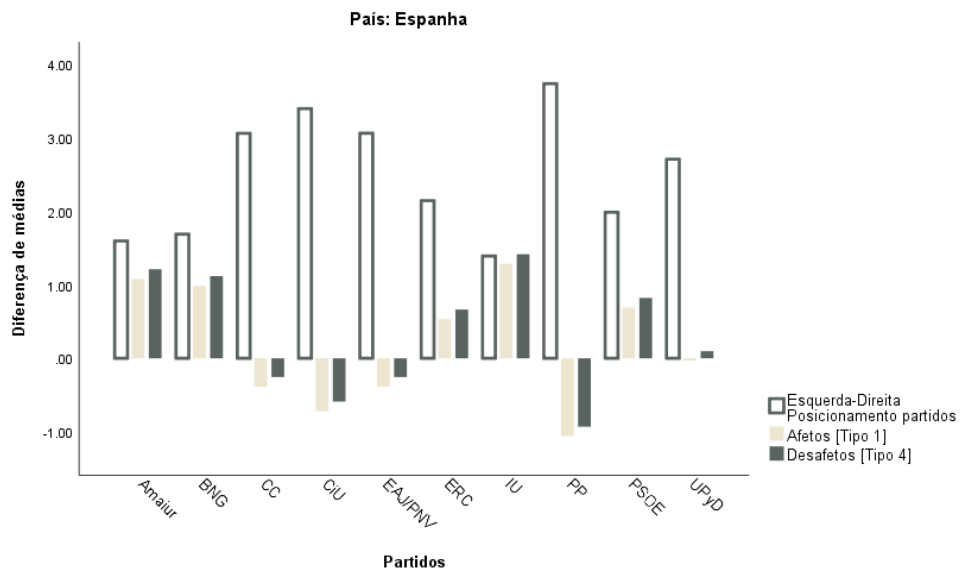
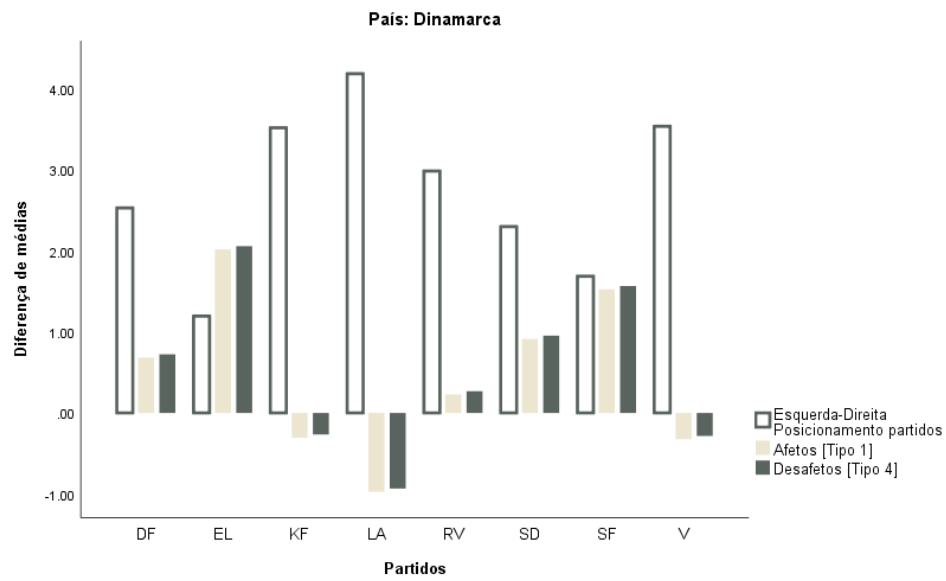
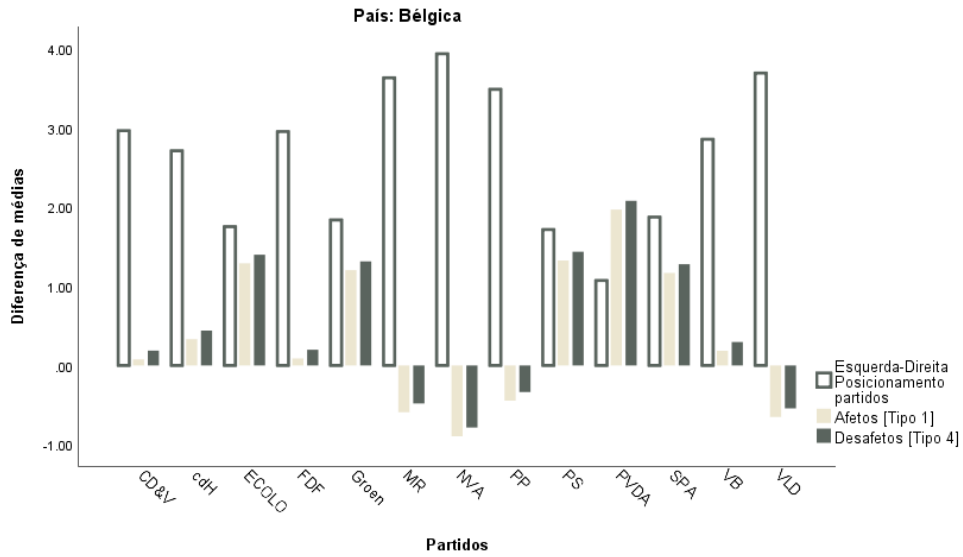
<sup>31</sup> Apresenta-se no anexo G uma análise mais detalhada por país, com referência aos partidos políticos.

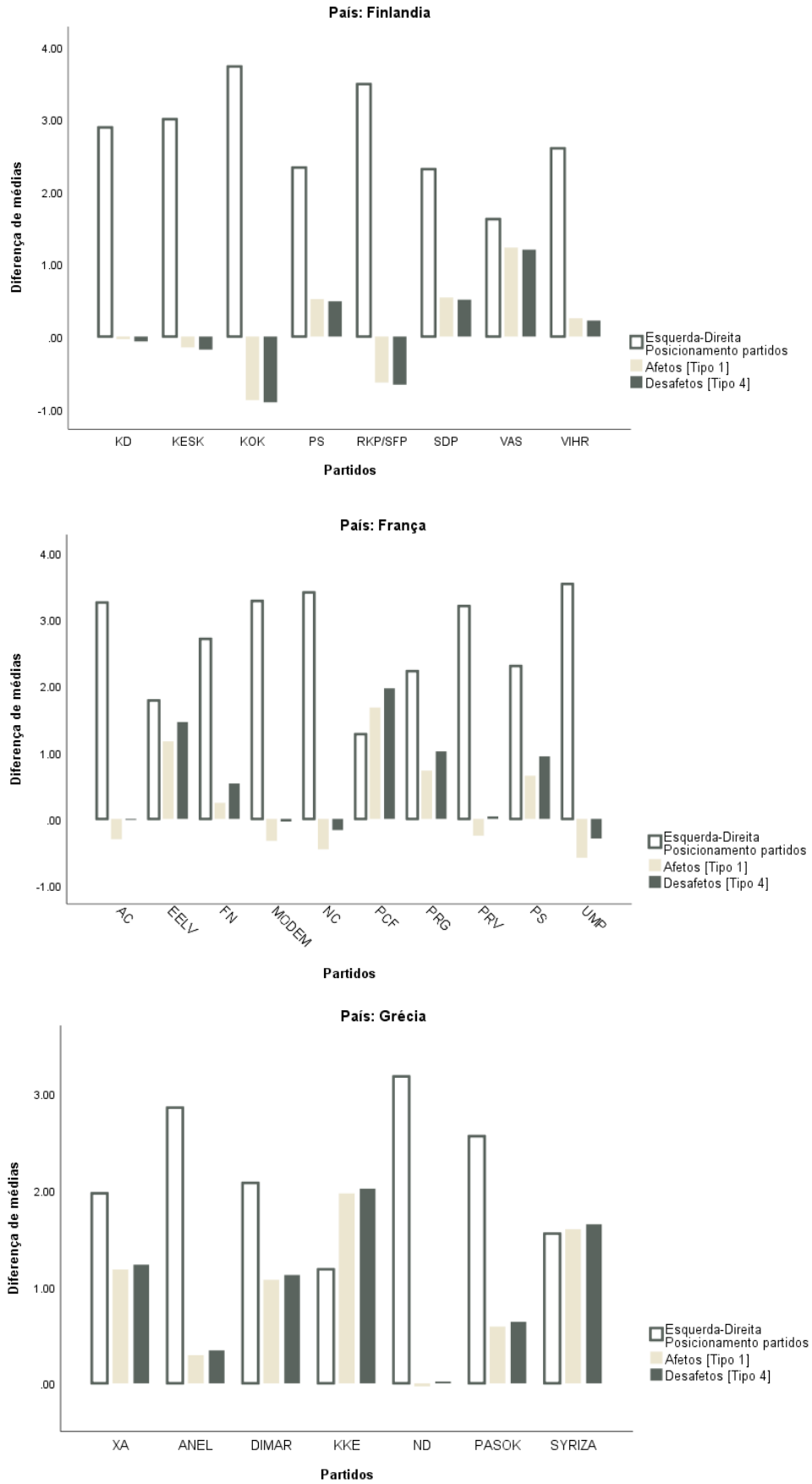
descrita se aplica aos cidadãos *politicamente afetos*, mas também aos cidadãos *politicamente desafetos*.

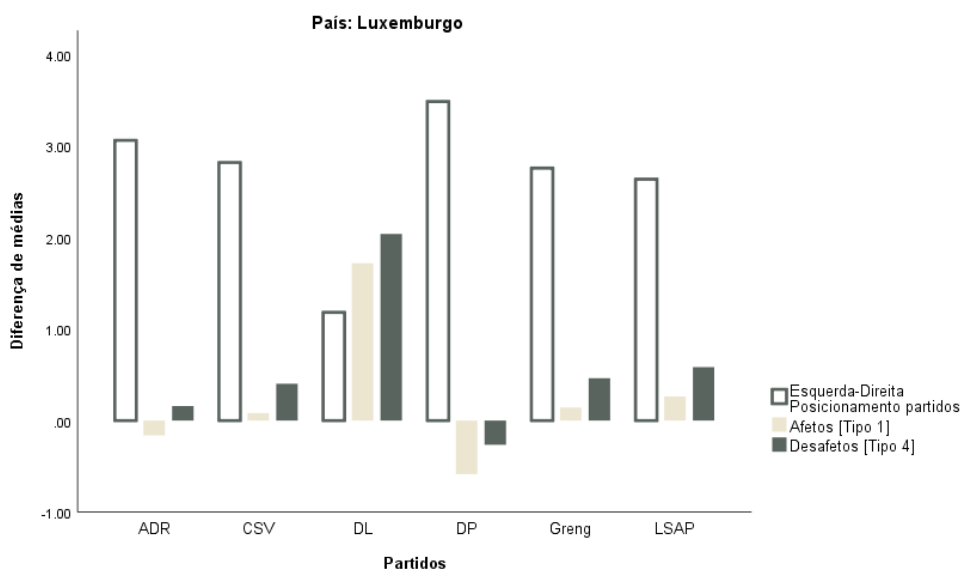
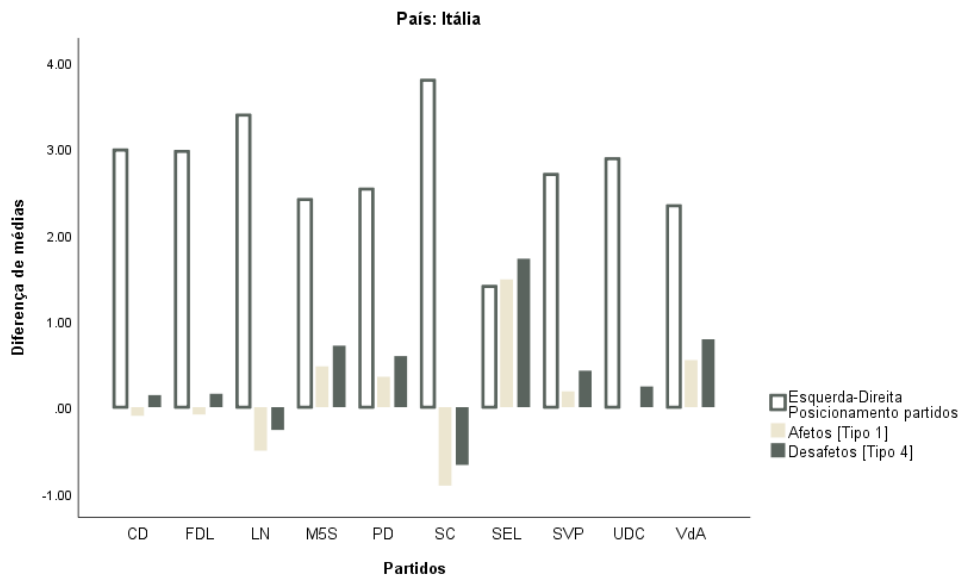
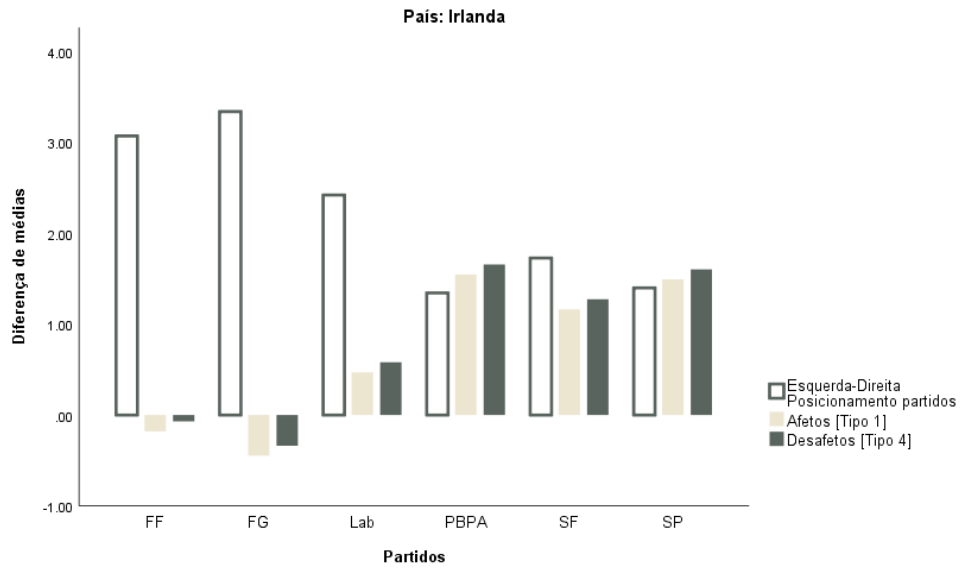
Figura 7.2. Diferença de médias entre os partidos e os cidadãos afetos e cidadãos desafetos na dimensão esquerda-direita, por país

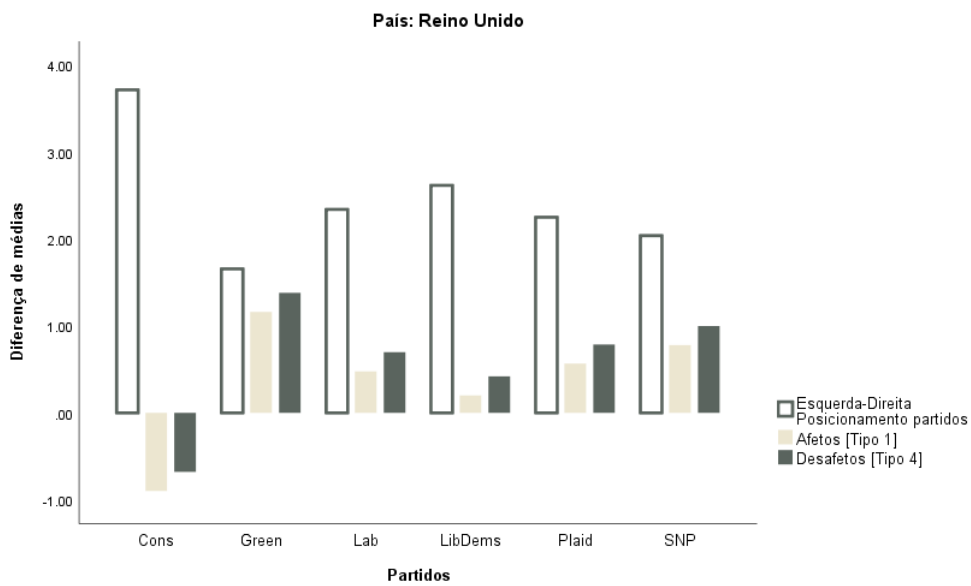
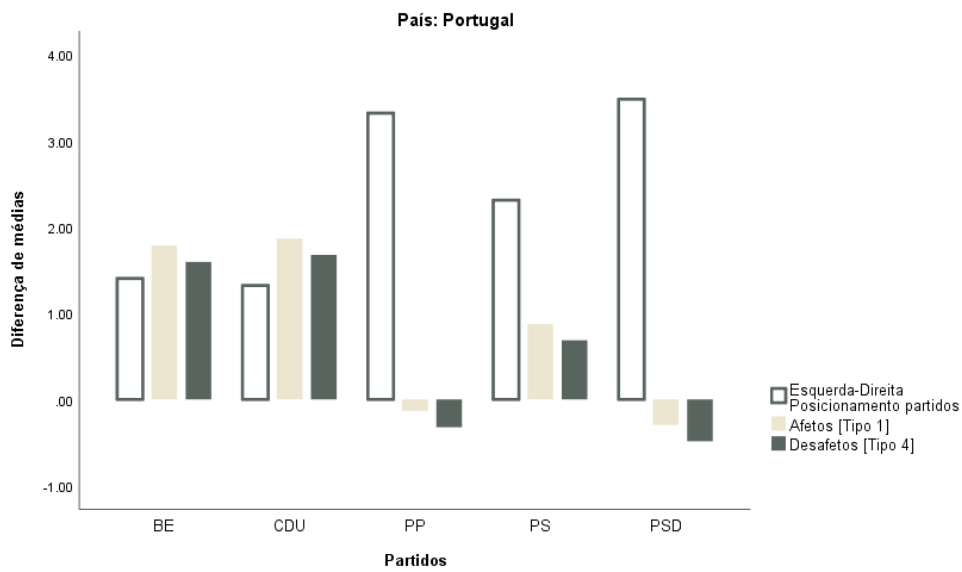
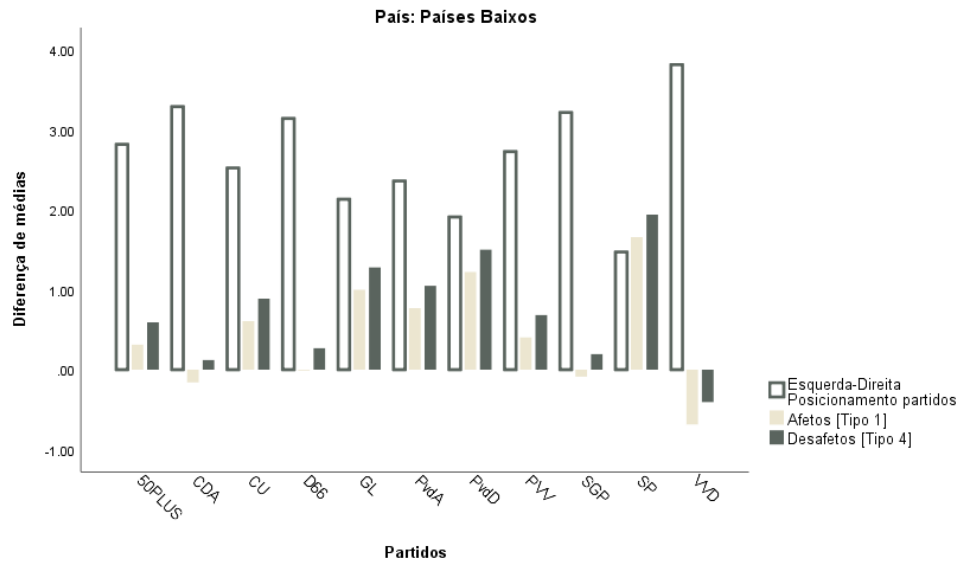


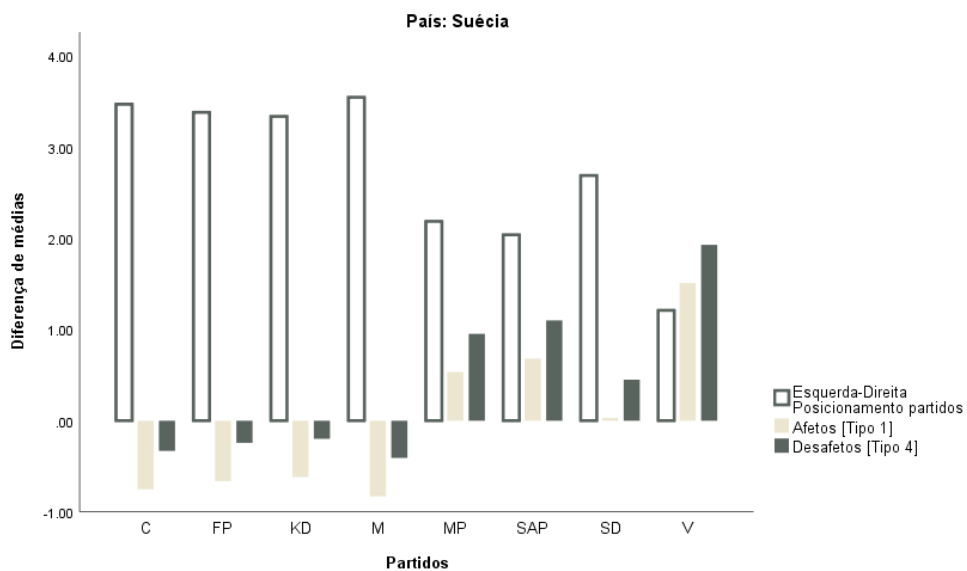






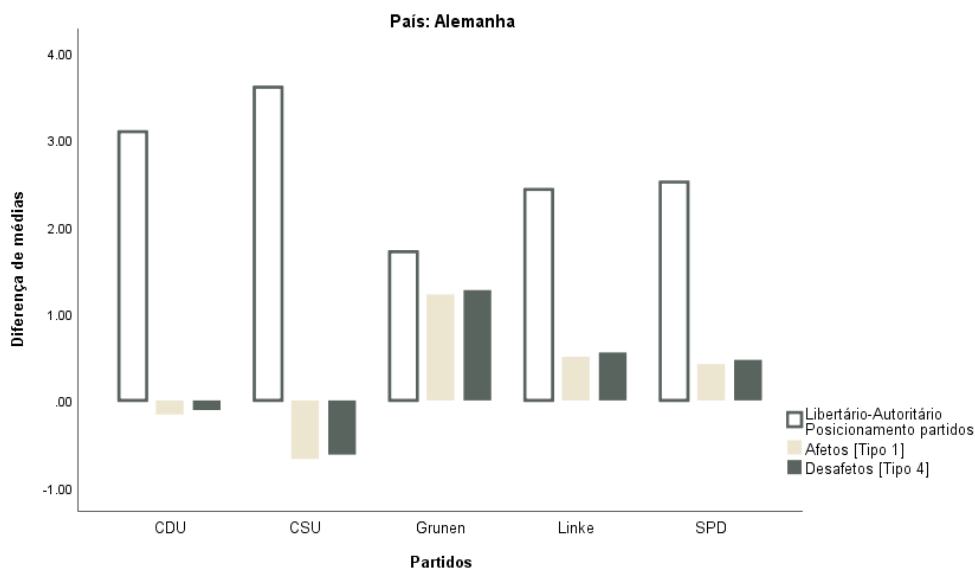


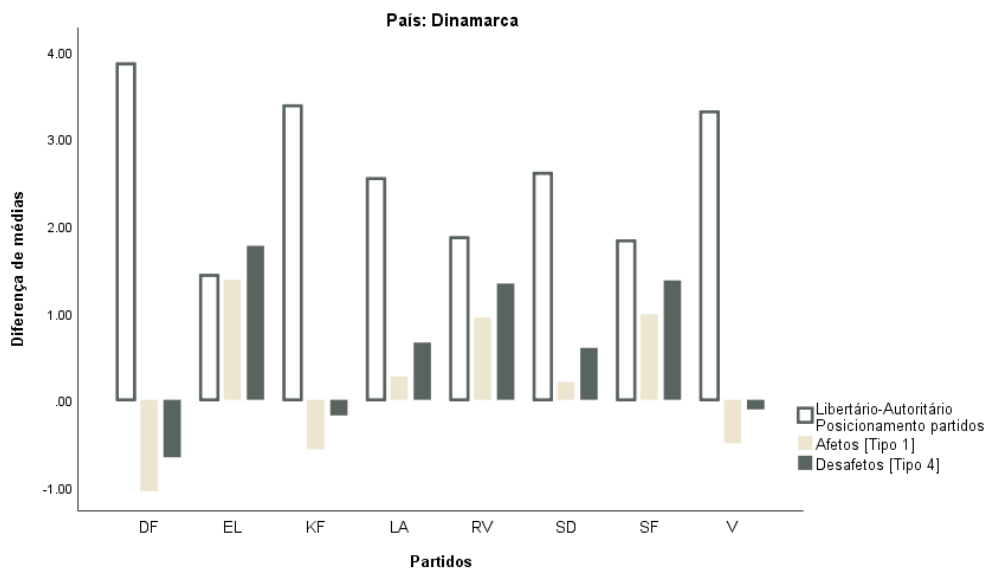
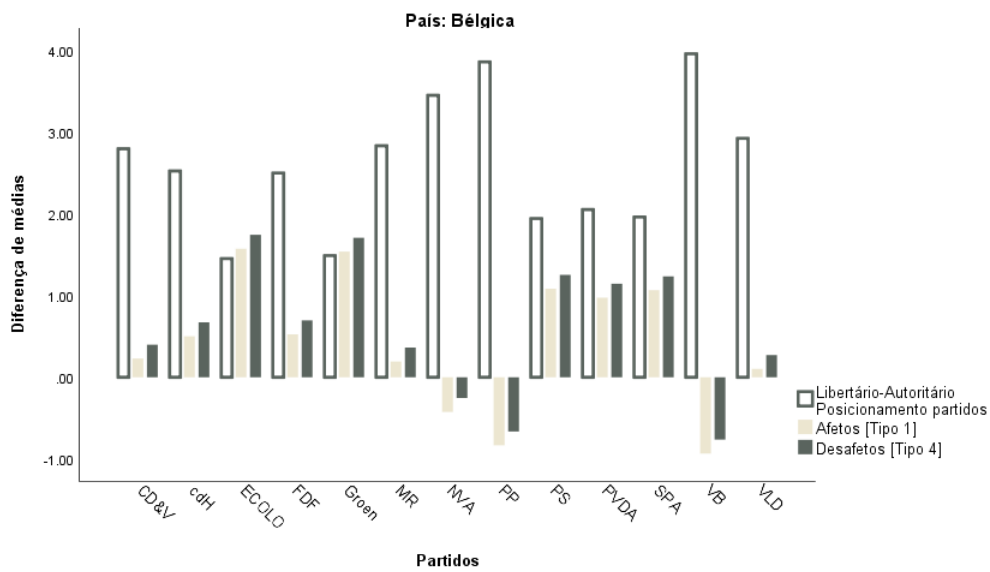
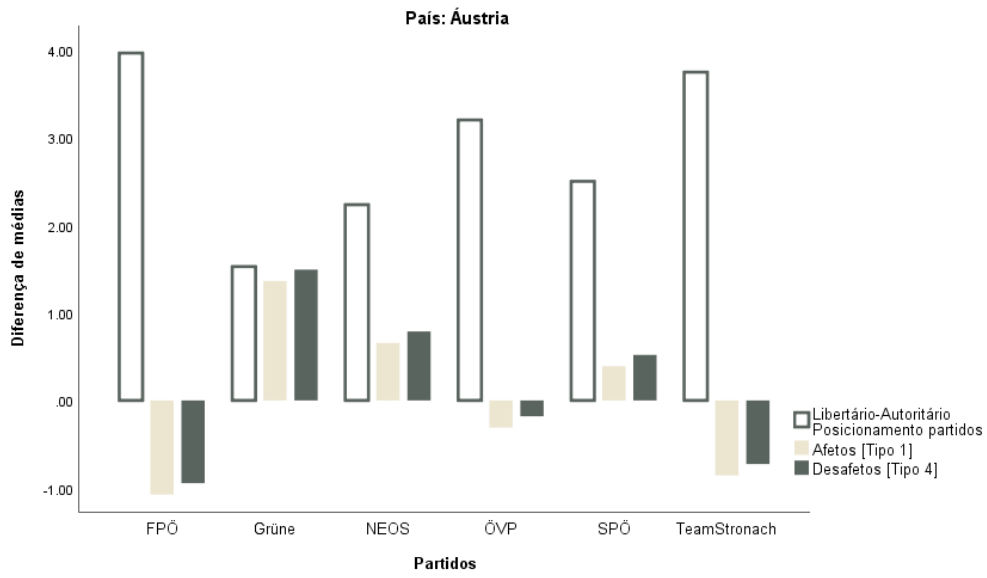


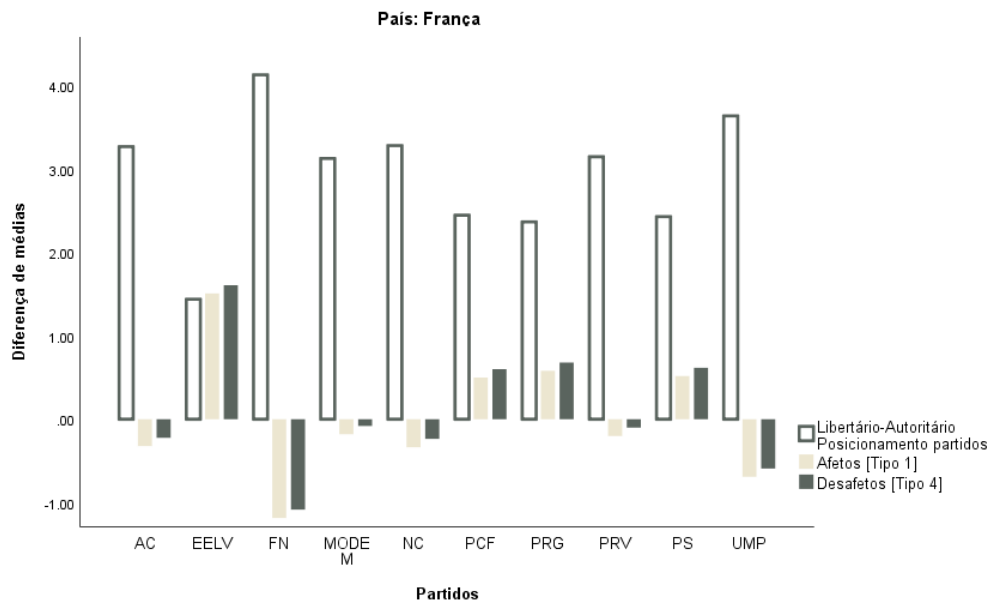
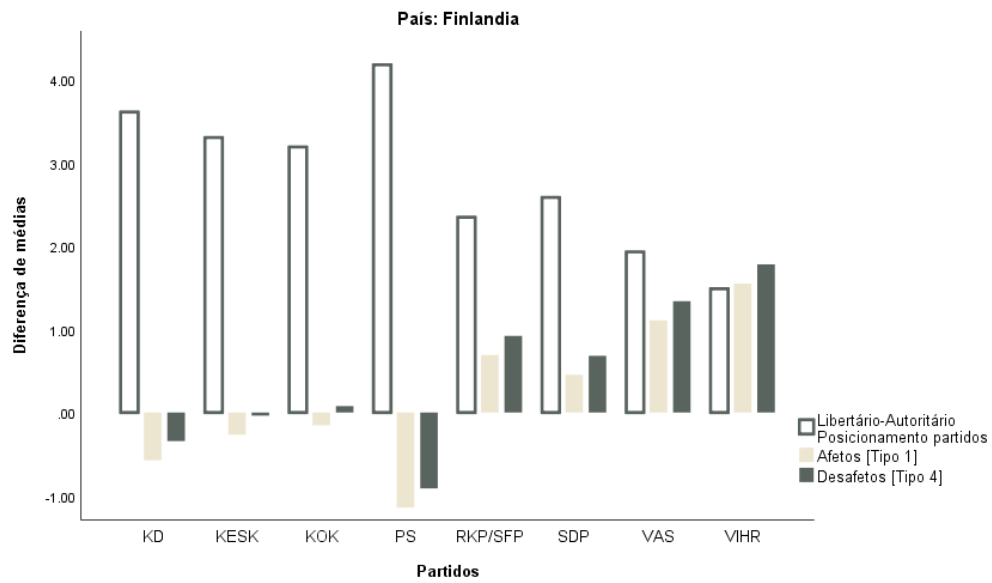
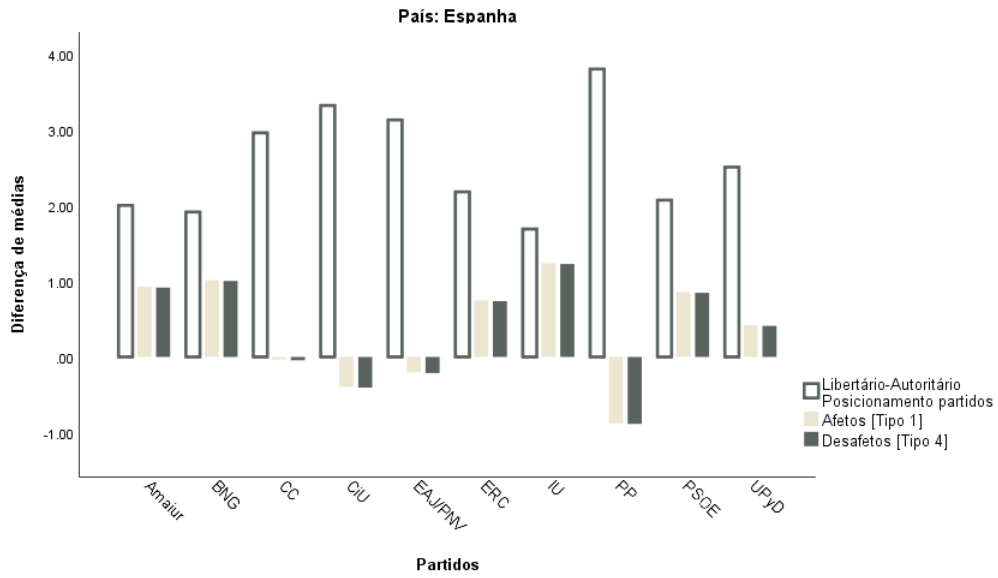


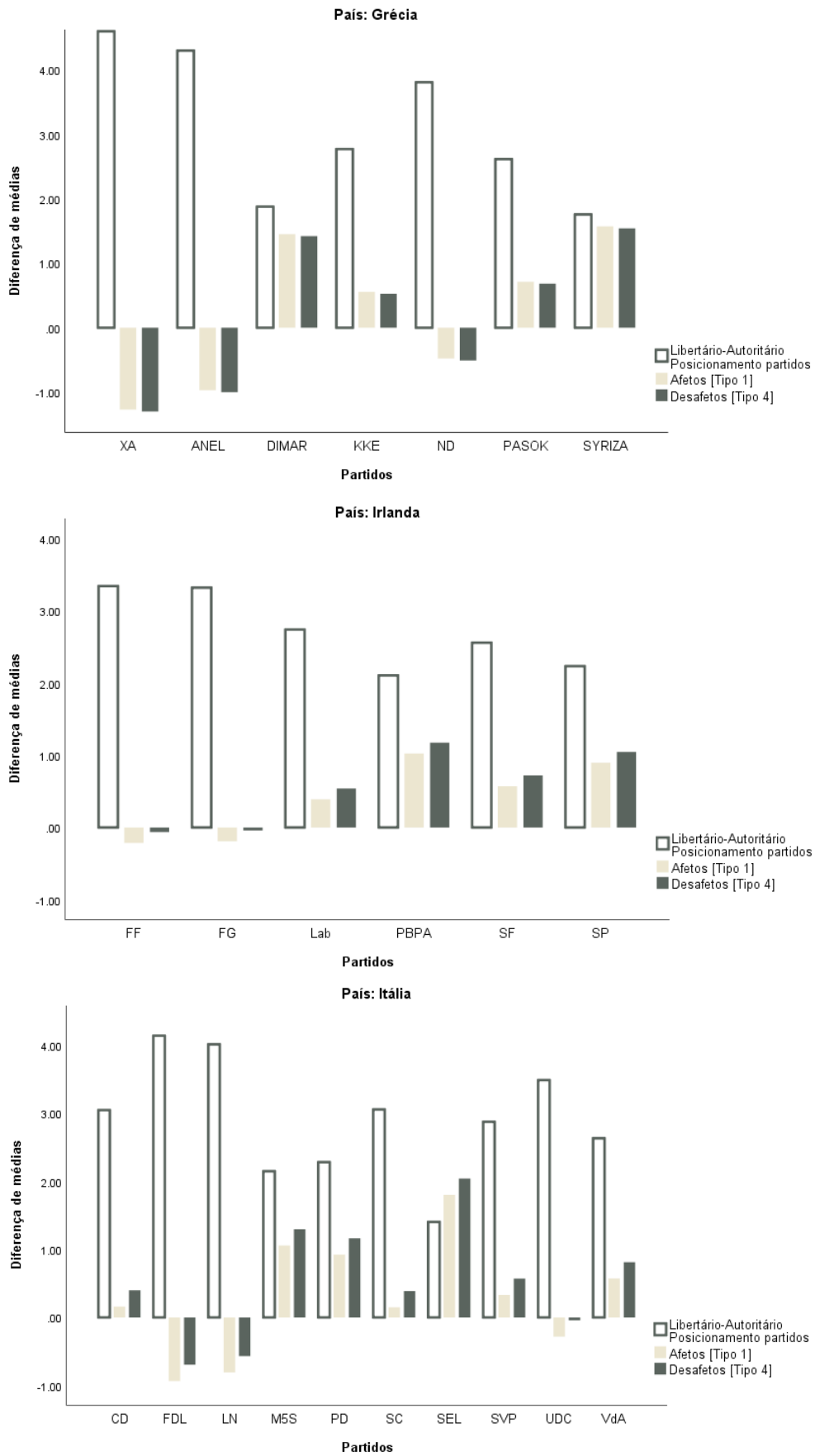
Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Figura 7.3. Diferença de médias entre os partidos e os cidadãos afetos e cidadãos desafetos na dimensão libertário-autoritário, por país

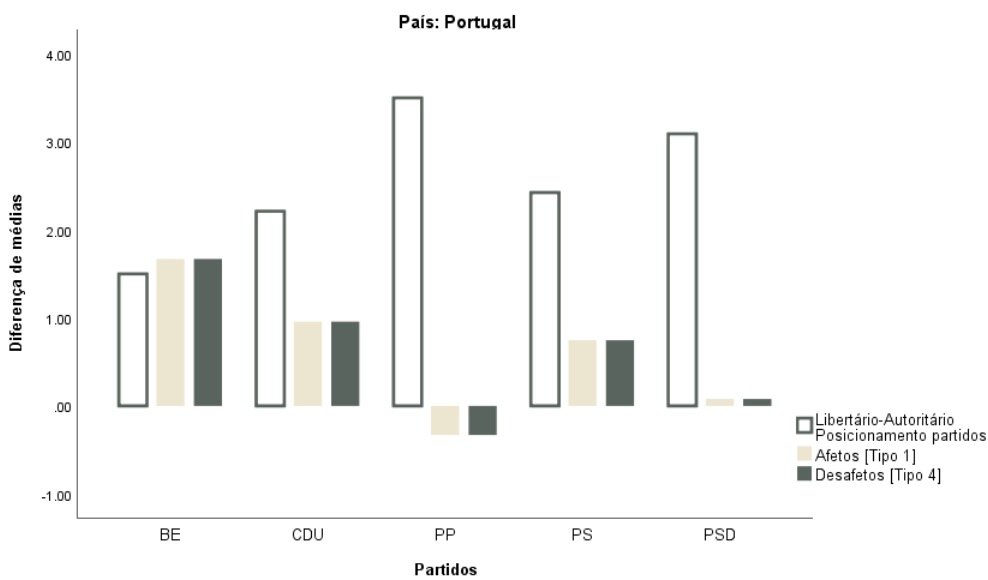
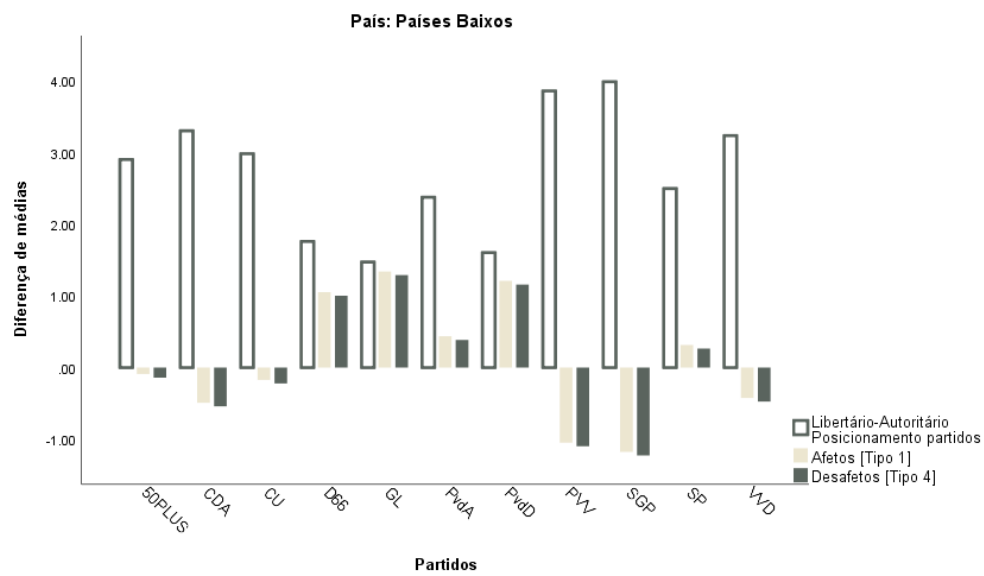
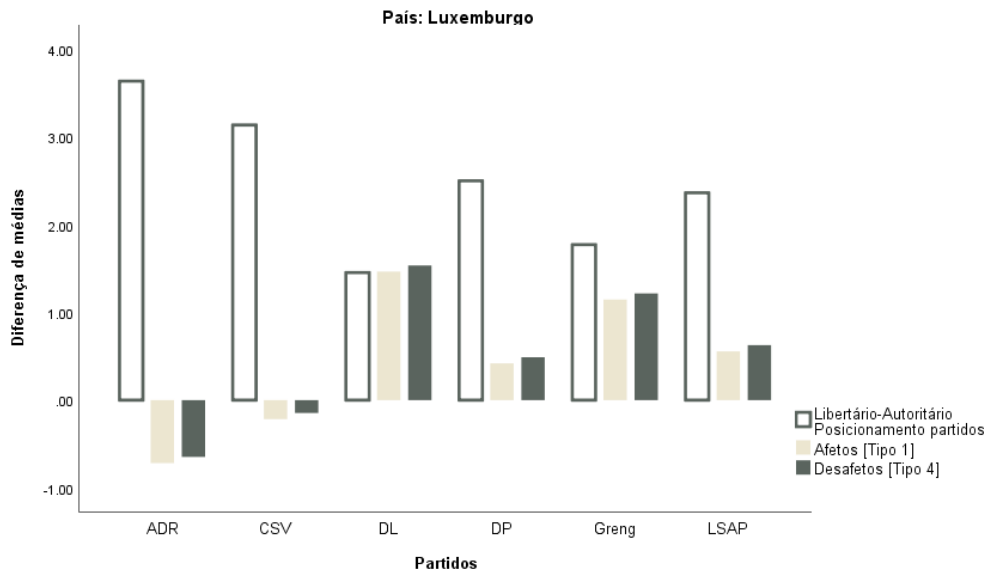


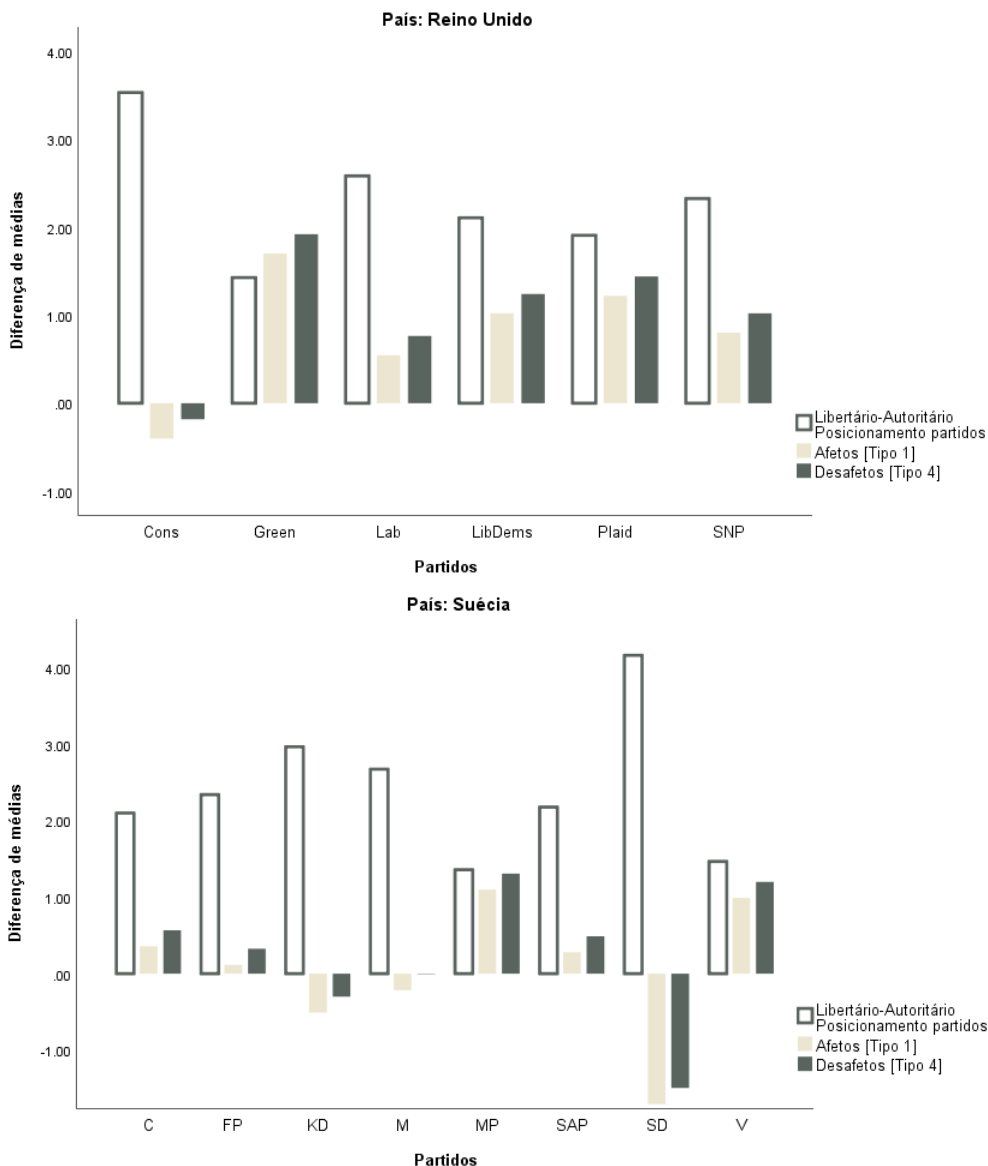












Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Na dimensão libertário-autoritário o cenário é muito idêntico ao que acabámos de observar. Em todos os países os cidadãos posicionam-se à direita da maioria dos partidos com assento parlamentar, ou seja, assumem-se como mais autoritários do que estes. Este comportamento é similar entre *afetos* e *desafetos*. Quando não o é, como o caso da Finlândia e da Suécia, é porque os *afetos* se posicionam como mais libertários relativamente a mais partidos, do que os *desafetos*.

Mais uma vez, estes resultados vão de encontro às conclusões de outras pesquisas, que apresentam os partidos (deputados) como mais libertários do que os eleitores

(Belchior e Freire, 2012: 280), concluindo-se agora que este comportamento se aplica igualmente aos cidadãos *politicamente desafetos*.

Após analisada a congruência entre partidos e cidadãos mediante diferença de médias, mede-se agora a congruência pelo centrismo. Esta é uma medida mais rigorosa do grau de correspondência entre partidos e cidadãos, dado considerar o nível de dispersão dos cidadãos. Neste caso, quanto mais próximo de zero for o centrismo, maior a congruência dos partidos relativamente aos cidadãos, em função do tipo de desafeição. Em oposição, quanto mais afastado de zero, menor será a congruência entre ambos.

Na leitura do nível de congruência dos partidos com os cidadãos *politicamente afetos* e com os *politicamente desafetos*, na figura 7.4, verificamos, que na dimensão esquerda-direita, existe na maioria dos países da UE15, um nível de congruência dos partidos idêntico com os cidadãos *afetos* e com os *desafetos*. Nos casos em que não existe esta semelhança, a congruência é paradoxalmente maior com os *desafetos* (caso da Áustria, da Bélgica, da Finlândia, da França, da Irlanda, do Luxemburgo e dos Países Baixos). De salientar que na Alemanha, na Dinamarca e na Suécia, a congruência, em todos os partidos, é sempre maior com os cidadãos *politicamente desafetos*.

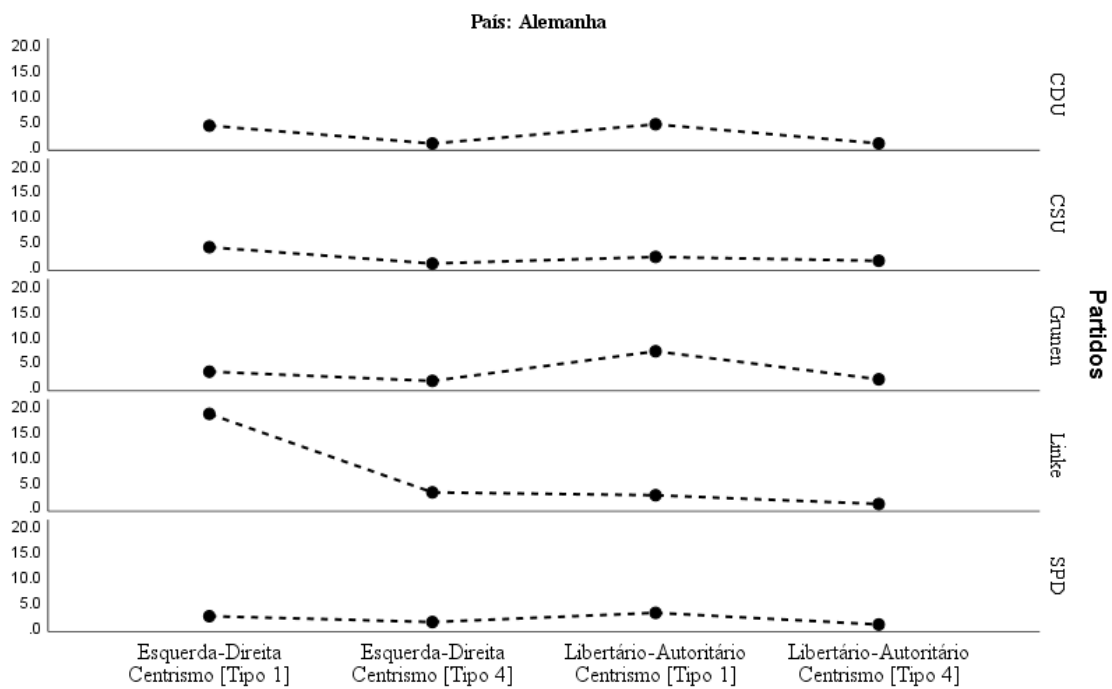
Os únicos países nos quais a congruência é maior entre os partidos e os cidadãos *politicamente afetos*, são a Espanha, a Grécia, Portugal e o Reino Unido. De referir no entanto, que nestes casos alguns partidos apresentam o mesmo nível de congruência com *afetos* e com *desafetos*.

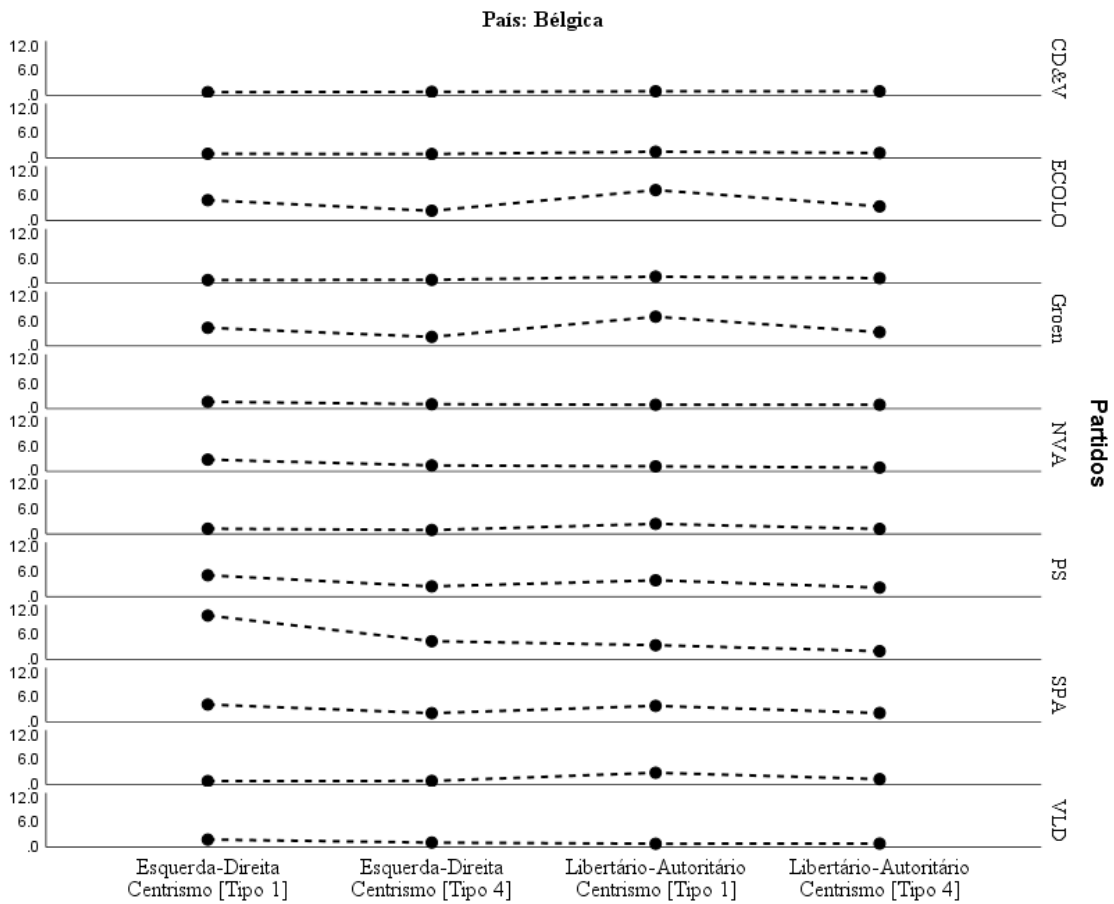
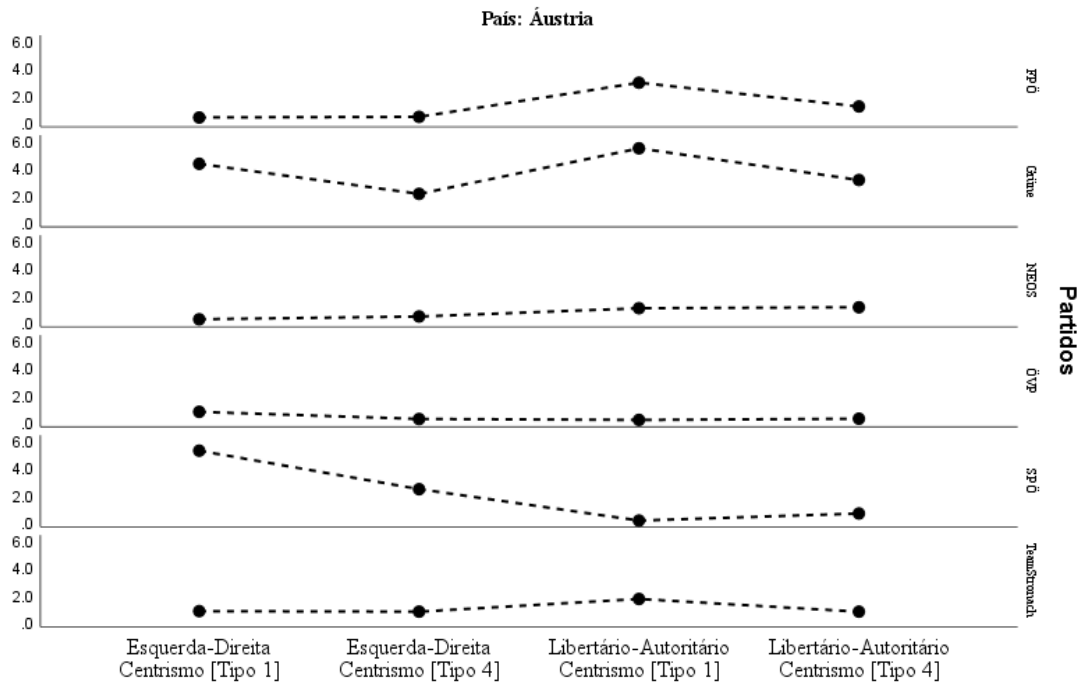
A Itália apresenta praticamente os mesmos níveis de congruência nos dois tipos, com exceção de um partido onde a congruência é maior com os *afetos*, e outro em que a congruência é menor com os *desafetos*.

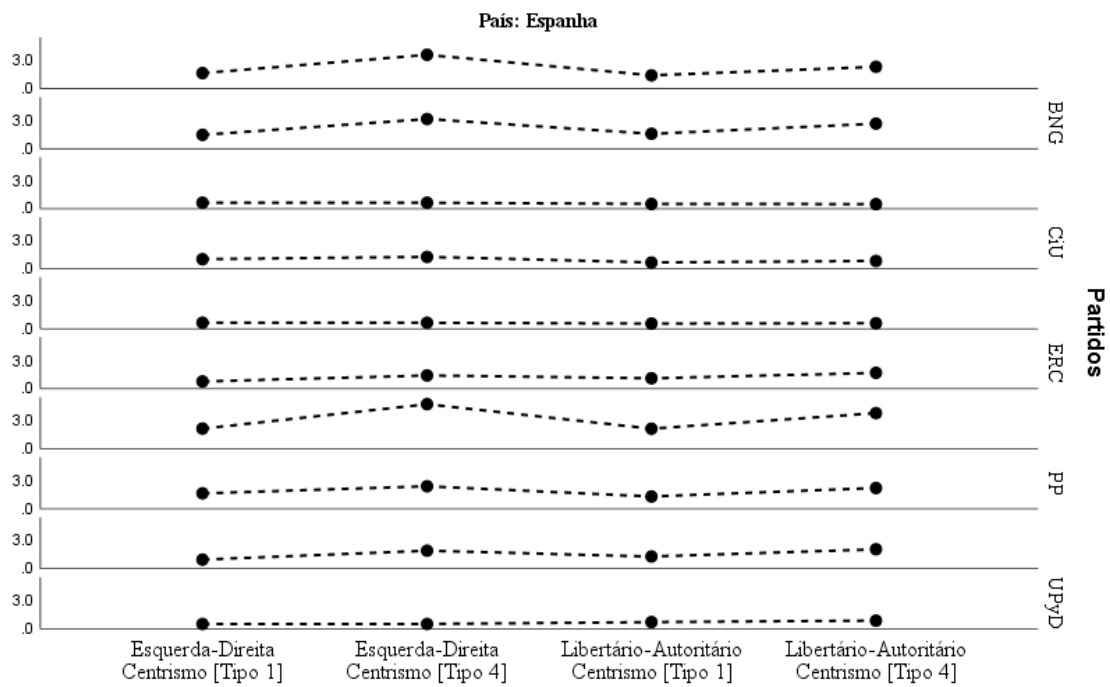
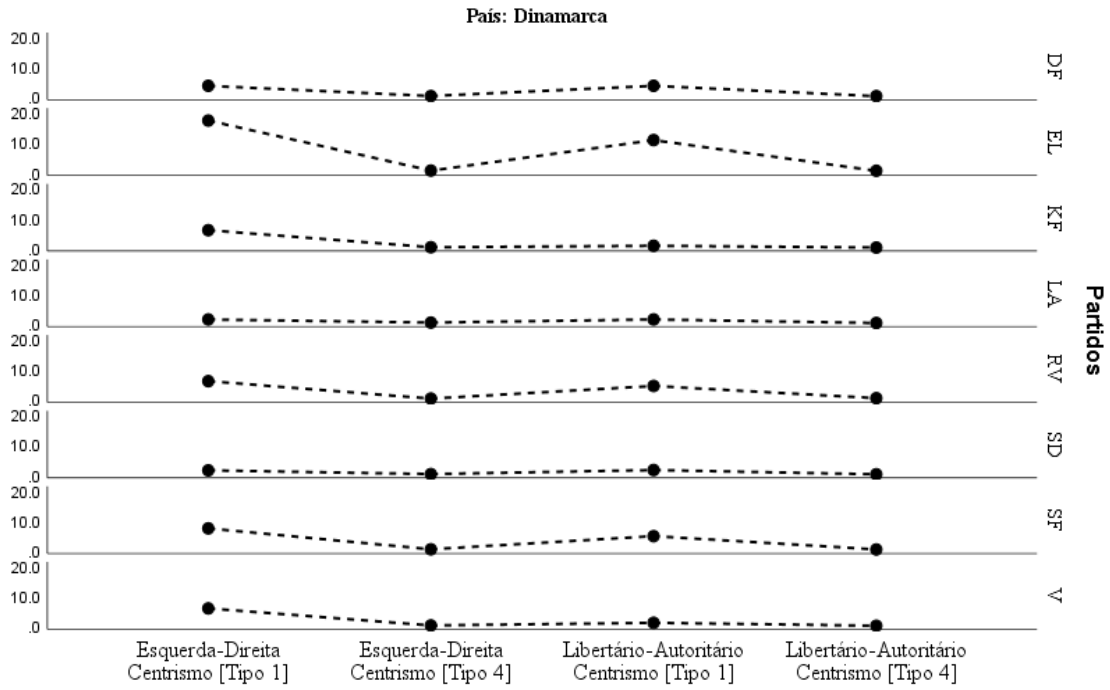
O cenário encontrado na dimensão libertário-autoritário é muito idêntico ao da dimensão esquerda-direita, com a predominância de uma maior congruência dos *politicamente desafetos* com os partidos, do que os *politicamente afetos*. A Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a Finlândia, a França, a Irlanda e os Países Baixos, apresentam partidos com uma congruência similar entre *afetos* e *desafetos*, ou, quando não é o caso, maior com os *politicamente desafetos*. Também nesta dimensão, todos os partidos com assento parlamentar da Alemanha e da Suécia, têm uma maior congruência com os *politicamente desafetos*, em relação aos *politicamente afetos*, registando-se o mesmo no Luxemburgo.

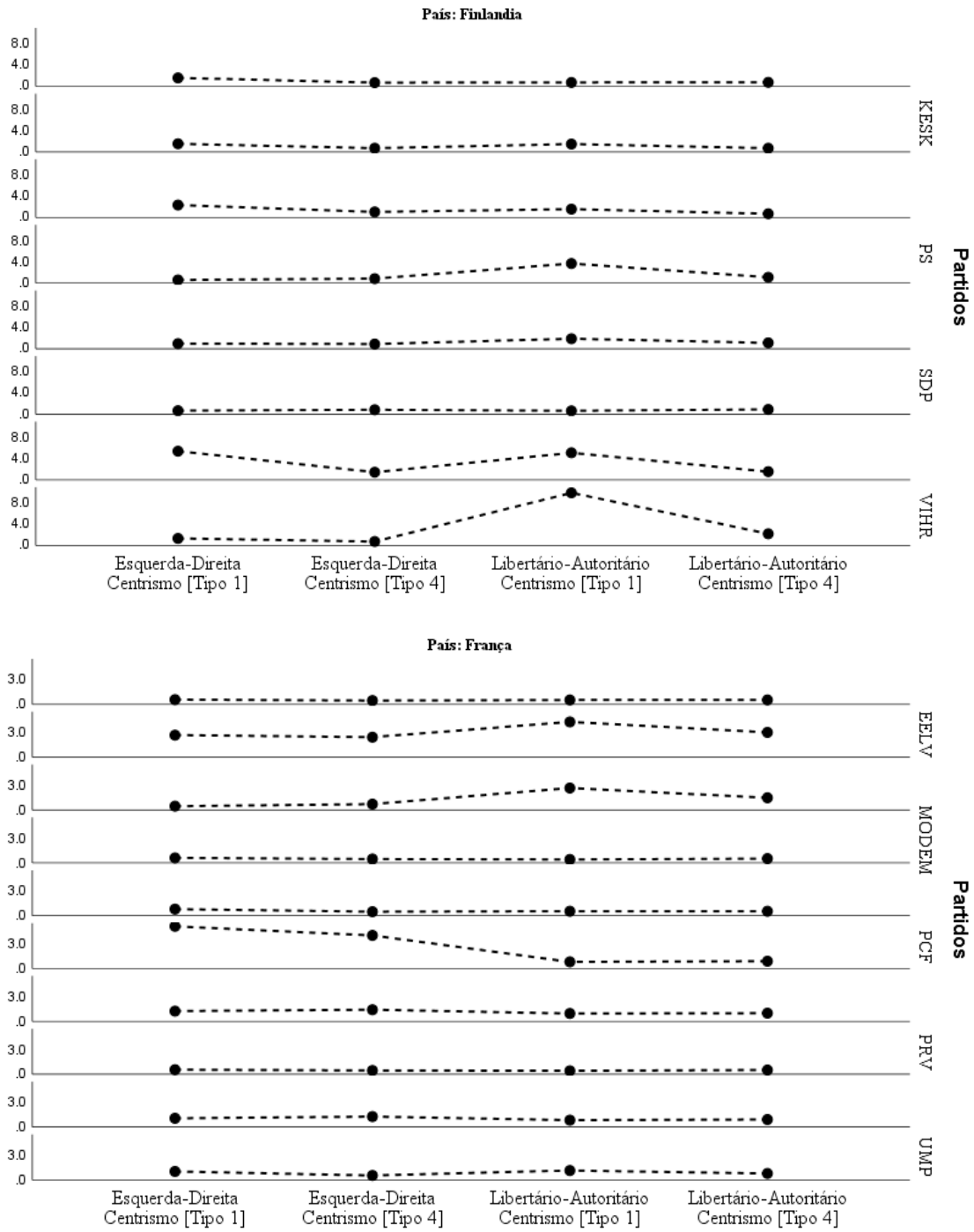
À semelhança do verificado na dimensão esquerda-direita, os únicos países que têm partidos com níveis de congruência mais elevados nos *politicamente afetos*, comparativamente aos *desafetos*, são a Espanha, a Grécia, a Itália e Portugal, registando-se no Reino Unido níveis de congruência dos partidos muito semelhantes entre *afetos* e *desafetos*.

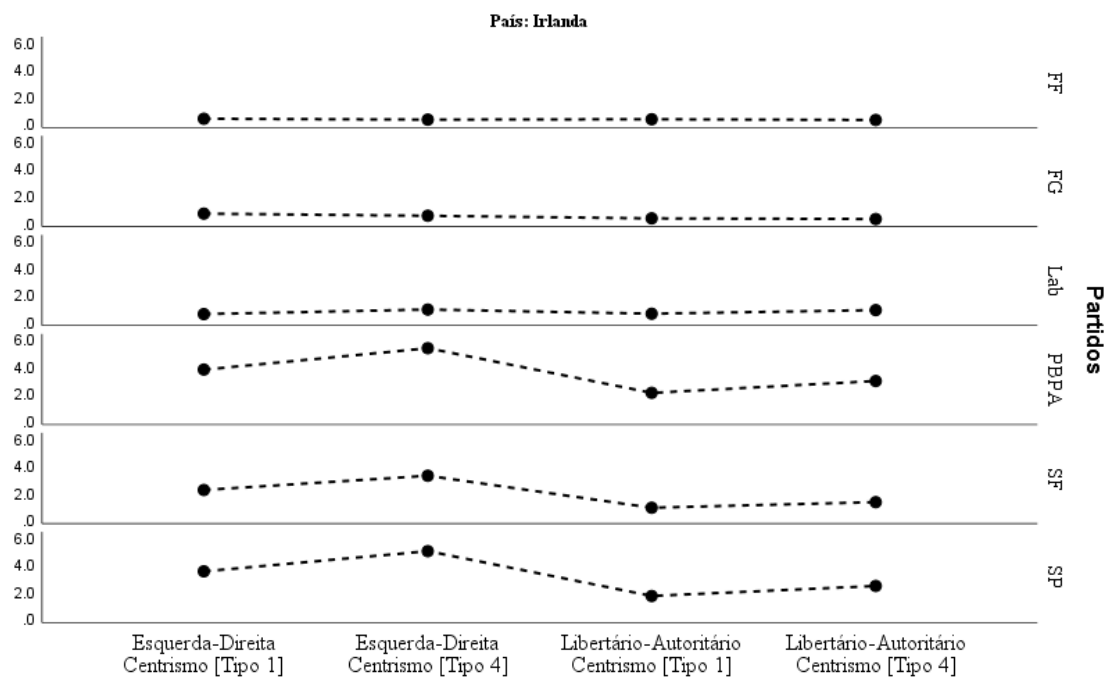
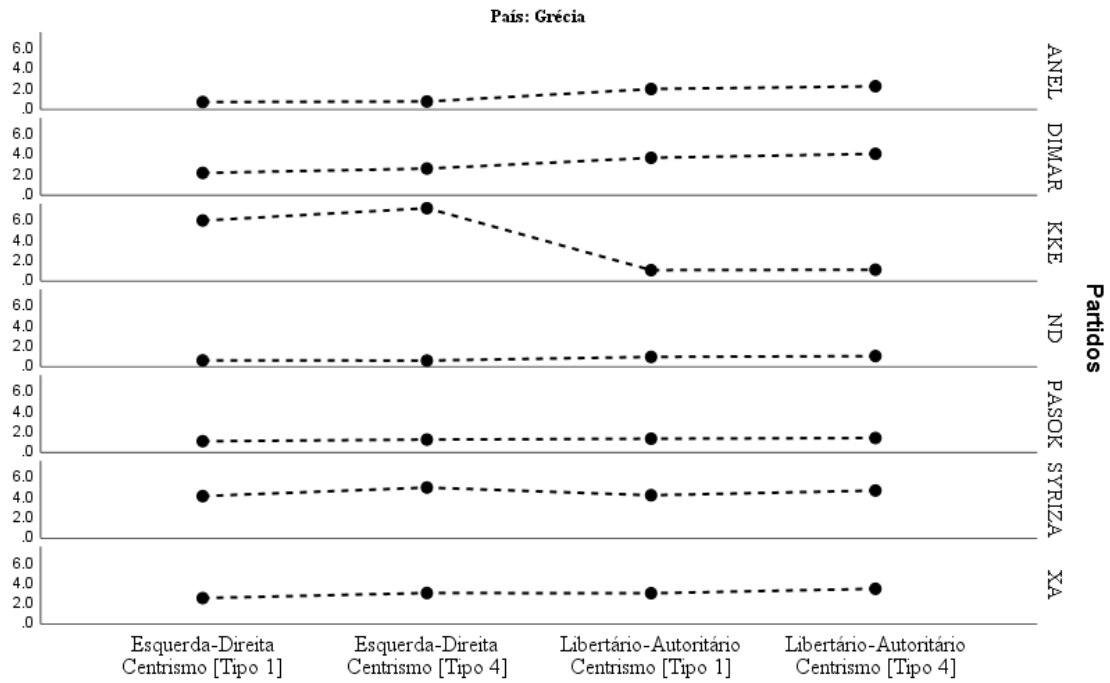
Figura 7.4. Congruência ideológica entre os partidos e os cidadãos afetos e desafetos, por país



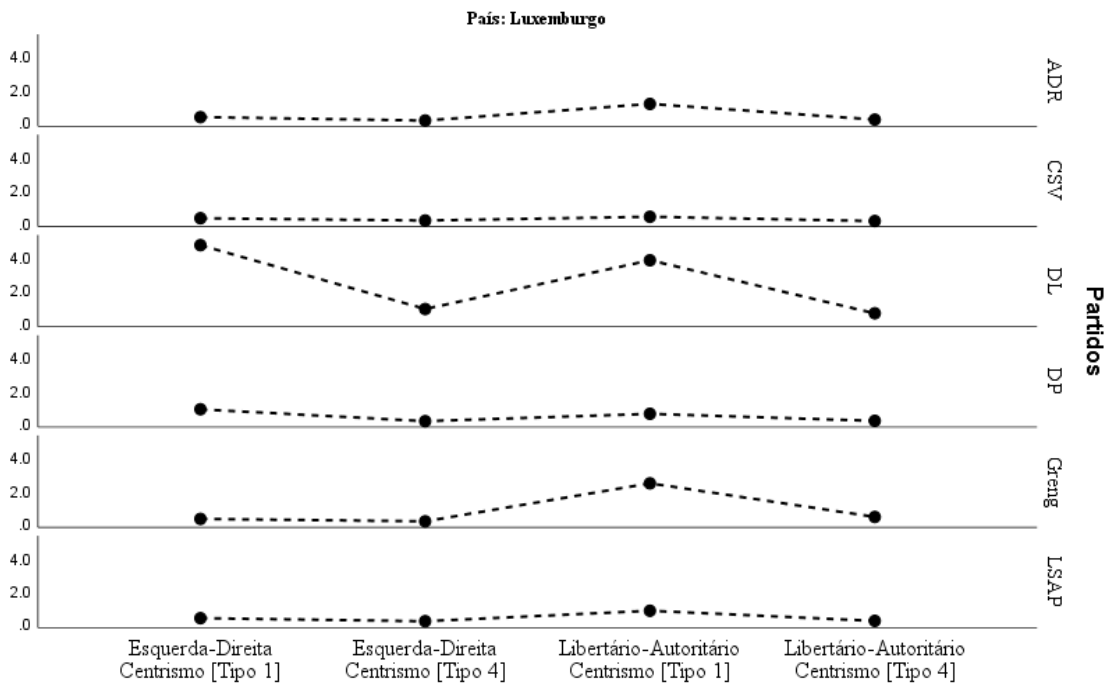
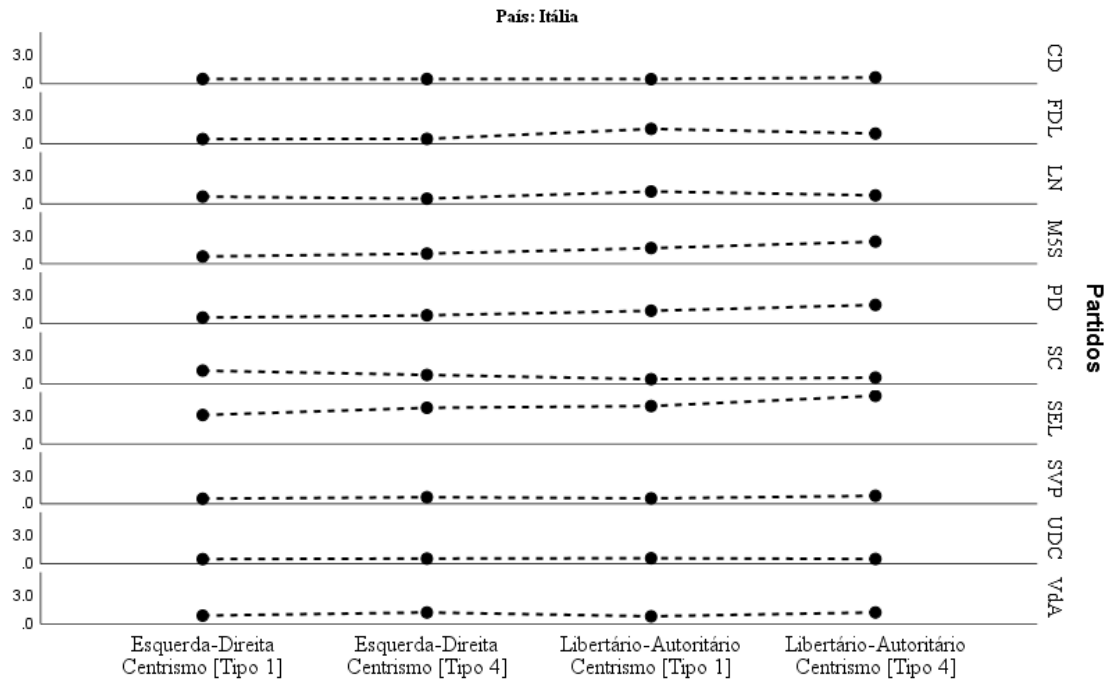


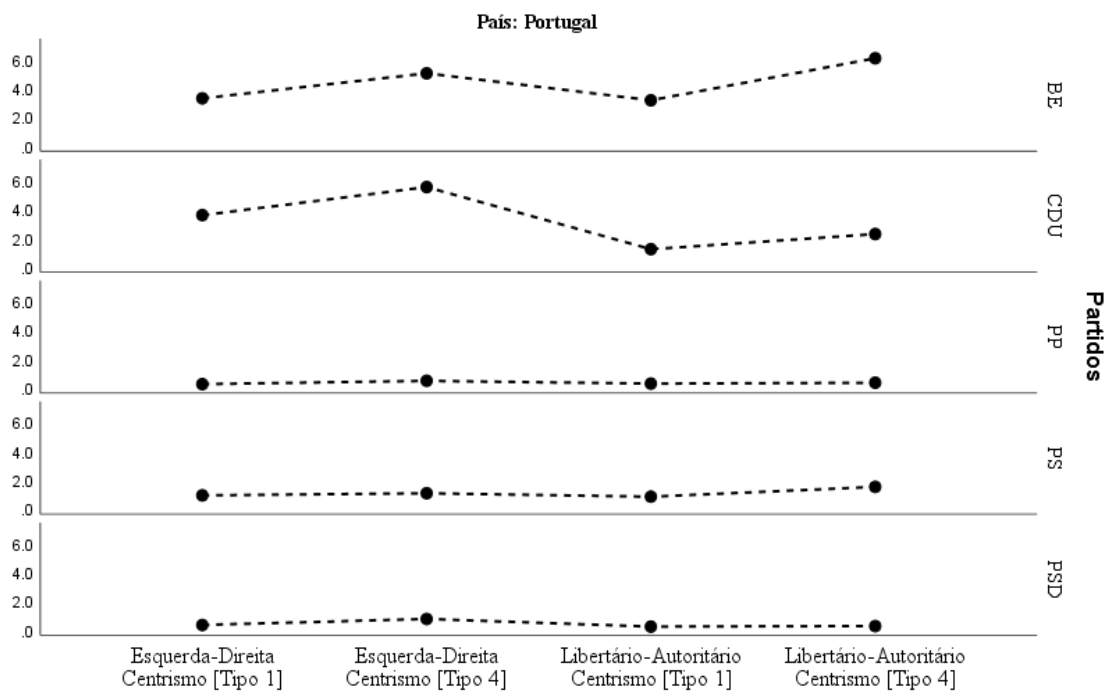
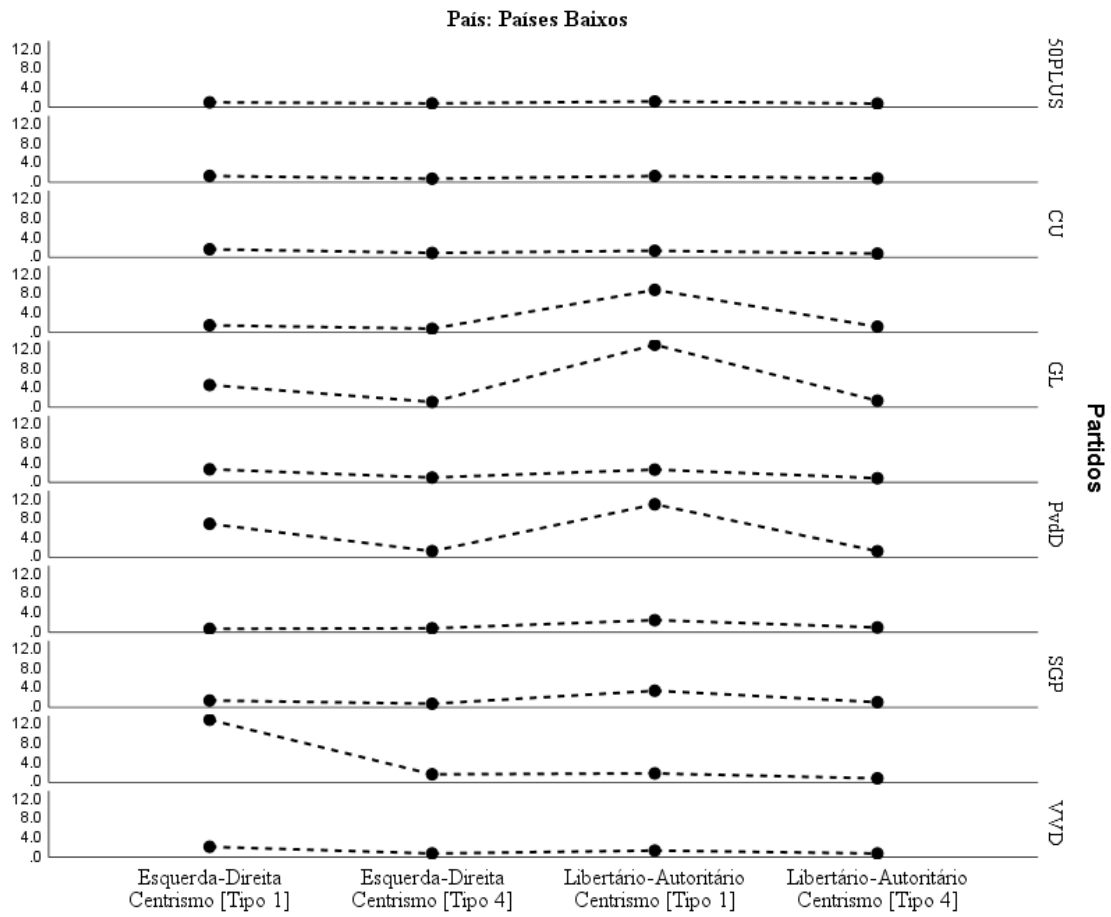


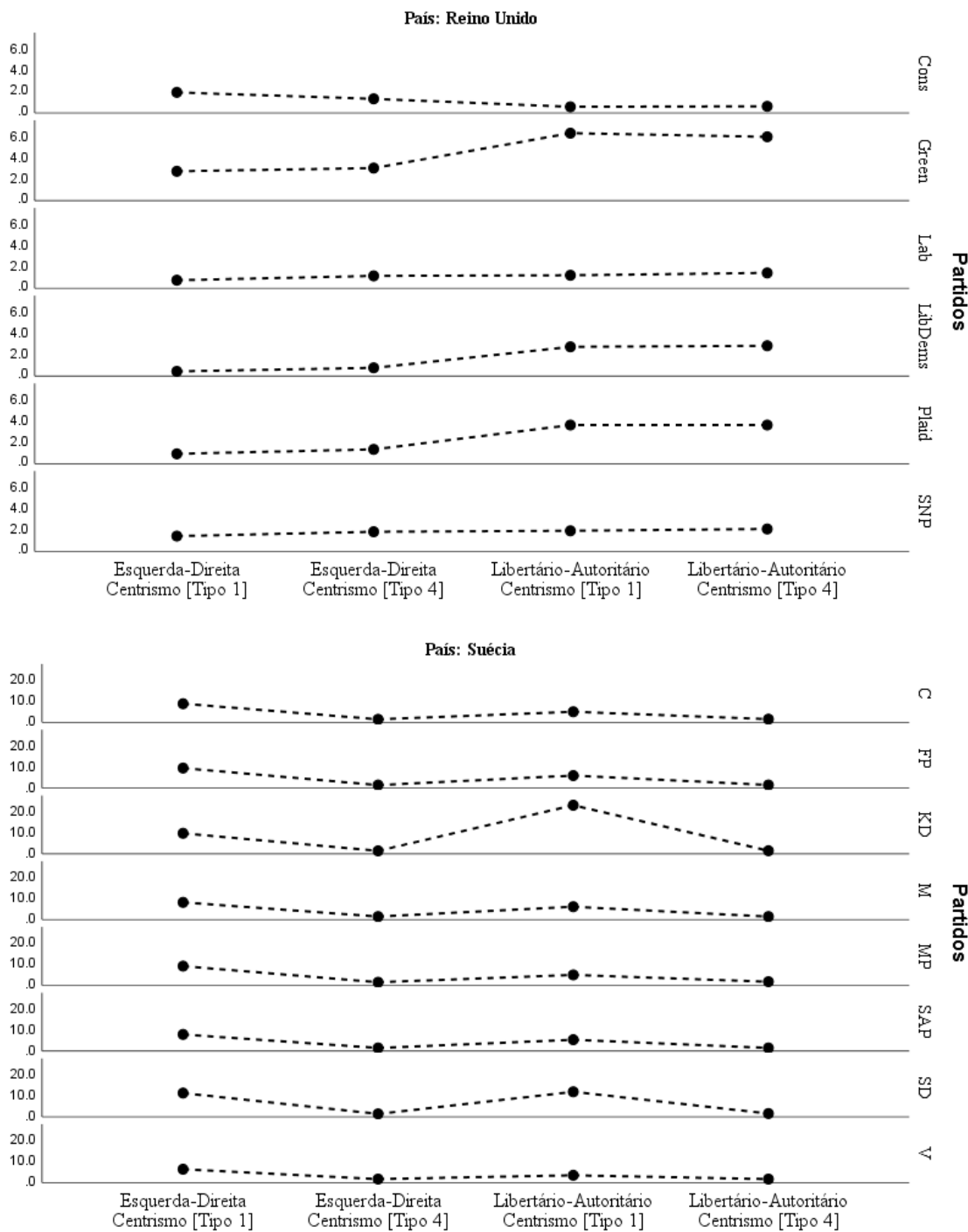












Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Ao contrário do que seria de esperar, pelo afastamento que a desafeição política implica, na maioria dos Estados-membros, a congruência dos partidos é maior com os cidadãos *politicamente desafetos*, do que com os *politicamente afetos*. Apenas em Portugal, em Espanha e na Grécia, todos países fortemente afetados pela crise económico-financeira e com necessidade de serem financeiramente intervencionados, a congruência

dos partidos é maior com os cidadãos *politicamente afetos* (exceto nos casos em que é igual entre os tipos de desafeição).

Uma primeira conclusão a retirar, é a de que os resultados não evidenciam diferenças entre cidadãos *politicamente afetos* e *politicamente desafetos*, em termos de posicionamento ideológico face aos partidos. Sabendo-se já que os partidos se posicionam mais à esquerda que os seus eleitores (Belchior, 2010b: 128; Belchior e Freire, 2012: 34), verificamos com os dados analisados que tal acontece independentemente do tipo de desafeição dos cidadãos. Uma segunda conclusão a retirar é que, além de existirem níveis de congruência dos partidos idênticos com *afetos* e com *desafetos*, na maioria dos países quando existem diferenças, a maior congruência dos partidos com assento parlamentar é com os cidadãos *politicamente desafetos*. Não sendo objetivo deste estudo investigar as causas deste fenómeno, ele pode evidenciar o afastamento dos cidadãos *politicamente afetos* com os partidos, não se reconhecendo nas posições assumidas por estes.

#### 7.4 O CASO DE PORTUGAL

Centrando-nos no caso de Portugal, para aprofundamento da realidade nacional, apresenta-se uma análise detalhada dos dados. Para o efeito analisou-se o nível de congruência relativamente a cada política, no seio de cada uma das duas dimensões ideológicas segundo a distribuição pelos quatro tipos de desafeição apurados.

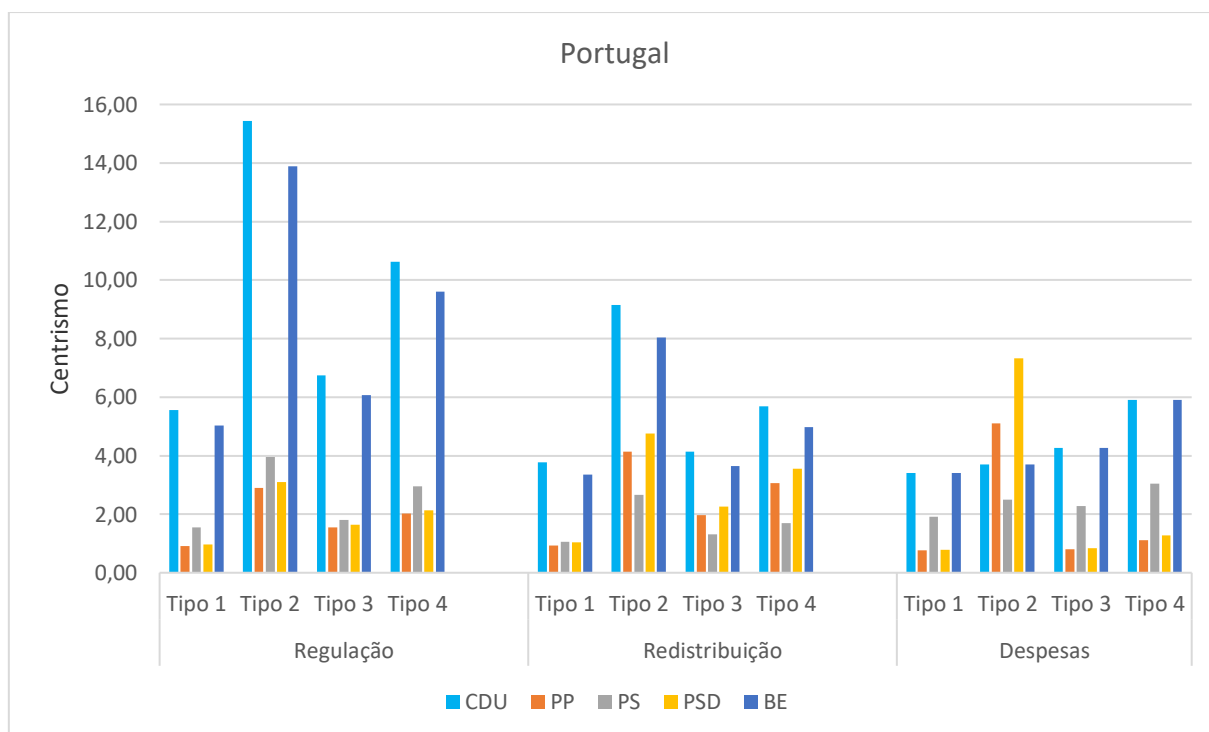
Na figura 7.5 e focando na variável regulação, observa-se o distanciamento, transversal a todos os tipos, relativamente aos partidos mais à esquerda, CDU (1,06) e BE (1,18). Esta menor congruência é particularmente evidente nos *politicamente envolvidos, mas desinteressados* (tipo 2), sendo os *politicamente afetos* os que apresentam uma maior proximidade (tipo 1). Idêntica leitura aplica-se ao cenário oposto, de maior congruência a verificar-se nos partidos de direita, PP (3,55) e PSD (3,61), com os *politicamente afetos* a serem os que apresentam maiores níveis de congruência com estes partidos.

Na variável ligada à questão a redistribuição, mantem-se a existência de uma menor congruência relativamente aos partidos mais à esquerda, CDU (1,06) e BE (1,18), com os *politicamente envolvidos, mas desinteressados* a continuarem a ser os que mais se distanciam. A diferença relativamente à regulação é que os tipos de desafeição têm claramente uma maior congruência com o PS, face aos restantes partidos, à exceção dos

*politicamente afetos*, que se apresentam mais próximos do PP (3,12), do PSD (3,24) e do PS (2,21),

Relativamente à variável *despesas*, apesar de continuar a registar-se uma menor congruência com os partidos de esquerda, mais acentuada na CDU (1,85) e BE (1,85), seguido do PS (2,39), a distância é menor que a registada na questão da *regulação*. De salientar, no entanto, que este comportamento não se aplica aos *politicamente envolvidos*, mas *desinteressados*, uma vez que a menor congruência registada neste tipo é relativamente aos partidos de direita, em particular com o PSD. Em termos de maior proximidade, a congruência mais elevada é com o PP (3,30) e o PSD (3,61), à exceção dos *politicamente envolvidos*, mas *desinteressados* que se apresentam como mais próximos do PS.

Figura 7.5. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição e variáveis da dimensão esquerda-direita - Portugal



Nota: quanto mais próximo de zero, maior a congruência do tipo com o partido.

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

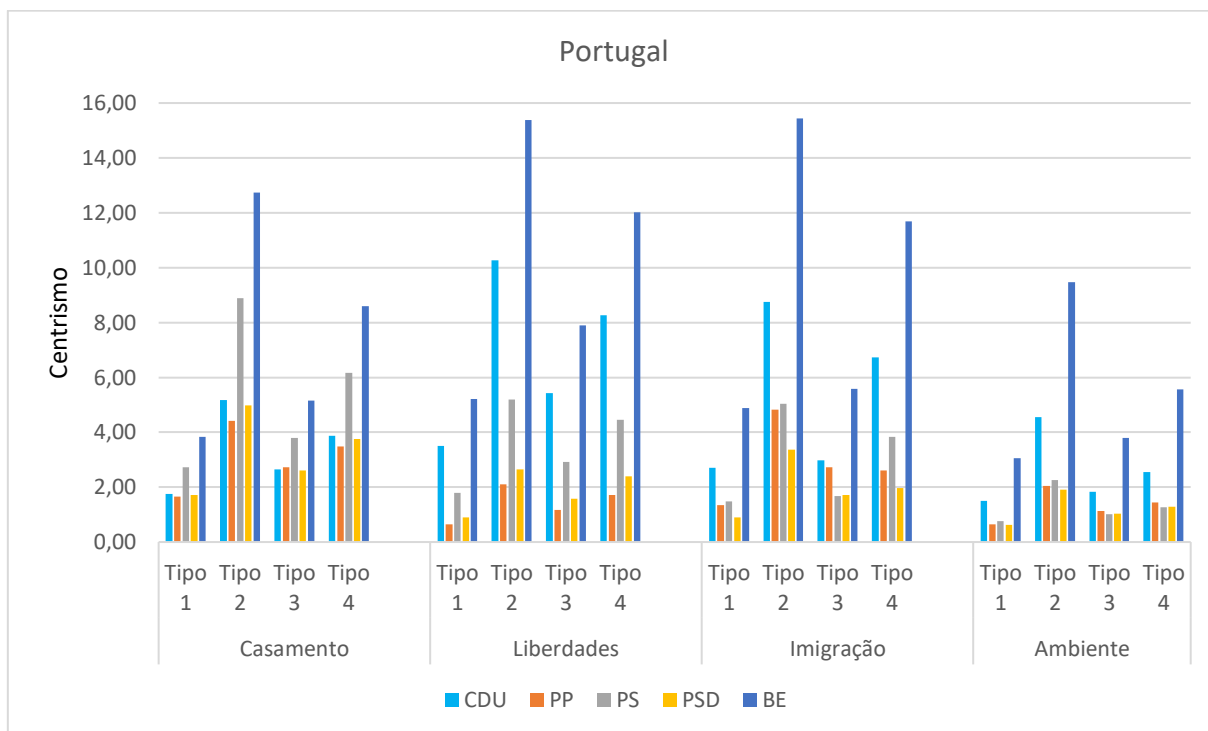
A partir da figura 7.6 e mantendo a referência do posicionamento médio dos partidos nas variáveis, na questão do *casamento*, observa-se que a menor congruência é relativa ao BE (1,73) e ao PS (2,15), os partidos que se apresentam como os mais libertários de todos. Este distanciamento é maior nos *politicamente envolvidos, mas desinteressados* (tipo 2) seguido dos *politicamente desafetos* (tipo 4). A maior proximidade é com os partidos que nesta questão têm um posicionamento libertário, mas próximos do centro, como a CDU (2,82) e o PSD (2,88), ou mesmo do polo autoritário, caso do PP (3,42).

Na questão das *liberdades cívicas* a menor congruência continua a ser com o BE (1,36), mas neste caso seguido da CDU (1,79), e não do PS (2,39), como acontece na questão do *casamento*. Este distanciamento é comum a todos os tipos. Em termos de proximidade a maior congruência, igualmente comum a todos os tipos, é com o PP (3,48), seguido do PSD (2,94).

Prosseguindo a leitura da figura 7.6, na questão da *imigração* a menor congruência continua a ser com o BE (1,29), o partido que se posiciona como o mais libertário de todos, seguindo-se, com menor distanciamento, da CDU (1,91). A maior congruência passa, nesta variável, a ser relativamente ao PSD (3,47), com exceção nos *politicamente interessados, mas não envolvidos* (tipo 3), que se iguala, em termos de nível de congruência, com o PS (2,45).

Por fim, em relação à questão do *ambiente*, apesar de a menor congruência se manter relativamente ao BE (1,55), o distanciamento não é tão elevado como nas restantes variáveis, continuando, no entanto, a ser mais acentuado nos *politicamente envolvidos, mas desinteressados*. A maior congruência é com o PSD (3,12), apesar de também muito próximos do PP (3,55) e do PS (2,33), que apresentam posicionamentos similares nas questões do ambiente.

Figura 7.6. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição e variáveis da dimensão libertário-autoritário - Portugal



Nota: quanto mais próximo de zero, maior a congruência do tipo com o partido.

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Da análise do caso português, com enfoque no nível de congruência existente nas variáveis que compõem cada uma das dimensões ideológicas, evidencia-se a menor congruência relativamente aos partidos mais à esquerda nas questões económicas, e com os partidos mais libertários nas questões associadas à dimensão libertário-autoritário. A este propósito importa recordar as conclusões de Tiberj et al., em que se verifica que os deputados se posicionam mais à esquerda que o seu eleitorado nas questões socioeconómicas, e mais libertários nas questões relacionadas com a imigração ou a adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo (2012: 410-411). Existindo maior centralidade político-ideológica dos indivíduos face aos partidos, a menor congruência acaba por ser com aqueles que se posicionam mais nos extremos.

De destacar ainda que os *politicamente envolvidos, mas desinteressados* (tipo 2) são sempre os que apresentam o maior distanciamento, comparativamente com os outros tipos, face aos partidos para os quais têm uma menor congruência.

Os *politicamente afetos* apresentam sempre uma maior congruência com os partidos do que os *politicamente desafetos*. Esta situação aplica-se em todas as variáveis das duas dimensões ideológicas. A este propósito, e lembrando a análise dos restantes países da UE15, deverá contribuir para este resultado o facto de Portugal ter sido um dos países mais afetados pela crise económico-financeira. Tendo-se verificado no período pós crise uma aproximação dos deputados aos seus eleitores, por via da convergência do entendimento de que o seu papel passa acima de tudo pela representação do seu eleitorado, em detrimento de uma visão mais independente da representação (Belchior et al., 2015: 11-12), pode ser esta uma das justificações para a existência, em Portugal, de maior congruência dos partidos com os cidadãos *politicamente afetos*, por comparação com os *politicamente desafetos*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão de se saber se a representação ideológica está assegurada conduziu-nos a um caminho que se iniciou com a caracterização ideológica dos tipos de desafeição, por país. Verificou-se então a existência de uma diversidade de posicionamentos dos indivíduos entre os Estados-membros e na própria tipologia de desafeição. A este respeito é de salientar o facto de, na maioria dos países, ser apenas no grupo dos *politicamente afetos* que o posicionamento é feito mais à esquerda e mais libertário. Nos restantes tipos predominam os países em que os cidadãos se situam ideologicamente à direita e no polo autoritário.

Conhecido o posicionamento político-ideológico dos cidadãos, passou-se para a caracterização dos partidos por país, por forma a perceber qual o espaço ideológico que é assegurado pela representação. Neste âmbito, perceberam-se as diferenças existentes entre os Estados-membros, com países a terem representação de partidos em todas as configurações ideológicas possíveis nas duas dimensões (esquerda/libertário, esquerda/autoritário, direita/libertário, direita/autoritário), mas vários a terem partidos presentes apenas em dois eixos, como é o caso de Portugal.



Com a caracterização dos cidadãos e também dos partidos, foi possível proceder à análise que nos conduz a um dos objetivos definidos para esta tese, o de aferir o nível de congruência existente entre cidadãos (em função do seu tipo de desafeição política) e partidos políticos na Europa.

Começando pela análise da diferença de médias, que nos permite posicionar ideologicamente os cidadãos face aos partidos, foi possível concluir que, na generalidade dos países, os cidadãos, independentemente do tipo de desafeição, posicionam-se à direita da maioria dos partidos e apresentam-se como mais autoritários que estes. Não se verifica assim, existir diferenças a este nível entre os cidadãos *politicamente afetos* e os cidadãos *politicamente desafetos*.

Apesar de alguma expectativa em encontrar uma menor congruência ideológica dos cidadãos *politicamente desafetos* com os partidos, do que os *politicamente afetos*, não foi essa a situação com que nos deparámos na maioria dos Estados-membros que compõem a UE15. Para o conjunto de países composto pela Áustria, a Bélgica, a Finlândia, a França, a Irlanda, os Países Baixos, a Dinamarca, o Luxemburgo, a Alemanha e a Suécia, o verificado foi exatamente o oposto, ou seja, ou não existe diferenças significativas entre a congruência dos partidos com os afetos e com os desafetos, ou, quando existe, ela é maior entre partidos e cidadãos *politicamente desafetos*, do que entre partidos e cidadãos *politicamente afetos*. De salientar que este cenário aplica-se tanto na dimensão esquerda-direita, como na dimensão libertário-autoritário.

Itália apresenta um cenário misto na dimensão esquerda-direita, mas com predomínio da igualdade dos níveis de congruência com os partidos entre *afetos* e *desafetos*, verificando-se essa mesma igualdade na dimensão libertário-autoritário, ou, para alguns partidos, maior relativamente aos *politicamente afetos*. O Reino Unido apresenta, na dimensão esquerda-direita, uma maior congruência da maioria dos partidos, com os *politicamente afetos*, sendo apenas um partido aquele que regista uma maior congruência com os *desafetos*. Já na dimensão libertário-autoritário neste país, encontramos uma congruência idêntica dos partidos com os *afetos* e com os *desafetos*.

Apesar de se verificarem também níveis de congruência semelhantes entre *afetos* e *desafetos*, os países onde o comportamento, ao nível da congruência, vai de encontro ao esperado, ou seja, com maior congruência entre partidos e cidadãos *politicamente afetos* do que entre partidos e cidadãos *desafetos*, são Grécia, Portugal e Espanha. Se relembrarmos o capítulo 3, onde são abordadas as consequências da crise na Europa,

verificamos que estes países têm em comum a intervenção externa a que tiveram de recorrer, em virtude dos efeitos da crise.

Sendo uma das preocupações que motivou a elaboração desta tese, o facto de os cidadãos *politicamente desafetos* poderem não estar devidamente representados, por não existir uma proximidade entre as suas preferências político-ideológicas e as dos partidos com assento parlamentar, concluímos que a preocupação maior deverá ser, afinal, com os *politicamente afetos*. Este acaba por ser o grupo que, na maioria dos países estudados, apresenta uma menor congruência com os partidos. Os resultados encontrados remetemos de certa forma, para a questão de existência de uma crise dos partidos e do seu papel enquanto representantes, aqui considerado como um dos fatores potenciadores de desafeição, mas que pode ir muito além disso. O facto de os cidadãos *politicamente afetos* não se reverem, ou identificarem em termos ideológicos, com os partidos, pode gerar sentimentos de insatisfação ou mesmo de desilusão, levando a um afastamento da política e ao engrossar do grupo dos *politicamente desafetos*. Pode, também, ser canalizado para diferentes formas de manifestação, ou de protesto, materializada no apoio ou voto de *outsiders* políticos ou partidos extremistas.

O crescimento do populismo tem sido uma evidência nos países ocidentais, cavalgado no descontentamento das populações com a estagnação económica vivida (Zacaria, 2016). “Os constrangimentos – demográficos, de globalização, tecnológicos e de orçamento – significam que os decisores políticos têm um conjunto limitado de opções de escolha. As soluções adotadas para os problemas das economias avançadas visam uma melhoria do estado das coisas: mais investimento, trabalhadores mais formados, reformas no sistema de saúde. Mas estes incrementos produzem uma sensação de frustração entre os eleitores, que querem soluções mais radicais e alguém que as ouse implementar” (Zacaria, 2016: 12). A menor congruência dos cidadãos *politicamente afetos* com os partidos com assento parlamentar, pode levar a uma aposta em partidos populistas, reforçando a sua presença ou promovendo mesmo o seu nascimento.



## CONCLUSÕES

Esta tese nasce da preocupação com o divórcio crescente dos cidadãos em relação à esfera política, que grassa nas sociedades ocidentais nas últimas décadas. O ceticismo perante a esfera política afeta quase todas as democracias industriais avançadas, com os cidadãos a perderem paulatinamente a confiança nos agentes que asseguram a representação, nomeadamente, nas elites políticas, nos partidos e no parlamento (Dalton, 2007: 46). A dissociação dos cidadãos para com a política, manifestada como uma desconfiança geral relativamente à política e um desligar do próprio processo político, a par de uma avaliação crítica das principais instituições e dos seus representantes, na medida em que se considera não haver uma verdadeira preocupação com o bem-estar dos cidadãos (Torcal e Montero, 2006: 5), apresenta-se como um potencial problema do funcionamento da democracia. Ao estarem afastados da esfera política, os cidadãos desafetos podem estar a deixar de dar expressão eleitoral aos seus interesses e preferências políticas e, por essa via, a limitar ou mesmo a anular a sua representação política. Não está em causa uma crise da legitimidade democrática, mas sim a necessidade do envolvimento de todos para o bom funcionamento das instituições.

Nas dimensões que concorrem para a conceção da desafeição política privilegiamos as que, de acordo com a literatura, se afiguram como estando entre as que têm maior impacto. São elas: o afastamento relativamente aos partidos políticos, visível pela despolarização ideológica dos cidadãos e pela volatilidade eleitoral (Dogan, 2001: 108), ou pela queda no número absoluto de filiados (Mair, 2003: 279); a falta de confiança nas instituições políticas, que decorre do crescimento do novo cidadão crítico que mantém o ideal da democracia, mas que está insatisfeito com o desempenho do sistema político e em particular com as instituições governamentais (Norris, 1999: 269) e a falta de interesse pela política, determinante no comportamento político, como na decisão de votar, ou nas atitudes sociopolíticas (Leone et al, 2014: 12).

A relevância da problemática que motiva esta investigação reside no facto de existir pouca pesquisa que se debruce sobre os cidadãos considerados politicamente desafetos, e em particular no facto de não se saber em que medida este segmento do eleitorado tem as suas preferências políticas refletidas na oferta partidária existente. Acresce a este cenário, a recente crise económico-financeira que afetou a Europa, com

particular severidade em parte dela. Sabendo-se existirem consequências políticas das crises económicas nas atitudes e comportamentos dos cidadãos, que passam por uma diminuição da satisfação com a democracia (Christman e Torcal, 2017; Sousa et al., 2014), ou um declínio da confiança nas instituições (Belchior, 2015: 81; Freire e Moury: 2014: 106), revelou-se importante aferir as implicações que a crise, designada de Grande Recessão, terá tido ao nível da intensificação da desafeição política.

A presente tese propôs-se assim, a alcançar três grandes objetivos: o de definir uma tipologia da desafeição política dos cidadãos europeus; o de avaliar em que medida a incidência da crise económica em alguns países europeus influenciou os níveis de desafeição e o posicionamento político-ideológico dos cidadãos e; o de aferir o nível de congruência existente entre os cidadãos (em função do seu tipo de desafeição) e os partidos políticos na Europa.

A análise centrou-se nos países que integram a União Europeia. Detentores de uma grande proximidade ao nível dos sistemas políticos, o universo da UE28 (UE27 em 2009) permitiu-nos realizar o estudo da desafeição no contexto europeu.

Existem, no entanto, diferenças entre os Estados-membros, com uma diferenciação clara ao nível da maturidade democrática, da antiguidade na União Europeia e da participação eleitoral, que aproximam mais uns países do que outros. Acresce ainda o facto de os efeitos da crise económica se terem sentido com maior intensidade em alguns dos países da UE15, em particular nos pertencentes à Europa do Sul. Por estas razões, na análise da congruência entre cidadãos e partidos, optámos por restringir a mesma ao conjunto de países que compõem a UE15.

Foram três as hipóteses definidas, que se pretenderam testar:

*h1) A desafeição junto dos cidadãos europeus tendeu a aumentar no período posterior à emergência da crise (2014), por comparação ao período anterior (2009);*

*h2) O posicionamento ideológico dos cidadãos europeus, independentemente do tipo de desafeição política, tendeu a aproximar-se da esquerda no período posterior à emergência da crise (2014), por comparação ao período anterior (2009);*

*h3) O posicionamento ideológico dos cidadãos europeus, independentemente do tipo de desafeição política, tendeu a aproximar-se do polo autoritário no período posterior à emergência da crise (2014), por comparação ao período anterior (2009).*

Esta investigação foi possível graças à existência de bases de dados que permitiram não só a comparação entre períodos, como é o caso do *European Election Studies* para 2009 e para 2014, como também a comparação entre grupos, neste caso entre os cidadãos e os partidos políticos, estes últimos com recurso à base de dados *Chapel Hill*. Através das bases de dados em causa foi possível a operacionalização do conceito de desafeição política, bem como das dimensões ideológicas (esquerda-direita e libertário-autoritário) que estiveram na base da análise da congruência.

Em termos de técnicas de análise de dados, para o alcance do primeiro objetivo, o de definir uma tipologia de desafeição política dos cidadãos europeus, optou-se pela análise de correspondências múltiplas. Nesta análise as variáveis consideradas foram o afastamento dos cidadãos em relação aos partidos políticos, o desinteresse dos cidadãos pela política e a sua desconfiança nas instituições políticas. Para a configuração das tipologias de desafeição recorreu-se à análise de *clusters* uma vez que, na continuidade da análise de correspondências múltiplas, permite determinar o peso de cada grupo apurado (Carvalho, 2008: 193). Sabemos que não é a tradicional opção dos estudos de ciência política, que se ancoram muito na regressão linear, a par da análise fatorial. Contudo, e dado que não estava em causa a procura de uma explicação para a desafeição política, considerou-se que o método escolhido respondia melhor ao objetivo traçado, de tipificar este fenómeno.

Para a medição a congruência, ponto fulcral desta tese, procedeu-se à análise da diferença entre o posicionamento médio dos cidadãos (*afetos* e *desafetos*) e o posicionamento médio dos partidos com assento parlamentar, por forma a aferir a distância entre os cidadãos europeus com e sem desafeição política relativamente aos partidos políticos. Complementámos esta análise com a medição da congruência entre cidadãos e partidos mediante o cálculo do centrismo, por se tratar de uma medida mais rigorosa do grau de correspondência entre partidos e cidadãos, dado considerar o nível de dispersão destes últimos.

Na resposta ao primeiro objetivo, de definir uma tipologia da desafeição política dos cidadãos europeus, tendo em conta as variáveis de *input* selecionadas, foi possível identificar quatro grandes grupos para o universo dos países da União Europeia: os *politicamente afetos* (tipo 1), que apresentam ausência de desafeição, na medida em que não registam qualquer tipo de afastamento da esfera política no que concerne às variáveis

consideradas; os *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2), que não se encontram afastados dos partidos, nem têm falta de confiança nas instituições, mas têm falta de interesse político, sendo o grupo de maior dimensão; os *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3), que apesar de terem interesse pela política, se sentem afastados dos partidos e com falta de confiança nas instituições; e os *politicamente desafetos* (tipo 4), o grupo de menor dimensão, aos quais está associado um afastamento dos partidos, uma falta de confiança nas instituições e uma falta de interesse político.

Foi também possível caracterizar estes grupos. Ao nível sociodemográfico concluiu-se que, em termos gerais, a desafeição política está ligeiramente mais presente junto dos cidadãos do sexo feminino, entre os mais novos e ainda entre os pertencentes à classe trabalhadora. Relativamente ao posicionamento ideológico, medido através das preferências políticas dos cidadãos, verificou-se uma tendência para a centralidade ideológica, tanto na dimensão esquerda-direita como na dimensão libertário-autoritário, apesar de se registar uma tendência para o polo autoritário por parte dos que não se interessam pela política (tipo 2) ou dos que são *politicamente desafetos* (tipo 4). O grupo dos *politicamente afetos* é o que se encontra mais à esquerda, em ambas as dimensões, face aos seus pares. Tendo em conta estes resultados, parece-nos que a mobilização do segmento dos desafetos, em termos de alinhamento partidário, não alteraria a estrutura da distribuição dos eleitores em geral, que se faz tendencialmente ao centro. Porém, parece potenciar o surgimento de eventuais partidos à direita, designadamente à nova direita, que são os partidos que se ancoram nos valores autoritários.

Na avaliação da influência da crise económica nos níveis de desafeição e no posicionamento político-ideológico dos cidadãos, os resultados alcançados permitem afirmar que a configuração da desafeição na Europa a 15 mudou de 2009 para 2014, verificando-se um ligeiro aumento dos *politicamente desafetos* após a crise, o que confirma a hipótese 1 (H1). Quanto à evolução das tendências ideológicas entre os dois períodos em análise, analisando os perfis *politicamente afetos* e *desafetos*, na dimensão esquerda-direita, verifica-se uma aproximação ao centro de ambos, contrariando assim a hipótese de uma aproximação à esquerda, o que refuta a hipótese 2 (H2). Já no que respeita à dimensão libertário-autoritário, encontrou-se uma ligeira aproximação ao polo autoritário após a crise, por parte dos *politicamente afetos*, mas com limitações em termos de significância estatística, levando assim apenas a uma corroboração parcial da hipótese 3 (H3). São ainda de salientar os resultados obtidos em termos de configuração espacial.

Apesar das oscilações ocorridas, os países que se caracterizam como tendo uma população que é tendencialmente politicamente afeta são, em ambos os períodos, sempre do Centro ou do Norte da Europa. É também de referir o facto de os países intervencionados (à exceção de Portugal) passarem, de 2009 para 2014, a posicionarem-se mais perto do perfil *politicamente desafetos*. Estes resultados confirmam a influência da crise ao nível da desafeição, e reforçam a existência de diferenças no seio da União Europeia, com uma diferenciação clara entre os países do Norte de Centro da Europa e os do Sul, ou mais afetados pela crise económico-financeira.

Na análise da congruência entre cidadãos e partidos políticos, uma primeira conclusão a retirar é a de que os resultados não evidenciam diferenças entre cidadãos *politicamente afetos* e *politicamente desafetos*, em termos de posicionamento ideológico face aos partidos. Sabendo-se já que os partidos se posicionam mais à esquerda que os seus eleitores (Belchior, 2010: 128; Belchior e Freire, 2012: 34), verificamos com os dados analisados que tal acontece independentemente do tipo de desafeição dos cidadãos.

A expectativa de encontrar uma menor congruência ideológica dos cidadãos *politicamente desafetos* com os partidos políticos com assento parlamentar, por comparação aos *politicamente afetos*, não se verificou na maioria dos Estados-membros da UE15. Uma segunda conclusão a retirar é, por isso, que além de existirem níveis de congruência idênticos dos partidos com os cidadãos com *afeição* e com *desafeição política*, na maioria dos países, quando existem diferenças entre ambos os grupos, a maior congruência dos partidos com assento parlamentar observa-se com os cidadãos *politicamente desafetos*. O facto de os cidadãos *politicamente afetos* não se reverem, ou identificarem em termos ideológicos, com os partidos, pode levar ao seu afastamento da política e ao engrossar do grupo dos *politicamente desafetos*. Pode, também, ser canalizado para diferentes formas de manifestação, ou de protesto, materializada no apoio ou voto de *outsiders* políticos ou partidos extremistas.

Na análise ao caso português, onde investigámos o nível de congruência existente em relação a políticas públicas em concreto, evidencia-se uma menor congruência relativamente aos partidos mais à esquerda nas questões económicas, e com os partidos mais libertários nas questões associadas à dimensão libertário-autoritário. Estes resultados vão de encontro ao verificado por Tiberj et al., que demonstrou que os deputados se posicionam mais à esquerda do que o seu eleitorado nas questões



socioeconómicas, e mais libertários nas questões relacionadas com a imigração ou a adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo (2012: 410-411) e por Belchior e Freire (2012), para o caso português. Conclui-se, portanto, que tal se verifica independentemente da existência de desafeição política por parte dos cidadãos; isto é, o facto de os indivíduos serem politicamente desafetos não os diferencia dos demais cidadãos no que respeita às suas preferências político-ideológicas, mantendo aqueles o mesmo padrão de diferenciação político-ideológica dos cidadãos em geral em relação aos deputados.

Portugal é uma das exceções encontradas no seio da UE15, onde a maior congruência dos partidos ocorre em relação os cidadãos *afetos*, comparativamente aos *desafetos*. Esta situação aplica-se em todas as variáveis das duas dimensões ideológicas. Deverá contribuir para este resultado o facto de Portugal ter sido um dos países mais afetados pela crise económico-financeira. Tendo-se verificado no período pós crise uma aproximação dos deputados aos seus eleitores, por via da convergência do entendimento de que o seu papel passa acima de tudo pela representação do seu eleitorado, em detrimento de uma visão mais independente da representação (Belchior et al., 2015: 11-12), pode ser esta uma das justificações para a existência deste resultado.

A motivação para a elaboração da presente tese foi o fenómeno da desafeição política e a importância da representação dos cidadãos desafetos. Cremos ter dado um contributo válido para a investigação ao definirmos uma tipologia de desafeição, que permitiu identificar e caracterizar estes indivíduos. Consideramos ter também reforçado o que já se sabia sobre o impacto das crises económicas nas atitudes e nos comportamentos dos cidadãos, confirmando que esta tem também impacto nos níveis de desafeição. O posicionamento político-ideológico dos cidadãos face aos partidos, não diverge substancialmente, quer se trate de *politicamente afetos* ou de *desafetos*, sendo essa uma das conclusões importantes a reter. A congruência, no entanto, é, na maioria dos países, maior entre os partidos e os cidadãos *politicamente desafetos*, do que em relação aos *politicamente afetos*. Este resultado evidencia um sinal de desconforto com a representação clássica por parte daqueles que se encontram mais ligados ao sistema político, e um afastamento dos partidos que não conseguem ir de encontro às pretensões do seu eleitorado.

Nos últimos anos temos assistido à ocorrência de fenómenos nas democracias ocidentais que, de certa forma, representam uma quebra no comportamento convencional

e esperado por parte dos cidadãos. Deles se destaca a eleição de Donald Trump, nos EUA, que com um discurso protecionista e contrariamente às projeções, acaba por ganhar as eleições. O Brexit, no Reino Unido, que pela primeira vez na história dita a saída de um país da União Europeia. Os discursos nacionalistas na Polónia e na Hungria, que asseguraram a eleição dos respetivos candidatos. A eleição de Bolsonaro, no Brasil, assente num discurso populista e assumidamente autoritário. A estas expressões, nas urnas, têm-se seguido outras manifestações populares que, com naturezas diversas, evidenciam a existência de uma mobilização dos cidadãos. É o caso do movimento independentista, em Espanha, ou as recentes manifestações dos coletes amarelos, em França. Todos estes acontecimentos podem, de alguma forma, ter alguma relação com os resultados encontrados nesta tese. A existência de menor congruência dos cidadãos *afetos* com os partidos, comparativamente com os *desafetos*, pode residir no facto de os primeiros não se reverem nas opções partidárias existentes, ou convencionais, procurando alternativas ao nível da representação. Este resultado pode, no fundo, ser um aviso aos partidos e à necessidade de se reinventarem. Como referiu Holmberg, a importância do enfraquecimento da relevância dos partidos assenta no facto de poder pressupor um retrocesso no suporte dos regimes democráticos (2003: 298). O sinal de queda da força e importância dos partidos, que pode estar aqui em causa, implica a necessidade de uma mobilização não só dos *desafetos*, como também dos *politicamente afetos*, mas implica sobretudo um repensar dos próprios partidos e uma necessidade de alinhamento destes, face àqueles que é suposto representarem.



## BIBLIOGRAFIA

- Adão e Silva, P. (2002), *O Modelo de Welfare da Europa do Sul - Reflexões sobre a utilidade do conceito*, Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 38, pp. 25 -59.
- Achen, CH (1978), *Measuring representation*, American Journal of Political Science 22(3), pp. 475–510.
- Aldenderfer, M. e Blashfield, R. (1984), *Cluster Analysis*, Series: Quantitative Applications in the Social Sciences, Sage.
- Aldrich, J., Montgomery, J. e Wood, W. (2010), *Turnout as a Habit*, Published online: 30 December 2010, Springer Science Business Media, LLC 2010.
- Algan, Y., Guriev, S., Papaioannou, E. e Passari, E. (2017), *The European Trust Crisis and the Rise of Populism*, Brookings Papers on Economic Activity, Fall.
- Althaus, S. (2003), *Collective Preferences in Democratic Politics - Opinion Surveys and the Will of the People*, Cambridge University Press.
- Almond, G. e Verba, S. (1989), *The Civic Culture, Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Sage Publications Inc.
- Altman, David (2011), *Direct Democracy Worldwide*, Cambridge University Press.
- Araújo, T. (2013), *A Reação da Política Monetária à Recente Crise Financeira: o caso BCE E FED*, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- Aurélio, D. P. (org.) (2009), *Representação Política: Textos Clássicos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Baum, M. e Espírito-Santo, A. (2004), *Desigualdades de género em Portugal: a participação política das mulheres*, in Freire, A, Lobo, M.C. e Magalhães, P., *Portugal a Votos: as eleições legislativas de 2002*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 261-299.
- Beck, U, Giddens, A. e Lash, S. (2000), *Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora.
- Belchior, A.M. (2010a), *Democracia e Representação Partidária, A elite parlamentar e os cidadãos*, Lisboa, Imprensa de Ciência Sociais.

- Belchior, A.M. (2010b), *Ideological congruence among European political parties*, *Journal of Legislative Studies*, 12, pp. 121-142.
- Belchior, A.M. (2012), *Explaining Left–Right Party Congruence Across European Party Systems: A Test of Micro, Meso, and Macro-Level Models*, *Comparative Political Studies*, vol. 46(3), pp. 352–386.
- Belchior, A.M. e Freire, A. (2012), *Is party type relevant to an explanation of policy congruence? Catchall versus ideological parties in the Portuguese case*, *International Political Science Review*, 34(3), pp. 273-288.
- Belchior, A.M. (2015), *Confiança nas Instituições Políticas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Belchior, A. M., Tsatsanis, E. e Teixeira, C. P. (2015), Representation in times of crisis: deputy-voter congruence on views of representation in Portugal, *Political Science Review*, pp. 1-17.
- Bakker, R., de Vries, C., Edwards, E., Hooghe, L., Jolly, S., Marks, G., Polk, J., Rovny, J., Steenbergen, M. e Vachudova, M. (2012), [\*Measuring Party Positions in Europe: The Chapel Hill Expert Survey Trend File, 1999-2010\*](#), *Party Politics*, vol 21 (1), 143-152.
- Blais, A. e Aarts, K. (2006), *Electoral Systems and Turnout*, *Acta Política*, n.º 41, pp. 180-196.
- Blais, A. e Dobrzynska, A. (1998), *Turnout in electoral democracies*, *European Journal of Political Research*, n.º 33, pp. 239-261.
- Blais, A., Massicotte, L. e Dobrzynska, A. (2003), *Why is Turnout Higher in Some Countries than in Others?*, *Elections Canada* ([www.elections.ca](http://www.elections.ca)).
- Blyth, M. (2013), *Austerity, The History of a Dangerous Idea*, Oxford: Oxford University Press.
- Bobbio, N. (1994), *Direita e Esquerda – Razões e Significados de uma Distinção Política*, Lisboa, Editorial Presença.
- Bosco, A. E Verney, S. (2012), *Electoral Epidemic: The Political Cost of Economic Crisis in Southern Europe, 2010-11*, *South European Society and Politics*, 17: 2, 129-154.
- Broz, L. (2012), *Partisan Financial Cycles*, em [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1900125](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1900125).
- Budge, I. (2000), *Expert judgements of party policy positions: Uses and limitations in political research*, *European Journal of Political Research* 37, pp. 103–113.

- Carvalho, H. (2017) [2008], *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) com o SPSS*, Lisboa: 2ª edição (revista e atualizada). Edições Sílabo (2ª ed).
- Cabral, R. (2013), *The Euro Crisis and Portugal's Dilemma*, in Monastiriotis, V., Hardiman, N., Regan, A., Goretti, C., Landi, L., Ignacio Conde-Ruiz, J.I., Marin, C. e Cabral, R. (2013), *Austerity measures in crisis countries - results and impact on mid-term development*, *Intereconomics*, vol. 48, no. 1, pp. 4–32.
- Clarke, B. e Hardiman, N. (2012), *Crisis in the Banking System*, disponível em <http://www.ucd.ie/geary/static/publications/workingpapers/gearywp201203.pdf>.
- Collett, E. (2011), *Immigrant integration in Europe in a Time of Austerity*, Migration Policy Institute.
- Conde-Ruiz, J. e Marin, C. (2013), *The Fiscal Crisis in Spain*, in Monastiriotis, V., Hardiman, N., Regan, A., Goretti, C., Landi, L., Ignacio Conde-Ruiz, J.I., Marin, C. e Cabral, R. (2013), *Austerity measures in crisis countries - results and impact on mid-term development*, *Intereconomics*, vol. 48, no. 1, pp. 4–32.
- Converse, P. e Pierce, R. (1986), *Political representation in France*, Cambridge, MA: Belknap.
- Costello, R., Thomassen, J. e Rosema, M. (2012), *European Parliament Elections and Political Representation: Policy Congruence between Voters and Parties*, *West European Politics*, Vol. 35, N.º 6, pp. 1226–1248.
- Christmann, P. e Torcal, M. (2017), *The political and economic causes of satisfaction with democracy in Spain – a twofold panel study*, *West European Politics*, Vol. 40, pp. 1241-1266.
- Dahlberg, S. (2009), *Voters' Perceptions of Party Politics - A Multilevel Approach*, Department of Political Science, University of Gothenburg, Sweden.
- Dalton, R. J. (1985), *Political parties and political representation: Party supporters and party elites in nine nations*. *Comparative Political Studies*, 18, pp. 267-299.
- Dalton, R. J. (2007), *Democratic challenges, democratic choices: the erosion of political support in advanced industrial democracies*. Oxford, Oxford University Press.
- Dalton, R. J. (2008), *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*, Washington, DC, CQ Press.
- Dalton, R., McAllister, I. e Wattenberg, M. (2003), “*Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas*”, *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), pp. 295-320.

- di Palma, G. (1970), *Apathy and Participation, Mass Politics in Western Societies*, New York, The Free Press.
- Dogan, M. (2001), *Class, religion, party: triple decline of electoral cleavages in Western Europe*, in Karvonen, Lauri e Kuhnle, Stein (eds.) *Party Systems and Voters Alignments Revisited*, Londres: Routledge, pp. 93-114.
- Duverger, M. (1955), *The political role of women*, Unesco.
- Easton, D. (1975), *A Re-Assessment of the Concept of Political Support*, *British Journal of Political Science*, Vol. 5, No. 4, pp. 435-457.
- Elliott, E., Seldon, B. e Regens, J. (1997), *Political and Economic Determinants of Individuals' Support for Environmental Spending*, *Journal of Environmental Management*, 51, pp. 15-27.
- Eulau, H. (1987), *The Congruence Model Revisited*, *Legislative Studies Quarterly*, vol. 12, n.º 2, pp. 171-214.
- Eysenck, H. J. (1957), *Sense and Nonsense in Psychology*, Penguin Books, Baltimore-Maryland, consultado a 16/02/2015 e disponível em <https://archive.org/stream/sensenonsenseinpe98seyse#page/306/mode/2up>.
- Esaiasson, P. e Holmberg, S. (1996), *Representation from above: Members of parliament and representative democracy in Sweden*, Aldershot, UK: Dartmouth.
- Ferrera, M., Hemerijck, A., Rhodes, M. (2000), *O Futuro da Europa Social: Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Oeiras, Celta.
- Filho, Dalson Britto Figueiredo, Enivaldo Carvalho da Rocha, José Alexandre da Silva Júnior, Ranulfo Paranhos, Mariana Batista da Silva, Bárbara Sofia Félix Duarte (2014), *Cluster Analysis for Political Scientists*. *Applied Mathematics*, vol. 5, n.º 15, <http://dx.doi.org/10.4236/am.2014.515232>.
- Flanagan, S.C. e Lee, A-R (2003), *The New Politics, Culture Wars, and the Authoritarian-Libertarian Value Change in Advanced Industrial Democracies*, *Comparative Political Studies*, vol 36, n.º 3, pp. 235-270.
- Flickinger, R. e Studlar, D. (2007), *One Europe, Many Electorates? Models of Turnout in European Parliament Elections After 2004*, *Comparative Political Studies*, volume 40, n.º 4, pp. 383-404.

- Flinders, M. (2014), *Explaining Democratic Disaffection: Closing the Expectations Gap*, Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions, Vol. 27, No. 1, pp. 1–8.
- Franklin, M. (2004), *Electoral Competitiveness and Turnout: How Voters React to the Changing Character of Elections*, Paper prepared for presentation at the annual meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago Ill.
- Freire, A. (2000c), *Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995*, *Análise Social*, XXXV (154), pp. 115-145.
- Freire, A. (2008), *Party Polarization and Citizens' Left–Right Orientations*, *Party Politics*, vol. 14. n.º 2 pp. 189–209.
- Freire, A. e Kivistik, K. (2012), *Sociopolitical Values and the left-right divide across four continents*, *Atas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações*, APS.
- Freire, A. e Moury, C. (2014), *O apoio dos «cidadãos» e das «elites» à UE, antes e depois da crise financeira - os países periféricos da Europa do Sul (Grécia, Portugal e Espanha) numa perspetiva comparada*, *Relações Internacionais*, n.41, pp. 97-122.
- Fukuyama, F. (1995), *Confiança, Valores Sociais & Criação de Prosperidade*, Lisboa, Gradiva.
- Giger, N., Rosset, J. e Bernauer, J. (2012), *The Poor Political Representation of the Poor in a Comparative Perspective*, *Representation*, 48:1, pp. 47-61.
- Giugni M., Grasso M.T. (2018), *Citizens and the Crisis: Perceptions, Experiences, and Responses to the Great Recession in Nine Democracies*, em Giugni M., Grasso M. (eds) *Citizens and the Crisis*, Palgrave Studies in European Political Sociology, Palgrave Macmillan.
- Golder, M. e Stramski, J. (2010), *Ideological Congruence and Electoral Institutions*, *American Journal of Political Science*, Vol. 54, N.º 1, pp 90–106.
- Gunther, R. e Montero, J. R. (2006), *The multidimensionality of political support for new democracies: conceptual redefinition and empirical refinement*, in Torcal, M. e Montero, J.R., *Political Disaffection in Contemporary Democracies – social capital, institutions and politics*, Londres, Routledge.
- Hadjar, A., & Beck, M. (2010), *Who does not participate in elections in Europe and why is this?*, *European Societies*, 12, pp. 521-542.



- Haldane, A. e Alessandri, P. (2009), *Banking on the state*, disponível em <https://www.bis.org/review/r091111e.pdf>.
- Hardiman, N. e Regan, A. (2013), *The Politics of Austerity in Ireland*, in Monastiriotis, V., Hardiman, N., Regan, A., Goretti, C., Landi, L., Ignacio Conde-Ruiz, J.I., Marin, C. e Cabral, R. (2013), *Austerity measures in crisis countries - results and impact on mid-term development*, *Intereconomics*, vol. 48, no. 1, pp. 4–32.
- Henn, M. e Foard, N. (2011), *Young people, political participation and trust in Britain*, EPOP Annual Conference, University of Exeter.
- Hernández, E. e Kriesi, H. (2016), *The electoral consequences of the financial and economic crisis in Europe*, *European Journal of Political Research*, 55(2), 203-224
- Hobolt, S. e Tilley, J. (2016), *Fleeing the centre: the rise of challenger parties in the aftermath of the euro crisis*, *West European Politics*, DOI: 10.1080/01402382.2016.1181871.
- Hodge, D. R. e Gillespie, D. F. (2007), *Phrase completion scales: a better measurement approach than Likert scales?* *Journal of Social Service Research*, 33 (4), pp. 1-12.
- Hoefl, C., Klatt, J., Kopp, J. e Messinger, S. (2014), *Protesting without the 'Underclass'*, *Journal of Civil Society*, Vol. 10, 4, pp. 393-407.
- Holmberg, S. (2003), *Are Political Parties Necessary?*, *Electoral Studies*, 22, pp. 287-299.
- Inglehart, R. (1971), *The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies*, *American Political Science Review*, 65:4, 991–1017.
- Inglehart, R. (1977), *The Silent Revolution. Changing values and political styles among western publics*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey.
- Inglehart, R. (1997), *Modernization and Post Modernization: Value Change in 43 Societies*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- Iversen, T. (1994), *The Logics of Electoral Politics – Spatial, Directional and Mobilizational Effects*, *Comparative Political Studies*, vol. 27, n.º 2, pp. 155-189.
- Jackman, R. W. (1987), *Political institutions and voter turnout in the industrialized democracies*, *American Political Science Review*, 81(2), pp. 405-423.
- Jacobs, L.R. e Shapiro, R.Y. (2000), *Politicians don't Pander: Political Manipulation and the Lost of Democratic Responsiveness*, Chicago, University of Chicago Press.

- Jost, J. (2006), *The End of the End of Ideology*, *American Psychologist*, vol. 61, n.º 7, pp. 651-670.
- Kahn M. e Kotchen, MJ (2010), *Environmental concern and the business cycle: the chilling effect of recession*, *NBER Working Paper* N.º 16241, julho.
- Kayser, M. A. e Wlezien, C. (2011), *Performance Pressure: Patterns of Partisanship and the Economic Vote*, *European Journal of Political Research* 50 (3), pp. 365–394.
- Kitschelt, H. e Hellemans, S. (1990), *The Left-Right Semantics and the New Politics Cleavage*, *Comparative Political Studies*, 23, pp. 210-238.
- Krueger, J. e Lewis-Beck, M (2008), *Is OLS dead?*, *The Political Methodologist*, American Political Science Association, Volume 15, Number 2.
- Leone, L., Desimoni, M. e Chirumbolo, A. (2014). *Interest and Expertise Moderate the Relationship between Right-Wing Attitudes, Ideological Self-Placement and Voting*, *European Journal of Personality*, *Eur. J. Pers.* 28: 2–13.
- Lijphart, A. (1989), *As Democracias Contemporâneas*, Lisboa, Gradiva.
- Lijphart, A. (1997), *Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma*, *American Political Science Review* 91 (1), pp. 1-14.
- Lijphart, A. (1999), *Patterns of Democracy*, Yale University Press.
- Lindvall, J. (2014), *The electoral consequences of two great crises*, *European Journal of Political Research*, 53: 747-765.
- Lopes, F.F. e Freire, A. (2002), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora.
- Lutz, G e Marsh, M. (2007), *Introduction: consequences of low turnout*, *Electoral Studies*, 26, pp. 539-547.
- Lutz, G., Kissau, K. e Rosset, J. (2014), *The political preferences of political elites, voters and non-voters in Europe*, University of Lausanne, disponível em <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/762c1a64-8ec5-432e-af92-80ae4e69d3e9.pdf>.
- Magalhães, P. (2014), *The Elections of the Great Recession in Portugal: Performance Voting under a Blurred Responsibility for the Economy*, *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, 24:2, 180-202

- Mair, P. (2003), *Os partidos políticos e a democracia*, *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), pp. 277-293.
- Mair, P. (2005), *Democracy Beyond Parties*, CSD Working Paper 05/06. Irvine, CA: Center for the Study of Democracy, University of California.
- Mair, P. e van Biezen, I. (2001), *Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000*, *Party Politics*, vol. 7, N.º 1, pp. 5-21.
- Manin, B. (1997), *The Principles of Representative Government*, Cambridge University Press.
- Manning, N. e Holmes, M. (2013), *Political Emotions: A Role for Feelings of Affinity in Citizens' (Dis)Engagements with Electoral Politics?*, *Sociology*, vol. 48 (4), pp. 698-714.
- Marien, S. (2011), *Measuring political trust across time and space*, in Zmerli, S. e Hooghe, M., *Political trust, why context matters*, ECPR Press.
- Marks G, Hooghe L, Steenbergen MR and Bakker R (2007), Cross-validating data on party positioning on European integration. *Electoral Studies* 26 (1), pp. 23–38.
- Matsusaka, John G. (2004), *For the Many or the Few - The Initiative Process, Public Policy, and American Democracy*, University of Chicago Press.
- Matsusaka, John G. (2005), *Direct Democracy Works*, *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 19, n.º 2, pp. 185-206.
- Miller, W. e Stokes, D. (1963), *Constituency influence in Congress*, *American Political Science Review*, 57, pp. 45-56.
- Monastiriotis, V., Hardiman, N., Regan, A., Goretti, C., Landi, L., Ignacio Conde-Ruiz, J.I., Marin, C. e Cabral, R. (2013), *Austerity measures in crisis countries - results and impact on mid-term development*, *Intereconomics*, vol. 48, no. 1, pp. 4–32.
- Monastiriotis, V. (2013), *A Very Greek Crisis*, in Monastiriotis, V., Hardiman, N., Regan, A., Goretti, C., Landi, L., Ignacio Conde-Ruiz, J.I., Marin, C. e Cabral, R. (2013), *Austerity measures in crisis countries - results and impact on mid-term development*, *Intereconomics*, vol. 48, no. 1, pp. 4–32.
- Montero, J., Gunther, R. e Torcal, M. (1997), *Democracy in Spain: Legitimacy, Discontent, and Disaffection*, Estudio/Working Paper/100.
- Nancy, J. (2016), *Major changes in European public opinion regarding the European Union*, EPRS - European Parliament Research Service, in <http://www.europarl.europa.eu/at-your->

[service/files/be-heard/eurobarometer/2016/major-changes-in-european-public-opinion-2016/report/en-report-exploratory-study-201611.pdf](https://ec.europa.eu/eurobarometer/files/be-heard/eurobarometer/2016/major-changes-in-european-public-opinion-2016/report/en-report-exploratory-study-201611.pdf)

- Newton, K. e Norris, P. (2000), *Confidence in Public Institutions: Faith, Culture, or Performance?* In Pharr, S. e Putman, R., *Disaffected Democracies, what's troubling the trilateral countries?* United Kingdom, Princeton University Press, pp. 52-73.
- Niemi, R. e Weisberg, H. (2001). *Controversies in Voting Behavior*, 4th ed., Washington, D.C.: Congressional Quarterly Press.
- Norris, P. (1999), *Critical Citizens, Global Support for Democratic Governance*, Oxford, Oxford University Press.
- Offe, C. (2006), *Political Disaffection as an outcome of institutional practices? Some post-Tocquevillean speculations* in Torcal, M. e Montero, J.R., *Political Disaffection in Contemporary Democracies – social capital, institutions and politics*, Londres, Routledge, pp. 23-45.
- Pestana, M.H. e Gageiro, J. (2014), *Análise de Dados para Ciências Sociais, A complementaridade do SPSS*, Edições Sílabo, Lisboa.
- Pitkin, H. F. (1967), *The concept of representation*, Berkeley: University of California Press.
- Plutzer, E. (2002), *Becoming a Habitual Voter: Inertia, Resources, and Growth in Young Adulthood*, *The American Political Science Review*, Vol. 96, No. 1, pp. 41-56.
- Powell, G. B., Jr. (2000), *Elections as instruments of democracy*, New Haven, CT: Yale University Press.
- Powell, G. B., Jr. (2009), *The Ideological Congruence Controversy: The Impact of Alternative Measures, Data, and Time Periods on the Effects of Election Rules*, *Comparative Political Studies*, 42 (12), 1475–1497.
- Ponticelli, J. e Voth, H. (2011), *Austerity and Anarchy: Budget Cuts and Social Unrest in Europe, 1919-2009*, CEPR Discussion Paper N.º 8513.
- Prior, M. (2010), *You've either got it or you don't? The stability of political interest over the life cycle*. *The Journal of Politics*, 72, 747–766.
- Putman, R., Pharr, S. e Dalton, R. (2000), *What's Troubling the Trilateral Democracies?*, in Pharr, S. e Putman, R., *Disaffected Democracies, what's troubling the trilateral countries?*, United Kingdom, Princeton University Press, pp. 3-27.

- Reif, K. e Schmitt, H. (1980), *Nine second-order national elections. A conceptual framework for the analysis of European election results*, *European Journal for Political Research* 8, pp. 3–44.
- Rodrigues, M. J. (2009), *Towards a sustainable European social model: Key issues for policy-making*, em M. J. Rodrigues (ed.), *Europe, Globalization and the Lisbon Agenda*, Cheltenham: Edward Elgar, pp. 50–73.
- Rohrschneider e Whitefield (2012), *Institutional Context and Representational Strain in Party-Voter Agreement in Western and Eastern Europe*, *West European Politics*, Vol. 35, N.º 6, pp. 1320-1340.
- Rosema, M. (2007), *Low turnout: Threat to democracy or blessing in disguise? Consequences of citizens' varying tendencies to vote*, *Electoral Studies*, 26, pp. 612-623.
- Rousseau, Jean Jacques (1762), *The social contract or principles of political right*, disponível em <http://www.constitution.org/jjr/socon.htm>.
- Sanz, A., Navarrete, R. e Montero, J.R. (2015), *Democracy and economic crisis in Spain: support, dissatisfaction, and disaffection*, *Joint Session of Workshops*, European Consortium for Political Research, Varsóvia, Polónia.
- Schmidt, V (2009), *Re-Envisioning the European Union: Identity, Democracy, Economy*, *Journal of Common Market Studies*, Volume 47, pp. 17–42.
- Schmitt, H. e Holmberg, S. (1995), *Political parties in decline?*, in *Citizens and the state*, Oxford University Press, Oxford, pp. 95-133.
- Schmitt, H. (2005), *The European Parliament Elections of June 2004: Still Second-order?*
- Schumpeter, J. (2003) [1943], *Capitalism, Socialism and Democracy*, George Allen & Unwin.
- Schularick, M. (2012), *Public debt and financial crises in the twentieth century*, *European Review of History: Revue europeenne d'histoire*, 19:6, pp. 881-897.
- Singer, M. (2013), *The global economic crisis and domestic political agendas*, *Electoral Studies* 32, 404-410.
- Sniderman, P. e Tetlock, P. (1986), *Interrelationship of Political Ideology and Public Opinion*, in Hermann, M., *Political Psychology*, São Francisco, Califórnia, Jossey-Bass Inc.
- de Sousa, L., Magalhães, P. C., Amaral, Luciano (2014), *Sovereign Debt and Governance Failures: Portuguese Democracy and the Financial Crisis*, *American Behavioral Scientist*, 58 (12), 1517-1541.

Stiglitz, J. (2012), *The Price of Inequality, how todays divided society endangers our future*.

Thomassen, J. (1994), *Empirical research into Political Representation: Failing Democracy or Failing Models?*, in M. Kent Jennings, T.E. Mann (Eds.), *Elections at Home and Abroad, Essays in Honor of Warren Miller* (pp. 237-265). Ann Arbor: Michigan University Press.

Thomassen, J. e Schmitt, H. (1999), *Issue Congruence*, in Schmitt, H. e Thomassen, J. (Eds), *Political Representation and Legitimacy in the European Union*, Oxford, Oxford University Press.

Thomassen, J. (2012), *The Blind Corner of Political Representation*, *Representation*, 48:1, pp. 13-27.

Tiberj, V., Deiss-Helbing, E. e Kerrouche, E. (2012), *The “Value Connection”: MPs, Voters and Values in Three European Countries*, *Representation*, vol. 48, n.º 4, pp.403-418.

Torcal, M. e Montero, J.R. (2006), *Political Disaffection in Contemporary Democracies – social capital, institutions and politics*, Londres, Routledge.

Torcal, M. e Lago, I. (2006), *Political participation, information, and accountability: some consequences of political disaffection in new democracies*, in Torcal, M. e Montero, J.R., *Political Disaffection in Contemporary Democracies – social capital, institutions and politics*, Londres, Routledge, pp. 308-331.

van der Brug, Wouter, Cees van der Eijk et al. (2007), *European Elections, Domestic Politics and European Integration*, in: van der Brug, Wouter and Cees van der Eijk (ed.), *European Elections and Domestic Politics. Lessons from the Past and Scenarios for the Future*, Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, pp. 226-261.

van Deth, J. (1990), *Interest in Politics*, in Jennings, M, van Deth, J et al., *Continuities in Political Action, A Longitudinal Study of Political Orientations in Three Western Democracies*, de Gruyter Studies on North America vol. 5.

Verhulst, J. e Nijeboer, A. (2007), *Direct Democracy – Facts and Arguments about the Introduction of Initiative and Referendum*, Brussels, Democracy International.

Wessels, B. e Franklin, M. (2009), *Turning Out or Turning Off: Do Mobilization and Attitudes Account for Turnout Differences between New and Established Member States at the 2004 EP Elections?*, in: Schmitt, H., *European Parliament Elections after Eastern Enlargement*, Routledge, pp. 82-99.

Whitefield S, Vachudova MA, Steenbergen M, Rohrschneider R, Marks G, Loveless P and Hooghe L (2007), *Do expert surveys produce consistent estimates of party stances on European integration? Comparing expert surveys in the difficult case of Central and Eastern Europe*, Electoral Studies, vol. 26 (1), pp. 50–61.

Zakaria, F. (2016), *Populism on the March, Why the West Is in Trouble?*, Foreign Affairs 95, disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2016-10-17/populism-march>.

### **Sites consultados**

[www.chesdata.eu](http://www.chesdata.eu)

[www.europarl.europa.eu](http://www.europarl.europa.eu)

[www.europeanelectionstudies.net](http://www.europeanelectionstudies.net)

[www.gesis.org](http://www.gesis.org)

[www.idea.int](http://www.idea.int)

[www.piredeu.eu](http://www.piredeu.eu)

[www.ec.europa.eu](http://www.ec.europa.eu)

[www.freedomhouse.org](http://www.freedomhouse.org)

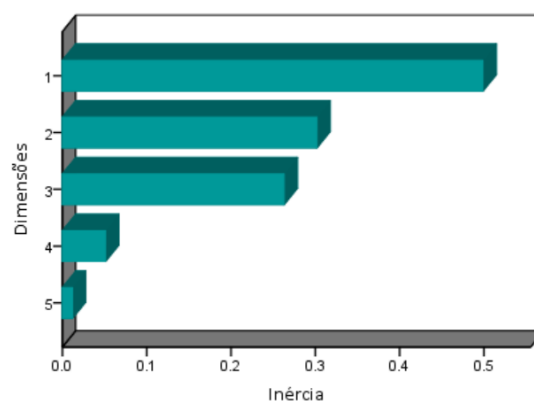
**ANEXOS**

Anexo A - Casos válidos para análise

	N
Afastamento dos partidos	25598
Desinteresse pela política	29838
Desconfiança nas instituições	29109
Caso válidos	24813

Fonte: EES 2014

Anexo B - Variância de cada dimensão (Análise de Correspondências Múltiplas)



Fonte: EES 2014

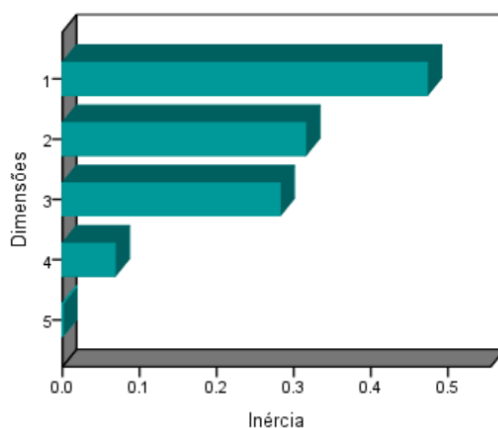
Anexo C - Casos válidos para análise

	N
Afastamento dos partidos	24487
Desinteresse pela política	27210
Desconfiança nas instituições	21452
Caso válidos	19410

Fonte: EES 2009



Anexo D - Variância de cada dimensão (Análise de Correspondência Múltiplas)



Fonte: EES 2009

Anexo E – percentagem de posicionamento nas tipologias, por país  
EU 15 \* dentro da Tipologia (EES 2009)

	Tipologia			
	Politicamente desafetos (Tipo 1)	Afastados dos partidos e com Desinteresse pela política (Tipo 2)	Politicamente desconfiados (Tipo 3)	Politicamente afetos (Tipo 4)
Áustria	4,0	6,2	5,9	<b>8,9</b>
Bélgica	7,3	6,1	5,0	6,4
Dinamarca	3,1	<b>8,1</b>	3,5	<b>10,3</b>
Finlândia	7,0	6,3	6,7	6,0
França	7,8	5,3	<b>9,3</b>	5,7
Alemanha	6,5	6,8	5,4	7,3
Grécia	10,3	3,8	<b>16,4</b>	3,9
Irlanda	<b>8,5</b>	<b>8,9</b>	7,3	4,8
Itália	3,8	4,8	<b>6,4</b>	<b>5,9</b>
Luxemburgo	6,0	<b>8,7</b>	2,3	7,8
Países Baixos	2,4	7,0	4,6	<b>10,2</b>
Portugal	5,3	6,7	6,0	5,7
Espanha	<b>11,7</b>	7,6	6,2	3,5
Suécia	5,0	5,7	6,8	<b>9,5</b>
Reino Unido	<b>11,2</b>	8,2	8,0	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

EU 15 \* dentro da Tipologia (EES 2014)

	Tipologia			
	Politicamente afetos (Tipo 1)	Politicamente envolvidos mas desinteressados (Tipo 2)	Politicamente interessados mas não envolvidos (Tipo 3)	Politicamente desafetos (Tipo 4)
Áustria	<b>2,5</b>	1,8	<b>2,6</b>	2,1
Bélgica	2,9	<b>4,1</b>	1,9	1,8
Dinamarca	<b>3,5</b>	1,3	0,8	0,1
Finlândia	<b>2,1</b>	1,8	1,0	0,7
França	10,7	<b>15,6</b>	14,9	12,3
Alemanha	<b>39,1</b>	13,6	20,5	11,3
Grécia	1,6	2,9	<b>3,2</b>	<b>3,7</b>
Irlanda	0,7	1,0	<b>1,3</b>	<b>1,9</b>
Itália	8,0	<b>18,9</b>	14,9	<b>18,7</b>
Luxemburgo	<b>0,2</b>	0,1	0,1	0,0
Países Baixos	<b>8,2</b>	4,0	4,3	1,2
Portugal	1,1	<b>3,1</b>	1,5	<b>4,8</b>
Espanha	5,5	13,9	12,7	<b>23,2</b>
Suécia	<b>5,3</b>	2,5	1,9	0,2
Reino Unido	8,5	15,4	<b>18,3</b>	<b>17,9</b>
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Anexo F

Caracterização ideológica dos cidadãos da UE15, por tipo de desafeição e país

País	Politicamente afetos				Politicamente envolvidos mas desinteressados				Politicamente interessados mas não envolvidos				Politicamente desafetos			
	Esquerda	Direita	Libertário	Autoritário	Esquerda	Direita	Libertário	Autoritário	Esquerda	Direita	Libertário	Autoritário	Esquerda	Direita	Libertário	Autoritário
Áustria		3,22	2,89			3,23		3,09		3,35	2,93			3,27		3,02
Bélgica		3,04		3,03		3,14		3,17		3,14		3,10		3,15		3,20
Dinamarca		3,21	2,81			3,30		3,03		3,17	2,78			3,25		3,20
Finlândia	2,85			3,04	2,83			3,12	2,90			3,17	2,82			3,27
França	2,95		2,95		3,00			3,08		3,09		3,18		3,24		3,05
Alemanha		3,13	2,93			3,09	2,92			3,15	2,87			3,10	2,98	
Grécia		3,15		3,33		3,12		3,35		3,11		3,31		3,20		3,30
Irlanda	2,89			3,13	2,93			3,20	2,99			3,12	3,00			3,28
Itália	2,88			3,21		3,18		3,55		3,21		3,38		3,12		3,45
Luxemburgo	2,90		2,92			3,12		3,07		3,14	2,98			3,22	2,99	
Países Baixos		3,13	2,81			3,23	2,97			3,24	2,89			3,41	2,76	
Portugal		3,19		3,17		3,06		3,16	2,96			3,06	3,00			3,17
Espanha	2,67		2,93		2,82			3,00	2,67		2,59		2,80		2,92	
Suécia	2,72		2,46		2,83		2,73		2,67		2,57			3,14	2,67	
Reino Unido	2,82			3,13		3,03		3,25	2,81			3,16		3,04		3,35

Valores de desvio padrão da caracterização ideológica dos cidadãos desafetos da UE15

País	Nada desafetos				Desinteressados pela política				Afastados dos partidos e com desconfiança política				Muito desafetos			
	Esquerda	Direita	Libertário	Autoritário	Esquerda	Direita	Libertário	Autoritário	Esquerda	Direita	Libertário	Autoritário	Esquerda	Direita	Libertário	Autoritário
Áustria		0,71	0,64			0,58		0,60		0,63	0,60			0,63		0,56
Bélgica		0,58		0,55		0,56		0,55		0,62		0,59		0,51		0,54
Dinamarca		0,77	0,56			0,68		0,59		0,71	0,57			1,13		0,57
Finlândia	0,65			0,65	0,53			0,61	0,67			0,69	0,65			0,69
França	0,67		0,70		0,62			0,69		0,74		0,77		0,53		0,70
Alemanha		0,60	0,62			0,54	0,59			0,67	0,67			0,64	0,72	
Grécia		0,57		0,60		0,48		0,61		0,53		0,60		0,49		0,54
Irlanda	0,63			0,63	0,56			0,61	0,61			0,61	0,54			0,54
Itália	0,69			0,52		0,57		0,57		0,63		0,68		0,56		0,58
Luxemburgo	0,66		0,64			0,48		0,62		0,68	0,77			2,21	1,49	
Países Baixos		0,55	0,54			0,49	0,52			0,60	0,51			0,46	0,53	
Portugal		0,52		0,49		0,49		0,48	0,54			0,61	0,54			0,61
Espanha	0,62		0,67		0,58			0,61	0,63		0,65		0,41		0,54	
Suécia	0,82		0,64		0,70		0,69		0,80		0,62			0,62	0,75	
Reino Unido	0,76			0,75		0,63		0,72	0,70			0,74		0,67		0,60

## Anexo G - Análise da congruência por país, com referência aos partidos políticos

### Áustria

Conforme descrito no perfil ideológico dos partidos com assento parlamentar em 2014, neste país, todos os quadrantes ideológicos considerados na análise estão representados por partidos.

Os resultados da aferição do centrismo na dimensão esquerda-direita (ver Figura 7.16), mostra que o partido com o qual os cidadãos austríacos, independentemente do tipo de desafeição, têm menor congruência ideológica é o Partido Social Democrata austríaco, o SPÖ, que apresenta o posicionamento mais à esquerda do total de partidos. Este distanciamento é maior no tipo 3, correspondente aos *politicamente interessados mas não envolvidos*, e menor relativamente aos cidadãos *politicamente desafetos* (tipo 4). É também de realçar o distanciamento verificado face ao partido ecologista Grüne, mais expressivo no tipo 3 e no tipo 2 (este último correspondente aos *politicamente envolvidos mas desinteressados*).

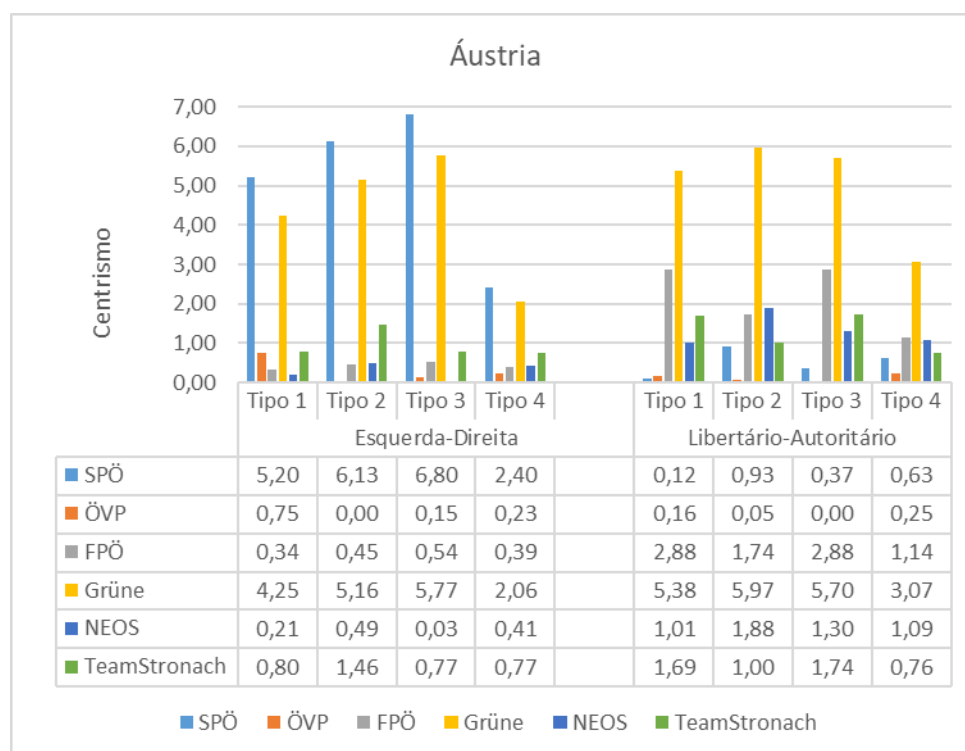
Relativamente à maior congruência, esta difere entre os tipos de desafeição. Os *politicamente afetos* (tipo 1) e os *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3) apresentam uma maior congruência relativamente ao partido NEOS, enquanto os *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2) e os *politicamente desafetos* (tipo 4) têm uma maior proximidade com o partido popular, ÖVP. Ambos os partidos posicionam-se à direita, com o ÖVP a encontrar-se mais próximo do centro.

Relativamente ao posicionamento ideológico dos indivíduos face aos partidos, visível através do sinal obtido pela diferença de médias (quadro 7.2), em todos os tipos e no que respeita aos partidos com quem têm maior congruência, o posicionamento é à esquerda do partido NEOS (que apresenta um posicionamento de 3,65 na escala esquerda-direita), e à direita do partido ÖVP (com um posicionamento 3,20). Quanto aos partidos com os quais existe uma menor congruência, SPÖ (1,78) e Grüne (1,90), todos os tipos de desafeição situam-se à direita destes. Verifica-se assim que na dimensão esquerda-direita, a congruência maior é com partidos de direita, registando-se esta relação em todos os tipos de desafeição.

No que respeita à dimensão libertário-autoritário a maior congruência mantém-se relativamente ao partido ÖVP (figura 7.16). O tipo que apresenta um *match* perfeito com este partido, nesta dimensão, é o composto pelos *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3). Apesar da elevada congruência com este partido, que se posiciona à direita e no polo autoritário, todos os tipos de desafeição apresentam-se como mais libertários do que este (quadro 7.3). De registar ainda a forte proximidade de todos os tipos de desafeição com o partido SPÖ, posicionado à esquerda e no polo libertário.

A menor congruência passa a ser, na dimensão libertário-autoritário, com o partido ecologista Grüne, que se apresenta como o mais libertário de todos (1,53). O afastamento é, no entanto, menor nos *politicamente desafetos* (figura 7.16). Em suma, na dimensão libertário-autoritário a maior congruência, verificada para todos os tipos de desafeição, é maior relativamente a um partido de direita (ÖVP), mas também bastante próxima de um partido de esquerda (SPÖ), pelo que será arriscado afirmar que na dimensão libertário-autoritário, a congruência é maior relativamente aos partidos de direita.

Figura n.º 7.16. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Áustria



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Centrando a análise na comparação da congruência verificada nos cidadãos *politicamente afetos* e nos *cidadãos politicamente desafetos*, constata-se que o comportamento registado por estes dois tipos de desafeição varia consoante o partido. Independentemente do quadrante ideológico, não se verifica uma uniformidade dos níveis de congruência, registando-se nalguns casos uma maior proximidade dos partidos com os *politicamente afetos* e noutros com os *politicamente desafetos*.

Quadro n.º 7.2. Diferença de médias na Áustria entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
SPÖ	1,78	1,44	1,45	1,57	1,49
ÖVP	3,20	0,02	0,03	0,15	0,07
FPÖ	2,84	0,38	0,39	0,51	0,43
Grüne	1,90	1,32	1,33	1,45	1,37
NEOS	3,65	-0,43	-0,42	-0,30	-0,38
TeamStronach	3,95	-0,73	-0,72	-0,60	-0,68

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.3. Diferença de médias na Áustria entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
SPÖ	2,50	0,39	0,59	0,43	0,52
ÖVP	3,20	-0,31	-0,11	-0,27	-0,18
FPÖ	3,96	-1,07	-0,87	-1,03	-0,94
Grüne	1,53	1,36	1,56	1,40	1,49
NEOS	2,23	0,66	0,86	0,70	0,79
TeamStronach	3,75	-0,86	-0,66	-0,82	-0,73

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

### *Bélgica*

A Bélgica é o país da UE15 que apresenta o maior número de partidos com assento parlamentar, num total de 13, distribuídos por todos os quadrantes ideológicos aqui considerados, apesar de a maioria se concentrar na área definida como esquerda-libertária.

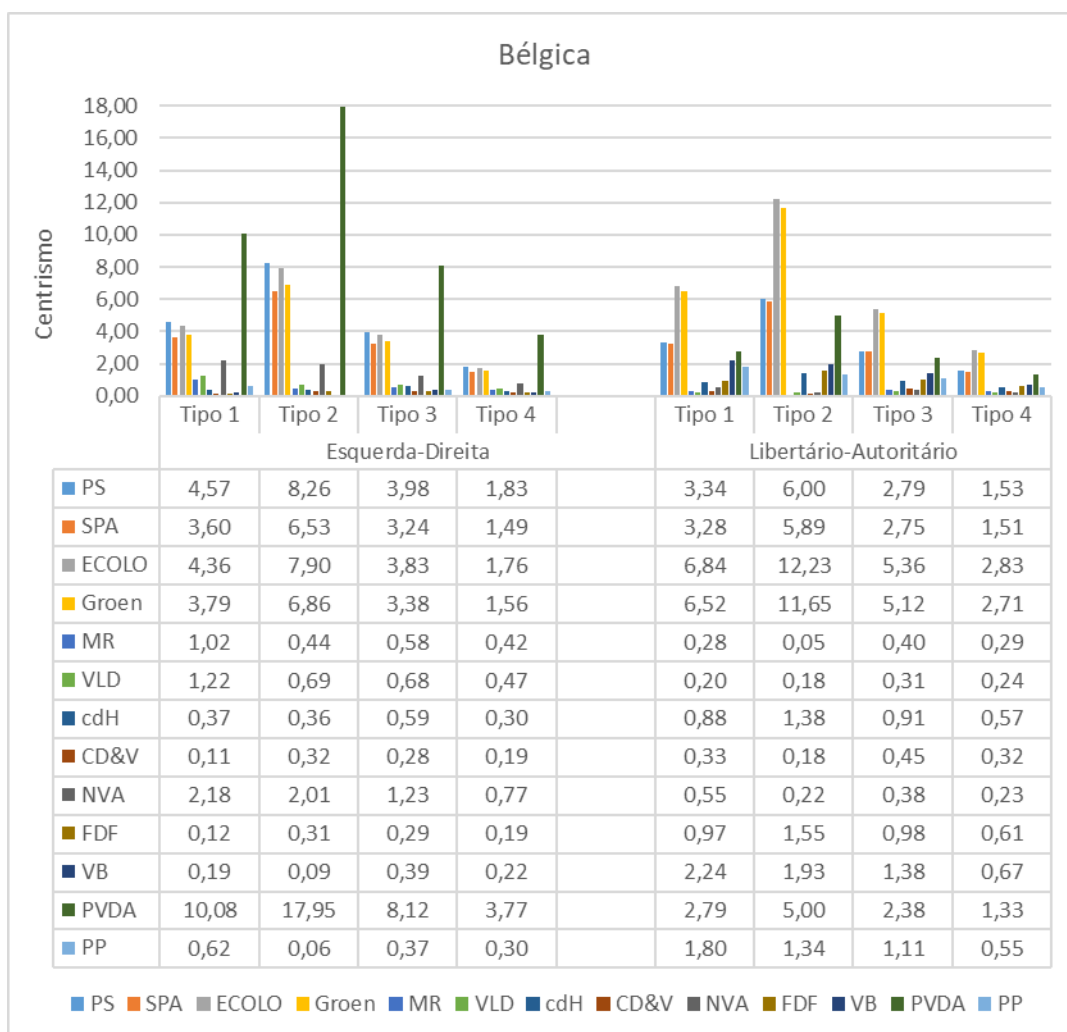
Na análise da congruência na dimensão esquerda-direita encontramos um maior afastamento dos cidadãos de todos os tipos de desafeição com o partido dos trabalhadores, o PVDA, posicionado como o mais de esquerda face aos restantes partidos (1,07). Conforme visível na figura 7.17, este distanciamento é particularmente expressivo no tipo 2, ou seja, nos *politicamente envolvidos mas desinteressados*. É ainda de realçar que no geral, o menor nível de congruência, comum a todos os tipos de desafeição, verifica-se relativamente aos partidos de esquerda, nomeadamente o Partido Socialista, PS (1,72), o Partido Socialista Diferente, SPA (1,87), e os partidos ecologistas ECOLO (1,75) e Groen (1,84). De referir que os cidadãos, em todos os tipos, posicionam-se mais à direita do que os partidos referidos.

Ainda na dimensão esquerda-direita a maior congruência é com os partidos que, se posicionam praticamente ao centro (apesar de ainda inseridos no eixo da esquerda), como o Partido Democrata Cristão e Flamengo, CD&V (2,96), os Federalistas Democratas Francófonos, FDF (2,95) ou o Interesse Flamengo, VB (2,85). Em termos de posicionamento ideológico os cidadãos, em todos os tipos, encontram-se mais à direita do que os partidos com os quais apresentam uma maior congruência.

Quanto à dimensão libertário-autoritário o cenário altera-se um pouco. O partido PVDA deixa de evidenciar um afastamento tão acentuado em relação aos cidadãos de todos os tipos, como registado na dimensão esquerda-direita (figura 7.17). Neste eixo ideológico, a menor congruência verifica-se, também aqui em todos os tipos de desafeição, com os partidos ecologistas, Ecolo (1,45) e Groen (1,49), seguido dos partidos socialistas, PS (1,95) e SPA (1,96), em relação aos quais os cidadãos se posicionam como menos libertários. A maior congruência é com os partidos que estão mais próximos do centro, como o Movimento Reformista, MR (2,84), os Liberais Democratas Flamengos, VLD (2,93), ou os Democratas Cristãos e Flamengos, CD&V (2,80), que se posicionam no eixo libertário, ou com o partido Nova Aliança Flamengo, NVA (3,45), que apesar de próximo do centro, se encontra no polo autoritário. De referir que os cidadãos se encontram mais próximos do centro do que estes partidos, sendo menos libertários que o MR, o VLD ou o CD&V e menos autoritários do que o NVA.



Figura n.º 7.17. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Bélgica



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Na análise do nível de congruência com os partidos, dos *politicamente afetos* e dos *politicamente desafetos*, observa-se que, genericamente, a correspondência é maior entre os partidos e os cidadãos *politicamente desafetos*. As exceções a este padrão acontecem quando os valores de congruência com os partidos são bastante próximos entre afetos e desafetos

Quadro n.º 7.4. Diferença de médias na Bélgica entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
PS	1,72	1,32	1,42	1,42	1,43
SPA	1,87	1,17	1,27	1,27	1,28
ECOLO	1,75	1,29	1,39	1,39	1,40
Groen	1,84	1,20	1,30	1,30	1,31
MR	3,63	-0,59	-0,49	-0,49	-0,48
VLD	3,69	-0,65	-0,55	-0,55	-0,54
cdH	2,71	0,33	0,43	0,43	0,44
CD&V	2,96	0,08	0,18	0,18	0,19
NVA	3,93	-0,89	-0,79	-0,79	-0,78
FDF	2,95	0,09	0,19	0,19	0,20
VB	2,85	0,19	0,29	0,29	0,30
PVDA	1,07	1,97	2,07	2,07	2,08
PP	3,48	-0,44	-0,34	-0,34	-0,33

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.5. Diferença de médias na Bélgica entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
PS	1,95	1,08	1,22	1,15	1,25
SPA	1,96	1,07	1,21	1,14	1,24
ECOLO	1,45	1,58	1,72	1,65	1,75
Groen	1,49	1,54	1,68	1,61	1,71
MR	2,84	0,19	0,33	0,26	0,36
VLD	2,93	0,10	0,24	0,17	0,27
cdH	2,53	0,50	0,64	0,57	0,67
CD&V	2,80	0,23	0,37	0,30	0,40
NVA	3,45	-0,42	-0,28	-0,35	-0,25
FDF	2,50	0,53	0,67	0,60	0,70
VB	3,96	-0,93	-0,79	-0,86	-0,76
PVDA	2,05	0,98	1,12	1,05	1,15
PP	3,86	-0,83	-0,69	-0,76	-0,66

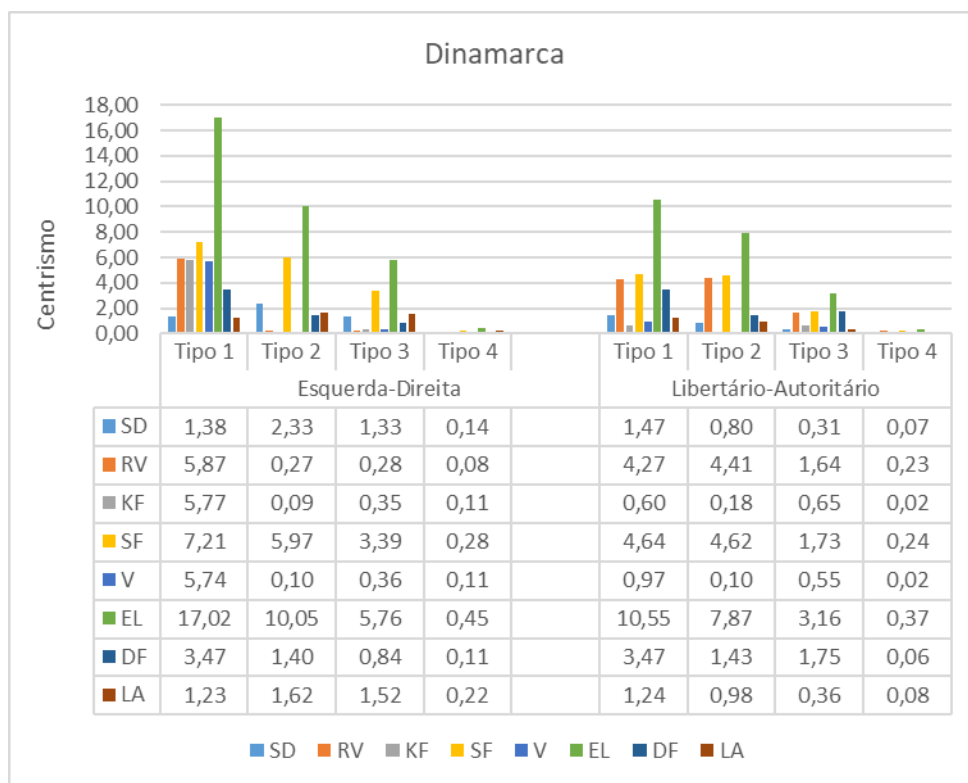
Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

### *Dinamarca*

Tal como na Bélgica, a Dinamarca tem no seu sistema partidário, partidos que representam todos os quadrantes ideológicos considerados na análise, apesar de a maior concentração se verificar no eixo da esquerda-libertária. É neste quadrante que se posiciona o partido EL, Aliança Vermelha-Verde, que apresenta um dos maiores distanciamentos registados, de todos os partidos e países considerados, relativamente aos *politicamente afetos* (figura 7.18). Na dimensão esquerda-direita a congruência é também menor relativamente ao partido socialista, SF (1,68), encontrando-se os cidadãos de todos os tipos de desafeição, à direita deste partido, bem como do EL (1,19). A maior congruência regista-se relativamente ao partido Social Liberal Dinamarquês, RV (2,98), que se encontra praticamente ao centro e para quem todos os tipos se posicionam mais à direita, e com o Partido Conservador, KF (3,52), e o Partido Liberal V (3,53), em relação aos quais os cidadãos se posicionam mais à esquerda. Significa isto que, novamente, na dimensão esquerda-direita a maior congruência é com os partidos de direita (ou muito próximos do centro).

Na dimensão libertário-autoritário o partido EL (1,43) mantém-se como aquele em relação ao qual os cidadãos, principalmente os *politicamente afetos*, têm uma menor concordância. Este distanciamento faz-se também sentir com alguma expressão relativamente ao partido RV (1,86) e ao Partido Socialista SF (1,68), sendo de referir que os cidadãos posicionam-se como menos libertários que estes partidos. A maior congruência é estabelecida com os partidos menos libertários, como o SD (2,60), em relação ao qual os cidadãos se encontram como mais autoritários, ou os partidos já do polo autoritário, como o KF (3,38), o V (3,31) ou o DF (3,86), em relação aos quais os cidadãos se posicionam como mais libertários. Uma vez que a maior congruência na dimensão libertário-autoritário é com partidos que são de direita, mas também de esquerda, não é possível fazer uma associação entre a congruência ideológica e a ideologia do partido.

Figura n.º 7.18. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Dinamarca



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Em termos de comparação do nível de congruência dos partidos com os cidadãos, tendo em conta a desafeição política, é paradoxal a existência de uma maior congruência entre os partidos e os cidadãos *politicamente desafetos*, do que relativamente aos *politicamente afetos*. É ainda de realçar o facto de, tanto na dimensão esquerda-direita como na dimensão libertário-autoritário, a congruência dos *politicamente desafetos* com os partidos ser quase total. Este resultado, completamente ao arrepio das expectativas, demonstra a existência de um forte alinhamento político-ideológico destes cidadãos com os partidos.

Quadro n.º 7.6. Diferença de médias na Dinamarca entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
SD	2,30	0,91	1,00	0,87	0,95
RV	2,98	0,23	0,32	0,19	0,27
KF	3,52	-0,31	-0,22	-0,35	-0,27
SF	1,68	1,53	1,62	1,49	1,57
V	3,53	-0,32	-0,23	-0,36	-0,28
EL	1,19	2,02	2,11	1,98	2,06
DF	2,53	0,68	0,77	0,64	0,72
LA	4,18	-0,97	-0,88	-1,01	-0,93

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.7. Diferença de médias na Dinamarca entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
SD	2,60	0,21	0,43	0,18	0,60
RV	1,86	0,95	1,17	0,92	1,34
KF	3,38	-0,57	-0,35	-0,60	-0,18
SF	1,83	0,98	1,20	0,95	1,37
V	3,31	-0,50	-0,28	-0,53	-0,11
EL	1,43	1,38	1,60	1,35	1,77
DF	3,86	-1,05	-0,83	-1,08	-0,66
LA	2,54	0,27	0,49	0,24	0,66

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

### *Finlândia*

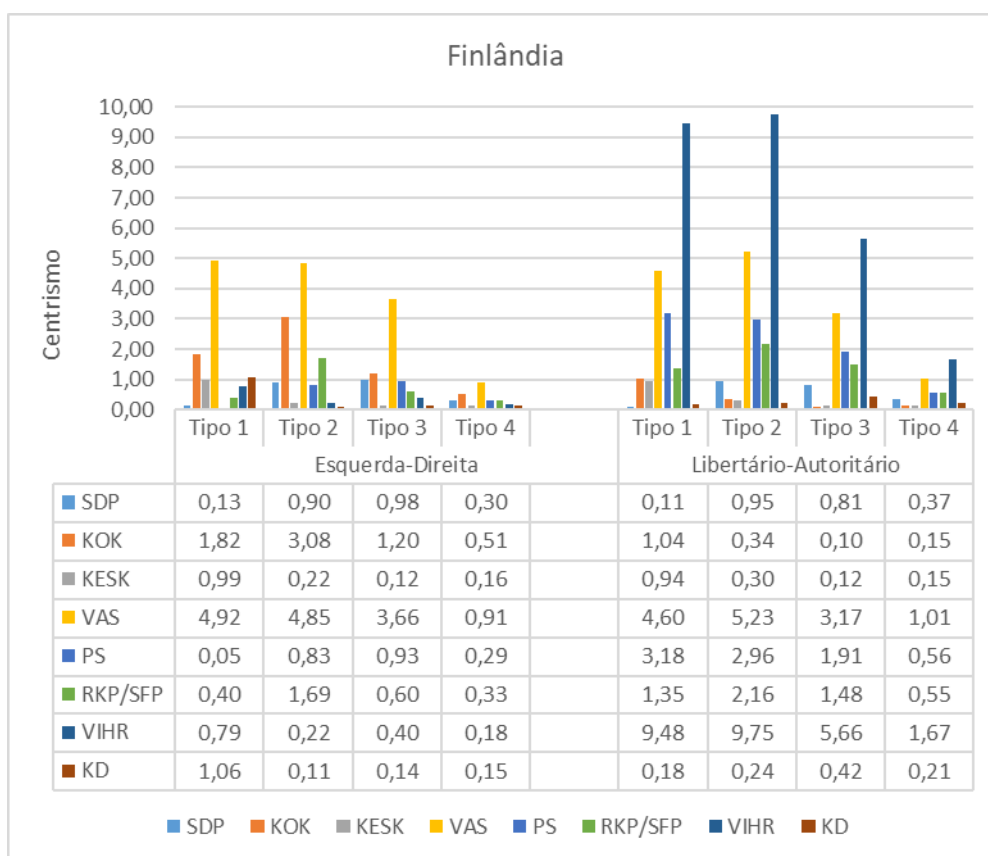
Com oito partidos com assento parlamentar, a Finlândia tem todos os quadrantes ideológicos representados.

Como visível na figura 7.19, a menor congruência verificada na dimensão esquerda-direita é com o partido Aliança de Esquerda, VAS (1,62), sendo que do conjunto dos partidos finlandeses, este é o que se posiciona mais à esquerda. O segundo maior distanciamento é relativamente ao partido Coligação Nacional, KOK (3,73), que de todos

é o que se apresenta mais à direita. Estando os cidadãos de todos os tipos de desafeição mais à direita do que o VAS e mais à esquerda do que o KOK, é notória a preferência por um posicionamento próximo do centro. Esta ideia é reforçada pelo facto de a maior congruência se verificar relativamente ao partido do centro, KESK (3,00), que em termos de posicionamento se encontra exatamente no meio do eixo esquerda-direita, e do partido Democrata Cristão, KD (2,89), também próximo do centro.

Na dimensão libertário-autoritário o maior distanciamento em relação aos cidadãos observa-se junto do partido ecologista Liga Verde, VHR (1,49), partido que se apresenta como o mais libertário de todos, seguido do partido VAS (1,93), também com um posicionamento mais libertário. A maior congruência nesta dimensão é com os partidos KOK (3,19) e KESK (3,31), que assumem posições que, apesar de moderadas, se inserem no polo autoritário. Relativamente a estes partidos os cidadãos posicionam-se como menos autoritários, com exceção dos cidadãos *politicamente desafetos* face ao partido KOK (quadro 7.9). A maior congruência na dimensão libertário-autoritário verifica-se assim relativamente a partidos de direita, ou do centro (caso do KESK).

Figura n.º 7.19. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Finlândia



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Conforme evidenciado na tabela que consta na figura 7.19, para a generalidade dos partidos, e como verificado em relação a outros países antes analisados, existe uma inesperada maior congruência entre estes e os cidadãos *politicamente desafetos*, do que relativamente aos cidadãos *politicamente afetos*. A explicação para este resultado pode residir no facto de os *politicamente desafetos*, genericamente, apresentarem posições político-ideológicas mais extremadas do que os *politicamente afetos*. Sabendo-se que as elites posicionam-se ideologicamente mais ao extremo que os seus eleitores (Belchior, 2010b: 129), pode a maior congruência entre partidos e cidadãos *politicamente desafetos* residir no facto de ambos apresentarem posições mais extremadas, e desta forma congruentes, relativamente aos cidadãos *politicamente afetos*, que têm uma maior tendência de centralidade.

Quadro n.º 7.8. Diferença de médias na Finlândia entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
SDP	2,31	0,54	0,52	0,59	0,51
KOK	3,73	-0,88	-0,90	-0,83	-0,91
KESK	3,00	-0,15	-0,17	-0,10	-0,18
VAS	1,62	1,23	1,21	1,28	1,20
PS	2,33	0,52	0,50	0,57	0,49
RKP/SFP	3,48	-0,63	-0,65	-0,58	-0,66
VIHR	2,60	0,25	0,23	0,30	0,22
KD	2,89	-0,04	-0,06	0,01	-0,07

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.9. Diferença de médias na Finlândia entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
SDP	2,59	0,45	0,53	0,58	0,68
KOK	3,19	-0,15	-0,07	-0,02	0,08
KESK	3,31	-0,27	-0,19	-0,14	-0,04
VAS	1,93	1,11	1,19	1,24	1,34
PS	4,18	-1,14	-1,06	-1,01	-0,91
RKP/SFP	2,35	0,69	0,77	0,82	0,92
VIHR	1,49	1,55	1,63	1,68	1,78
KD	3,61	-0,57	-0,49	-0,44	-0,34

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

### França

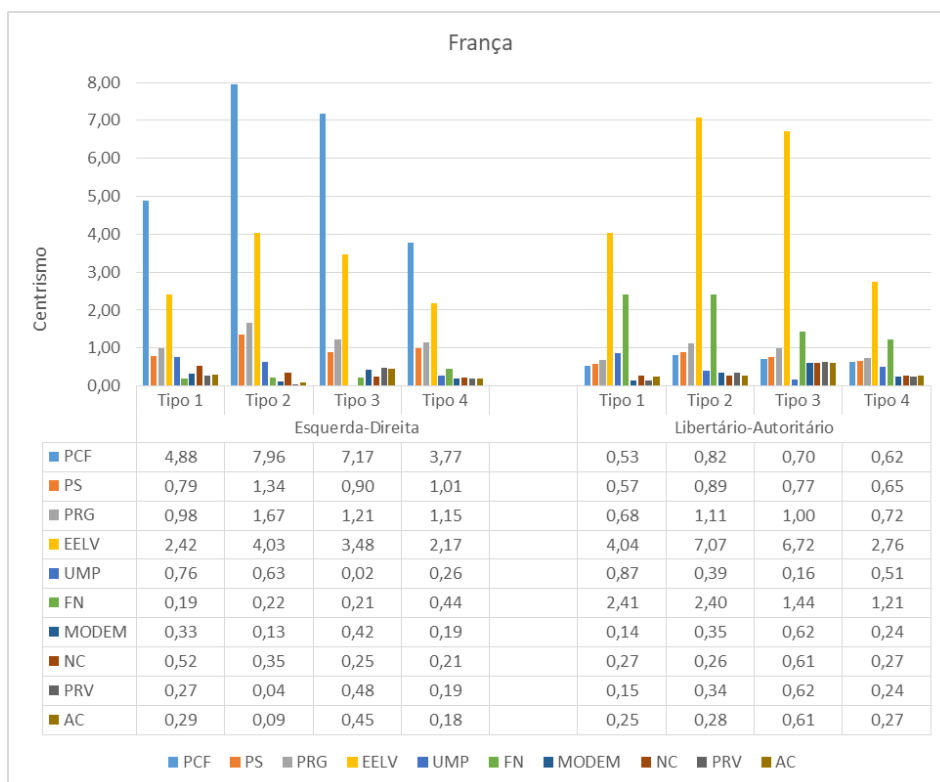
Na análise da dimensão esquerda-direita (figura 7.20) o maior distanciamento encontrado entre cidadãos e partidos é com o Partido Comunista Francês, PCF (1,28), em particular no que se refere aos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2) e aos *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3). Verifica-se também um elevado distanciamento, sobretudo nestes dois tipos de desafeição, no que respeita ao partido ecologista, EELV (1,78) que, a seguir ao PCF, é o que se apresenta mais à esquerda. Em oposição, a maior congruência verifica-se junto dos partidos que se encontram mais próximos do centro face aos restantes partidos e em termos de dicotomia esquerda-direita, nomeadamente a Frente Nacional, FN (2,71), o Movimento Democrático, MODEM (3,28), o Partido Radical, PRV (3,20) e a Aliança Centrista, AC (3,27). Relativamente a estes partidos o posicionamento ideológico dos cidadãos, em todos os tipos de desafeição, é sempre mais ao centro do que o posicionamento dos partidos (quadro 7.10). Verifica-se assim em França, uma maior congruência nesta dimensão com partidos de direita.

Na vertente libertário-autoritário o partido comunista PCF (2,45) passa a ter uma maior congruência, acentuando-se o distanciamento dos cidadãos face ao EELV (1,44), para o qual se posicionam como menos libertários. Este distanciamento é maior do que o verificado com o partido Frente Nacional, FN (4,13), que se apresenta como o mais autoritário de todos.



A maior proximidade com os cidadãos é novamente dos partidos que se apresentam mais próximos do centro, como o MODEM (3,13), o NC (3,29), o PRV (3,15) e o AC (3,27), apesar de se situarem no polo autoritário. Relativamente a estes partidos os cidadãos apresentam-se como menos autoritários, com exceção dos *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3) face ao MODEM e ao Partido Radical, PRV, para os quais se consideram mais autoritários. Verifica-se assim para a França a existência de uma maior congruência com os partidos de direita, na dimensão libertário-autoritário.

Figura n.º 7.20. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – França



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Na comparação entre cidadãos *politicamente afetos* e cidadãos *politicamente desafetos* quanto ao nível de congruência com os partidos, verifica-se uma diversidade de comportamentos, com alguns partidos a registarem uma congruência mais elevada com os *politicamente afetos* e outros uma maior congruência com os cidadãos *politicamente desafetos*. Este cenário ocorre tanto na dimensão esquerda-direita, como na libertário-

autoritário. É, no entanto, de realçar que, para a generalidade dos partidos, a diferença entre os níveis de congruência com os cidadãos desafetos e os afetos, não é expressiva.

Quadro n.º 7.10. Diferença de médias na França entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
PCF	1,28	1,67	1,72	1,81	1,96
PS	2,30	0,65	0,70	0,79	0,94
PRG	2,22	0,73	0,78	0,87	1,02
EELV	1,78	1,17	1,22	1,31	1,46
UMP	3,53	-0,58	-0,53	-0,44	-0,29
FN	2,71	0,24	0,29	0,38	0,53
MODEM	3,28	-0,33	-0,28	-0,19	-0,04
NC	3,41	-0,46	-0,41	-0,32	-0,17
PRV	3,20	-0,25	-0,20	-0,11	0,04
AC	3,25	-0,30	-0,25	-0,16	-0,01

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.11. Diferença de médias na França entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
PCF	2,45	0,50	0,63	0,73	0,60
PS	2,43	0,52	0,65	0,75	0,62
PRG	2,37	0,58	0,71	0,81	0,68
EELV	1,44	1,51	1,64	1,74	1,61
UMP	3,64	-0,69	-0,56	-0,46	-0,59
FN	4,13	-1,18	-1,05	-0,95	-1,08
MODEM	3,13	-0,18	-0,05	0,05	-0,08
NC	3,29	-0,34	-0,21	-0,11	-0,24
PRV	3,15	-0,20	-0,07	0,03	-0,10
AC	3,27	-0,32	-0,19	-0,09	-0,22

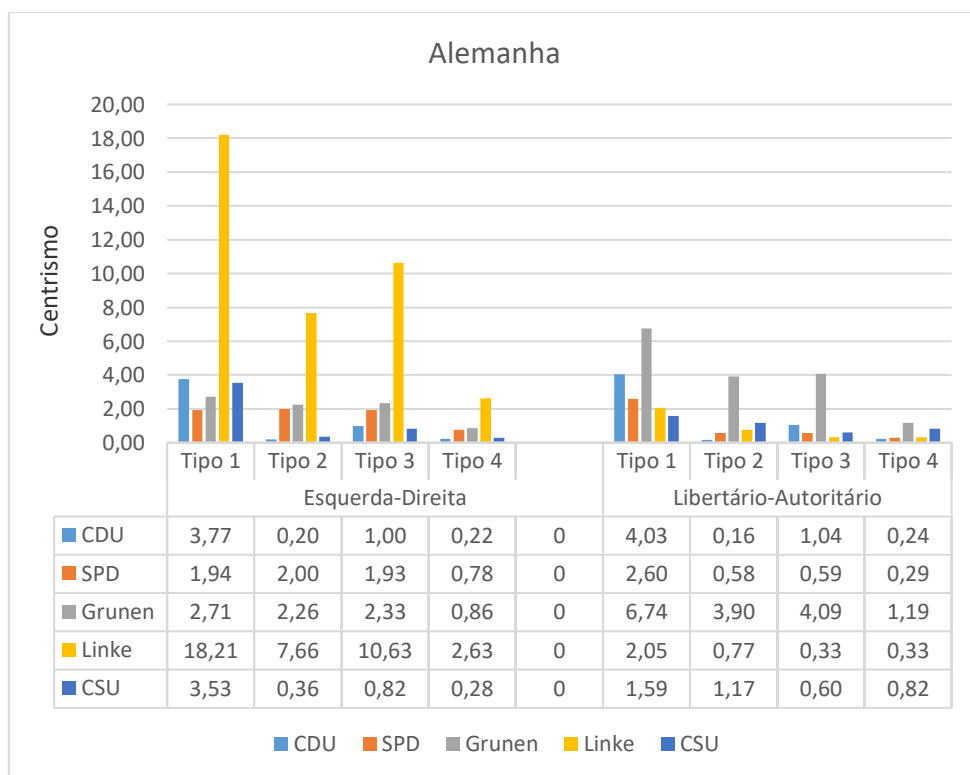
Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Alemanha

A par com Portugal, a Alemanha é o país que apresenta o menor número de partidos com assento parlamentar, num total de cinco.

De acordo com a figura 7.21, para todos os tipos de desafeição, a maior congruência existente na dimensão esquerda-direita é relativamente à CDU (3,07), partido caracterizado como conservador e de direita, sendo o maior afastamento, registado em todos os tipos, relativamente ao partido Linke (1,29), o mais à esquerda do espectro político alemão. De acordo com a análise da diferença de médias (quadro 7.12) os cidadãos encontram-se, em todos os tipos de desafeição, à direita do partido com o qual têm uma maior congruência, ou seja, da CDU.

Figura n.º 7.21. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Alemanha



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Na análise da congruência existente na dimensão libertário-autoritário, a maior proximidade, em todos os tipos de desafeição, continua a ser com a CDU (3,09), sendo a menor relativamente ao partido ecologista Grunen (1,71). Em termos de posicionamento ideológico (quadro 7.13), os cidadãos em todos os tipos de desafeição se consideram como mais libertários do que a CDU, partido com o qual têm a maior congruência. A congruência nesta dimensão é, assim, maior para um partido de direita, apesar de próximo do centro.

Na linha do que se tem encontrado nos países até agora analisados, verifica-se uma maior congruência ideológica, nas duas dimensões, entre os cidadãos *politicamente desafetos* e os partidos, do que entre estes e os cidadãos que são *politicamente afetos*. De referir ainda, a elevada distancia ao nível da congruência registada entre os *politicamente afetos* e os *desafetos*, sobretudo na dimensão esquerda-direita e relativamente ao partido de esquerda, Linke.

Quadro n.º 7.12. Diferença de médias na Alemanha entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
CDU	3,07	0,06	0,02	0,08	0,03
SPD	2,18	0,95	0,91	0,97	0,92
Grunen	2,12	1,01	0,97	1,03	0,98
Linke	1,29	1,84	1,80	1,86	1,81
CSU	3,30	-0,17	-0,21	-0,15	-0,20

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.13. Diferença de médias na Alemanha entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
CDU	3,09	-0,16	-0,17	-0,22	-0,11
SPD	2,51	0,42	0,41	0,36	0,47
Grunen	1,71	1,22	1,21	1,16	1,27
Linke	2,43	0,50	0,49	0,44	0,55
CSU	3,60	-0,67	-0,68	-0,73	-0,62

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

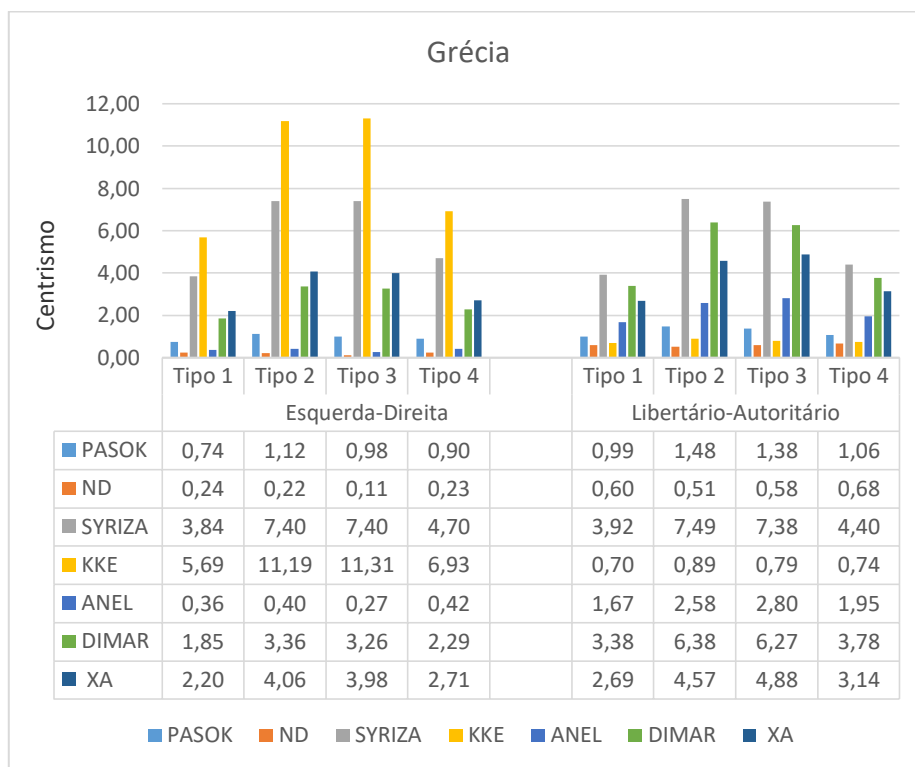
### Grécia

A Grécia é dos países que apresenta partidos com posicionamentos mais extremos, realçando-se o Partido Comunista, KKE, na dimensão esquerda-direita e o partido Aurora Dourada, XA, na dimensão libertário-autoritário.

No que respeita à dimensão esquerda-direita, a menor congruência é com o KKE (1,18) e o Syryza (1,55). Principalmente nos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2) e nos *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3) verifica-se também um elevado distanciamento face ao Aurora Dourada, XA (1,97), que em questões económicas se situa à esquerda. Para estes partidos, todos os tipos de desafeição se encontram posicionados mais à direita (quadro 7.14). A maior congruência verifica-se relativamente à Nova Democracia, ND (3,18), posicionada à direita, seguido dos Independentes, ANEL (2,86), situados à esquerda. A proximidade está associada ao facto de estes dois partidos se encontrarem próximos do centro, uma vez que o posicionamento dos cidadãos é à esquerda do ND (com exceção dos *politicamente desafetos* - tipo 4) e à direita do ANEL.

No outro eixo ideológico o maior distanciamento é relativamente aos partidos mais libertários, nomeadamente o Syriza (1,76) e a Esquerda Democrática, DIMAR (1,88), surgindo apenas como terceiro maior distanciamento para todos os tipos de desafeição o Aurora Dourada, XA (4,60). A maior congruência ideológica é relativamente ao partido ND (3,81), posicionado no quadrante autoritário, seguido do partido KKE (2,77), que, apesar de se posicionar no polo oposto, se encontra próximo do centro. À semelhança do verificado na dimensão esquerda-direita, a congruência dos cidadãos com estes partidos está relacionada com o facto de se encontrarem próximos do centro, uma vez que os cidadãos se posicionam como menos autoritários que o ND, mas também menos libertários que o KKE (quadro 7.15).

Figura n.º 7.22. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Grécia



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Apesar de para alguns partidos a variação do nível de congruência entre os tipos de desafeição ser mínima, verifica-se, como esperado, uma maior congruência dos *politicamente afetos* com os partidos, do que relativamente aos *politicamente desafetos*.

Quadro n.º 7.14. Diferença de médias na Grécia entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
PASOK	2,56	0,59	0,56	0,55	0,64
ND	3,18	-0,03	-0,06	-0,07	0,02
SYRIZA	1,55	1,60	1,57	1,56	1,65
KKE	1,18	1,97	1,94	1,93	2,02
ANEL	2,86	0,29	0,26	0,25	0,34
DIMAR	2,08	1,07	1,04	1,03	1,12
XA	1,97	1,18	1,15	1,14	1,23

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.15. Diferença de médias na Grécia entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
PASOK	2,62	0,71	0,73	0,69	0,68
ND	3,81	-0,48	-0,46	-0,50	-0,51
SYRIZA	1,76	1,57	1,59	1,55	1,54
KKE	2,77	0,56	0,58	0,54	0,53
ANEL	4,30	-0,97	-0,95	-0,99	-1,00
DIMAR	1,88	1,45	1,47	1,43	1,42
XA	4,60	-1,27	-1,25	-1,29	-1,30

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

### *Irlanda*

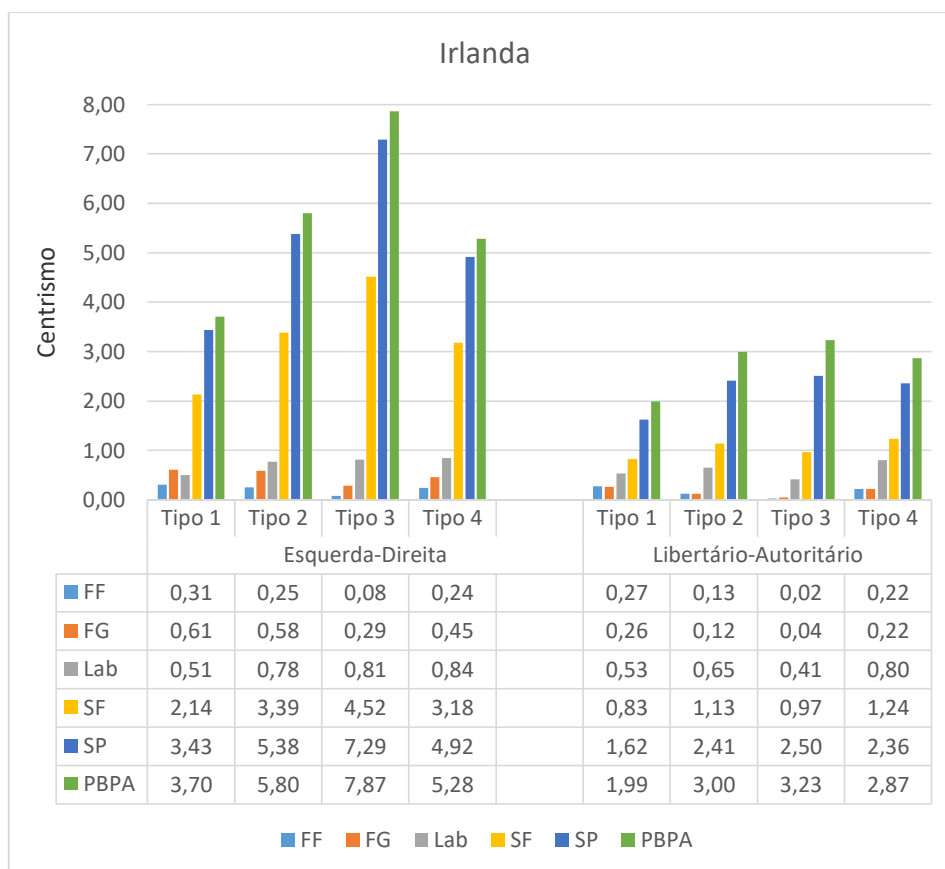
A representação partidária na Irlanda cinge-se a dois quadrantes, com os seis partidos com assento parlamentar a distribuírem-se entre uma esquerda-libertária e uma direita-autoritária.

O maior distanciamento na dimensão esquerda-direita (figura 7.23), comum a todos os tipos de desafeição, é com os partidos mais à esquerda PBPA (1,34), SP (1,40) e SF (1,73), sendo tanto menor a congruência quanto mais extremo for o posicionamento do partido. Por oposição, a maior congruência é relativamente ao partido de direita FF (3,07), apesar de este ter um posicionamento bastante próximo do centro. Ainda assim, os cidadãos posicionam-se mais à esquerda do que o partido com o qual apresentam maior proximidade, o que revela uma grande tendência de centralidade, verificada em todos os tipos de desafeição (quadro 7.16).

O observado na dimensão libertário-autoritário é bastante semelhante ao encontrado na esquerda-direita, apesar de a distância relativamente aos partidos com os quais se tem uma menor congruência não ser tão grande (figura 7.23). Neste eixo, além da proximidade relativamente ao partido FF (3,34), verifica-se igualmente uma maior congruência com o FG (3,32), sendo que ambos apresentam um posicionamento muito próximo um do outro, enquadrado no polo autoritário. Apesar da maior congruência existente com estes partidos, os cidadãos, em todos os tipos, posicionam-se como menos autoritários do que estes (quadro 7.17).

Em resumo, para este país, na dimensão esquerda-direita a maior congruência é com um partido de direita, acontecendo o mesmo na dimensão libertário-autoritário.

Figura n.º 7.23. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição– Irlanda



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

A Irlanda apresenta um padrão na diferenciação entre os níveis de congruência dos *politicamente afetos* e dos *politicamente desafetos*. Na dimensão esquerda-direita verifica-se uma maior congruência dos *politicamente afetos* relativamente aos partidos, face aos desafetos, mas apenas no que se refere aos partidos de esquerda. Nos partidos de direita, a congruência é maior com os *politicamente desafetos*.

O mesmo cenário se verifica na dimensão libertário-autoritário, com os *politicamente afetos* a ter uma maior congruência do que os *politicamente desafetos*, mas apenas em relação aos partidos que se posicionam no polo libertário. Em oposição, os partidos do polo autoritário apresentam uma maior congruência com os *politicamente desafetos*.



Quadro n.º 7.16. Diferença de médias na Irlanda entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
FF	3,07	-0,18	-0,14	-0,08	-0,07
FG	3,34	-0,45	-0,41	-0,35	-0,34
Lab	2,42	0,47	0,51	0,57	0,58
SF	1,73	1,16	1,20	1,26	1,27
SP	1,40	1,49	1,53	1,59	1,60
PBPA	1,34	1,55	1,59	1,65	1,66

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.17. Diferença de médias na Irlanda entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
FF	3,34	-0,21	-0,14	-0,22	-0,06
FG	3,32	-0,19	-0,12	-0,20	-0,04
Lab	2,74	0,39	0,46	0,38	0,54
SF	2,56	0,57	0,64	0,56	0,72
SP	2,23	0,90	0,97	0,89	1,05
PBPA	2,11	1,02	1,09	1,01	1,17

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

### *Itália*

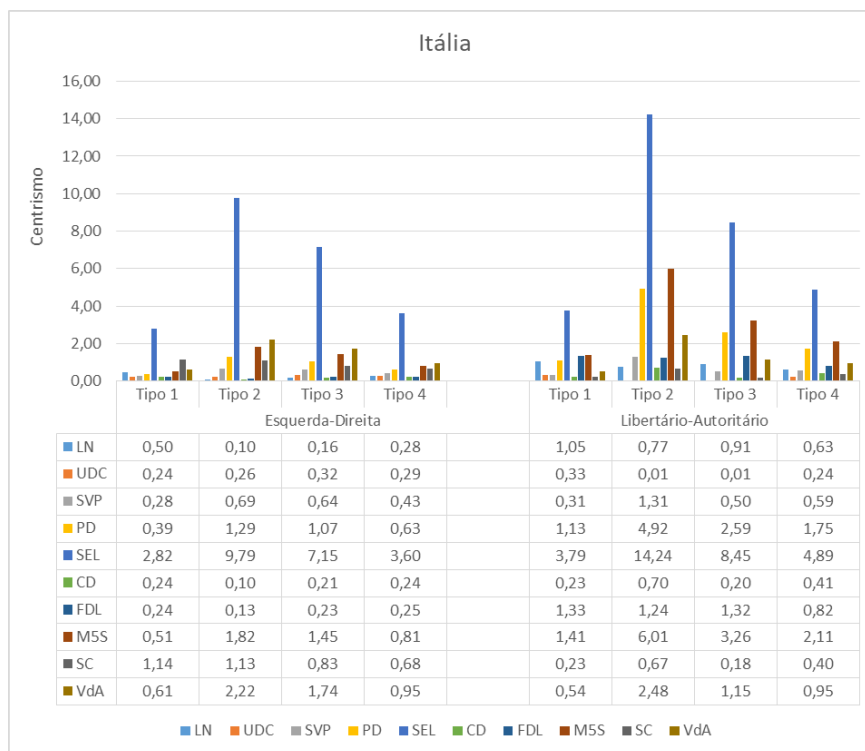
Os 10 partidos com assento parlamentar em Itália distribuem-se pelos vários quadrantes, à exceção da direita-libertária, que não tem neste país qualquer representação.

Na dimensão esquerda-direita, a menor congruência é relativamente ao partido que tem o posicionamento mais à esquerda, a Esquerda Ecológica Livre, SEL (1,40). Apesar de não tão expressivo surge também o distanciamento com o partido Vale de Aosta, VdA (2,33) e o Movimento Cinco Estrelas, M5S (2,41), ambos posicionados mais à esquerda que os demais partidos (quadro 7.18).

A maior congruência é com os partidos Centro Democrático, CD (2,98), e Irmãos de Itália, FDL (2,96), que apesar de ainda se encontrarem à esquerda, estão praticamente ao centro. Relativamente a estes apenas os *politicamente afetos* se posicionam mais à esquerda, com os restantes tipos de desafeição a considerarem-se à direita destes partidos (quadro 7.18)

Na dimensão libertário-autoritário mantém-se o maior distanciamento com o partido ecologista SEL (1,41), mas evidencia-se o afastamento relativamente ao Movimento Cinco Estrelas (2,15) e ao Partido Democrata, PD (2,28), ambos com posições mais libertárias que os restantes partidos, além do SEL (quadro 7.19). A maior congruência na dimensão libertário-autoritário é com os partidos que embora no polo autoritário, estão próximos do centro, como a União do Centro, UDC (3,49), o Centro Democrático, CD (3,05), ou a Escolha Cívica, SC (3,06). Para os que estão mais próximos do centro, como o CD e o SC, os cidadãos posicionam-se como mais autoritários, enquanto que relativamente ao UDC, que se encontra mais afastado do centro, os cidadãos posicionam-se como menos autoritários, à exceção do tipo 2, constituído pelos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (quadro 7.19).

Figura n.º 7. 24. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Itália



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

A maior congruência na dimensão libertário-autoritário, e na dimensão esquerda-direita, é assim com os partidos de direita.

À semelhança do verificado na Irlanda, a congruência entre cidadãos e partidos é maior junto dos *politicamente desafetos*, comparativamente com os *politicamente afetos*, nos partidos de direita, existindo uma maior congruência dos *politicamente afetos* com os partidos de esquerda, por comparação aos *politicamente desafetos*. Semelhante comportamento verifica-se na dimensão libertário-autoritário, em que os partidos com um posicionamento mais autoritário apresentam maior congruência com os *politicamente desafetos* do que com os *politicamente afetos*, enquanto que para os restantes a congruência é sempre maior com os *politicamente afetos*.

Quadro n.º 7.18. Diferença de médias na Itália entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
LN	3,38	-0,50	-0,20	-0,17	-0,26
UDC	2,88	0,00	0,30	0,33	0,24
SVP	2,70	0,18	0,48	0,51	0,42
PD	2,53	0,35	0,65	0,68	0,59
SEL	1,40	1,48	1,78	1,81	1,72
CD	2,98	-0,10	0,20	0,23	0,14
FDL	2,96	-0,08	0,22	0,25	0,16
M5S	2,41	0,47	0,77	0,80	0,71
SC	3,79	-0,91	-0,61	-0,58	-0,67
VdA	2,33	0,55	0,85	0,88	0,79

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.19. Diferença de médias na Itália entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
LN	4,02	-0,81	-0,47	-0,64	-0,57
UDC	3,49	-0,28	0,06	-0,11	-0,04
SVP	2,88	0,33	0,67	0,50	0,57
PD	2,28	0,93	1,27	1,10	1,17
SEL	1,41	1,80	2,14	1,97	2,04
CD	3,05	0,16	0,50	0,33	0,40
FDL	4,15	-0,94	-0,60	-0,77	-0,70
M5S	2,15	1,06	1,40	1,23	1,30
SC	3,06	0,15	0,49	0,32	0,39
VdA	2,64	0,57	0,91	0,74	0,81

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

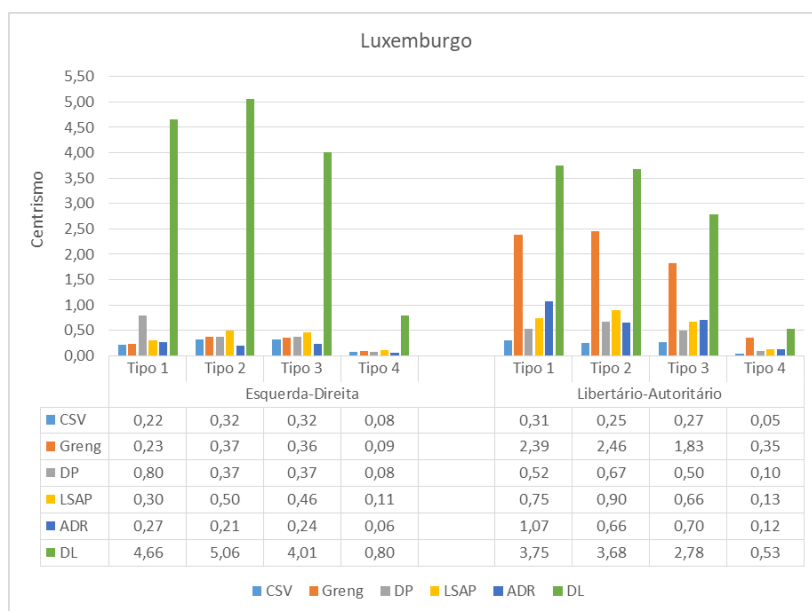
### Luxemburgo

Analisando a dimensão esquerda-direita, verifica-se a existência de elevados níveis de congruência entre os cidadãos, em todos os tipos, e os partidos (figura 7.25). A menor congruência é relativamente ao partido com o posicionamento mais extremo, A Esquerda, DL (1,18). Este afastamento é mais expressivo nos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2) e nos *politicamente afetos* (tipo 1), sendo bastante menor nos *politicamente desafetos* (tipo 4). Os *politicamente afetos* registam também um maior afastamento, apesar de bastante menor, relativamente ao Partido Democrático, DP (3,48), posicionado ideologicamente à direita.

A maior congruência verifica-se junto dos partidos que se encontram mais próximos do centro: o Partido Social Cristão, CSV (2,82), à esquerda, mas relativamente ao qual os cidadãos de todos os tipos se posicionam à direita, e o partido Reforma Democrática Alternativa, ADR (3,06), com um posicionamento ligeiramente à direita, para o qual todos os tipos de desafeição, com exceção dos *politicamente afetos*, se posicionam ainda mais à direita (quadro 7.20).

Na dimensão libertário-autoritário a menor congruência continua a verificar-se relativamente aos partidos que apresentam posições mais extremas, nomeadamente A Esquerda, DL (1,45), e os Verdes, Greng (1,77). Todos os tipos apresentam-se como menos libertários que estes partidos (quadro 7.21). Em termos de proximidade, a maior congruência verificada é relativamente ao Partido Social Cristão, CSV (3,14), posicionado no polo autoritário, mas relativamente ao qual os cidadãos se consideram como menos autoritários (quadro 7.21).

Figura n.º 7.25. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Luxemburgo



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Verifica-se no Luxemburgo uma maior congruência dos cidadãos *politicamente desafetos* com os partidos, do que os *politicamente afetos*. A diferença entre estes dois tipos de desafeição é mais expressiva no partido A Esquerda (DL), nas duas dimensões, e também no partido ecologista Greng, na dimensão libertário-autoritário.

Quadro n.º 7.20. Diferença de médias no Luxemburgo entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
CSV	2,82	0,08	0,30	0,32	0,40
Greng	2,76	0,14	0,36	0,38	0,46
DP	3,48	-0,58	-0,36	-0,34	-0,26
LSAP	2,64	0,26	0,48	0,50	0,58
ADR	3,06	-0,16	0,06	0,08	0,16
DL	1,18	1,72	1,94	1,96	2,04

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.21. Diferença de médias no Luxemburgo entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
CSV	3,14	-0,22	-0,07	-0,16	-0,15
Greng	1,77	1,15	1,30	1,21	1,22
DP	2,50	0,42	0,57	0,48	0,49
LSAP	2,36	0,56	0,71	0,62	0,63
ADR	3,64	-0,72	-0,57	-0,66	-0,65
DL	1,45	1,47	1,62	1,53	1,54

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

### *Países Baixos*

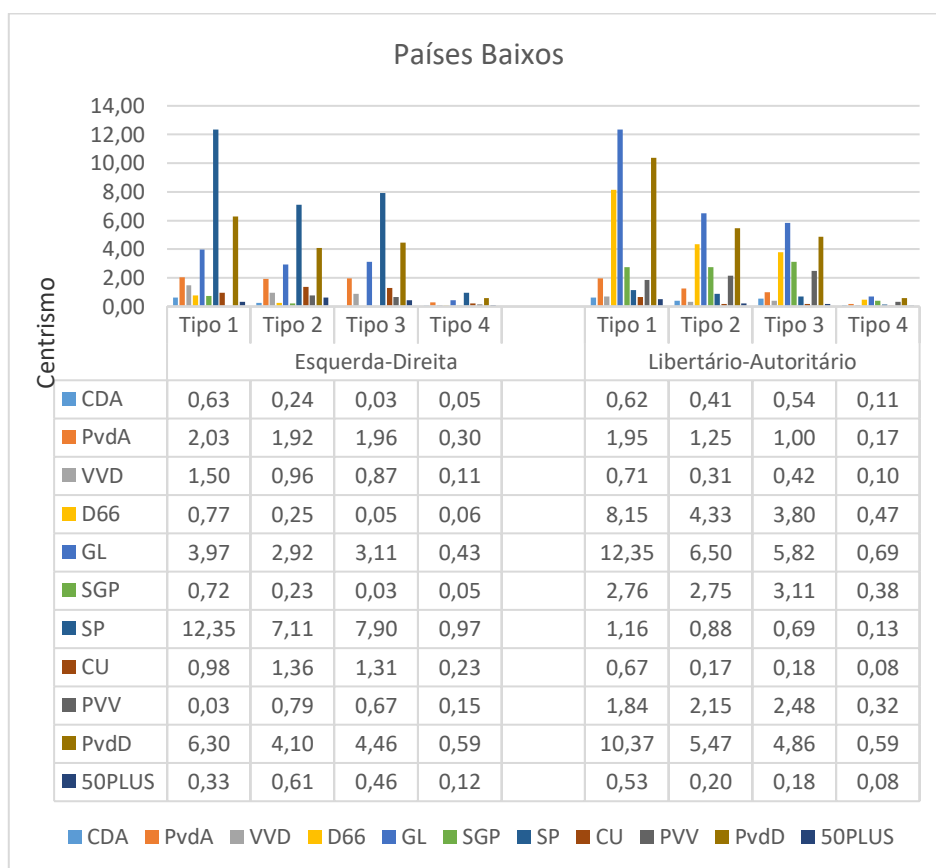
Com um elevado número de partidos com assento parlamentar, num total de 11, os Países Baixos têm representação em todos os quadrantes ideológicos, apesar de com maior expressão na esquerda-libertária.

Tal como se tem verificado para outros países, o maior distanciamento é registado relativamente aos partidos de esquerda, que apresentam um posicionamento mais extremo. É o caso do Partido Socialista, SP (1,47), em particular nos *politicamente afetos*, seguido do Partido dos Animais, PvdD (1,91), e do partido Esquerda Ecologista, GL

(2,13). Relativamente a estes partidos o posicionamento dos cidadãos é sempre mais à direita (quadro 7.22).

Por oposição, a maior congruência na dimensão esquerda-direita reporta aos partidos de direita, nomeadamente com o Apelo Democrata Cristão, CDA (3,29), com os Democratas 66, D66 (3,14), ou com o Partido Reformista, SGP (3,22). Relativamente a estes dois últimos partidos os cidadãos encontram-se mais à direita que os mesmos, com exceção dos politicamente afetos que se encontram mais à esquerda. Quanto ao CDA, todos os tipos se encontram mais à esquerda, com exceção dos *politicamente afetos* que se posicionam mais à direita (quadro 7.22).

Figura n.º 7.26. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Países Baixos



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Na dimensão libertário-autoritário a distribuição segue o mesmo sentido da verificada na esquerda-direita, ou seja, o maior distanciamento respeita aos partidos liberais que se posicionam mais ao extremo, nomeadamente o GL (1,47) e o PvdD (1,60). A maior congruência é com os partidos que estando no quadrante libertário são os que se

encontram mais próximos do centro, sendo o caso do 50Plus (2,90) e da União Cristã, CU (2,98), verificando-se igualmente uma elevada congruência com os partidos que apesar de próximos do centro, situam-se no polo autoritário, como o Partido das Pessoas pela Liberdade e Democracia, VVD (3,23), ou o Apelo Democrata Cristão, CDA (3,30). De salientar, no entanto, que o posicionamento dos cidadãos é sempre mais libertário do que estes partidos, incluindo daqueles que se encontram no quadrante libertário. A única exceção é no posicionamento dos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2) face ao partido 50Plus, que se apresenta como mais autoritário que este (quadro 7.23).

Relativamente à congruência ideológica com os partidos, também nos Países Baixos se verifica ser maior entre partidos e cidadãos *politicamente desafetos*, do que relativamente aos *politicamente afetos*. A exceção é relativa ao partido PVV, na dimensão esquerda-direita, mas com uma diferença de níveis de congruência com os partidos entre os afetos e desafetos muito pouco expressiva.

Quadro n.º 7.22. Diferença de médias nos Países Baixos entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
CDA	3,29	-0,16	-0,06	-0,05	0,12
PvdA	2,36	0,77	0,87	0,88	1,05
VVD	3,81	-0,68	-0,58	-0,57	-0,40
D66	3,14	-0,01	0,09	0,10	0,27
GL	2,13	1,00	1,10	1,11	1,28
SGP	3,22	-0,09	0,01	0,02	0,19
SP	1,47	1,66	1,76	1,77	1,94
CU	2,52	0,61	0,71	0,72	0,89
PVV	2,73	0,40	0,50	0,51	0,68
PvdD	1,91	1,22	1,32	1,33	1,50
50PLUS	2,82	0,31	0,41	0,42	0,59

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.



Quadro n.º 7.23. Diferença de médias nos Países Baixos entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
CDA	3,30	-0,49	-0,33	-0,41	-0,54
PvdA	2,37	0,44	0,60	0,52	0,39
VVD	3,23	-0,42	-0,26	-0,34	-0,47
D66	1,76	1,05	1,21	1,13	1,00
GL	1,47	1,34	1,50	1,42	1,29
SGP	3,98	-1,17	-1,01	-1,09	-1,22
SP	2,49	0,32	0,48	0,40	0,27
CU	2,98	-0,17	-0,01	-0,09	-0,22
PVV	3,86	-1,05	-0,89	-0,97	-1,10
PvdD	1,60	1,21	1,37	1,29	1,16
50PLUS	2,90	-0,09	0,07	-0,01	-0,14

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

### *Portugal*

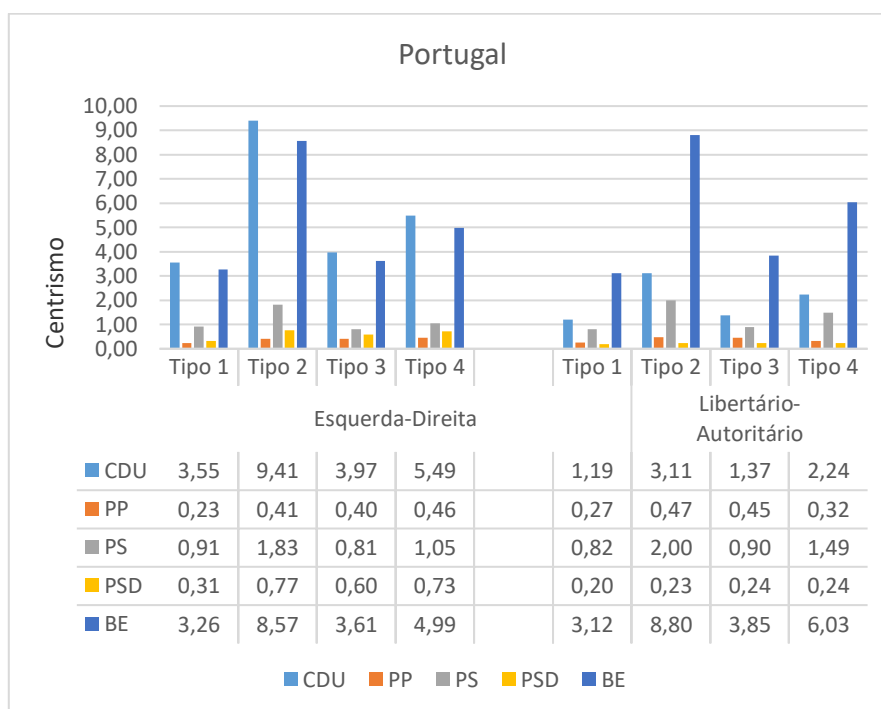
Apesar de Portugal contar, à data da análise, com seis partidos com assento parlamentar, dois deles são eleitos enquanto coligação, juntando o Partido Comunista Português e o partido ecologista Os Verdes (CDU). Os partidos com representação estão distribuídos por apenas duas dimensões, caracterizadas por esquerda-libertária e direita-autoritária.

De acordo com a leitura da figura 7.27 verifica-se que na dimensão relacionada com as questões económicas, o maior afastamento é com a coligação de esquerda CDU (1,32) e o Bloco de Esquerda (1,40), para os quais os cidadãos, em todos os tipos de desafeição, se consideram mais à direita (quadro 7.24). Em oposição, a maior congruência é relativamente ao Partido Popular (3,32), de direita, seguido do PSD (3,48), de centro-direita, em relação aos quais os cidadãos, de todos os tipos de desafeição, se posicionam à esquerda (quadro 7.24).

O cenário é idêntico para a dimensão libertário-autoritário relativamente aos partidos do quadrante libertário, salientando-se, no entanto, uma diminuição do distanciamento face à CDU (2,21), provavelmente explicado pelo facto de esta coligação ter uma posição mais aproximada ao centro no que às questões libertárias diz respeito. A maior congruência nesta dimensão é com o PSD (3,09) que, apesar de se posicionar no

polo autoritário, encontra-se muito próximo do centro. Ainda assim, é de referir que os cidadãos posicionam-se como mais autoritários do que este partido, com exceção dos *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3), que se definem como menos autoritários (quadro 7.25).

Figura n.º 7.27. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Portugal



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Tal como o encontrado na Grécia e relativamente aos partidos de esquerda na Irlanda e em Itália, Portugal é um dos países em que se verifica uma maior congruência com os partidos por parte dos cidadãos *politicamente afetos*, comparativamente com os *politicamente desafetos*. Esta diferença do nível da congruência por parte de desafetos e afetos verifica-se tanto na dimensão esquerda-direita, como na dimensão libertário-autoritário. Este resultado faz-nos voltar à questão de a maior congruência com os partidos, se poder verificar relativamente ao grupo de cidadãos que apresenta uma posição político-ideológica mais extrema. O facto de as elites políticas, como já referido, posicionarem-se ideologicamente mais ao extremo do que os seus eleitores, pode justificar o facto de a maior congruência ser com o grupo que apresenta um

posicionamento político-ideológico menos próximo do centro, que para Portugal são os *politicamente afetos*, pelo menos no que á dimensão esquerda-direita diz respeito.

Quadro n.º 7.24. Diferença de médias em Portugal entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
CDU	1,32	1,87	1,74	1,64	1,68
PP	3,32	-0,13	-0,26	-0,36	-0,32
PS	2,31	0,88	0,75	0,65	0,69
PSD	3,48	-0,29	-0,42	-0,52	-0,48
BE	1,40	1,79	1,66	1,56	1,60

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.25. Diferença de médias em Portugal entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
CDU	2,21	0,96	0,95	0,85	0,96
PP	3,50	-0,33	-0,34	-0,44	-0,33
PS	2,42	0,75	0,74	0,64	0,75
PSD	3,09	0,08	0,07	-0,03	0,08
BE	1,50	1,67	1,66	1,56	1,67

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

### Espanha

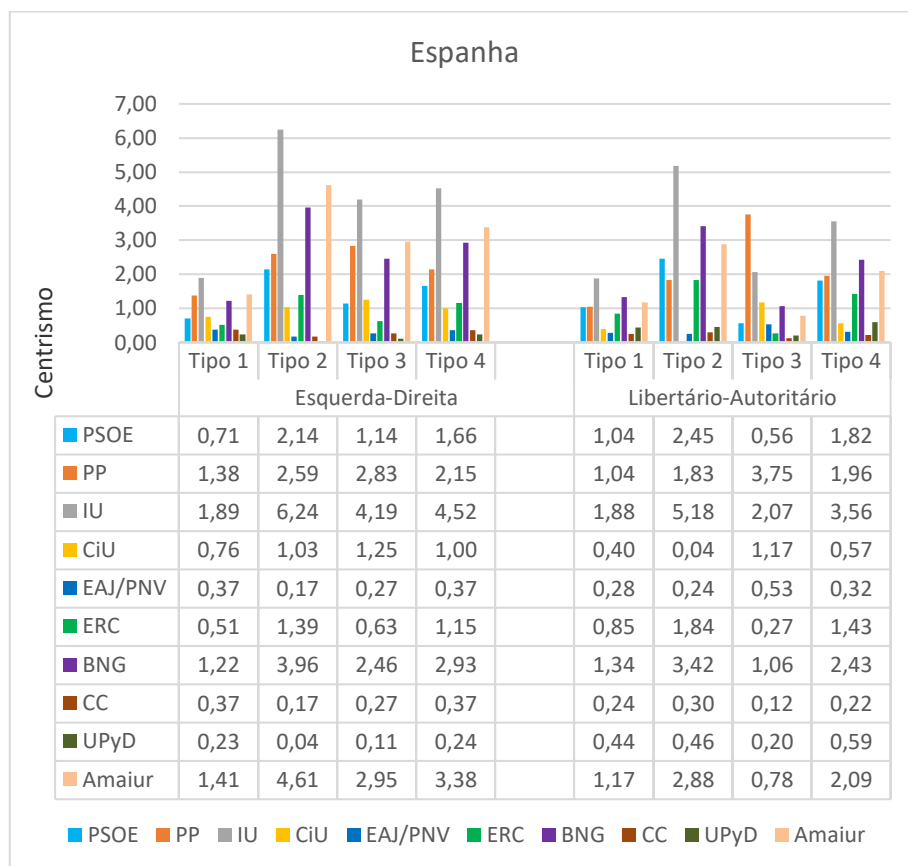
Com uma elevada representação partidária, a Espanha apresenta uma distribuição dos partidos concentrada em dois quadrantes: a esquerda-libertária e a direita-autoritária. Surge apenas um partido a desviar-se deste padrão pois, apesar de bastante próximo da interseção de duas dimensões, pode-se considerar a Coligação Canária, CC, como sendo de uma direita-libertária.

Da análise da figura 7.28 verifica-se que na dimensão esquerda-direita a menor congruência, principalmente nos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2), é com o partido das Esquerdas Unidas, IU (1,39), que se posiciona como o mais à esquerda de todos. Verifica-se também um distanciamento elevado relativamente ao partido Amaiur (1,59) e ao Bloco Nacionalista Galego, BNG (1,68), ambos de esquerda. De referir que para estes partidos, todos os tipos se posicionam à direita (quadro 7.26). É, no entanto, de salientar o também considerável distanciamento com o partido de direita PP (3,73), posicionando-se os cidadãos à esquerda deste.

A maior congruência verifica-se também em relação a um partido de esquerda, o União, Progresso e Democracia, UPyD (2,70), apesar de ser uma esquerda muito próxima do centro. Relativamente a este partido, os cidadãos *politicamente afetos* (tipo 1) e os *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3) posicionam-se como estando mais à esquerda, enquanto os *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2) e os *politicamente desafetos* (tipo 4) encontram-se à direita do UPyD (quadro 7.26). A congruência, na dimensão esquerda-direita, é assim maior com os partidos de esquerda.

A dimensão libertário-autoritário apresenta um comportamento semelhante quanto ao partido para o qual se verifica um maior afastamento, o IU (1,69), exceto para os *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3) que se apresenta ainda mais afastado relativamente ao PP (3,81). Estes partidos correspondem aos que apresentam posições mais extremadas, sendo que os cidadãos se posicionam sempre mais ao centro do que estes, considerando-se menos libertários que o IU e menos autoritários que o PP (quadro 7.27). A maior congruência nesta dimensão é com os partidos que se encontram mais próximos do centro, apesar de um se enquadrar no polo autoritário, o EAJ/PNV (3,13), e o outro como libertário, o CC (2,96). É, no entanto, de salientar que os cidadãos se consideram sempre como mais libertários do que estes partidos, incluindo o CC, com exceção dos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2), relativamente a este último.

Figura n.º 7.28. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Espanha



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Tal como o verificado para Portugal, existe uma maior congruência em Espanha entre os partidos e os cidadãos *politicamente afetos*, do que entre os partidos e os *politicamente desafetos*. Esta diferenciação acontece tanto na dimensão esquerda-direita, como na dimensão libertário-autoritário. Verifica-se, no entanto, na primeira, a existência de uma homogeneidade dos níveis de congruência entre os tipos de desafeição relativamente aos partidos que se encontram mais próximos do centro, nomeadamente o Partido Nacionalista Basco, EAJ/PNV, a Coligação Canária, CC, e o União, Progresso e Democracia, UPyD.

Quadro n.º 7.26. Diferença de médias na Espanha entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
PSOE	1,98	0,69	0,84	0,69	0,82
PP	3,73	-1,06	-0,91	-1,06	-0,93
IU	1,39	1,28	1,43	1,28	1,41
CiU	3,39	-0,72	-0,57	-0,72	-0,59
EAJ/PNV	3,05	-0,38	-0,23	-0,38	-0,25
ERC	2,14	0,53	0,68	0,53	0,66
BNG	1,68	0,99	1,14	0,99	1,12
CC	3,05	-0,38	-0,23	-0,38	-0,25
UPyD	2,70	-0,03	0,12	-0,03	0,10
Amaiur	1,59	1,08	1,23	1,08	1,21

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.27. Diferença de médias na Espanha entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
PSOE	2,07	0,86	0,93	0,52	0,85
PP	3,81	-0,88	-0,81	-1,22	-0,89
IU	1,69	1,24	1,31	0,90	1,23
CiU	3,32	-0,39	-0,32	-0,73	-0,40
EAJ/PNV	3,13	-0,20	-0,13	-0,54	-0,21
ERC	2,18	0,75	0,82	0,41	0,74
BNG	1,92	1,01	1,08	0,67	1,00
CC	2,96	-0,03	0,04	-0,37	-0,04
UPyD	2,51	0,42	0,49	0,08	0,41
Amaiur	2,00	0,93	1,00	0,59	0,92

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

### *Suécia*

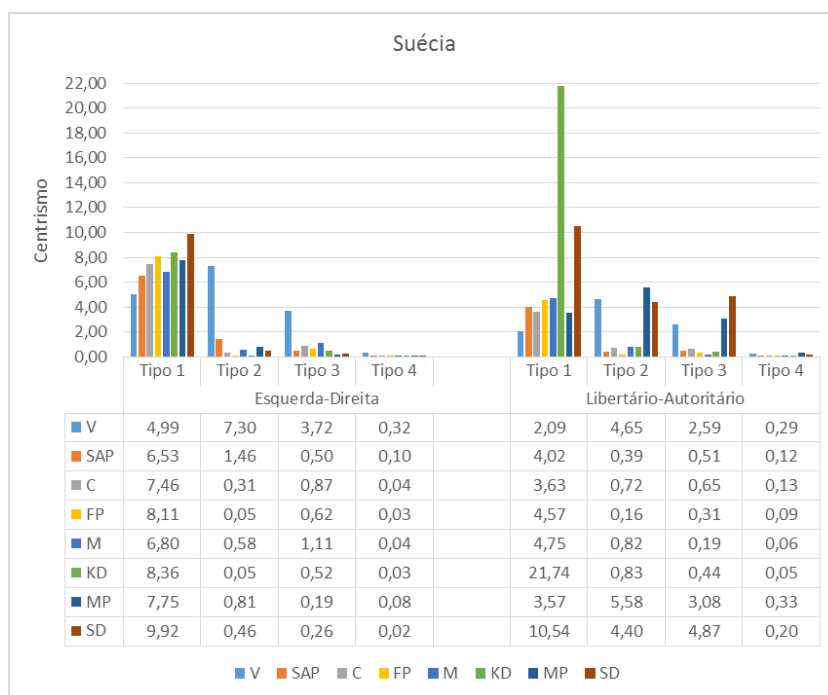
A Suécia é o país com maior representação no quadrante da direita libertária, tendo quatro partidos a ocupar este espaço ideológico.

Na análise da congruência existente na dimensão esquerda-direita, visível na figura 7.29, é clara a existência de uma grande disparidade nos níveis de congruência registados pelos *politicamente afetos* e os registados nos restantes tipos. A este propósito é de salientar a quase total correspondência entre os partidos e os cidadãos *politicamente desafetos*, e o acentuado afastamento entre os partidos e os cidadãos *politicamente afetos*.

Analisando os partidos, ainda no que à dimensão esquerda-direita diz respeito, a menor congruência é relativa ao Democratas Suecos, SD (2,69), seguida dos Democratas Cristãos, KD (3,34) e do Partido Liberal das Pessoas, FP (3,38), mas apenas relativamente aos *politicamente afetos*. Em termos de posicionamento ideológico face aos partidos, os *politicamente afetos* apresentam-se à direita do SD e à esquerda do KD e do FP (quadro 7.28), sendo desta forma evidente a existência de um posicionamento mais ao centro. Os *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2) e os *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3) apresentam, por seu lado, uma menor congruência com o partido de esquerda V (1,21), sendo que relativamente aos outros partidos e restantes tipos de desafeição a congruência é bastante elevada.

Quanto à dimensão libertário-autoritário, começamos por salientar o enorme distanciamento dos *politicamente afetos* relativamente aos Democratas Cristãos, KD (2,97), seguido de uma menor congruência com o SD (4,17). Também nesta dimensão os restantes tipos de desafeição registam uma elevada congruência com os partidos, com exceção dos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2) e os *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3) relativamente ao partido ecologista MP (1,36), ao SD (4,17) e ao partido de esquerda V (1,47). Para estes partidos e comum a todos os tipos de desafeição, os cidadãos apresentam-se como mais libertários do que o SD e menos libertários do que o MP e o V.

Figura n.º 7.29. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição– Suécia



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Na Suécia é clara a diferença dos níveis de congruência com os partidos entre os afetos e os desafetos, com esta a ser substancialmente maior (nalguns casos quase mesmo total) entre partidos e cidadãos *politicamente desafetos*.

Quadro n.º 7.28. Diferença de médias na Suécia entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
V	1,21	1,51	1,62	1,46	1,93
SAP	2,04	0,68	0,79	0,63	1,10
C	3,47	-0,75	-0,64	-0,80	-0,33
FP	3,38	-0,66	-0,55	-0,71	-0,24
M	3,55	-0,83	-0,72	-0,88	-0,41
KD	3,34	-0,62	-0,51	-0,67	-0,20
MP	2,19	0,53	0,64	0,48	0,95
SD	2,69	0,03	0,14	-0,02	0,45

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.



Quadro n.º 7.29. Diferença de médias na Suécia entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
V	1,47	0,99	1,26	1,10	1,20
SAP	2,18	0,28	0,55	0,39	0,49
C	2,10	0,36	0,63	0,47	0,57
FP	2,34	0,12	0,39	0,23	0,33
M	2,68	-0,22	0,05	-0,11	-0,01
KD	2,97	-0,51	-0,24	-0,40	-0,30
MP	1,36	1,10	1,37	1,21	1,31
SD	4,17	-1,71	-1,44	-1,60	-1,50

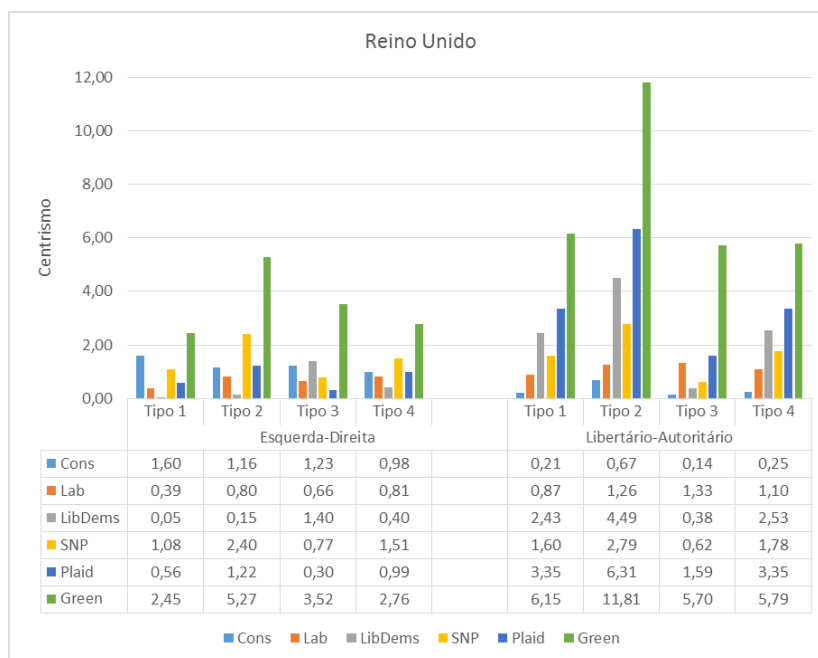
Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

### Reino Unido

Na análise do Reino Unido, na dimensão esquerda-direita, regista-se uma menor congruência de todos os tipos de desafeição relativamente ao partido ecologista Green (1,66), sendo este distanciamento mais acentuado nos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2), conforme figura 7.30. Em contraponto, a maior congruência é relativamente aos Democratas Liberais, LibDems (2,62), com exceção dos *politicamente interessados mas não envolvidos* (tipo 3) que se encontram mais próximos do Plaid (2,25). Apesar de os cidadãos posicionarem-se à direita destes partidos (quadro 7.30), a maior congruência verificada é com partidos de esquerda.

Na dimensão libertário-autoritário mantem-se a menor congruência relativamente ao partido Green (1,43), inclusive mais acentuada, e também aqui com maior distância nos *politicamente envolvidos mas desinteressados* (tipo 2). A maior proximidade é com o partido Conservador (3,53), registando-se uma elevada congruência em todos os tipos de desafeição.

Figura n.º 7.30. Congruência ideológica entre partidos e cidadãos, por tipo de desafeição – Reino Unido



Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Comparando os níveis de congruência com os partidos entre os *politicamente afetos* e os *politicamente desafetos*, verifica-se uma grande proximidade entre os níveis de cada tipo, apesar de, genericamente, os *politicamente afetos* serem ligeiramente mais congruentes com os partidos. A exceção é relativamente ao partido Conservador, na dimensão esquerda-direita, que se encontra mais próximo dos *politicamente desafetos*, e o partido ecologista Green, na dimensão libertário-autoritário, que apresenta igualmente uma maior proximidade com os *politicamente desafetos* do que com os *politicamente afetos*.

Quadro n.º 7.30. Diferença de médias no Reino Unido entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Esquerda-Direita

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
Cons	3,72	-0,90	-0,69	-0,91	-0,68
Lab	2,34	0,48	0,69	0,47	0,70
LibDems	2,62	0,20	0,41	0,19	0,42
SNP	2,04	0,78	0,99	0,77	1,00
Plaid	2,25	0,57	0,78	0,56	0,79
Green	1,66	1,16	1,37	1,15	1,38

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.

Quadro n.º 7.31. Diferença de médias no Reino Unido entre os partidos e os tipos de desafeição na dimensão Libertário-Autoritário

Partidos		Tipos de desafeição			
Nome	Posicionamento	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4
Cons	3,53	-0,40	-0,28	-0,37	-0,18
Lab	2,58	0,55	0,67	0,58	0,77
LibDems	2,11	1,02	1,14	1,05	1,24
SNP	2,33	0,80	0,92	0,83	1,02
Plaid	1,91	1,22	1,34	1,25	1,44
Green	1,43	1,70	1,82	1,73	1,92

Fonte: EES 2014 e CHES 2014. Cálculos próprios.